

FRANCISCO GLAUBER DE OLIVEIRA PAULINO

O TRABALHO ESTILHAÇADO

A ACUMULAÇÃO PRIMITIVA DO
TRABALHO PLATAFORMIZADO



O TRABALHO ESTILHAÇADO: A ACUMULAÇÃO PRIMITIVA DO TRABALHO PLATAFORMIZADO



FRANCISCO GLAUBER DE OLIVEIRA PAULINO

**O TRABALHO ESTILHAÇADO: A ACUMULAÇÃO
PRIMITIVA DO TRABALHO PLATAFORMIZADO**

1^a Edição

Quipá Editora
2025

Copyright © dos autores e autoras. Todos os direitos reservados.

Esta obra é publicada em acesso aberto. O conteúdo dos capítulos, os dados apresentados, bem como a revisão ortográfica e gramatical são de responsabilidade de seus autores, detentores de todos os Direitos Autorais, que permitem o download e o compartilhamento, com a devida atribuição de crédito, mas sem que seja possível alterar a obra, de nenhuma forma, ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Dra. Anna Ariane Araújo de Lavor, Instituto Federal do Ceará (IFCE)

Dra. Anny Kariny Feitosa, Instituto Federal do Ceará (IFCE)

Dra. Leonice Alves Pereira Mourad, Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

Me. Nadielli Maria dos Santos Galvão, Universidade Federal de Sergipe (UFS)

Dra. Patricia Verônica Nunes Carvalho Sobral de Souza, Universidade Tiradentes (UT)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P328t

Paulino, Francisco Glauber de Oliveira

O trabalho estilhaçado : a acumulação primitiva do trabalho
plataformizado / Francisco Glauber de Oliveira Paulino. — Iguatu, CE : Quipá
Editora, 2025.

178 p. : il.

ISBN 978-65-5376-463-7

1. Trabalho precarizado. 2. Trabalho plataformizado. 3. Classe
trabalhadora. I. Título.

CDD 331.2

Elaborada por Rosana de Vasconcelos Sousa — CRB-3/1409

Obra publicada pela Quipá Editora em abril de 2025

Quipá Editora
www.quipaeditora.com.br
@quipaeditora

Por uma questão ética, moral e de classe de minha parte, o resultado desta pesquisa é dedicado a todos os(as) “ninguéns”, a todas aquelas pessoas “sem nomes” que ora foram ou que ainda permanecem sendo escravizadas em nossa história ao redor do globo. Este estudo é dedicado a todo o grande, compósito e heterogêneo corpo composto de trabalhadores e de trabalhadoras que formam a tessitura da classe trabalhadora. A todos aqueles(as) que são forçados a viver da venda de sua própria força de trabalho de forma deletéria. À todas às covas rasas e cruzes sem nomes. Este estudo é atinado a todo aquele conjunto de gente honesta, boa e comovida que tanto já caminhou, ou que ainda caminha, para a morte pensando em vencer na vida. Esta é dedicada a todos(as) aqueles(as) que possuíram ou que possuem no fim de cada tarde a sensação da missão cumprida.

[...] “não desejo ultrapassar o meu tamanho ordinário. Esgueirar-me-ei para os cantos obscuros, fugirei às discussões, esconder-me-ei prudente por detrás dos que merecem patentear-se”.

(Graciliano Ramos)

PREFÁCIO

Sem uma devida apresentação do caminho trilhado durante a pesquisa, a sistematização e, por último, da construção propriamente dita do livro que ora se apresenta em tela o seu autor poderia acabar incorrerrendo no risco de levar os futuros leitores a crerem que esta obra fosse algo inteiramente apartado da realidade concreta ou da realidade objetiva do seu idealizador, assim como também das condições materiais e objetivas nas quais estes atuam frente a luta de classes.

Conhecemos o que foi dito por Sócrates pelo que os seus discípulos Xenofonte e Platão escreveram como sendo as palavras do primeiro. Contudo, vale lembrar que, embora as suas particularidades e contribuições para a Filosofia, tanto Xenofonte quanto Platão não tinham estatura para superar o mestre e, assim, fizeram o que todo intérprete faz: escreveram uma obra póstuma, recortando e mantendo o que lhes era aprazível. Algo que se repetiu com outra de nossas figuras icônicas, Jesus Cristo. Jesus quando escreveu algo o fez na areia e, assim, não deixou nada de seu legado por escrito, ou pelo menos nada cunhado por ele próprio. Seus ensinos que nos chegam até hoje são os ensinamentos que nos transmitiram os seus diletantes, dos quais não foram testemunhas oculares dos ditos milagres.

Contradictoriamente as duas figuras supramencionadas, e embora tenha deixado o seu pensamento registrado, dá-se o mesmo com Karl Marx. A maior parte da crítica voltada a obra de Marx é feita por aqueles que não se deram sequer ao trabalho de lê-lo quanto mais apreendê-lo em toda a sua complexidade, o que por sua vez nos leva ao seguinte problema filosófico: Como podemos superar um autor que não nos apropriamos de seu pensamento? Hoje em dia, dada a sua tamanha importância, nenhum pesquisador ou intelectual sério não pode deixar de reconhecer que a obra marxiana levanta, sejam econômicos, filosóficos ou sociológicos, uma série intérmina de problemas filosóficos e que mantém sua atualidade, mesmo 140 anos após a morte de seu autor. No tocante aos intelectuais que ignoram, ou mesmo que rechaçam a importância da obra feita por Marx, creio que, na melhor das hipóteses, seja pelo simples motivo de que Marx, assim como Sócrates e Jesus, quando e se chegar a estes, lhes chega de “segunda mão”. Na pior das situações, a obra marxiana chega-se via manuais e/ou livros que não transmitem *ipsis verbis* o que há de fato na obra marxiana, mas, sim, de forma proposital, sua antípoda.

Logo, foi escolhido como marco filosófico e político desta escrita o materialismo histórico-dialético, pois, como bem demonstra Frölich (2019, p. 199):

É certo que a capacidade cognitiva das pessoas depende de seus desejos e esperanças mais fortes e universais. É por isso que apenas os pensadores socialistas são capazes de apreender e aceitar a visão de mundo e os métodos de pesquisa marxistas em todo o seu realismo dialético, pois, para eles, o ideal está em harmonia com os conhecimentos científicos.

Ou seja, para quem se liga a visão histórico-dialética o socialismo não é apenas uma esperança, mas, sim, a meta de uma vontade indômita do agir da classe trabalhadora. Na filosofia marxiana-marxista não há uma contemporização da crueza da imediatez e, assim, não há conflitos entre o resultado do trabalho intelectual e o agir.

Então, a contrapelo do amplo espectro das ideologias pós-modernistas, falso-inclusivas e hiper mistificadoras da realidade que grassam na academia e demais espaços sociais e políticos, a hipótese que sustenta o presente estudo é a de que o materialismo histórico-dialético que foi elaborado durante árduos anos de labor intelectual voltado para a defesa da classe trabalhadora por Karl Marx e Friedrich Engels, ao longo de inúmeras e extensas obras, continua completamente válido e fiel a compreensão do concreto objetivado graças a sua perspectiva analítica se arvorar em uma leitura crítico-dialética da história e no seu destaque à classe trabalhadora como categoria de análise, de agente transformador da história e de sujeito político. Ou seja, a leitura histórico-dialética marxiana nos oferece a melhor chave de interpretação da realidade, pois embora apresente a crítica devida ao presente implacável que circunscreve a humanidade na sociedade capitalista este complexo teórico-filosófico e prático nos apresenta a sua crítica proondo-nos não um futuro inarredável, como fazem muitos intelectuais de nosso tempo, mas, sim, um outro modo de sociabilidade, um futuro desafogado.

Isto posto, a escrita deste livro está pautada principalmente dentro da tradição marxiana e marxista e com rigor de análise na categoria da totalidade, pois, em anuência com Lukács (2018), o idealizador desta obra comprehende que o mais fundamental para todo e qualquer marxista sério seja pautar a sua escrita nesta categoria de análise tão rica e a mais fiel a concretude do real, haja vista que não é a predominância dos fatores econômicos e sociais em nossa escrita que distingue o marxismo da ciência burguesa, mas, sim, o princípio da totalidade e, assim, a forma de encerrar o problema exposto. É de suma importância o resgate desta ideia de totalidade para podermos vencer a decadência

ideológica burguesa obscurantista compendiada na *Biblioteca de Babel* (o pós-modernismo) em todas as suas expressões.

O estudo em tela possui uma natureza de pesquisa qualitativa e consiste em um estudo de cariz bibliográfica onde o autor se debruçou sobre cerca de 45 autores ao longo de 71 obras. O levantamento bibliográfico é complementado por um conjunto de aulas e de seminários que foram organizadas pela Boitempo Editorial, em 2020 (Antunes, 2020a) e pela Universidade de Brasília (UnB), em 2012 (Paulo Netto, 2012), e respectivamente ministradas pelo professor e sociólogo Ricardo Antunes e pelo cientista político, filósofo e assistente social marxista José Paulo Netto. Estas foram gravadas e disponibilizadas em plataformas digitais – ambas são seguidas por uma exposição crítica à luz do materialismo histórico-dialético. Como nos revela o professor José Paulo Netto, em seu livro, lançado em 2020, *Karl Marx: uma biografia* (Paulo Netto, 2020), o caminho e a metodologia de pesquisa adotados durante a pesquisa científica pelo pesquisador é de suma importância, pois este determinará o seu primor. Paulo Netto (2020, p. 316), ao iluminar o caminho da pesquisa científica, nos diz o seguinte:

O conhecimento teórico verdadeiro, sempre aproximativo, aperfeiçoável e verificável na prática social, implica precisamente que a função do sujeito consiste em *nada acrescentar ao objeto*, mas em *extrair* dele os traços essenciais que o constituem. Ao sujeito que pesquisa, o objeto pesquisado exige, para a reprodução ideal dos seus traços essenciais, para além da honestidade científica de não lhe imprimir ou atribuir o que lhe é alheio, uma alta qualificação intelectual e cultural: só um *sujeito intelectualmente rico pode apreender a riqueza imanente ao seu objeto*. (Itálicos do original).

O estofo da pesquisa em tela, ademais dos dados bibliográficos e documentais foram lapidados e, por seu turno, sistematizados e expostos de forma clara servindo, assim, de dados para serem confrontados com a concretude da realidade e originalmente redigidos no conjunto de pesquisas acadêmicas acerca da precarização do trabalho e da ascensão do precariado nas obras de cariz marxianas e marxistas basilares ao estudo em tela da temática cunhadas por Alves (2011), Antunes (2005; 2006; 2009; 2011a; 2011b; 2018; 2020b), Braga (2017; 2012), Brandão (2019), Cavalcanti (2021), Chauí (2018), Dedecca (2009), Duarte (2016), Engels (2010), Fernandes (2013), Forrester (1997), Freitas *et al.* (2019), Gentili (1995), Gonsales (2020), Lukács (2013; 2018), Harvey (1994, 2016), Hirata (2009), Iamamoto (2012), Mészáros (2006; 2011a; 2011b; 2016), Prado Junior (2019), Marx e Engels (2007; 2010), Marx (2010; 2014; 2017), Kuenzer (2008), Lima (2006), Abílio (2020), Marcelino (2006), Marini (2019), Martins (2019), Mattos (2019), Paulo

Netto e Braz (2008; 2020), Oliveira (2013), Safatle (2021), Saviani (2018) e Thompson (2019).

Devido à envergadura dos autores sobreditos, ensejando ser o mais zeloso possível aos seus estudos, *i. e.*, ser o mais fidedigno o possível as suas obras, o autor recorre vastamente, tanto a inúmeras citações diretas quanto a várias citações indiretas sempre que as mesmas foram consideradas pertinentes ao texto. Entretanto, claro que isso foi feito sem se perder de vista que uma citação é sempre uma forma de interpretação e que por isso mesmo foi tomado o máximo de cuidado, zelo e de rigor científico para não desvirtuar as afirmações de cada autor e, assim, incutir um valor exógeno a fala dos mesmos. À vista disso, ao longo de todo o texto usa-se citações sem parcimônia alguma, tanto de forma direta quanto de forma indireta, entretanto, a juízo de seu formulador, sem demasia ou exagero descabido. Foram de grande valia as palavras dos autores que fundamentam esta escrita sempre que as suas palavras deram maior rigor, clareza e/ou fidedignidade sobre o objeto pesquisado.

Ademais, como bem nos ensinou Paulo Netto (2020), as notas complementares que são inseridas em um texto acadêmico são também uma demonstração expressiva aos leitores do cuidado posto pelos pesquisadores no estudo de determinado tema. Isto posto, a quantidade de notas neste livro também fora um recurso utilizado de forma bem generosa e por isso mesmo merecem uma explicação do grasso uso. As notas possuem características bem particulares e heterogêneas, pois ora nos servem informações históricas e/ou bibliográficas complementares ao texto e ora nos dispõem algumas minudências e/ou aspectos pontuais que não serão desenvolvidos por completo na presente pesquisa, mas que julgou-se necessárias as suas menções, mesmo que de forma diminuta.

Mormente, as notas remontam algumas passagens marxianas e marxistas mais desenvolvidas por autores mais aquilatados para abrillantar o que o texto expressa de forma mais resumida e/ou sintética, assim como também, nos servem de considerações complementares de outros tantos estudiosos, muitas das quais indispensáveis para o esclarecimento das ideias em construção no livro. Porém, isto não foi realizado buscando-se a “linha de menor resistência” do ecletismo solipsista de escrita, mas, sim, em promover um movimento de erudição do pensamento.

A relação com os autores sobreditos, e tantos outros que durante a redação foram se amalgamando e sendo subsumidos à escrita, se inscreveram numa perspectiva de superação e de reconhecimento por podermos, assim, subir aos ombros de verdadeiros gigantes e, com isso, termos a grande oportunidade histórica de enxergar de maneira mais complexa, concreta e completa o objeto de estudo visando, assim, a apreensão de um olhar muito mais rico em mediações ao horizonte a ser construído de forma revolucionária. Disso tudo surgira uma síntese *in statu nascendi*, ou seja, durante a revisão de literatura fora construído um amálgama destas teorias, ora perfilando-se em autores consonantes e ora esmerando-se em autores conflituosos. Movimento este que fora decisivo para a formação do pensamento crítico durante a produção acadêmica que já começa a se desvelar.

Com o objetivo de oferecer um panorama da evolução da produção científica sobre o valor ontológico do trabalho e a precarização do trabalho, a elaboração de uma nova racionalidade capitalista e o resgate da categoria classe trabalhadora a ser confrontada com o advento do precariado e os impactos deletérios do trabalho precarizado, realizou-se uma revisão de literatura de publicações de livros e artigos nacionais e internacionais. Para Paulo Netto (2011), a revisão de literatura permite uma análise minuciosa dos trabalhos publicados num determinado período, facilitando, assim, ao pesquisador saturar o seu objeto com contribuições científicas e, principalmente, na sistematização do tema. A intenção do idealizador da obra em tela foi, então, construir um referencial teórico que pudesse subsidiar a análise sobre a dimensão multifacetada do objeto em estudo. Foram consultadas diversas obras e selecionadas as que mais circunscrevessem os processos da “alquimia do vilipêndio” do trabalho e de suas metamorfoses e de “remorfologização” do trabalho no Brasil e no mundo.

Analisou-se livros completos e capítulos de livros específicos que foram publicados de 1987 até 2021, utilizando-se como critério principal a escolha de autores marxistas. Optou-se por não realizar o levantamento de monografias, dissertações e teses, contudo algumas das publicações cotejadas se tratavam de publicações de dissertações e de teses de doutorado e de teses de livre docência em formatos de livros. Foram identificadas durante a revisão de literatura 66 produções que atendiam bem as necessidades deste estudo. Após a leitura delas, percebeu-se que algumas das publicações não preenchiam os critérios deste estudo ou redundavam questões levantadas por outros autores que

foram incorporados integralmente ao texto, então foram, portanto, utilizadas apenas parcialmente. Tanto das obras que foram lidas na íntegra quanto de forma parcial foram realizados fichamentos com o objetivo de organizar e analisar conceitos, métodos e abordagens teóricas.

As pesquisas referidas a pouco, estudos estes em que a maioria deles deram continuidade e “atualidade” a análise originalmente marxiana, vem sendo realizadas ao longo das últimas décadas do século XX e no primeiro quaternário do século XXI, seguindo, nas palavras de Georg Lukács (2018), a “ortodoxia marxiana e marxista¹”, por suas equipes de pesquisas acadêmicas nas quais buscou-se acompanhá-las como intento de poder apropriar-se dos aportes teóricos e metodológicos básicos da “ortodoxia marxiana” para o desenvolvimento deste pesquisa.

O escopo das pesquisas supramencionadas serviram de inspiração nesta pesquisa que, por sua vez, fora a tarefa de investigar, no “Mundo do Trabalho”, os mecanismos pelos quais se efetua a seletividade e o malogro perpetrado a classe trabalhadora pela burguesia no que Antunes (2020a, p. 21) está denominando de “a nova fase de desantropomorfização do trabalho” por intermédio dos seus *dispositivos disciplinantes, ideológicos* e de seus congêneres, visto que como já na década de 1990 nos alertara a filósofa, ensaísta e jornalista francesa Viviane Forrester (1925-2013), em sua obra, de 1996, *O horror econômico* (Forrester, 1997). Forrester (1997, p. 18), ao nos apresentar o que ela denominou de “violência da calma” nos diz que esta ideologia de origem burguesa²

¹ A ortodoxia marxista não possui nenhuma relação com alguma forma de religiosidade particular ou genérica. Conforme George Lukács (2018, p. 64), “Suponhamos, pois, mesmo sem admitir, que a investigação contemporânea tenha provado a inexatidão prática de cada afirmação de Marx. Um marxista “ortodoxo” sério poderia reconhecer incondicionalmente todos esses novos resultados, rejeitar todas as teses particulares de Marx, sem, no entanto, ser obrigado, por um único instante, a renunciar à sua ortodoxia marxista. O marxismo ortodoxo não significa, portanto, um reconhecimento sem crítica dos resultados da investigação de Marx, não significa uma “fé” numa ou noutra tese, nem a exegese de um livro “sagrado”. Em matéria de marxismo, a ortodoxia se refere antes a exclusivamente ao *método*. Ela implica a convicção científica de que, com o marxismo dialético, foi encontrado o método de investigação correto, que esse método só pode ser desenvolvido, aperfeiçoado e aprofundado no sentido dos seus fundadores, mas que todas as tentativas para superá-lo ou “aperfeiçoá-lo” conduziram somente à banalização, a fazer dele um ecletismo – e tinham necessariamente de conduzir a isso”.

² Os filósofos alemães K. Marx e F. Engels viam essa questão de forma muita nítida e com bastante clareza, por esta razão a definiram de forma magistral em sua obra *Ideologia alemã*. Assim escreveram Marx e Engels (2007, p. 47) ao tratarem da questão da ideologia dominante, *i. e.*, da ideologia burguesa: “As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força *material* dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força *espiritual* dominante. A classe que tem à sua disposição os meios da produção material dispõe também dos meios da produção espiritual, de modo que a ela estão submetidos aproximadamente ao mesmo tempo os pensamentos daqueles aos quais faltam os meios da produção espiritual. As ideias dominantes não são nada mais do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, são as relações materiais dominantes apreendidas como ideias; portanto, são a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante, são as ideias de sua dominação. Os

[...] é a mais perigosa, [é] a que permite que todas as outras se desencadeiem sem obstáculo; ela provém de um conjunto de opressões oriundas de uma longa, terrivelmente longa, tradição de leis clandestinas. “A calma dos indivíduos e das sociedades é obtida pelo exercício de forças antigas, subjacentes, de uma violência e de uma eficácia tal que passa despercebida”, e que, no limite, não é mais necessária, por estar inteiramente integrada; essas forças nos oprimem sem ter mais que se manifestar. Só aparece a calma a que fomos reduzidos antes mesmo de nascer. Essa violência, escondida na calma que ela própria instituiu, sobrevive e age, indetectável. Ela cuida, entre outras coisas, dos escândalos que ela própria dissimula, impondo-nos mais facilmente e conseguindo suscitar uma tal resignação geral que já não se sabe mais ao que está resignando: de tão bem que ela negocou seu esquecimento!

Não existe arma contra ela, a não ser a exatidão, a frieza da constatação. [...] (Acréscimos meus e aspas do original).

Assim sendo, fora diante destes estudos e sistematizações prévias que foi resolvido intitular o trabalho com o cognome de: *O trabalho estilhaçado: a acumulação primitiva do trabalho plataformizado*, haja vista que, devido tanto a nova gramática seguida de um léxico bem próprio a doutrina capitalista e que vem se fundindo harmonicamente àquela própria já consagrada da gentrificação capitalista da realidade apresentada por Harvey, em seu livro, de 1994, intitulado *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural* (Harvey, 1994) quanto da mistificação apologética³ da realidade já consolidada pela burguesia pelos a muito chamados por Marx e Engels, em seu livro, de 1932⁴, *A ideologia alemã* (Marx e Engels, 2007), de “merceeiros de ideias” que grassam pelos tantos aparatos de dominação capitalistas, ocorre um fato bem peculiar.

indivíduos que compõem a classe dominante possuem, entre outras coisas, também consciência e, por isso, pensam; na medida em que dominam como classe e determinam todo o âmbito de uma época histórica, é evidente que eles o fazem em toda a sua extensão, portanto, entre outras coisas, que eles dominam também como pensadores, como produtores de ideias, que regulam a produção e a distribuição das ideias de seu tempo; e, por conseguinte, que suas ideias são as ideias dominantes da época. Por exemplo, numa época e num país em que o poder monárquico, a aristocracia e a burguesia lutam entre si pela dominação, onde portanto a dominação está dividida, aparece como ideia dominante a doutrina da separação dos poderes, enunciada então como uma “lei eterna”. (Itálicos e aspas do original).

³ Vale frisarmos aqui que, de acordo com o professor István Mészáros (2011a, p. 1089), “a supremacia econômica é capaz de produzir as formas mais inesperadas de mistificação ideológica” para ocultar a sua derrocada frente ao sorvedouro que o capital não possui mais chances de sair. Ou seja, se cotejarmos Mészáros (2011b) poderemos aferir nas palavras do autor que “as recentes tentativas de conter os sintomas da crise que se intensificam pela nacionalização – camufla de forma cínica – de grandezas astronômicas de bancarrota capitalista, por meio dos recursos do Estado ainda serem inventados, só cumprem o papel de sublinhar as determinações causais antagônicas profundamente enraizadas da destrutividade do sistema capitalista. Pois o que está fundamentalmente em causa hoje não é a penas uma crise financeira maciça, mas o potencial de autodestruição da humanidade no atual momento do desenvolvimento histórico, tanto militarmente como por meio da destruição em curso da natureza”.

⁴ Para ser mais fidedigno a obra marxiana, um fato é bem auspicioso neste momento. Na verdade, *A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas* foi elaborada por Marx e Engels e enviada ao prelo em 1846. Porém, provavelmente por conta da influência no mercado editorial da época daqueles a quem “a crítica da crítica crítica” se endereçava, eles não conseguiram publicá-la e, assim, esta ficou “engavetada” e, segundo Marx, legada a “crítica roedora dos ratos” até 1932, ano de sua publicação oficial.

Na obra *Uberização, trabalho digital e indústria 4.0*, lançada em 2020, Ricardo Antunes e coautores, ao analisarem diversas nuances de precarização do trabalho ao redor do mundo chegam a uma conclusão bem aproximativa. Conforme este grupo de intelectuais, a vida dos trabalhadores está cada vez mais envolta em baixíssimos salários, na insegurança de vida e na normalização de condições insalubres que remontam as condições mais abissais de passado colonial. Para manter a “liga” destas condições de forma conformista com a subjetividade do proletariado se faz necessário um inculcamento ininterrupto e, assim, a captura da subjetividade do proletariado. Em exposição sobre o papel da ideologia da corrosão do trabalho, o professor Ricardo Antunes, no capítulo do livro mencionado por último, e intitulado *Trabalho intermitente e uberização do trabalho no limiar da Indústria 4.0* (Antunes, 2020b), é extremamente assertivo em suas palavras. Antunes (2020b, p.15) acentua de forma enfática que

[...] se essa tendência destrutiva em relação ao trabalho não for fortemente confrontada, recusada e obstada, sob todas as formas possíveis, teremos, além da ampliação exponencial da informalidade no mundo digital, a expansão dos trabalhos “autônomos”, dos “empreendedorismos” etc., configurando-se cada vez mais como uma forma oculta de assalariamento do trabalho, a qual introduz o véu ideológico para obliterar um mundo incapaz de oferecer vida digna para a humanidade. Isso ocorre porque, **ao tentar sobreviver, o “empreendedor” se imagina como proprietário de si mesmo, um quase-burguês, mas frequentemente se converte em um proletário de si próprio, que auto explora seu trabalho.** [...] (Aspas do original e negritos meus).

Conforme destacou-se no excerto acima, vivemos envoltos a uma trama ideológica mistificadora, em uma ditadura burguesa-ideológica. Antunes (2020b, p. 20) complementa o que se ressaltou a pouco e nos alerta para o fato de que nas condições sobre ditas “os trabalhos assalariados transfiguram-se, então, em ‘prestações de serviços’, o que acaba por resultar na exclusão da legislação social protetora do trabalho”, movimento este que por sua vez vai abrindo precedentes cada vez mais deletérios para formas das mais diversas de precarização das formas de trabalho, *i. e.*, abre-se margem para toda forma de subversão e de subcontratação, subutilização da força de trabalho semiqualificada e/ou qualificada e, por último, desaguando em um aumento vertiginoso de um desemprego da “classe-que-vive-do-trabalho” (Antunes, 2018) cada vez mais tacanho e voraz e, assim, não de forma accidental mas, sim, pragmática, a relações de trabalho escravizado em pleno século XXI.

Isto posto, em anuênci a com Forrester (1997), as novas relações de trabalho, de flexibilização das formas de emprego e de subemprego e do desemprego estrutural são o foco do nosso interesse neste trabalho crítico. Como também nos alertam os dois sociólogos do trabalho Helena Hirata, em capítulo de livro intitulado *Trabalho flexível, empregos precários?: uma comparação brasil, França, Japão* (Hirata, 2009) e Ruy Braga, ao longo de sua obra intitulada *A política do precariado: do populismo a hegemonia lulista* (Braga, 2012)⁵, a “desocupação permanente”, e por isso mesmo estrutural, da classe trabalhadora no mundo do trabalho não pode ser dissociada da precariedade do emprego. Mornente, para o bom logro dele refletimos sobre essa temática a luz de críticas que foram desenvolvidas por sociólogos, economistas, historiadores e por antropólogos do trabalho renomados. Profissionais estes que a anos vem desenvolvendo estudos sobre a precarização e o vilipêndio no “Mundo do Trabalho”. Dito isso, por um lado, levamos em consideração o valor ontológico do trabalho na formação do ser humano propriamente dito enquanto que por outro lado levamos em consideração as novas formas de articulação e da regulação da economia mundial e brasileira desaguando, em seu último momento, na análise crítica da reconfiguração dos sistemas de empregos, das relações de trabalho e do que Forrester (1997) chamou de “desemprego permanente”.

As três partes constitutivas em que este estudo se organiza recobrem três das vertentes que me pareceram mais importantes nos processos de precarização do trabalho, e por isso mesmo, centrais a discussão da temática em tela. Portanto, são objetivos desta pesquisa:

I. No primeiro capítulo – *A dialética do trabalho: trabalho antropomórfico e trabalho desantropomorfizado* – é abordado o movimento pendular da dialética presente na categoria do trabalho. Na seção intitulada: *Categoría trabajo enquanto fundamento antropomórfico da generidade humana: a identidade do homo ergaster original*, busca-se promover aos leitores um resgate sintético do valor ontológico do trabalho, entendendo-o enquanto ato de fruição e de catarse humana. Ademais, na seção intitulada: *A categoria do trabalho enquanto fundamento desantropomórfico do gênero humano: o princípio do homo ergaster falsificado e da reificação humana*, enseja-se apresentar aos leitores uma síntese

⁵ Na verdade, este livro trata-se de uma publicação baseada na tese de Livre-docênci a do autor que foi desenvolvida em concomitânci a ao ano sabático de seu Pós-Doc. Este que por sua vez foi desenvolvido no Departamento de Sociologia da Universidade da Califórnia, em Berkeley, e defendida em 2012.

crítica sobre as principais mistificações da categoria do trabalho ao longo de nossa história humana e sua intensificação a contento do modo de produção capitalista;

II. No segundo capítulo – *A transformação macroeconômica proposta pelo neoliberalismo e o advento do “eu neoliberal” no Brasil* – pretende-se resgatar historicamente as principais consequências seguidas pelo preço pago pela assim chamada globalização, ou seja, visa-se resgatar historicamente os processos de reestruturação, de flexibilidade e de precarização da economia e do trabalho. Assim, dando seguimento à discussão sobre a “desantropomorfização do trabalho” presente no primeiro capítulo, tanto a dinâmica econômica quanto a transformação do mercado de trabalho são abordados na segunda parte do trabalho para fundamentar o terceiro e último capítulo do estudo em tela. Com isso, se objetiva não perder de vista a relação dialética que as caracteriza, refletindo sempre sobre os distintos cursos pelos quais se metamorfosearam as relações de emprego relativas ao trabalho precário e ao desemprego permanente;

III. No terceiro e último capítulo – *Patrões de si mesmos ou déspotas de si próprios?* – busca-se caracterizar à luz do materialismo histórico-dialético a tessitura do proletariado e do precariado como indivíduos sociais e como vivem essa nova forma de individualidade social dentro do advento do trabalho platformizado. Enseja-se com isso descrever e analisar criticamente o processo de trabalho precarizado dos “entregadores por aplicativos”, tanto em suas determinações econômicas como nas sociais.

Dito tudo isso, e à guisa de conclusão, no livro em tela o leitor poderá encontrar as preocupações temáticas presentes no debate atual sobre o processo contido nas relações de trabalho precarizadas, filtradas pelo horizonte teórico-metodológico marxiano em suas dimensões de unidades dialéticas compostas pelo conjunto de determinações históricas, ou seja, com uma cariz voltada para os complexos de totalidade, ontológica e histórica. Este é o sinuoso caminho que o formulador deste livro se propôs a incorrer e que os leitores poderão aferir a partir de então.

Francisco Glauber de Oliveira Paulino
Caucaia, Ceará, 05 de março de 2025

APRESENTAÇÃO

À guisa de apresentação, é importante que se diga logo de início que o presente livro é, com pouquíssimas modificações, a monografia de graduação em Pedagogia de seu autor. Os conteúdos desenvolvidos ao longo deste opúsculo homônimo a monografia têm como base o texto do Trabalho de Conclusão de Curso (Paulino, 2022), trabalho este que fora defendido no dia 12 de dezembro de 2022 no Centro de Educação da Universidade Estadual do Ceará (CED-UECE), *campus* Fortaleza⁶.

Dito isso, agora lanço mãos às palavras do grande esteta da literatura mundial português, José Saramago (1922-2010). Saramago (2017, p. 82) nos diz, em sua obra *Cain*, esta lançada em nosso país pela editora Companhia das Letras, em 2009, o seguinte: “Com estas minhas mãos amassei este pão que te trago, com o fogo que só dentro da terra há o cozi”. Dou início a esta exposição descritiva com estas belas palavras por compreender que elas condensam, dentro de sua chave poética e de expressão catártica, o labor intelectual e físico empregado nas páginas que se seguirão.

Isto posto, agora posso afirmar que embora a apresentação costume figurar as primeiras páginas de um livro ou de ou outro fac-símile a verdade é que, assim como o prefácio que lhe antecede, a apresentação só é construída no momento da conclusão da redação de nosso estudo, quando finalmente podemos explicar o mesmo a partir de numerosas perspectivas do que para nós significou a nossa escrita.

Assim sendo, pareceu-me, inicialmente, que este *labour* fora um processo de construção fascinante, fruto – como todas as coisas produzidas pelo trabalho concreto – de um contexto amplo e de determinadas circunstâncias e de múltiplas determinações que lhe circunscreveu e que gostaríamos de socializar, a partir de agora, com os leitores.

Posso asseverar aoleitor que a tarefa de apresentar as primeiras linhas de um livro não é uma tarefa nada fácil visto que esta hercúlea tarefa também pode ser vista como um resumo indicativo da sequência dos estudos bibliográficos e documentais da pesquisa, assim como também de seu conteúdo expositivo e, por último, de poder lançar as primeiras aproximações, ainda que de forma muito genérica e/ou sintética, a lógica adotada para a investigação trabalhada ao longo da pesquisa por seus elaboradores. Por

⁶ Gostaria de deixar aqui registrado os meus mais sinceros agradecimentos aos professores que participaram como membros avaliadores na banca de defesa, os professores Raquel Dias Araújo (orientadora), Frederico Jorge Ferreira Costa (avaliador interno) e Andreyson Silva Mariano (avaliador externo), bem como a profa. Maria Núbia de Araújo (grande entusiasta desta pesquisa).

isso, não se trata aqui de se trazer à lume uma mera formalidade da academia, mas, sim, de uma importante e necessária referência dos condicionantes que ventilaram a produção da pesquisa que já começa a se desvelar.

Frente aos diversos matizes de interpretações do objeto em estudo que antecedem esta, compreendemos que não havia como estudar de forma honesta o fenômeno da precarização do trabalho e, assim, o advento do precariado, o inculcamento da racionalidade capitalista na consciência da classe trabalhadora e, assim, o sequestro da consciência de classe etc. – assim como qualquer outro fenômeno humano – e desejar transpor os seus contornos limitantes, sem ter de tratar os seus determinantes histórico-sociais mais importantes. Contudo, o que aqui é apresentado ao leitor é tão somente uma visão panorâmica do valor ontológico do trabalho, da desantropomorfização da efetivação humana que se deu vide a implementação da nova lógica normativa do capital (neoliberalismo) e o advento do mundo do trabalho plataformizado (uberização) com a mais cristalina consciência de que não iremos esgotar tão rica discussão em 173 páginas, nem muito menos asseverar ao tema palavras conclusivas ou com um certo “tom de ponto final” sobre a temática em questão, embora, em alguns momentos, parte de nossos posicionamentos pessoais e políticos frente a luta de classes possam parecer aos leitores incisivos em demasia.

Inspirando-me na forma que os professores Ricardo Antunes e István Mészáros (1930-2017) adotaram, respectivamente, para organizar as suas obras *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho* (Antunes, 2009) e *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição* (Mészáros, 2011), organizei esta apresentação de tal modo que a leitura e o estudo dos capítulos e/ou seções poderão ser realizados conforme a necessidade e/ou interesse dos leitores, que podem ser: a) ler o livro como um todo, seguindo a sequenciação dos capítulos e das seções escolhida pelo seu construtor e, assim, com vista na categoria de totalidade, apropriar-se do conteúdo como um todo; b) tomando as “partes constitutivas” e, assim, apropriando-se dos capítulos e/ou seções componentes das mesmas isoladamente, haja vista que estes também formam um conjunto coerente de abordagens; c) tomando cada capítulo isoladamente, pois embora os três capítulos dialoguem entre si, cada capítulo possui uma identidade própria.

Irei desenvolver a minha escrita sempre me lembrando e buscando fazer as devidas considerações junto ao nosso texto que todas as relações sociais e de produção

funcionam de forma desigual e combinada na esfera de reprodução e de representação do capital, como bem nos lembra o geógrafo marxista David Harvey logo na introdução de seu livro *17 contradições e o fim do capitalismo* (Harvey, 2016)⁷.

Evidentemente, não irei examinar aqui todas as formas de trabalho penoso, estratificado e precarizado dos quais se tem registro, haja vista a vastíssima diversidade de casos particulares que se atravessam e se constitucionalizam-se na totalidade. Contudo, dentro de minhas possibilidades, tentarei percorrer algumas destas particularidades em seus contornos espaciais e temporais em seus extremos que se encontram do Oriente ao Ocidente. Logo, não há aqui nenhuma tentativa de minha parte em esgotar o assunto e a minha hipótese geral será testada com o auxílio bibliográfico e com a análise de uns poucos estudos de caso.

Desejo poder ao final deste livro ter promovido aos leitores o que for de mais essencial de minha pesquisa. Como forma de demarcar o posicionamento filosófico e político, escolhi a linha de pensamento materialista marxiana e marxista para elaborar a esta pesquisa, pois compreendo que esta filosofia prática não só possui o mais formidável e completo arsenal de crítica filosófica, sociológica, histórica e econômica para o nosso bom logro como a percebo como sendo o único *páthos* que está pautado na concretude da realidade e que por este motivo possa ser utilizado contra a decadência ideológica burguesa, às ideologias mistificadoras que arvoram a ideologia dominante e que reificam a consciência da classe trabalhadora.

A obra marxiana e marxista é o ponto arquimédico deste trabalho de pesquisa, pois tomo esta filosofia como a mais apropriada para quem busca a compreensão mais acertada acerca das metamorfoses sofridas pelo capitalismo ao longo dos seus 200 anos⁸

⁷ Desde o início do nosso processo de elaboração do “estado da arte” de nosso tema vimos que tanto a corrosão quanto as mais variadas formas de vilipêndio do trabalho, embora com distintas e óbvias distinções entre estas, não se restringiam a apenas um país, a um gênero, a uma raça ou área específica do mercado de trabalho, ou seja, o processo de liofilização do trabalho, a agudização da luta de classes e a estratificação de raça, gênero e etnia não são fenômenos locais ou pontuais mas, sim, um fenômeno uno, global e estrutural. A título de informação sobre este espectro ampliado da precarização da tessitura social e do trabalho onde podem ser encontradas as suas minudências indicamos ao leitor, além de Harvey (2016), respectivamente, o livro organizado pela professora Helena Hirata, *Trabalho flexível, empregos precários?: uma comparação Brasil, França, Japão* (São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2009), o livro do sociólogo do trabalho Ruy Braga, *A rebeldia do precariado: trabalho e neoliberalismo no Sul Global* (São Paulo, Boitempo, 2017) e, por último, os Tomos I e IV da coleção de livros organizada pelo professor Ricardo Antunes, *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil...* (São Paulo, Boitempo, 2006;2019).

⁸ Tomo aqui como marco da forja do nosso objeto de crítica, o Capitalismo Industrial e o Capitalismo Corporativo, frutos da Revolução Industrial (1820-1840). Contudo, temos ciência de que o modelo de produção capitalista já demonstrava os seus arquétipos mais elementares nos idos dos séculos XV a XVIII, no que ficou registrado nos livros como “Mercantilismo”.

decorridos e que ao mesmo tempo fosse "anti fatalista", *i. e.*, que dispusesse uma alternativa viável ao capitalismo a classe trabalhadora. Independentemente das experiências históricas que malograram e que se reivindicavam socialistas, tendo como fundamento ideológico o marxismo, compreendemos o marxismo como um componente indescartável da cultura moderna e da cultura ocidental no século XXI e, a nosso entender, a única capaz de apresentar a classe trabalhadora uma alternativa concreta e viável ao precipício que a organização da produção maquínico-informacional capitalista e societal burguesa nos trouxe.

Apropriar-se da leitura histórico-dialética da tradição marxista é a melhor forma de ingressar no universo da cultura moderna, pois nenhuma outra filosofia é capaz de promover ao gênero humano do tempo presente o acesso ao patrimônio da cultura do ocidente tal como a obra de cariz marxiana. Karl Marx⁹ (1818-1883) e Friedrich Engels¹⁰ (1820-1895) ao longo de toda a sua vasta e rica literatura descontinaram o universo literário e o universo filosófico para o proletariado, *i. e.*, estes dois pensadores rasgaram o véu da mistificação que ocultava a verdade do proletariado. Suas ideias, após 200 anos, continuam a ser hoje uma lição que as novas gerações devem recorrer para apreender-se enquanto classe e enquanto gênero e, assim, tomar consciência de classe e ser capaz de compreender melhor o mundo e "auto-emancipar-se" (Thompson, 2019).

O que Marx e Engels vislumbraram em sua filosofia foi poder munir o proletariado com o conhecimento que o levasse ao seu processo de autoliberdaçāo, de transformação de uma classe *em si* à classe *para si*¹¹. Ou seja, eles visavam apresentar à classe

⁹ O círculo mais íntimo à família Marx, como por exemplo a fiel amiga da família, que depois da Senhora Marx era quem governava o lar, Helene Demuth, chamada carinhosamente por todos de "Lenchen", o amigo mais leal e inseparável da família F. Engels, as suas três filhas Jenny, apelidada de "Jennychen", Eleanor, carinhosamente chamada de "Tussy" e Laura, que também atendia pelo cognome de "Kakadou" e mais umas poucas pessoas chamavam-no de "Mouro". Para mais detalhes sobre as minudências da vida e obra de Karl Marx remetemos o leitor a duas biografias que tratam da vida e obra do mesmo de forma exegética: *Marx pelos marxistas* (São Paulo: Boitempo, 2019) e *Karl Marx: uma biografia* (São Paulo: Boitempo, 2020).

¹⁰ Por ser um exímio perito nas artes militares, F. Engels era igualmente chamado pelo cognome de "General" dentro dos círculos proletários e pelos seus amigos mais próximos. Engels possuía uma vasta familiaridade com a ciência militar. Ele era um estudioso profundo das questões militares onde inclusive chegou a produzir um rico material de leitura sobre o tema. Para um melhor detalhamento da vida e obra de Friedrich Engels remetemos o leitor a obra de Gustav Mayer (1871-1948) *Friedrich Engels: uma biografia* (São Paulo: Boitempo, 2020).

¹¹ Em linhas gerais, a existência do ser *em si* (o ser compreendido enquanto potência/possibilidade) consiste em uma sociabilidade espontaneamente assumida, em uma existência alienada que aceita de forma irrefletida e sem questionamentos a "hierarquia espontânea" das atividades heterogêneas que governam a sua vida cotidiana. Logo, a consciência efetiva e a capacidade de transformação da realidade concreta em uma existência *em si* só existem enquanto "potência em estado latente". Já a existência do ser *para si* (o ser apreendido enquanto potência em ato/realização) se encontra em relação efetivamente consciente do indivíduo particular com a genericidade humana (e sua classe) que ordena sua vida cotidiana com base nesta relação consciente, evidentemente no interior das condições e possibilidades dadas. O indivíduo *para*

trabalhadora um processo de transformação capaz de reestruturar uma classe que existe objetivamente de forma passiva (*em si*) à uma classe consciente do seu papel revolucionário na sociedade e que seja capaz de lançar-se na luta pela sua emancipação (*para si*).

Conforme Sachs (2019, p. 323)¹², o processo de tornar a classe *par si* consiste também em um processo formativo da classe trabalhadora

[...] a fim de dar-lhe consciência do seu papel, procurando transmitir a ela o máximo dos conhecimentos das leis da sociedade e da luta de classes, os quais ele mesmo, em companhia de Engels, descobriu e sistematizara. **Por educação, Marx não entendia uma atitude paternalista ou acadêmica, e sim assistência e orientação na luta diária que o operário trava contra o capital, nas lutas parciais e políticas no seio e contra a sociedade burguesa e que servem de escola para a formação de um proletariado com consciência de classe** (negritos nossos).

Em meu estudo, escolhi como título *O trabalho estilhaçado: a acumulação primitiva do trabalho plataformizado* buscando realizar uma analogia com a proposição de dois autores de peso. Para elaborar a primeira parte de nosso título, *O trabalho estilhaçado*, me esmerei no título da obra lançada na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), em 1972, pelo psicólogo russo Alexander R. Luria (1902-1977) *O homem com um mundo estilhaçado*. Nesta obra, o autor descreve de forma magistral o esforço de um homem que após perder parte de sua massa cefálica por conta de um ferimento de guerra tenta readquirir suas capacidades reflexivas superiores e, assim, “auto-refazer-se” (Thompson, 2019) enquanto homem. Já o subtítulo, *a acumulação primitiva do trabalho plataformizado*, é fruto de inspiração da célebre formulação empregada no Tomo I de *O capital: crítica da economia política*, de 1867, mais especificamente no seu capítulo 24 – A assim chamada

si (realizado plenamente) é uma pessoa que sintetiza em si mesma a contingente singularidade da particularidade e a universalidade da genericidade humana de forma consciente. Logo, a consciência e a capacidade de transformação da realidade concreta em uma existência *para si* existem enquanto “potência em estado ativo”. Para mais detalhes sobre as nuances do ser *em si* e do ser *para si* remetemos o leitor a obra do professor Newton Duarte intitulada *A individualidade para si: contribuição a uma teoria histórico-crítica da formação do indivíduo* (Campinas, SP: Autores Associados, 2013) ou ao capítulo intitulado *A pedagogia histórico crítica e a formação da individualidade para si* presente na obra colaborativa dos professores Dermeval Saviani e Newton Duarte *Conhecimento escolar e luta de classes: a pedagogia histórico-crítica contra a barbárie* (Campinas, SP: Autores Associados, 2021).

¹² Dito isso, lanço agora minhas mãos em um texto publicado originalmente pela Organização Revolucionária Marxista Política Operária (Polop), em 1970, do jornalista Érico Sachs (1922-1986), *Caminho e caráter da revolução brasileira*, texto este onde ele, um dos militantes do movimento operário mais atuantes na luta operária entre as décadas de 1940 a 1980, embora de origem austríaca foi naturalizado como brasileiro na década de 1930, se preocupou em demonstrar de forma lapidar o como Marx e Engels viam o papel da educação na formação da consciência proletária.

acumulação primitiva. Esta expressão foi usada por Karl Marx para lançar luz na rapina, no saque e na violência que antecederam os anos áureos da burguesia.

Com *Trabalho estilhaçado*, quero significar o radical empobrecimento do trabalho na formação humana que, na sociedade capitalista, como bem anuncia o militante e filósofo marxista tcheco Karel Kosik (1926-2003), em sua obra *Dialética do concreto*, se reduziu a um conjunto de “simples” regras formais e intelectivas que operam na “práxis utilitária” e “manipulatória” da burguesia (Kosik, 1976).

Inspirando-me no método de análise marxiano proposto na obra *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política*, de Marx, escrita no ínterim dos anos 1857-1858, e publicada pela primeira vez em formato de livro pelo Instituto Marx-Engels-Lenin do Comitê Central do Partido Comunista da União Soviética (MEGA I) muitos anos após a morte de seu autor, em 1939, tomo como “ponto de partida” (Marx, 2011, p. 54-64) o problema entre as relações das condições nocivas e acintosas de trabalho e a desigualdade social que dela resulta e assim abordar o advento cadáveroso do trabalho plataformizado. Algo que cresce celeremente feito um miasma cancerígeno em nossa sociedade levando a classe trabalhadora da condição de protegida para semiprotegida, de semiprotegida para desprotegida e, por último, de desprotegida para o *labour* escravizado e combinações esdruxulas das anteriores. Ou seja, levando o proletariado para o lumpesinato e outras esferas abjetas e deletérias da humanidade que são cada vez mais comuns no “Mundo do Tralho”, em qualquer parte do globo.

Para esta, em muito contribuíram com suas exposições, comunicações, críticas e sugestões, respectivamente, as nossas atividades na Universidade Estadual do Ceará (UECE), bem como algumas atividades complementares as primeiras desenvolvidas na Universidade Federal do Ceará (UFC), na Universidade de São Paulo (USP) e na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) por meio da nossa participação nos seus grupos de estudos e em colóquios, cursos de extensão e seminários organizados pelos seguintes coletivos: Grupo de Estudos Educação Teoria e História (GEETH/UECE); Instituto de Estudos e Pesquisa do Movimento Operário (IMO/UECE); Grupo de Pesquisa Ontologia do Ser Social, História, Educação e Emancipação Humana (GPOSSHE/UECE); Núcleo de Economia Política (VIÈS/UFC); Grupo de Pesquisas em Antônio Gramsci (GGRAMSCI/UFC); Grupo de Estudos Marxistas (GEM/UFC); Centro de Estudos dos

Direitos da Cidadania (CENEDIC/USP); Grupo Mundo do Trabalho e suas Metamorfoses (IFCH/UNICAMP); e a TV e Editorial Boitempo.

Estas múltiplas facetas supracitadas em muito influenciaram nosso modo pessoal de interpretar intelectivamente, de viver as condições do trabalho de pesquisa acadêmica que agora apresentamos e, por seu turno, a natureza, a qualidade e as contradições deste trabalho em particular. O ponto de partida foi a análise bibliográfica acerca do valor ontológico do trabalho, a desantropomorfização do mesmo e das representações das franjas do precariado a respeito de sua prática laboral.

Ainda anuente com o método analítico marxiano tomo como “ponto de chegada” (Marx, 2011, p. 54-64) uma aproximação mais sintética a respeito do papel que a alienação desempenha na consciência desse precariado no processo de vilipêndio a que é submetida a classe trabalhadora pelas Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC’s), *i. e.*, pelas empresas de gerenciamento algorítmico das plataformas digitais ligadas a *sharing economy* (Economia de compartilhamento), *big data*¹³, *gig economy*¹⁴, *internet das coisas*¹⁵, *empresas de nuvem* entre outras tantas denominações que servem para “dourar a pílula” antes de ser entregue para o proletariado e que são determinadas pelos gigantes do Vale do Silício, *Google*, *Amazon*, *Facebook*, *Apple* e *Microsoft* (GAFAM)¹⁶.

¹³ O termo *Big data* surgiu em 1997, sendo utilizado para nomear um grande volume, em rápido crescimento e, por vezes, não estruturado de dados gerados continuamente a serviço do capital. Ao longo das últimas décadas, a quantidade de dados produzidos tem crescido de forma exponencial, comoditizado, selecionado, organizado e vendido pelos grandes trustes do Vale do Silício para grandes conglomerados do *Mass media*. Para mais detalhes sobre a natureza e o *modus operandi* da *Big data* remetemos o leitor ao livro organizado pelo professor Rafael Grohmann, *Os laboratórios do trabalho digital: entrevistas* (São Paulo, Boitempo, 2021) e ao livro organizado pelo professor Ricardo Antunes *Uberização, trabalho digital e indústria 4.0*. (São Paulo, Boitempo, 2020).

¹⁴ *Gig economy* é um termo bastante utilizado no léxico do capitalismo de plataforma para se referir a uma nova cultura e tendência de trabalho. Nesse contexto, temos trabalhadores temporários e flutuantes sem vínculo empregatício efetivamente seguros (freelancers, autônomos) e empresas que subcontratam estes trabalhadores precarizados. O termo não é novo, mas se tornou tendência mundial na era digital, impulsionado por empresas como Uber e Amazon, por exemplo. De acordo com o dicionário de Cambridge, *gig economy* é um arranjo alternativo de emprego, uma forma de trabalho em que as pessoas exercem uma atividade *freelancer* e recebem separadamente por cada projeto/serviço. Para mais detalhes, além dos textos sugeridos na nota 8, recomendamos a leitura do texto *Gig economy: o que é e as mudanças nas relações de trabalho*. Ela se encontra disponível em: <https://ead.cesmac.edu.br/blog/gig-economy>. Acesso em: 23 out. 2022.

¹⁵ O termo *Internet das Coisas* foi elaborado para descrever a rede de objetos físicos incorporados a sensores, softwares e as Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC’s) com o objetivo de conectar e trocar dados com outros dispositivos conectados a sistemas e plataformas diversas pela internet. Esses dispositivos variam de objetos domésticos comuns a ferramentas industriais sofisticadas. Para uma melhor apreensão do termo indicamos a leitura da matéria *O que é IoT?*. A mesma se encontra disponível em: <https://www.oracle.com/br/internet-of-things/what-is-iot/>. Acesso em: 23 out. 2022.

¹⁶ GAFAM é uma sigla que foi utilizada em uma entrevista por um professor da Universidade de Paris VIII, Sébastien Broca, para fazer menção aos 05 dos principais trustes do Vale do Silício: *Google*; *Apple*; *Facebook*; *Amazon*; *Microsoft*. Nesta, S. Broca, tratou das ambiguidades do comum no trabalho digital. Esta fala do prof. foi proferida em uma entrevista cedida ao Laboratório de Pesquisa DigiLabor – o DigiLabor tem

A sutileza da animosidade e do poderio do GAFAM é tão grande, tão influenciadora, tão mistificadora e tão “inescapável” que – dentro de uma leitura livre da forma que o termo foi utilizado na literatura – certamente poderíamos muito bem lançar mão na ideia do *Príncipe*, originalmente elaborada por Nicolau Maquiavel (1469-1527), em 1513, para caracterizar uma forma ideal de governo e que, entre tantos outros autores que lhe traçaram novos contornos, foi retomada por Antonio Gramsci (1891-1937) para qualificar o que ele nomeou de *Príncipe Moderno*, em 1949, ao se referir a uma ideia de “Partido ideal” em defesa do proletariado e por Octavio Ianni (1926-2004) para qualificar o que ele designou como *Príncipe Eletrônico*, em 2000, referindo-se a influência do *Mass media*¹⁷ na formação da opinião da população em geral e, assim, denominarmos o GAFAM como *Príncipe Algorítmico*, haja vista que esta metáfora sintetiza de forma cabal o “discreto charme” do controle que estes cinco trustes transnacionais do Vale do Silício tem sobre todos os países, sobre todos os governos e se não sobre toda a população mundial certamente em sua grande e maior parte.

Ao afirmar que o ponto de partida foi a análise de dados bibliográficos e documentais, na realidade, indico apenas o nosso ponto de partida formal e não o ponto de partida real. Deve-se alertar aos leitores o fato que os dados colhidos durante a revisão de literatura e do levantamento de dados, estes não me foram dados gratuitamente e sem nenhum dispêndio emocional ou de dispêndio de energia psíquica e física nem muito menos desinteressada. Nós os buscamos, construímos e reconstruímos vários roteiros de estudo e de análise. O nosso real ponto de partida não foi a análise dos dados que agora dispomos aos leitores, mas, sim, de algo que, nos ditames de um dos principais educadores brasileiros, o professor, filósofo e pedagogo Dermeval Saviani, em sua obra,

como foco investigativo as conexões entre o Mundo do Trabalho e as Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC's), com ênfase em temas como o trabalho plataformizado, algoritmo e inteligência artificial, relações entre comunicação no Mundo do Trabalho e circuito de produção-consumo e cultura digital e está ligado a pós-graduação em Ciências da Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos) –. A fala foi publicada, em 2021, em um livro organizado pelo professor Rafael Grohmann, *Os laboratórios do trabalho digital: entrevistas* (São Paulo, Boitempo, 2021).

¹⁷ *Mass media*, ou meios de comunicação de massa, são todos os tipos de aparatos impressos, analógicos e/ou digitais utilizados para difundir textos, imagens e/ou áudios para uma massa heterogênea e indeterminada de pessoas rapidamente. O *Mass media* são um complemento perfeito para disseminar, a nível massivo, qualquer mensagem importante e/ou relevante sobre uma estratégia de marketing ideológico. Ou seja, é uma importante ferramenta de formação de opinião pública em geral. Como bem afirma o sociólogo Octávio Ianni, em sua obra *Capitalismo, violência e terrorismo* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004), “Mais do que o partido político, o sindicato, o movimento social, o parlamento, a igreja e outras instituições “classicamente” consideradas formadoras de opinião pública, é a mídia [de massa] que ocupa crescentemente as mentes e os corações de indivíduos e coletividades” (IANNI, 2004, p. 323). (Aspas do original e acréscimos nossos).

que foi publicada originalmente em 1983, *Escola e democracia* podemos chamar de uma *síntese precária*¹⁸. Foi desta *síntese precária* da qual nós possuímos em forma de angústias e de inquietações pessoais sobre a temática que nós construímos esta pesquisa. Mesmo assim esta *síntese precária* foi que nos serviu como ponto arquimédico para suspender a coleta dos dados bibliográficos a um nível superior de elaboração.

Porém, mesmo que este debate ainda mantenha a sua importância e relevância, e digna de pesquisas acadêmicas sérias, o próprio objeto de nossa pesquisa nos conduziu a um aprofundamento histórico sobre o tema e a novas questões e, por seu turno, a encontrar novas respostas para atender as interrogantes iniciais, haja vista que, logo no início de nossa pesquisa estávamos compreendendo que “a roda da história estava girando para trás”, isto é, pensamos que as condições de trabalho no modelo clássico fabril contemporâneo estavam regressando às condições de exploração mais estratificantes e virulentas do passado, estas que por sua vez foram descritas de forma analítica, já em 1845, por Engels, em sua obra *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra* (Engels, 2010).

Ademais, a medida em que avançamos em nossa pesquisa bibliográfica, principalmente nos estudos de quatro intelectuais de peso como é o caso do cientista político Giovanni Alves, em seu livro, lançado em 2011, *Trabalho e subjetividade: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório* (Alves, 2011); do jornalista e escritor uruguai Eduardo Galeano, em sua obra, originalmente publicada em 1971, *As veias abertas da América Latina* (Galeano, 2019); do sociólogo do trabalho e cientista social Ricardo Antunes, em seu estudo, publicado em 2011, *O continente do labor* (Antunes,

¹⁸ Síntese precária, para Saviani (2018), livro que por sua vez, por conta se sua importância e principalmente por ter mantido atualidade com o desafio de nossa educação, já vai na 44^a edição pela editora Autores Associados, é o movimento que começa no conjunto das observações empíricas do cotidiano, isto é, do todo figurado na intuição do indivíduo e que deságua no concreto, ou seja, que tem como ponto de partida o empírico imediato e como ponto de culminância uma visão que circunscreve uma totalidade mais rica em determinações concretas e objetivadas. Todo este processo se dá por intermédio da mediação do abstrato com o concreto, *i. e.*, se dá graças ao movimento de análise entre os conceitos abstratos e as determinações empíricas mais simples constituindo, assim, uma orientação mais acertada tanto para o processo de descoberta de novos conhecimentos (método científico) como para o processo de ensino (método pedagógico). Para Saviani (2012, p. 61-62), “o movimento global do conhecimento compreende dois momentos. Parte-se do empírico, isto é, do objeto na forma como se apresenta à observação imediata, tal como é figurado na intuição. Nesse momento inicial, o objeto é captado numa visão sincrética, caótica, isto é, não se tem clareza do modo como ele está contido. Aparece, pois, sob a forma de um todo confuso, portanto, como um problema que precisa ser resolvido. Partindo dessa representação primeira do objeto, chega-se por meio da análise aos conceitos, às abstrações, às determinações mais simples. Uma vez atingido esse ponto, faz-se necessário percorrer o caminho inverso (segundo momento) chegando, pela via da síntese, de novo ao objeto, agora entendido não mais como ‘a representação caótica de um todo’, mas como ‘uma rica totalidade de determinações e de relações numerosas’” (Aspas do original).

2011b), e do historiador e militante da causa proletária Marcelo Mattos, em livro publicado em 2019, *A classe trabalhadora: de Marx ao nosso tempo* (Mattos, 2019), compreendemos que “a roda da história estava girando *corretamente* para a frente” e o que estávamos vendo inicialmente era apenas uma espécie de ilusão de ótica, ou para usarmos uma expressão mais precisa, algo mistificado.

Algo que costuma ofuscar a expansividade da relação espoliativa sociometabólica do capital que, via trabalho estranhado, “dessubstancializa” o ser genérico do homem por intermédio de uma, como bem menciona o saudoso sociólogo Francisco de Oliveira (1933-2019), em sua obra, publicada originalmente em 1972, *Crítica à razão dualista: o ornitorrinco* (Oliveira, 2013)¹⁹, “arcaização do moderno” seguida de uma “modernização do arcaico”, o que por sua vez deságua em uma espécie de “presentificação do passado” ou de um “espantalho” que, ao invés de ser estofado com palha ou forragem, fora preenchido pelo que havia de pior nas formas de “exploração absoluta” e com o que existe de mais avançado na tecnologia que possa elevar esta condição de “exploração relativa” a níveis nunca alcançados em toda história humana.

Assim sendo, este fato não acalentou os nossos corações, muito pelo contrário, ele serviu como uma brasa acesa em nossos corações a todo instante e nos estimulando a concluir, mesmo que de forma preliminar, em anuêncio com o que o professor Antunes (2020a) tratou na aula pública que foi organizada pela Boitempo Editorial no aniversário de 201 anos do nascimento de Karl Marx, que a classe trabalhadora está sendo condicionada a condições mais abjetas, deletérias e extratíficantes do que as encontradas nos primeiros ciclos de desantropomorfização do trabalho, *i. e.*, as condições de exploração presentes no “Modo de Produção Asiático”, no “Escravismo” e no “Feudalismo” e as encontradas na protoforma do capitalismo, ou seja, nas relações de exploração fabril.

Dois fatos que são dignos de serem incluídos em nossa introdução, haja vista que, como bem menciona Mikhail Bakhtin (1895-1975), em *Os gêneros do discurso* (Bakhtin, 2016), toda produção científica, com efeito, fica circunscrita tanto histórica quanto geograficamente em um período específico, ou seja, toda fala é datada e situada, é o fato de que quando começamos a sistematizar as primeiras ideias centrais a nossa discussão e a iniciar a confecção do corpo de nosso estudo, em 2020, ocorreram respectivamente:

¹⁹ Originalmente, este texto foi publicado pela primeira vez apenas como *Crítica à razão dualista*. Somente em 2003 que foi compendiado ao mesmo a segunda parte intitulada *O ornitorrinco*.

1. O nosso trabalho veio à lume junto ao aprofundamento do processo negacionista e anticientífico causado pelo obscurantismo beligerante de um governo que podemos seguramente afirmar que ele vem grassando desde pelo menos o Golpe “jurídico-midiático-parlamentar” em 2016. Por conta disso, em nosso entendimento, o nosso país caminha rumo ao cadafalso celeremente. Outrossim, o nosso trabalho foi redigido durante um contexto incerto, nefasto e obscuro de nosso futuro por conta dos impactos do congelamento dos gastos públicos em diversas áreas, como por exemplo Saúde a Educação, por 20 anos impetrados pelo suposto Pacto de Estabilidade e Crescimento (EC 95), pacto este apelidado pelos seus críticos de “Emenda do fim do mundo”, em 2016, pelo então governo golpista e terceirizado de Michel Temer (PMDB)²⁰ e, respectivamente, pelo duplo pacote de contrarreformas “austericidas” que se abateram sobre a classe trabalhadora com as contrarreforma trabalhistas (2017) e previdenciárias (2019), ou seja, o governo brasileiro, via a Lei 13.467/17, pôs em curso a “reforma trabalhista e por intermédio da Emenda Constitucional 103/19 pôs nos trilhos a “contrarreforma da previdência”.

2. Fomos surpreendidos com uma pandemia sanitária que fora causada pela disseminação do novo coronavírus da SARS-CoV-2. Pandemia esta que, por sua vez, enquanto restringia milhões de pessoas ao isolamento em suas próprias casas, forçou outros tantos de milhões a penhorarem as suas vidas e de seus familiares em busca de sua sobrevivência objetiva, ou seja, de seu sustento mais básico. Esta pandemia somou-se ao “capitalismo virótico” e levou a vida humana às condições mais abissais. Vale lembrar que o discreto verniz que encobria o abismo social entre as duas classes elementares no início da pandemia defendendo que a pandemia era policlassista não durou muito, haja vista que a primeira morte por Covid-19 oficialmente registrada foi a de uma sexagenária que trabalhava na casa de uma família burguesa que regressara ao Brasil da Itália no início da pandemia. Toda a família estava infectada e, assim, infectaram a sua empregada doméstica, porém, apenas ela veio a óbito por não ter recebido os cuidados hospitalares devidos.

²⁰ Até a execução do golpe jurídico-midiático-parlamentar de 2016, o então Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) mantinha, desde o processo de redemocratização brasileiro (1984), o “P” de “Partido” à frente de seu cognome. Entretanto, após o golpe de 2016, a organização do agora “não mais partido” – provavelmente com saudades do tempo em que formando um dueto “bailou pelo salão” por 21 anos com o partido oficial da Ditadura empresarial-militar (1964-1984) Aliança Renovadora Nacional (ARENA) – resolveu por unanimidade por voltar a seu antigo cognome de Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

Este último fato sobredito fez com que aumentasse de forma vertiginosa entre os primeiros meses de 2020 o número de “entregadores por aplicativos” em todo o nosso território nacional, haja vista que os bolsões de desempregados, já formados por milhões de desesperados e desalentados, receberam um sem número de pessoas, em proporções nunca vistas pela sociologia do trabalho, de pessoas que ou perderam os seus já precários empregos, e com isso os seus salários, ou de “profissionais autônomos” – pessoas que aparecem na fala mistificadora como “empreendedores” ou como “eu S.A” – que perderam suas únicas fontes de renda. Sobre esta situação mencionada por último, o filósofo Marco Gonsales, em capítulo de livro intitulado *Indústria 4.0: empresas plataformas, consentimento e resistência* (Gonsales, 2020) fez uma síntese profunda. Gonsales (2020, p. 135), ao analisar este fenômeno de forma ampliada nos diz que,

[...] Nesse cenário de catástrofe sanitária global e consequente isolamento social, os entregadores e entregadoras por aplicativos, que atuam para empresas plataformas como Uber Eats, 99 Food, iFood, Rappi, Loggi, entre outras, foram alçados, por governantes e por parte da população, a uma das soluções para o enfrentamento das dificuldades do isolamento social. Outrora invisíveis, esses trabalhadores e trabalhadoras se tornaram, da noite para o dia, “heróis”, pois assumiram (sem alternativas) os riscos de contaminação e seguiram nas ruas entregando pedidos para que os demais ficassem em casa.

No entanto, a promoção a heróis não significou maiores rendimentos, tampouco melhores condições de trabalho para esses trabalhadores e trabalhadoras. Como muitas pessoas ficaram desempregadas durante a pandemia, para uma parte expressiva da população, trabalhar para empresas plataformas de entregas de encomendas (delivery) se tornou uma das poucas alternativas de sobrevivência. No entanto, mesmo com a demanda do setor aquecida, entregadores e entregadoras afirmaram que estavam recebendo poucas chamadas, que o tempo de espera entre cada pedido havia aumentado e os rendimentos estavam reduzidos, já que, quanto maior o número de trabalhadores e trabalhadoras disponíveis, menos o valor pago por seu tempo de trabalho [...] (Aspas e acréscimos do original).

Este fato nos causou bastante indignação e por conta disso fez com que a nossa pesquisa direcionasse o seu foco para tal questão²¹. Portanto, em nosso processo investigativo tivemos constantemente que reexaminar e reelaborar tanto os nossos roteiros de pesquisa quanto algumas das teses anteriormente apresentadas, renunciar a algumas ideias que foram se mostrando problemáticas à medida que nos apropriamos de nosso objeto de pesquisa e, assim, seguindo também os passos de Karl Marx, tivemos que tanto reelaborar quanto reescrever inúmeras vezes o esboço original.

²¹ Neste ponto, limitamo-nos apenas a indicar de forma bem genérica estes 03 acontecidos, pois, cientes que esta pouca tinta não faz jus à discussão, por hora, iremos inferir apenas estas poucas palavras sobre os 03 acontecidos, pois estes temas serão melhor trabalhados e apresentados de forma devida mais à frente em nossa exposição.

Na maioria dos casos, todo o processo de pesquisa e de elaboração de um livro fica apagado ou subsumido da versão final, assim como as escolhas dentre alternativas que seus construtores realizam, que, muitas vezes, são o que mais interessa. Para chegar a esta formatação que o leitor tem em mãos, foram feitas muitas adaptações em sua versão original, sobretudo a fim de imprimir alguma sequência lógica e, principalmente, sistematicidade aos capítulos e subtópicos que a compõem. Logo, para não tornar muito cansativo aos leitores, pouparamos os mesmos e excluímos da versão final de nosso estudo muitas das questões que antes nos pareciam de algum modo relevante ou até mesmo corretas quando confrontadas com o materialismo histórico-dialético, como bem diriam Marx e Engels (2010b), tudo que era sólido e estável se desmanchara no ar.

Devemos desde já alertar aos nossos leitores que não possuímos a menor pretensão de estarmos criando aqui uma teoria completamente inédita referente à categoria do *trabalho* ou muito menos a categoria do *precariado*. O que iremos apresentar logo mais se trata de nossa concepção sobre a precarização do trabalho como um todo frente a agudização da luta de classes e da crise estrutural do capital, que, a propósito, não é de forma alguma uma elaboração original de nossas cabeças, mas, sim, uma ideação compartilhada com diversos autores cujo trabalho de pesquisa situam-se nesta seara.

Logo, asseveramos que o nosso estudo não tem a menor pretensão de ser a pesquisa sobre a desantropomorfização do trabalho, mas, sim, a humildade de ser mais uma pesquisa sobre a desantropomorfização do trabalho e que buscou ser o mais fidedigna e zelosa a teoria marxiana e marxista possível, sempre observando a precarização do trabalho seguida de uma subproletarização das relações estratificantes do trabalho e que vem à baila em uma época onde o acirramento da luta de classes chega a níveis assombrosos para se somar aos outros tantos estudos que buscam apresentar a classe trabalhadora uma chave de interpretação mais válida possível que possa ventilar a superação do modo de gestão societal do capitalismo beligerante e, assim, poder superar a “pré-história da humanidade” e levar o homem ao seu pleno desenvolvimento humano, no comunismo.

A guisa de conclusão de nossa conclusão, parafraseamos agora o que disse Georg Lukács (1885-1971)²² para alertar aos nossos leitores do fato de o que conseguimos

²² Como nós voltaremos a este autor em outros momentos de nossa exposição, visto que o julgamos por demais pertinente em nossos estudos, julgamos que desde já deveríamos trazer à lume uma nota explicativa

sistematizar e que irá se revelar nas páginas vindouras de que nossa exposição. Anuentes com Lukács (2018), afirmamos que embora o nosso estudo não possua uma pretensão de ser apenas um dossiê ele também não possui a pretensão de responder a exigência e a justificativa presente em estudos cientificamente completos e sistemáticos renomados, o que por sua vez os leitores poderão encontrar facilmente, se este for de seu interesse, ao cotejar as referências bibliográficas ao final deste.

Desenvolvimentos como os que estão contidos nas páginas vindouras possuem o inevitável limite de não poder responder a todas as questões de forma completa e sistemática visto que sempre estamos circunscritos aos nossos próprios limites de compreensão teórica, metodológica, espacial e temporal. Ou seja, as frases sempre ficam inacabadas diante da tarefa e da dúvida de como é melhor encerrá-las.

*Francisco Glauber de Oliveira Paulino
Caucaia, Ceará, 05 de março de 2025*

sobre uma curiosidade que envolve a grafia de seu nome e que fora adotada pelo próprio autor durante a sua “fase” de juventude – utilizamos o termo “fase” não com o intuito de seccionar o pensamento e a obra do autor, mas, sim, como apenas um marco etário do autor –. Conforme anotações feitas durante um minicurso que fora ofertado durante a XXIII Semana Universitária da Universidade Estadual do Ceará (SU/UECE), em 2018, onde foi ministrado pelo prof. Rogério Santos de Castro, o filósofo de origem húngara György Lukács durante a sua primeira “fase”, em sua história pessoal de vida, devido a influência do autor alemão George Simmel (1858-1918), autor este a quem Lukács muito diletava de sua filosofia a época, passou a assinar o seu nome como Georg Lukács para marcar uma aproximação filosófica com tal autor. Logo, por entendermos que a maioria dos estudiosos da filosofia lukácsiana adotam esta forma de escrita do nome do autor, utilizaremos a grafia “György Lukács” sempre que fizermos alguma menção a esse autor desvinculado de alguma obra em específico ou quando esta obra já trouxer esta forma de grafá-la, ou seja, iremos adotar a forma “Georg Lukács” e “György Lukács” nas citações literais e nas referências mantendo anuência com as obras cotejadas.

SUMÁRIO

PREFÁCIO APRESENTAÇÃO

CAPÍTULO 1 31

A DIALÉTICA DO TRABALHO: TRABALHO ANTROPOMÓRFICO E TRABALHO DESANTROPOMÓRFICO

CAPÍTULO 2 66

A TRANSFORMAÇÃO MACROECONÔMICA PROPOSTA PELO NEOLIBERALISMO E O ADVENTO DO “EU NEOLIBERAL/SA” NO BRASIL

CAPÍTULO 3 127

PATRÕES DE SI MESMOS OU DÉSPOTAS DE SI PRÓPRIOS?: O MUNDO DO TRABALHO PÓS ASCENÇÃO DO TRABALHO PLATAFORMIZADO

CONSIDERAÇÕES FINAIS 162

REFERÊNCIAS 173

SOBRE O AUTOR 179

CAPÍTULO 1

A DIALÉTICA DO TRABALHO: TRABALHO ANTROPOMÓRFICO E TRABALHO DESANTROPOMORFIZADO

“Que calor! O sol não aparecia no sótão. As aberturas nas paredes não o deixavam entrar. Porém o calor denunciava a sua presença”.

(Jorge Amado).

A ode em epígrafe condensa, de modo assertivo e inteligente, uma chave de leitura sobre a categoria do trabalho de um dos nossos mais famosos e traduzidos romancistas e pensadores brasileiros do século XX. Em sua obra *Suor*, escrito na Bahia, em 1934, Jorge Amado (1912-2001) lançou mão neste recurso poético para fazer seu leitor refletir acerca do trabalho explorado e as condições de precariedade social a que a classe trabalhadora é submetida em nosso país. Anuentes com este, lançamos mãos nas palavras deste célebre escritor baiano para pensarmos um pouco sobre o movimento pendular do trabalho, *i. e.*, para refletirmos sobre o valor antropomórfico do trabalho que permanece oculto mesmo em sua antípoda.

Antes de darmos início a essa nossa difícil empreitada, esclarecemos que esta pesquisa parte de uma premissa fundamental: o trabalho penoso, estratificado e precarizado não é uma determinação natural, ele resulta, sim, de uma relação social que a exige e apresenta particularidades subjacentes ao contexto social em que se insere. Mormente, assim como o procurador do Ministério Público do Trabalho e chefe da Coordenadoria Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo (Conaete-MPT), Tiago Muniz Cavalcante, em obra publicada pela Boitempo editorial, em 2021, *Sub-humanos: o capitalismo e a metamorfose da escravidão*²³, “não enfrentaremos a justificação filosófica de Aristóteles para quem uns são livres e outros escravos, por natureza, nem mesmo a negação dessa condição pela dialética hegeliana” (Cavalcante, 2021, p. 22). Dentro de nossas possibilidades, nosso estudo se descura de tal problema filosófico, pois temos por

²³ Na verdade, este livro trata-se de uma publicação baseada na Tese do autor, que por sua vez foi apresentada com o título *Semiliberdade e sub-humanidade nas relações de trabalho das sociedades contemporâneas: o capitalismo e a metamorfose das ausências* ao Programa de Pós-Graduação em Direito do Centro de Ciências Jurídicas da Faculdade de Direito do Recife da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), área de concentração: Direito do Trabalho e Teoria Social Crítica, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Direito, em 2019.

verdadeiro o trabalho penoso como um estatuto humano e não como uma imposição ontológica.

Visto que a maior parte de nosso trabalho irá abordar a categoria do trabalho enquanto trabalho estratificado e por isso mesmo na forma de ato penoso – para evitarmos más interpretações e associações errôneas de nosso *labour* intelectual e, principalmente, de nosso posicionamento político frente a luta de classes – firmamos nosso posicionamento contrário às teorias que negam o valor ontológico do trabalho e que rejeitam a teoria do valor trabalho marxiana, como é o caso das propostas elaboradas pelo Grupo Krisis²⁴ e por Robert Kurz (1943-2012), Moishe Postone (1942-2018), André Gorz (1923-2007), Claus Offe e principalmente por Jürgen Habermas²⁵, entre tantos outros ideólogos defensores da hegemonia do capital. Informamos desde já que somos contrários às proposições míopes, ciclópicas e fragmentadas que foram elaboradas pelos “profetas do fim do trabalho”.

Mantemos anuênciamos aqui ao que fora proposto pelos professores Marcelo Mattos e Ricardo Antunes em seus respectivos livros *Os sentidos do trabalho: afirmações e negações sobre o mundo do trabalho* (Antunes, 2009)²⁶ e *Adeus ao trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho* (Antunes, 2011a)²⁷, entre outros autores da tradição marxista, haja vista que, alinhados a análise ampliada de trabalho compreendida por Marx, estes últimos defendem o caráter dúplice do trabalho.

Compreendemos que o reconhecimento da dimensão ontológica do trabalho é um *conditio sine qua non* para superar as críticas que se resumiram a crítica ao trabalho estratificado a uma “crítica reprodutivista” e que se propuseram a apresentar apenas o trabalho estratificado que “desusbitancializa” o ser sem levar em conta o como o gênero humano se “substancializa” e se efetiva de fato e, assim, aclarar uma chave de

²⁴ Grupo Krisis, *Manifesto contra o trabalho* (1999). Disponível em: <https://www.krisis.org/1999/manifesto-contra-o-trabalho/>. Acesso em: 26 jul. 2021.

²⁵ É digno de nota o fato de não termos nos debruçarmos de forma detida na larga obra de todos os autores mencionados, pois esta imersão iria tornar o nosso estudo mais extenso ainda e acabaria tangenciando a nossa proposta expositiva. Contudo, demarcamos o nosso posicionamento frente ao que estes defendem ao longo de suas obras o posicionamento do prof. Ricardo Antunes ao longo de suas obras *Adeus ao trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do trabalho* e, principalmente, o que o prof. R. Antunes defende no capítulo VIII de seu livro *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho – Excurso sobre a centralidade do trabalho: a polêmica entre Lukács e Habermas*, (Boitempo, 2009, p. 135-164) –. O professor por último mencionado não nos deixa nenhuma dúvida a respeito da verve pertinaz seguida da malquerença e da alegre rendição pós-modernista a individualidade alienada deles.

²⁶ Na verdade, trata-se de publicação baseada na tese de Pós-Doc do autor que foi desenvolvida na University of Sussex, na Inglaterra, sob a orientação do prof. Dr. István Mészáros e defendida em 1999.

²⁷ Para ser mais preciso, esta obra se trata de uma publicação baseada na tese de Livre-docênciia do autor, defendida na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), em 1994.

interpretação ampliada para uma melhor compreensão das multifacetadas do trabalho, pois como sentencia Mattos (2019, p. 110):

O dogma do trabalho libertador e a profecia do final do trabalho têm em comum sua unilateralidade. O primeiro só considera a dimensão antropológica do trabalho, abstraindo seu caráter historicamente determinado. O segundo só leva em consideração seu caráter concretamente alienado e alienante, abstraindo suas potencialidades criadoras. Na realidade, na “imbricação da ação e do trabalho”, as dimensões antropológicas e históricas estão estreitamente combinadas. Ainda que a alienação domine o trabalho assalariado há, ao mesmo tempo, um processo de socialização “forçosamente ambivalente”. [...] Não se trata de negar essa contradição, mas de se instalar nela para trabalhá-la. Por trás do trabalho imposto persiste, ainda que de forma débil, surda, essa “necessidade do possível”, que diferencia a atividade humana da plenitude simplesmente vegetativa. É o sinal, mesmo, de sua finitude e de sua capacidade para “ir mais longe”, para melhor ou para pior (Aspas do original).

Essa noção ampliada de classe trabalhadora é não apenas a mais pertinente para uma melhor compreensão da abrangência do trabalho, das relações contratuais e de estratificações sociais como, também, plenamente compatível com as reflexões propostas por Marx e Engels ao longo de toda a sua obra. Logo, começaremos a nossa exposição com um resgate expositivo do valor ontológico da categoria do trabalho porque aprendemos com Marx, no Tomo I de sua obra *O capital* (2017), que deveríamos começar a nossa exposição pela categoria do trabalho enquanto valor positivo e fundante da generidade humana, haja vista ser esta a categoria mais abstrata e elementar do fundamento ontológico do gênero humano, como igualmente, enquanto valor negativo que a mercadoria força de trabalho adota no modelo de gestão de produção capitalista seja a mercadoria mais abstrata do então modelo.

Assim sendo, a concepção de trabalho entendida como base fundante do ser social, que fora recuperada do legado marxiano e trazida à lume por autores da mais alta estima do marxismo, tais como Karl Marx e Friedrich Engels (2007); György Lukács, em sua obra *Para uma ontologia do ser social II* (Lukács, 2013); Ricardo Antunes, em sua obra *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil* (Antunes, 2006) e nas já aludidas (Antunes, 2009; 2011a); Giovanni Alves (Alves, 2011); pelos intelectuais marxistas Sérgio Lessa e Ivo Tonet, em seu estudo conjunto, *Introdução à filosofia de Marx* (Lessa; Tonet, 2008); é o objeto nodal da discussão presente no primeiro tópico dessa seção. Em primeiro momento, apoiados nas contribuições dos autores sobreditos, faremos uma exposição ontológica da categoria do trabalho assim como também do seu papel na tessitura do ser social enquanto tal. Ademais, no segundo momento, trazemos à baila o oposto do trabalho que

edifica a “generidade humana” (Lukács, 2013) para fundamentar os tópicos e seções vindouras nesta obra.

Assim, nessa seção que, como bem poderá ver o leitor, está dividido em dois momentos, na primeira seção intitulada: “Categoria trabalho enquanto fundamento antropomórfico da generidade humana: a identidade do *homo ergaster* original”, ensejamos poder promover ao leitor um resgate sintético do valor ontológico do trabalho, entendendo-o enquanto ato de fruição e de catarse humana, ou seja, nosso escopo neste momento da pesquisa é o de poder expor a categoria do trabalho enquanto um *conditio sine qua non* dos homens²⁸, enquanto categoria original do fundamento do gênero humano. Ademais, na segunda parte dessa seção, que está com o título de: “A categoria do trabalho enquanto fundamento desantropomórfico do gênero humano: o princípio do *homo ergaster* falsificado e da reificação humana”, ensejamos poder apresentar o “motor” do modo de produção capitalista. Ou seja, apresentamos uma síntese crítica sobre a desantropomorfização do trabalho, *i. e.*, pretendemos neste primeiro momento apresentar ao leitor, as principais mistificações da categoria do trabalho ao longo de nossa história humana e sua intensificação a contento do modo de produção capitalista em seus traços mais gerais.

A categoria trabalho enquanto fundamento antropomórfico: a identidade do *homo ergaster*

Pelo fato de a categoria do trabalho se tratar de uma formulação teórico-analítica estruturada onde o substantivo dela é abrangente e o seu adjetivo é complexa, procuramos nos deter neste primeiro momento a apenas alguns de seus principais elementos críticos onde, por sua vez, estes aparecem em seus contornos mais genéricos. Não pretendemos, portanto, no espaço deste estudo, reconstruir a concepção ontológica do trabalho de forma

²⁸ Visto que esta terminologia irá ainda se repetir inúmeras vezes em nossa escrita, julgamos pertinente uma breve nota explicativa frente às questões de identidade de gênero. Estamos em plena anuência com o que o professor José Paulo Netto proferiu em uma palestra ministrada em 2012, e afirmamos que sempre quando nos referirmos em nossa pesquisa ao “mundo dos homens” estaremos sim nos referindo ao conjunto de todo gênero humano. Logo, a partir de agora, quando nos referirmos apenas a *homem/homens, trabalhador/trabalhadores* para não ter que repetir a todo instante *homem* e *mulher / homens e mulheres, trabalhador e trabalhadora /trabalhadores e trabalhadoras* estaremos nos referindo a todo o conjunto do gênero humano e a todos que compõem a tessitura da classe trabalhadora, que é constituído obviamente de forma necessária por *homens* e por *mulheres* que possuem todos os tons de pele, todos os tipos de cabelo, todos os formatos de olhos e falam todas as línguas.

exegética e, assim, esgotarmos o tema – algo que por sinal já foi realizado de forma magistral pelo filosofo marxista húngaro György Lukács, em sua obra, de 1969, *Para uma ontologia do ser social*, Tomo II –, pois tal empreitada fugiria totalmente ao objetivo deste trabalho e, por si só, se constituiria numa pesquisa teórico-metodológica de envergadura, muito além das nossas atuais possibilidades. Aqui pretendemos tão somente explorar alguns elementos centrais da elaboração marxista acerca dos arquétipos do trabalho. Logo, procuramos traçar um melhor entendimento do universo mais geral dentro da tradição marxista sobre a temática do trabalho e, assim, tentaremos oferecer aos leitores apenas alguns elementos prévios e introdutórios e em seus contornos mais gerais.

Como bem acentua a profa. Marilda Iamamoto, em sua obra, de 2001, *Trabalho e indivíduo social: um estudo sobre a condição operária na agroindústria canavieira paulista* (Iamamoto, 2012)²⁹, ao ensejarmos o estudo e a privilegiar os temas ligados ao trabalho, urge logo de imediato a necessidade de explicarmos o significado real do trabalho no processo constitutivo do indivíduo social e na construção da vida material. Desse modo, iniciaremos a apresentar as considerações mais abrangentes que possibilitarão o desenvolvimento de nosso objeto de pesquisa. Dito isso, o que foi proposto por dois intelectuais de peso como é o caso dos professores José Paulo Netto e Marcelo Braz, em obra conjunta lançada pela editora Cortez, em 2006, e com o seguinte título na capa *Economia política: uma introdução crítica* parece ser bem significativa para começarmos a exposição de nossa questão. Vejamos então o que Paulo Netto e Braz (2008, p. 30) tem a nos dizer sobre este tema:

[...] as condições materiais de existência e reprodução da sociedade – vale dizer, a satisfação material das necessidades dos homens e das mulheres que constituem a sociedade – obtém-se numa interação com a natureza: a sociedade, através dos seus membros (homens e mulheres), transforma matérias naturais em produtos que atendem às suas necessidades. Essa transformação é realizada através da atividade a que denominamos *trabalho*. [...] (Acréscimos e itálicos do original).

Logo, após cotejarmos o excerto sobre exposto podemos afirmar, também em anuência com a primeira colocação de Iamamoto (2012), que o que chamamos de trabalho é algo completamente exclusivo do gênero humano e que na medida em que veio se desenvolvendo histórico, geográfico e culturalmente, estruturou ao longo de um larguíssimo decurso de tempo onde, por sua vez, à medida que avançavam sobre a

²⁹ Trata-se de uma publicação em formato de livro que data a primeira edição no mesmo ano de defesa da tese de doutorado da autora, defendida em 2001.

natureza e sobre o próprio gênero humano conseguiu romper com a “natureza hominídea”, podendo, assim, desaguar no que nós podemos chamar de “condição humana”. De forma bem sintética e apriorística, ao confrontarmos as duas obras dos três cientistas sociais, José P. Netto, Marcelo Braz e Marilda V. Iamamoto podemos assim refletir sobre a categoria do trabalho a partir da trípode ontológica que lhe sustenta da seguinte maneira³⁰:

1. A atividade meio do trabalho não se realiza através de uma atuação imediata sobre a matéria natural, muito pelo contrário, ela exige em sua execução laboral que, no decurso de seu desenvolvimento, cada vez mais transforma a matéria e os próprios indivíduos que o executam;

2. A atividade laboral e construtiva do trabalho não se realiza por decreto de determinações genéticas inculcadas no próprio ser. O trabalho para sua realização teleológica exige de seu executor a aplicação de um conjunto de habilidades e de regras que, por sua vez, estão imbricados em outros conhecimentos práticos adquiridos e acumulados pelo gênero humano;

3. O trabalho não atende a um cabedal limitado e invariável de necessidades, assim como também não se realiza sob formas fixas e estanques. As formas de realização do trabalho variam por demais sobre um espectro de possibilidades que desaguam no desenvolvimento e em novas necessidades.

Para aprofundar a nossa discussão sobre esta rica temática, faremos agora um ciclo de imersões sistémicas em estudos dentro da perspectiva marxiana e marxista ensejando poder irmos mais distante a cada mergulho e, não obstante, esperando apresentar ao final de nossa emersão uma possibilidade viável a ser seguida. Portanto, a princípio, lançaremos mão agora em Antunes (2009) e em Lukács (2013), já que conforme os mesmos, galgados na tradição marxiana e marxista, a categoria trabalho pode ser apreendida como a fonte originária de todo o gênero humano enquanto ser social, *i. e.*, nas palavras do filósofo húngaro e do professor sobreditos, o trabalho, enquanto valor de uso socialmente necessário, é o que podemos chamar de “protoforma de toda atividade realizada pelo gênero humano” e que por sua vez é o fundamento ontológico que alicerça o mundo dos homens.

³⁰ A trípode apresentada, para o seu bom logro, exige a íntima fusão entre habilidades e conhecimentos acumulados pelo gênero humano que, *a priori*, se acumularam inicialmente por intermédio da repetição e da experimentação espontânea e que desaguaram na capacidade de transmissão dos mesmos mediante o seu aprendizado prévio.

Dito isso, as palavras de outro grande estudioso do valor ontológico do trabalho, dentro da tradição marxiana e marxista, o professor Sérgio Lessa, em seu livro, *Mundo dos homens: trabalho e ser social* (Lessa, 2012), se fazem auspiciosas em nossa exposição. Nas palavras de Sérgio Lessa (2012, p. 25), podemos asseverar que “é no trabalho que se efetiva o salto ontológico que retira a existência humana das determinações meramente biológicas”. Como forma de sintetizar o que foi apresentado até aqui, lançaremos mão às palavras de – se não a maior – uma das maiores referências nesta área, a saber, o filósofo marxista György Lukács. No excerto vindouro, mesmo que pouco breve, sintetiza-se de maneira lapidar tanto a gênese do trabalho quanto a relação dialética entre o homem e a sociedade. Lukács (2013, p. 44), ao analisar de forma ampliada a categoria do trabalho, afirma o seguinte

[...] Somente o trabalho tem, como sua essência ontológica, um claro caráter de transição: ele é, essencialmente, uma inter-relação entre homem (sociedade) e natureza, tanto inorgânica (ferramenta, matéria-prima, objeto de trabalho etc.) como orgânica, inter-relação que pode figurar em pontos determinados da cadeia a que nos referimos, mas antes de tudo assinala a transição, no homem que trabalha, do ser meramente biológico ao ser social. [...] Somente no trabalho, no pôr do fim e de seus meios, com um ato dirigido por ela mesma, com o pôr teleológico, a consciência ultrapassa a simples adaptação ao ambiente – o que é comum também às atividades dos animais que transformam a natureza de modo involuntário – e executa na própria natureza modificações que, para os animais, seriam impossíveis e até mesmo inconcebíveis. [...] (Acréscimos do original).

Como podemos depurar do excerto sobredito, é por intermédio do trabalho que o ser social (homem) rompe os limites do ser natural (animal), isto é, de sua natureza animal propriamente dita, tornando-se, assim, o único ser vivo que supera as limitações impostas pela natureza o que por sua vez o diferencia de todos os demais animais e seres vivos. Ainda que tenha que garantir a reprodução biológica da espécie, visto que a esfera orgânica é a única base irrevogável do ser social, conforme Lukács (2013), o ser humano o faz dando saltos ontológicos, modificando o seu meio de vida e, em concomitância, transformando a si mesmo.

No quadro a seguir poderemos perceber de forma mais clara e esquemática o como se dá a “divisão” das esferas do ser social.

Quadro 1 – divisão das esferas ontológicas do ser



Fonte: Autor (2025).

O trabalho com valor fundante do ser social, ou seja, enquanto valor de uso, designa que qualquer construto do trabalho humano pode ser usado de maneira útil para a reprodução do gênero humano. Logo, cabe desde já uma exposição básica de seu polo oposto para o nosso arguto leitor, para evitarmos interpretações errôneas em nossa exposição da categoria que está a ser apresentada. Dito isso, ressaltamos que devido ao fato de possuirmos em nosso léxico vernacular brasileiro apenas um termo para designar a palavra trabalho³¹ e que por este motivo sempre iremos precisar de adjetivos para qualificá-la ou desqualificá-la. Por conseguinte, devemos tomar cuidado ao lê-la pois ela possui dois sentidos semânticos diametralmente opostos, *i. e.*, só podemos aludir a categoria em tela valorando-a de forma positiva ou negativa adjetivando-a (enquanto trabalho concreto e/ou enquanto trabalho abstrato) para designá-la. Por isso, não devemos tomar um pelo outro.

Para ressaltar o valor ontológico do *trabalho*, e em anuência com o que disse Engels, em seu texto, de 1876, *Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem* (Engels, 2020), afirmamos que o trabalho é a origem de toda riqueza já criada pelo gênero humano, *i. e.*, toda a natureza transformada existente. Conforme o autor aludido a pouco, a hominização do homem só foi realizável concretamente pelo fato de ter havido a

³¹ Em nota explicativa presente em *O capital* (2017, p. 124), onde o autor polemiza a interpretação que é vista por ele como errônea adotada por A. Smith diante da determinação do valor por meio da quantidade de trabalho despendido na produção da mercadoria com a determinação dos valores das mercadorias por meio do valor trabalho, Engels afirma a vantagem que podemos encontrar na língua inglesa visto que, conforme o autor mencionado por último, o léxico da língua inglesa possui “a vantagem de ter duas palavras para esses dois diferentes aspectos do trabalho. O trabalho que cria valores de uso e é determinado qualitativamente é chamado de *Work*, em oposição a *Labour*; o trabalho que cria valor e só é medido quantitativamente se chama *labour*, em oposição a *work*”. Para mais detalhes sobre a ressonância positiva e negativa da palavra/categoría trabalho, remetemos o leitor ao verbete *Trabalho* (p. 396-399), da obra de Raymond Williams (1921-1988), *Palavras-chave: um vocabulário de cultura e sociedade* (São Paulo: Boitempo, 2007) e, respectivamente, os verbetes *Trabalho abstrato*, *Trabalho doméstico*, *Trabalho produtivo e improdutivo* e *Trabalho socialmente necessário* (p. 564-571) da obra de Tom Bottomore (1929-1992), *Dicionário do pensamento marxista* (Rio de Janeiro: Zahar, 2012).

interferência ativa e intencional da mão humana e da prevideação que dialeticamente a tornou possível. Podemos perceber apenas o trabalho como um *conditio sine qua non* de toda a vida humana, pois, conforme o Engels (2020), em grande medida, podemos afirmar que foi por intermédio do trabalho que se criou a generidade do próprio homem.

No mesmo texto referido acima, o filósofo alemão citado irá vincular o surgimento do complexo da linguagem em detrimento da categoria do trabalho, pois, conforme Engels, tema que será retomado e explorado exegeticamente por Lukács (2013), a linguagem surgiu como uma necessidade imprescindível do trabalho já que se fez necessário a transmissão do que fora ideado e construído por um indivíduo para os outros membros da mesma espécie de seu convívio para a promoção da generidade humana, isto é, desde que surgiu o trabalho, mesmo que de forma ainda bem rudimentar, que se fez presente o complexo da linguagem, ainda que também de forma bem germinativa.

Traçando um quadro bem vívido dessa complexidade que é tão fundamental a esfera do ser social, Antunes (2009, p. 166), explicando a composição do trabalho diz-nos que

[...] O trabalho é, portanto, um momento efetivo de colocação de finalidades humanas, *dotado de intrínseca dimensão teleológica*. E, como tal, mostra-se como uma *experiência elementar da vida cotidiana*, nas respostas que oferece aos carecimentos e necessidades sociais. Reconhecer o papel fundante do trabalho na *gênese e no fazer-se do ser social* nos remete diretamente à dimensão decisiva dada pela esfera da *vida cotidiana*, como ponto de partida para a *genericidade para si* dos homens. [...] (Itálicos do original).

Em sua análise intitulada *Para uma ontologia do ser social II*, aqui já mencionada, Lukács (2013, p. 216-217) delineia com muita nitidez esse caráter modelar e permanente do ser social com os “complexos de complexos” ao nos propor o seguinte:

[...] ao promover o aparecimento da linguagem para o novo produzido por ele, para os novos procedimentos de sua produção, para a cooperação em tais atividades etc., o homem cria um *médium* do intercâmbio humano no nível da nova generidade. Quando tratamos do trabalho, já vimos que, independentemente do tipo dos estados de consciência que o acompanham, ele possui um caráter genérico, é objetivamente um elevar-se acima da mera particularidade do ser singular imediato. Essa tendência objetiva experimenta uma intensificação ainda maior na linguagem: por mais que o interesse imediato da consciência humana seja determinado por objetos singulares, por mais que esteja orientado para estes, realiza-se na linguagem, desde o princípio, uma intenção objetiva voltada para a legalidade do sujeito, para a objetividade no objeto por ela designado. [...] (Itálicos do original).

Diante do anteposto, podemos concluir que fora o trabalho, enquanto expressão de fruição e de catarse do gênero humano, que possibilitou a existência do ser social como o

conhecemos hoje, pois, conforme os autores referidos até aqui, fora por conta da criação da primeira ferramenta pela mão humana que surgiu a necessidade de comunicação entre os “recém nascidos” hominídeos já que, conforme Lessa (2012), se o homem não tivesse criado a capacidade de transmitir aos outros seres da mesma espécie o feito do primeiro machado, por exemplo, ainda hoje o homem estaria naquele primeiro e único machado e vivendo de forma animalesca. Ou seja, se o homem não tivesse criado a capacidade de transmitir as gerações futuras a chave do construto do seu trabalho não teria, assim, rompido as barreiras naturais que lhe circunscreviam. No quadro à frente podemos observar de forma ilustrada o que dissemos por último.

Quadro 2 – Evolução do machado ao longo da história humana



Fonte: Autor (2025). Imagens dispostas pelo Google imagens³².

Da esquerda para a direita; 1) descoberta das técnicas de lapidação das pedras brutas; 2) confecção de utensílios que somando-se tornaram-se a extensão do braço humano; 3) confecção dos primeiros utensílios adaptados para cada atividade humana; 4) ferramenta em seu estágio final.

Por esta razão que, diante do complexo de complexo da linguagem, galgado na tradição lukácsiana, numa de suas muitas exposições sobre o tema, Antunes (2009, p. 167) acentua de forma bem assertiva que

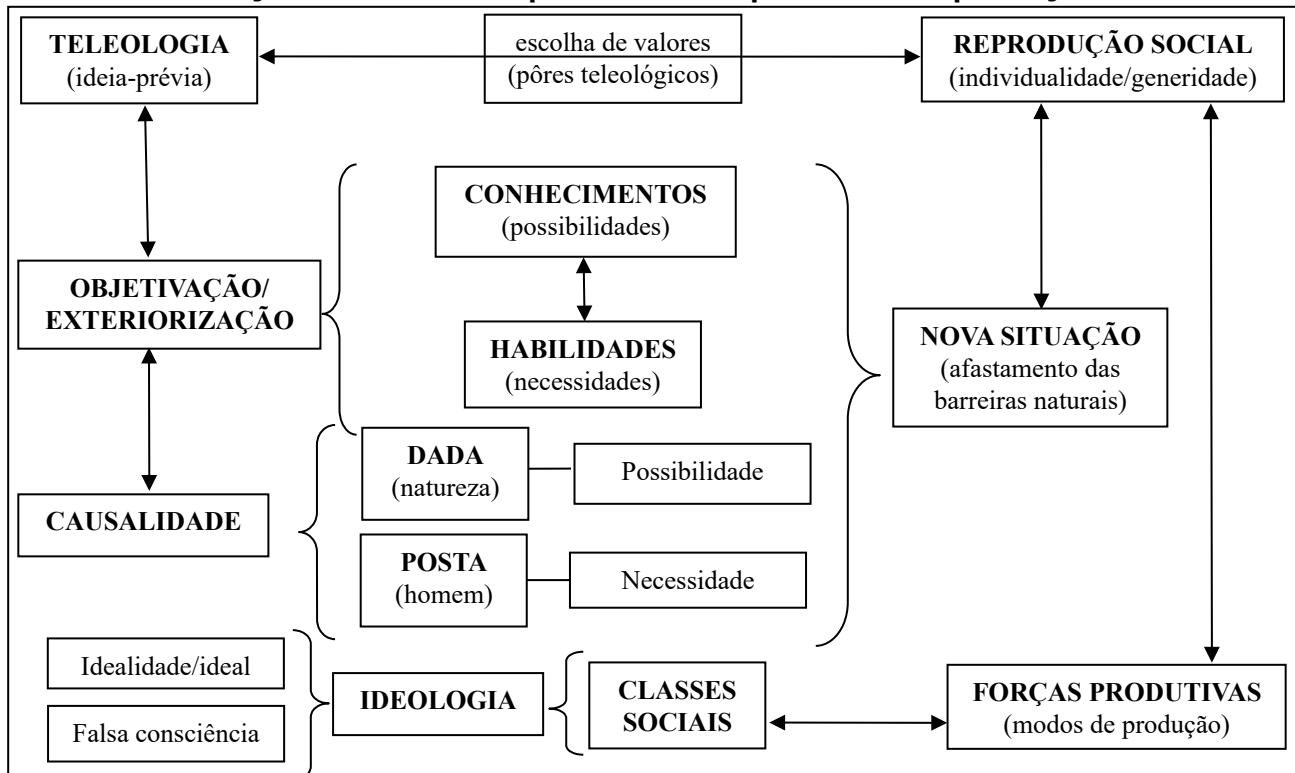
[...] “o ser de cada sociedade surge da totalidade de tais ações e relações”, uma vez que “a genericidade que se realiza na sociedade não pode ser uma genericidade muda, como no caso âmbito ontológico da vida que se reproduz de um modo meramente biológico. A história da sociedade mostra que esse ir mais além da genericidade muda, biológica, se objetiva nas formas mais elevadas, dadas pela ciência, filosofia, arte, ética etc.”.

Portanto, as inter-relações e interações entre o mundo da materialidade e a vida humana encontram no universo da vida cotidiana, nessa esfera do ser, sua “zona de mediação”, capaz de superar o abismo entre a genericidade *em si*, marcada pela relativa mudez, e a genericidade *para si*, espaço da vida mais autêntica e livre. [...] (Aspas e itálicos do original).

³² Todas as imagens estão disponíveis *in*: https://www.google.com/search?source=univ&tbo=isch&q=imagem+de+machado+primitivo&sa=X&ved=2ahUKEwjera6Vr_bsAhW3LLkGHTwJDH4Q7A16BAgIEF8&biw=1366&bih=625#imgrc=0lxE7UxvnDZH6M&imgdii=sgduUaqxBL1zWM. Acesso em: 09 nov. 2020.

Ademais, Lessa (2008; 2012), também aferrado na obra lukácsiana, acrescenta que é graças a capacidade de transmissão do *savoir-faire* do construto primevo entre um indivíduo e outro que este outro sujeito pode, além de reproduzir o que lhe fora ensinado transformá-lo e superá-lo, criando ininterruptamente o “novo”, aperfeiçoando assim o primeiro objeto e, *pari passu*, a si mesmo, pois, conforme o autor aludido por último, se o *homem* não tivesse esta capacidade ímpar do gênero humano sobre as demais espécies, por exemplo, ainda hoje se produziria machados do mesmo modo do primeiro, ou seja, com pedaços de paus e lascas de pedras, pois, como podemos concluir, em cada um dos processos singulares de *trabalho*, o fim regula e domina os meios *teleologicamente* alterando assim o próprio indivíduo a cada novo feito. No quadro que se segue logo à frente podemos ter uma melhor ideia do que dispomos acima.

Quadro 3 – relação entre os “complexos de complexos” na reprodução social do ser



Fonte: Autor (2025).

Logo, voltando à categoria do trabalho, percebemos que é o trabalho concreto, que deve ser o modelo defendido no esteio de uma sociedade que valorize a vida e a generidade humana como modelo de práxis a ser seguida. Este é o momento de efetivação humana por intermédio de sua inextricável relação com a prévia ideação e com

a teleologia³³, *i. e.*, é o instante que se efetiva a realização da prévia ideação da atividade a ser realizada, o que Lukács (2013) denomina de “pôr teleológico” e “causalidade posta”. O trabalho, enquanto atividade catártica, se manifesta como experiência fundamental da vida cotidiana, isto é, o trabalho produtivo se apresenta nas respostas que damos aos sermos obstados em necessidades sociais que se manifestam diuturnamente e de forma perene. As condições dessa razoabilidade são resumidas, então, por Lukács (2013, p. 41) da seguinte maneira

[...] mesmo um olhar muito superficial ao ser social mostra a inextricável imbricação em que se encontram suas categorias decisivas, como trabalho, a linguagem, a cooperação e a divisão do trabalho, e mostra que aí surgem novas relações da consciência com a realidade e, por isso, consigo mesma etc. **Nenhuma dessas categorias pode ser adequadamente compreendida se for considerada isoladamente** [...] (Negritos nossos).

Ou seja, ao nos debruçarmos na análise da categoria trabalho a fim de suprassumir os limites da sociedade capitalista percebemos que para um logro positivo de sua compreensão deve-se ter em *lócus* que o complexo da linguagem deve estar imbricado ao sentido de luta em defesa de um trabalho que não destrua a humanidade dos indivíduos e, tampouco, a própria natureza.

Diante de nosso entendimento de que a categoria analítica do trabalho resulta em algo muito maior do que um simples elemento teórico e abstrato, tentamos expor algumas de suas facetas mais latentes neste tópico. Grosso modo, ela se trata de uma categoria que além de nos permitir a real compreensão do movimento socioeconômico do modelo de gestão produtiva da produção capitalista também faz referência ao próprio modo constitutivo do ser propriamente assim do gênero humano e, por conseguinte, do modelo societal vigente. Por este motivo, neste tópico em específico de nosso trabalho investigativo, não trouxemos a categoria do trabalho de forma diminuta pertinente a forma deletéria de trabalho estratificado disposto pela gestão capitalista, mas sim, ressaltamos

³³ Estas duas expressões são centrais no vernáculo lukacsiano pois, por sua vez, estes definem conceitualmente os “complexos de complexos” fundamentais do ser social. Respectivamente, *teleologia* ou *pôr teleológico* significa a antecipação da ação mentalmente pelo homem antes que um novo objeto seja produzido na prática. É a etapa do planejamento, como um determinado objeto será feito e quais os materiais serão utilizados em sua feitura, o que por sua vez implica em escolhas entre alternativas. O *pôr teleológico*, grosso modo, se divide em duas alternativas basicamente: 1) *pôr teleológico* primário, ou seja, na ação transformadora sobre a natureza, em uma paisagem natural, a paisagem que não sofreu ação antrópica alguma, *i. e.*, que não sofreu interferência humana; 2) em *pôr teleológico* secundário, ou seja, em ação transformadora sobre a consciência humana. Por fim, o termo *causalidade*, também seccionado em dois ramos distintos, lança luz ao significado do mundo existente, onde em uma natureza aparece inalterada, ou seja, aparece enquanto causalidade dada, ou onde a natureza já aparece transformada pela ação humana e é designada como causalidade posta, *i. e.*, a natureza aparece como algo produzido pelo gênero humano. (Lukács, 2013).

sobremaneira algumas das faces da mesma que a torna uma categoria central e indispensável para uma compreensão concreta do próprio fenômeno humano-social. A desantropomorfização do trabalho será o tema do nosso próximo tópico.

A categoria do trabalho enquanto fundamento desantropomórfico: o princípio da reificação humana

Abordaremos agora a categoria trabalho enquanto valor de uso, e enquanto valor de troca, dito de outro modo, iremos abordá-la enquanto trabalho útil e edificante do gênero humano e enquanto trabalho estratificado e alienante do gênero humano na sociedade hodierna, pois, como nos alerta Lessa (2012, p. 31) “o reconhecimento do caráter fundante do trabalho para o ser social não inviabiliza a crítica radical de suas formas historicamente concretas”. Ou seja, é por intermédio desse reconhecimento ontológico do trabalho que poderemos avançar em nossa crítica ao modelo de trabalho alienante disposto pelo capital. Para tal, faremos uma breve exposição do que chamaremos de 08 ciclos de desantropomorfização do trabalho.

Quadro 4 – Breve levantamento histórico das características desantropomórficas dos principais modelos de produção existentes (Continua)

Modo de produção: Comunal-primitivo	Modo de produção: Asiático
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Comunidades nômades e coletoras. ➤ Instrumentos de trabalho extremamente rudimentares e de baixíssima produtividade. ➤ Avanço tecnológico baixíssimo. ➤ Não existe a ideia de posse dos instrumentos e demais utensílios de trabalho, os instrumentos são compartilhados por todos. ➤ Inexistência de propriedade privada dos meios de produção e classes sociais distintas. ➤ Propriedade coletiva dos meios de produção e trabalho e distribuição de bens de forma equitativa. ➤ Divisão do trabalho por idade e sexo. ➤ Criação dos primeiros complexos sociais. ➤ Lei fundamental: assegurar a sobrevivência da espécie grupalmente. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Mantém posição geográfica permanente. ➤ 1ª experiência de hibridização entre modelos de produção distintos (em algumas partes das novas comunidades já é possível encontrarmos o <i>gérmen</i> do escravismo como “forma parceira” de estratificação da força de trabalho). ➤ Pequeno avanço nos instrumentos de trabalho e melhoramento na produtividade. ➤ Descoberta da agricultura e da pecuária. ➤ Surgimento do excedente da produção. ➤ Avanço tecnológico limitado. ➤ Surgimento da propriedade privada e da exploração do trabalho de forma parasitária. ➤ Criação dos outros complexos sociais: Estado, Religião e do Direito para a legitimação da ordem vigente. ➤ Lei fundamental: Divisão de classes sociais.
Modo de produção: Escravista	Modo de produção: Feudal
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Propriedade privada dos senhores de escravos, inclusive dos próprios trabalhadores que são 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Propriedade privada dos senhores feudais sobre os meios de produção. ➤ 3ª experiência de hibridização entre

<p>forçados à condição de coisas/bens/propriedade.</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ 2ª experiência de hibridização entre modelos de produção distintos (em grande parte das regiões colonizadas pelos grandes senhores feudais e reis é possível encontrar o escravismo e a servidão como “formas parceiras” de estratificação da força de trabalho). ➤ Avanço tecnológico limitado. ➤ Os escravos não possuíam os seus instrumentos e muito menos os demais utensílios de trabalho. ➤ Produção baixa e destinada basicamente ao consumo local. ➤ Divisão social do trabalho: Cidade e Campo. ➤ Complexificação dos outros complexos sociais: Estado e Direito para perpetuação da ordem econômica. ➤ Lei fundamental: Manutenção da divisão das classes sociais e da acumulação de riqueza. 	<p>modelos de produção distintos (em grande parte das regiões colonizadas pelos grandes senhores feudais e reis era comum encontrar o escravismo e a servidão como “formas parceiras” de estratificação da força de trabalho).</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Avanço tecnológico limitado. ➤ Os servos eram vinculados à terra (feudo). ➤ Os servos possuíam os seus instrumentos e demais utensílios de trabalho. ➤ Divisão da sociedade em duas classes sociais fundamentais: a dos senhores feudais (donos da terra) e a dos servos da gleba (camponeses). <p>Lei fundamental: pagamento da renda da terra pelos camponeses aos seus senhores em forma de trabalho gratuito, produtos ou de dinheiro.</p>
<p>Modo de produção: Capitalista / industrial</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Propriedade privada dos meios de produção. ➤ Divisão social do trabalho rígida entre capitalistas e proletários. ➤ Grande avanço tecnológico e científico a serviço da classe dominante (burguesia). ➤ Produção de mercadorias destinadas exclusivamente para venda. ➤ Avanço tecnológico ilimitado. ➤ O trabalhador é “livre” para vender a sua força de trabalho a classe parasitária da burguesia em troca de uma curta fração do que este produz (salário). ➤ As relações sociais são reificadas e fetichizadas por intermédio da expressão mais abstrata do capitalismo o dinheiro. ➤ Lei fundamental: alta exploração do trabalho assalariado e produção incessante de mais-valor. 	<p>Modo de produção: Capitalista / Taylorista-Fordista</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Propriedade privada dos meios de produção. ➤ Divisão social do trabalho rígida entre capitalistas e proletários. ➤ Grande avanço tecnológico, maquinico e científico a serviço da classe dominante (burguesia). ➤ Produção de mercadorias em massa destinadas exclusivamente para venda. ➤ Avanço tecnológico ilimitado. ➤ O trabalhador é “livre” para vender a sua força de trabalho a classe parasitária da burguesia em troca de uma curta fração do que este produz (salário). ➤ As relações sociais e de produção dentro da fábrica são reificadas e fetichizadas por intermédio do cronômetro. ➤ Lei fundamental: alta exploração da força de trabalho assalariado e produção incessante de mais-valor.
<p>Modo de produção: Capitalista / Toyotista</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Propriedade privada dos meios de produção. ➤ Divisão social do trabalho rígida entre capitalistas e proletários. ➤ Divisão social do trabalho mistificada (colaborador) e dilatada morbidamente dentro da fábrica entre os proletários (aqui passa a ocorrer a captura da subjetividade do operário no chão de fábrica). ➤ Grande avanço tecnológico, maquinico, comportamental e científico a serviço da linha de 	<p>Modo de produção: Capitalista / 4.0</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Propriedade privada dos meios de produção (material e informacional). ➤ Divisão social do trabalho ultra mistificada (empreendedor) entre capitalistas e proletários (aqui o proletariado aparece como um burguês de si mesmo sendo um proletário de si próprio). ➤ Grande avanço tecnológico, maquinico, comportamental e científico controlado por algoritmos interconectados na <i>Big data</i> a serviço da classe dominante (burguesia). ➤ Produção e controle de serviços e

<p>produção.</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Produção de mercadorias controlada destinadas exclusivamente para venda sob demanda. ➤ Avanço tecnológico ilimitado. ➤ O trabalhador é “livre” para vender a sua força de trabalho a classe parasitária da burguesia em troca de uma curta fração do que este produz (salário). ➤ As relações sociais e de produção dentro da fábrica são reificadas e fetichizadas por intermédio de dinâmicas diversas de controle de comportamento e do cronômetro. ➤ Lei fundamental: alta exploração da força de trabalho assalariado e produção incessante de mais-valor. 	<p>mercadorias destinadas exclusivamente para venda.</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Avanço tecnológico ilimitado e ultra controlado. ➤ O trabalhador não tem mais a ideia de recebimento de salário ou de vínculo empregatício. ➤ A fábrica de mercadorias agora é o próprio mundo (as relações sociais e de produção são reificadas e fetichizadas ao mais alto nível por intermédio dos algoritmos). ➤ Lei fundamental: máxima exploração da força de trabalho e produção incessante de mais-valor.
--	---

Fonte: Autor (2025).

Assim sendo, iremos apresentar, grosso modo, o hiato que circunda a categoria aqui sabatinada tomando como o nosso primeiro mergulho na temática apresentada antes de seguirmos a nossa exposição, pois, como dito anteriormente, julgamos imprescindível essa compreensão, mesmo que minimamente, para manter a coesão de nosso texto e a leitura concreta de nossa exposição.

Conforme Antunes (2009), para compreendermos a importância do trabalho como o fundamento basilar da generalidade humana devemos, *a priori*, entender a distinção entre o trabalho concebido enquanto ato de fruição catártica do gênero humano (*work*) e enquanto atividade reificadora e estratificante da generidade humana (*labour*), pois, respectivamente, ambos se apresentam como atividades que nos distanciam da barreira natural, ou seja, é o que nos distingue de todas as outras espécies de animais. Entretanto, apenas o primeiro conceito se liga com a criação de “coisas” com valor de uso e enquanto atividade vital em seu espectro concreto para a reprodução do gênero humano, já o segundo conceito representa as atividades laborativas que criam “mercadorias” e relações estranhadas e reificantes próprias da sociedade capitalista, que por sua vez nos distancia da genericidade humana.

Ainda em anuência com Antunes (2009), o trabalho percebido enquanto *work* é uma atividade vital para a humanidade devido seu viés omnilateral. Entretanto, quando a vida humana fica atrelada exclusivamente ao trabalho apreendido enquanto *labour*, fomentado pela sociedade capitalista, ela é convertida em ato penoso, bestializado, eivado, aviltado e alienante. Apreendemos, então, que se por um lado necessitamos do trabalho humano e

do seu papel de transformação da natureza e de emancipação, por outro lado, devemos rechaçar as formas de trabalho reificantes que exploram, adoecem, alienam e infelicitam o ser social, tal como o advindo da vigência do trabalho abstrato apregoado pelo capital.

Na citação à frente, ainda que pouco breve, consegue trazer ao leitor uma síntese sistemática do processo contraditório da corrupção do trabalho dentro do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo. Nas palavras de Marx e Engels (2007, p. 35):

[...] a divisão do trabalho só se torna realmente divisão a partir do momento em que surge uma divisão entre trabalho material e [trabalho] espiritual. A partir desse momento, a consciência *pode* realmente ser outra coisa diferente da consciência da práxis existente, representar algo realmente sem representar algo real – a partir de então, a consciência está em condições de emancipar-se do mundo e lançar-se à construção da teoria, da teologia, da filosofia, da moral etc. “puras”. Mas mesmo que essa teoria, essa teologia, essa filosofia, essa moral etc. entrem em contradição com as relações existentes, isso só pode se dar porque as relações sociais existentes estão em contradição com as forças de produção existentes – o que, aliás, pode se dar também num determinado círculo nacional de relações, uma vez que a contradição se instala não nesse âmbito nacional, mas entre essa consciência nacional e a práxis de outras nações, quer dizer, entre a consciência nacional e a consciência universal de uma nação (tal como, agora, na Alemanha) – e é então que essa nação, porque tal contradição aparece apenas como uma contradição no interior da consciência nacional, parece se restringir à luta contra essa excrescência nacional precisamente pelo fato de que ela, a nação, é a excrescência em si e para si. Além do mais, é completamente indiferente o que a consciência sozinha empreenda, pois de toda essa imundice obtemos apenas um único resultado: que esses três momentos, a saber, a força de produção, o estado social e a consciência, podem e devem entrar em contradição entre si, porque com a *divisão do trabalho* está dada a possibilidade, e até a realidade, de que as atividades espiritual e material – de que a fruição e o trabalho, a produção e o consumo – caibam a indivíduos diferentes, e a possibilidade de que esses momentos não entrem em contradição reside somente em que a divisão do trabalho seja novamente suprassumida [*aufgehoben*]. [...] (Aspas e acréscimos do original).

Ademais, na citação à frente, ainda que também seja um pouco extensa, consegue trazer ao leitor uma síntese complementar a primeira do processo contraditório do desenvolvimento do capital. Lessa (2012, p. 28), de forma magistral, nos diz que,

[...] há uma clara distinção entre trabalho abstrato e trabalho: o primeiro é uma atividade social assalariada, alienada pelo capital. Corresponde à submissão dos homens ao mercado capitalista, forma social que nos transforma a todos em “coisas” (reificação) e articula nossas vidas pelo fetichismo da mercadoria. O trabalho, pelo contrário, é a atividade de transformação da natureza pela qual o homem constrói, concomitantemente, a si próprio como indivíduo e a totalidade social da qual é partícipe. É a categoria decisiva da autoconstrução humana, da elevação dos homens a níveis cada vez mais desenvolvidos de sociedade. Embora a palavra trabalho faça parte de duas categorias, isto não deve velar que há uma enorme distância a separar trabalho de trabalho abstrato. [...] O trabalho abstrato é a redução da capacidade produtiva humana a uma mercadoria, a força de trabalho, cujo preço é o salário. Todas as atividades humanas assalariadas são trabalho abstrato. O trabalho enquanto categoria fundante é o complexo que cumpre a função social de realizar o intercâmbio material do homem com a natureza, é o

conjunto de relações sociais encarregado da reprodução da base material da sociedade. [...] (Acréscimos do original).

Logo, como podemos depurar dos excertos dispostos acima, respectivamente, o sentido que alicerça o capitalismo *i. e.*, a forma entendida como *labour*, é desestruturante para a humanidade por criar em seu esteio única e exclusivamente mercadorias e relações reificadas entre os homens, que por seu turno, são mascaradas pelo assalariamento da classe trabalhadora. Conforme Antunes (2009), o salário é o “discreto charme” que a burguesia utiliza para falsear a relação de exploração da classe operária. Consequentemente, ao cotejarmos o que disse Marx, em sua obra, de 1844, *Manuscritos econômicos-filosóficos* (Marx, 2010) podemos facilmente realizar um paralelo com o que foi dito por último. Conforme Marx (2010a, p. 92), podemos perceber que o salário “não é nada mais ou nada menos [do que] o óleo da máquina que mantém as engrenagens do capitalismo funcionando”³⁴.

Entretanto, seu polo diametral, isto é, a forma apreendida enquanto *work*, estrutura a humanidade ao criar bens socialmente úteis, sendo, assim, desestruturante para a forma capitalista de produção, pois como nos desvela Lessa (2012, p. 26), o *trabalho*, em seu sentido original, “é a atividade humana que transforma a natureza nos bens necessários à reprodução social”. Ou seja, enquanto o *trabalho concreto* edifica a humanidade garantindo a reprodução da vida em sociedade e defendendo a vida, o modelo de cariz capitalista transforma a natureza garantindo apenas a reprodução comercial de mercadorias desprezando e alijando a vida humana.

Em linhas gerais, a lógica técnico-organizacional e vilipendiosa do capitalismo pode ser sintetizada em cinco pilares fundamentais que sustentam o processo retroalimentativo do capitalismo, sendo estes: Organização da cooperação e das divisões do trabalho; Capacidade de aceleração da circulação e de “destruição criativa”; Produção de tecnologia

³⁴ Adotamos este termo, rico do humor ácido e inteligente de Marx, devido ao fato de ele circunscrever tão bem a mensagem que queremos transmitir em nosso texto neste momento em específico. Conforme a filha mais nova de Marx, a escritora e ativista política Eleanor Marx (Tussy, para os íntimos), se o humor sarcástico de seu pai corroía feito ácido algo, “era por ser também um balsamo para aqueles que se encontravam em desgraça e em necessidade”. Para saber mais minudências sobre Karl Marx, sugerimos a leitura de uma compilação de textos onde diversas personalidades que conviveram com o próprio Marx descrevem os seus traços mais significativos. A obra em questão é o livro organizado por André Albert Marx *pelos marxistas* (São Paulo: Boitempo, 2019). E quanto a análise das minudências do salário, o leitor poderá encontrar definições mais acadêmicas e completas da categoria do salário ao cotejar tanto a obra citada quanto a seção VI do Tomo I de O’ capital de Marx nos respectivos capítulos: Capítulo 17, *Transformação do valor (ou preço) da força de trabalho em salário*; Capítulo 18, *O salário por tempo*; Capítulo 19, *O salário por peça*; e Capítulo 20, *Diversidade nacional dos salários*.

e disseminação de conhecimento; Controle da impressão de moeda e de investimentos; e Controle e disciplinamento do trabalho e da mão de obra para benefício próprio. No quadro à frente poderemos obter uma ideia um pouco mais assertiva do nodo presente em cada um dos 05 pilares constitutivos.

Quadro 5 – Cinco pilares fundamentais que sustentam o processo retroalimentativo do capitalismo

Pilar	Elementos constitutivos
Organização da cooperação e das divisões do trabalho	Este pilar possui a capacidade de organização da cooperação e das divisões do trabalho a fim de maximizar a eficácia, a lucratividade e a acumulação da produção. Desde os primórdios da produção fabril a organização cresceu com o tempo até abranger boa parte do que hoje cobre a teoria da gestão e da organização e a articulação das técnicas de gestão corporativa. As tecnologias envolvidas no processo de desenvolvimento da acumulação capitalista estão em fluxo contínuo, enfatizando cada vez mais os <i>softwares</i> e as formas organizacionais assumidas nos últimos tempos pelo capital. Esta combinação entre comando e controle, de um lado, e coordenação de mercado, de outro, é um elemento bastante instável, entretanto, extremamente eficaz.
Capacidade de aceleração da circulação e da “destruição criativa”	Possui a capacidade de facilitar e acelerar a circulação do capital em todas as suas fases e, <i>pari passu</i> , controla a necessidade de “destruição do espaço pelo tempo”, o que tem gerado uma variedade impressionante de revoluções tecnológicas, haja vista que encurtar o tempo de circulação do capital na produção e no mercado e encurtar o tempo de vida dos produtos de consumo (passagem da produção de coisas duráveis a produção de coisas efêmeras) são os imperativos do capitalismo. A velocidade crescente dos meios de transporte e de comunicação diminuem o atrito e as barreiras das distâncias geográficas, tornando a espacialidade e a temporalidade do capital uma característica da ordem social mais dinâmica do que fixa. O capital cria literalmente seu espaço e seu tempo, além de sua natureza distinta. A mobilidade das diferentes formas do capital (produção, mercadorias e dinheiro) e da força de trabalho também é perpetuamente submetida à transformação revolucionária. As transformações revolucionárias nos meios de comunicação são paralelas às transformações ocorridas nos transportes e, nos últimos tempos, ganharam um ritmo inacreditável. A informação instantânea e o acesso a notícias se tornaram uma força notável, que afeta as políticas públicas e a própria política. O controle dos meios de comunicação tornou- se um espaço vital para a reprodução de poder da classe capitalista, e as novas tecnologias midiáticas (em especial as redes sociais) são uma grande oportunidade, e também uma armadilha, para a dinâmica da luta de classes.
Produção de tecnologia e disseminação de conhecimento	Neste encontramos as tecnologias de produção e de disseminação do conhecimento para armazenamento e recuperação de dados e informação pois são fundamentais para a reprodução sociometabólica do capitalismo. As tecnologias de produção e de disseminação não só fornecem tendências de preço e outras informações que orientam decisões de investimentos e atividades de mercado, como também preservam e promovem concepções mentais do mundo que facilitam a atividade produtiva, guiam as escolhas dos consumidores e estimulam a criação de novas tecnologias. Aqui os bancos de memória do capital são indispensáveis (estes já possuem um sem número de informações apropriadas pela classe dominante). Seu crescimento exponencial se equipara àquele das sofisticadas tecnologias necessárias para manejá-los, processá-los e atuar sobre eles. Há muito tempo as informações básicas contidas em registros de terras, contratos, sentenças jurídicas, registros escolares, prontuários médicos etc. são fundamentais para o funcionamento do capitalismo. Esses dados (desemprego, déficit comercial, oscilações do mercado de ações, índices de crescimento, atividades industriais etc.) permitem que se avalie a saúde da economia nacional, fornecendo,

	assim, uma base para que as empresas e órgãos estatais tomem decisões estratégicas (para o bem ou para o mal). Organismos como o BM e o FMI parecem se afogar no oceano de dados de informações onde a sua camarilha de especialistas aparece para ajudar a compreender as novas tendências. A introdução das novas tecnologias de processamento de informações tem influenciado imensamente o modo de funcionamento do capitalismo despótico e selvagem.
Controle da impressão de moeda e de investimentos	O pilar que controla a regulação das finanças e o dinheiro é um domínio crucial para o funcionamento do capitalismo. Lucros e perdas só podem ser calculados com exatidão em termos monetários e a maioria das decisões econômicas são tomadas nesses termos. As tecnologias do sistema monetário e financeiro mundial são uma grande fonte de tensão e, ao mesmo tempo, um campo de atividades capitalistas insuperáveis em termos de importância e de “vitalidade desordenada”. Nos últimos anos, as inovações no sistema financeiro e bancário mostraram uma tendência de crescimento exponencial depois do advento da informatização, do dinheiro eletrônico e das transações eletrônicas, além da proliferação de toda uma nova gama de veículos de investimento. A tendência de capitais fictícios de livre circulação cresceu de forma considerável, junto com todos os tipos de práticas predatórias no sistema de crédito que têm contribuído para a onda de acumulação por espoliação e especulação com valores patrimoniais. Em nenhum outro campo organizacional do capitalismo vemos uma interação tão estreita entre as novas possibilidades de <i>hardware</i> , a criação de novas formas de organização (fundos de participação, <i>hedge funds</i> e uma série de complexas agências estatais reguladoras) e, é claro, uma incidência impressionante de desenvolvimento de <i>softwares</i> .
Controle e disciplinamento do trabalho e da mão de obra para benefício próprio	O pilar de controle do trabalho e de disciplinamento da força de trabalho atravessa todos os outros pilares sobrepostos. O controle sobre o processo de trabalho e o disciplinamento da força de trabalho é um <i>conditio sine qua non</i> para a capacidade do capitalismo sustentar a sua “plutolucratividade”. Durante toda a sua existência o capital criou, recriou, inovou e adotou formas de tecnologia cujo o escopo era o de melhorar o seu controle absoluto sobre o trabalho, tanto no processo do trabalho quanto no mercado de trabalho propriamente dito. O controle do capitalismo sobre a força de trabalho não só envolve a eficiência física, mas também a autodisciplina dos trabalhadores empregados, a qualidade da mão de obra disponível no mercado, os hábitos culturais e a mentalidade dos trabalhadores em relação às tarefas que se espera que realizem e os salários que esperam receber. O objetivo principal das inovações tecnológicas fomentadas pela gestão capitalista é o controle absoluto, ou o mais próximo disso, do controle laboral. As inovações tecnológicas são uma arma crucial na luta de classes, haja vista que muitas das inovações foram adotadas pelo capital com o objetivo único de impedir as greves organizadas pelos trabalhadores. A automação, a robotização e a substituição do trabalho humano pela máquina correspondem a esse desejo, haja vista que o desemprego tecnologicamente induzido visa a regulação dos salários a níveis cada vez mais baixos.

Fonte: Autor (2025). Adaptado de Harvey (2016).

Conforme Antunes (2009) para superarmos os limites impostos pelo modelo societal capitalista, devemos ter como “imperativo categórico” de nosso tempo a tarefa imprescindível de apreender o papel da categoria trabalho dentro da perspectiva da categoria da totalidade, *i. e.*, desde a sua gênese e, *pari passu*, no “auto-fazer-se” (Thompson, 2019) do ser social para almejarmos a emancipação do gênero humano do jugo do capital, das relações estratificadas e alienantes do *ethos* capitalista. Por este motivo Antunes (2009, p.167) sentenciou de forma tão enérgica que

[...] a compreensão da gênese histórico-social nos remete ao universo dado pela vida cotidiana. Isso porque “o ser de cada sociedade surge da totalidade de tais ações e relações”, uma vez que, “a genericidade que se realiza na sociedade não pode ser uma genericidade muda, como no âmbito ontológico da vida que se reproduz de um modo meramente biológico. A história da sociedade mostra que esse ir mais além da genericidade muda e biológica, se objetiva nas formas mais elevadas, dadas pela ciência, filosofia, arte, ética etc.

Portanto, as inter-relações entre o mundo da materialidade e a vida humana encontram no universo da vida cotidiana, nessa esfera do ser, sua “zona de mediação”, capaz de superar o abismo entre a genericidade *em si*, marcada pela relativa mudez, e a genericidade *para si*, espaço da vida mais autêntica e livre. [...] (Aspas e itálicos do original).

Ou seja, o ser social para garantir a sua reprodução necessita, além de garantir a sua reprodução biológica, garantir a sua efetivação, enquanto humano por intermédio do aculturamento do modelo de sociedade que lhe cerca. Lukács (2013) nos desvela que para expor, em termos ontológicos, a categoria nodal do ser social devemos iniciar a exposição pelo complexo da categoria trabalho e dos demais complexos de complexos que reverberam junto ao conceito sabatinado em tela.

Ciclos de antropomorfização e de desantropomorfização do trabalho: ciclos de saltos organizativos, tecnológicos, maquínicos e informacionais

Ao longo de toda a sua existência histórica³⁵ o modelo de produção de bens e de acumulação, que desaguou no pretensamente trans-histórico modelo de acumulação capitalista moderno, conforme Antunes (2020), sofreu 04 grandes revoluções organizativas e tecnológicas principais. As quatro primeiras, cada uma a sua maneira, foram no mais alto nível de organização social, ou seja, foram de nível sociometabólico. As 04 últimas formas foram de natureza técnico-informacional-produtiva e suas abrangências foram em nível estrutural, ou seja, não criaram um novo modelo de sociedade, mas passaram a compor permanentemente o último modelo sociometabólico.

I – Se partirmos do “Comunismo Primitivo” (a aproximadamente 6 milhões a 5 mil anos atrás) poderemos, então, encontrar a revolução primeva, a que tornou todas as

³⁵ Enfatizamos o termo existência histórica para lembrarmos aos nossos leitores do fato de que cada um dos períodos listados à frente tanto tiveram o seu crepúsculo como tiveram, também, o seu alvorecer na história. Alertamos, também, para o fato de que somos avessos às teorias mistificadoras que creem, ou pelo menos é o que elas querem que nós creiamos, no fim da história e que por isso “fukuyamatizaram” a história e apresentam o modelo de produção capitalista como sendo algo trans-histórico, ou seja, apresentam-no como sendo o corolário que marca o fim da história. Contrários a este tipo de ideólogo cremos que assim como o Modo de Produção Asiático, o Escravismo e o Feudalismo (após a duração aproximada de 1.000 anos, cada) tiveram o seu entardecer e a ter que acertar as suas contas com a história o Capitalismo (que só possui pouco mais de 200 anos) também irá “acertar as suas contas com o capeta”.

outras revoluções humanas possíveis, ou seja, encontraremos a primeira grande revolução humana que foi a “Revolução Cognitiva”. Aqui, junto ao surgimento do trabalho e de seus “complexos de complexos”, da linguagem, da criação das primeiras ferramentas de pedra, do domínio do fogo e o “fim” do nomadismo, encontramos a subordinação da natureza a generidade humana (revolução agrícola, domesticação de plantas e de animais), surgimento da linguagem ficcional, começo dos registros históricos vide desenhos rupestres, louças etc. (Harari, 2020).

II – Partindo agora do “Modo de Produção Asiático” encontramos as primeiras sociedades divididas em classes fundamentais (dominantes e dominados) e que estavam assentes na ideia da propriedade privada e baseadas na exploração do homem pelo próprio homem por intermédio da dominação pela força (física ou ideológica). A “1ª Revolução Acumulativa” só foi possível por conta da exploração humana. Foi neste momento da história que se criaram os complexos sociais mais elaborados. Entre estes, os mais importantes foram o Estado e o Direito. Foram estas duas ferramentas que organizaram a classe dominante em poder político. Tal poder apenas pode existir apoiando-se em um conjunto de instrumentos repressivos que eram exercidos pelo exército, polícia, sistema penitenciário, funcionalismo público, leis etc. (Lessa e Tonet, 2008).

III – A “Revolução Acumulativa” escravista se deu com a compreensão de que se necessitava de mão de obra extrafamiliar de modo diferente da que encontramos largamente nas fratrias primitivas de forma permanente nos arredores de 9.000 a 5.000 a.C., no esteio da “Revolução Agrícola” que lhe precedeu 1.000 anos antes. Nesta quadra histórica a força de trabalho passa, então, a ser obtida por meio da compulsão – captura, troca ou compra – e as vítimas deste regime “tornavam-se escravos” pessoais de seus senhores. Assim, encontramos a relação de dominação-submissão, atada à ideia do homem-mercadoria, sobre a qual se exercem os direitos de propriedade que acompanha a humanidade até o tempo presente (Cavalcanti, 2021).

IV – A “Revolução Acumulativa” achou no ínterim dos séculos XI e XIII terreno fecundo nos limites do escravismo, abrindo-se, assim, um longo processo, de “incorporação” e de “transição” para o novo modo de produção, o Feudalismo. Este novo modelo de produção era organizado em unidades autossuficientes, essencialmente agrárias e que serviam também de fortificações militares para a defesa: os feudos. O

trabalho era realizado pelos servos, que diferentes dos escravos, eram proprietários das suas ferramentas e de uma parte da produção. O Senhor Feudal era responsável pela defesa militar e ficava com a maior parte do que era produzido (Lessa e Tonet, 2008).

V – A “Revolução Industrial” (1760-1840) marca o início da substituição da produção de subsistência somada à excedente do trabalho manual dos pequenos artesãos, ditados pelo tempo da natureza, pela produção exclusiva do excedente em larga escala orquestrada pela máquina e agora pelo tempo do relógio, assim como marca o advento das fábricas e das grandes diásporas populacionais do campo para as cidades. Este foi o primeiro grande surto tecnológico do capitalismo (Engels, 2010).

VI – Já no século XX a “Revolução Automotiva”, puxada a toque de caixa pelo que ficou conhecido na sociologia do trabalho como taylorismo-fordismo, marca a organização dos trabalhadores de forma hierarquizada e sistematizada, ou seja, inserção do cronômetro para controlar o tempo da produção de cada item, do controle de produção pela especialização laborativa dos trabalhadores, do sistema de metas e pela produção em massa que passou a ser orquestrada pela “esteira”. Este foi o segundo grande salto da produção capitalista (Antunes, 2009).

VII – Ainda no séc. XX a “Revolução Reestruturativa”, iniciada com o pós II Guerra no Japão e adotada/adaptada pela Grande Indústria ao redor de todo o globo nas décadas de 1960-1970. Aqui encontramos um forte aprimoramento das técnicas iniciadas no taylorismo-fordismo, ou seja, entram os computadores, a robótica, o controle informacional digital e outras técnicas de disciplinamento laboral imantadas pelo credo da *lean production* (empresa enxuta), e da produção *Just In Time* (produção em quantidade e tempo exatos). Este foi o terceiro grande salto na linha produtiva capitalista (Antunes, 2009).

VIII – Já no século XXI a “Revolução Digital”, puxada a toque de caixa pelas Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC’s), Indústria 4.0 e a *platform economy* (economia de plataforma), marca o quarto momento de salto maquínico-tecnológico e informacional. Este momento em que nos encontramos é onde todas as grandes empresas (indústria, bancos, agroindústria e setor de serviços) – agora não mais em sentido *stricto sensu* mas, sim, em *lato sensu* – passaram a se “internetizar-se entre si” por intermédio do que está sendo chamado de “internet das coisas” e da “big data” e assim, aumentarem cada vez mais o uso da robótica e da automação, utilizando-se sempre da indústria digital

e dos seus algoritmos de disciplinamento e de controle laboral para subordinar a classe trabalhadora sob o seu tacão (Antunes, 2018).

Toda essa miríade de tecnologia mencionada onde, diga-se de passagem, não para de avançar incessantemente, e após de ter tido a sua candura eivada, “existem” para tornar um pequeno grupo em seu ócio catártico, as empresas modernas mais produtivas, os negócios mais rentáveis e bem mais lucrativos as custas do sofrimento e do adoecimento do proletariado.

Finalizamos a exposição das “sete primeiras idades da máquina” cientes de não termos as esgotado com um parágrafo para cada. Chamamos a atenção para o fato de que embora em nossa exposição às mesmas apareçam separadas elas fazem parte de uma “totalidade processual” e que por isso mesmo devem ser observadas como um todo e não em suas particularidades em separado. Contudo, daremos agora um pouco mais de tinta a Revolução Reestruturativa no subtópico vindouro, haja vista compreendermos esta fase intrinsecamente ao processo de reestruturação capitalista da década de 1970.

Revolução reestruturativa: uma pequena história sobre o ohnismo

O ohnismo, também chamado de toyotismo, nasceu originalmente como uma forma de organização da força de trabalho industrial em uma fábrica da Toyota situada no Japão logo após o cessar fogo da II Guerra Mundial, em 1945, que em um primeiro momento se espalhou rapidamente na indústria japonesa e por conseguinte foi adotado por várias fábricas ao redor do globo. Como o Japão saiu da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) em sérias dificuldades econômicas e de capacidade produtiva – posto que seu parque produtivo-industrial estava completamente destruído devido aos altos custos que o país teve na manutenção e no financiamento de seu material bélico e dos seus soldados na guerra por um longo tempo como devido ao lançamento das duas bombas atômicas sobre seu polo industrial produtivo, uma sobre Hiroshima (06 de agosto de 1945) e outra sobre Nagasaki (09 de agosto de 1945) – teve de desenvolver um modelo de produção que recuperasse a sua indústria rapidamente.

Grosso modo, o toyotismo foi idealizado basicamente por 03 engenheiros japoneses que trabalhavam para na logística das fábricas da Toyota, sendo estes, Taiichi Ohno (1912-1990), Shingeo Shingo (1909-1990) e Eiji Toyoda (1913-2013), entre os anos

de 1948 e 1975. O mercado japonês no pós-guerra restou diminuído, uma vez que o país não tinha capital para importar matéria-prima e tampouco estoque. Por isso a necessidade urgente de conseguir fabricar com o menor custo de material e de tempo possível. A início foi aplicado nas fábricas de montagem dos automóveis japoneses da Toyota no Japão para logo em seguida estender os seus tentáculos pelos outros continentes.

Conforme pudemos depurar do estudo elaborado por Alves (2011, p. 12), as crises dos pós-guerras secundadas pela mundialização da crise estrutural do capitalismo fomentaram um novo padrão produtivo e acumulativo para a manutenção do capitalismo onde, para isso, se reestruturou a planta fabril “buscando instaurar e impor um novo padrão de acumulação capitalista em escala planetária e que se impôs cada vez mais às corporações transnacionais”.

Portanto, a acumulação flexível teve seu nascedouro em decorrência da necessidade do grande capital reconstruir sua base de produção e exploração da força de trabalho, debilitando, assim, o mundo do trabalho assistido pela legislação trabalhista de cada país específico, assim como dos sindicatos, a nível global, com a promoção de alterações abissais na subjetividade e na objetivação da classe trabalhadora via a captura da subjetividade da classe trabalhadora e como propôs Harvey (1994) do “inculcamento ideológico” hegemônico do Mercado.

A acumulação flexível surgiu como uma estratégia das grandes corporações que passaram a incrementar inovações no *layout* produtivo, visando superar os problemas causados pela sobre-acumulação produtiva de cariz taylorista fordista com uma nova base tecnológica, organizacional e sociometabólica para um novo padrão de exploração e de espoliação da força de trabalho. Na citação que se seguirá, ainda que pouco breve, veremos que este conjunto de transformações afetaram simultaneamente à esfera subjetiva da classe trabalhadora quanto a própria materialidade fabril, haja vista que este assunto foi analisado exegeticamente pelo professor Ricardo Antunes, em seu livro *A desertificação neoliberal no Brasil* (Antunes, 2005). Nas palavras de Antunes (2005, p. 72):

[...] nas últimas décadas, como resposta do capital à crise de acumulação irrompida a partir de 1973, intensificaram-se as transformações no próprio processo produtivo, por meio do avanço tecnológico, da constituição das formas de acumulação flexível e dos modelos alternativos no binômio taylorismo/fordismo, no qual se destacam, para o capital, o modelo de desconcentração produtiva do norte da Itália, as experiências da Califórnia, do já truncado modelo sueco e, especialmente, da potencialidade e dimensão expansionista do modelo japonês denominado toyotismo.

Muitas foram as transformações ocorridas no interior dos países capitalistas avançados, com fortes repercussões nos países do Terceiro Mundo industrializados e intermediários, como Brasil, México, Argentina, entre tantos outros. Podemos sinteticamente destacar a diminuição do operariado manual, fabril, típico do fordismo; a expansão das inúmeras formas de subproletarização do trabalho, decorrentes da expansão do trabalho precário, parcial, temporário, “terceirizado” etc. Houve também um aumento expressivo do trabalho feminino no interior da classe trabalhadora; deu-se uma enorme expansão dos assalariados médios, especialmente no setor de serviços, e presencia-se a exclusão dos jovens recém-formados nos países capitalistas centrais e a sua inclusão precoce no mercado de trabalho nos países subordinados. A classe trabalhadora *fragmentou-se, heterogeneizou-se, complexificou-se ainda mais*. [...] (Aspas e itálicos do original).

A acumulação flexível se caracterizou a partir do embate direto e voraz contrário ao *leitmotiv* fordista. Consequentemente, a acumulação flexibilizada está galgada na plasticidade dos processos parcelares do trabalho, do fomento a novos mercados de trabalho, de uma fetichização de novos produtos e de novos padrões de consumo. Mormente, podemos inferir que o conceito de acumulação flexível envolve rápidas mudanças nos padrões do desenvolvimento desigual e combinado em escala planetária, fomentando o culto a terceirizações massivas e a indústria de serviços, o que por sua vez, conforme Alves (2011) e Antunes (2011a; 2011b), ocasionou uma diáspora do “trabalho tigrado”³⁶ para o Sul global, em especial para o Sudeste asiático, onde se proliferou, a pleno pulmões, um novo *leitmotiv* de superexploração da força de trabalho e que tem vigência até hoje, “re-metamorfoseando-se” e metamorfoseando a realidade concreta de cada país onde é implantado. Este recebeu o designativo de “Sistema Toyota de Produção”, mas ficou mundialmente conhecido pelo cognome de Toyotismo ou de ohnismo, este último em razão de seu idealizador que se chamava Taiichi Ohno.

³⁶ A pecha, “trabalho tigrado” é uma expressão pejorativa brasileira voltada para uma das formas mais deletérias de trabalho degradante que, por seu turno, tem a sua infeliz origem no processo brutal e violento presente na tessitura da colonização do Brasil. Durante o Brasil Império, o país era o maior território escravagista do Ocidente, com quase 5 milhões de africanos escravizados. Tal número representava cerca de 40% do total na época que embarcava para as Américas. Com a mão de obra escravizada sendo utilizada em larga escala em nosso território nacional, foram os cativos apelidados de “tigres” os responsáveis pelo recolhimento e despejo da urina e fezes de muitos moradores das cidades durante cerca de 300 anos. Nessa época, a maior parte das casas não contava com banheiros, água corrente ou algum outro tipo de instalação sanitária. Por isso, os moradores das antigas cidades faziam as suas necessidades fisiológicas em penicos ou em outros recipientes de metal ou de porcelana. Esses objetos ficavam sob as camas ou em armários até a manhã seguinte, quando eram esvaziados em grandes tonéis que comportavam todos os dejetos dos moradores da casa. Os grandes tonéis, por sua vez, eram carregados nas costas por escravos, que os levavam até o mar ou a algum rio e por lá os despejavam. Parte do conteúdo, que continha ureia e amônia, vazava dos tonéis e deixava marcas brancas sobre a pele negra, parecidas com listras. “A pele ficava listrada, com alternância de faixas pretas e outras descoloridas pela ação química dos dejetos. Por essa reação química, as marcas se pareciam com as do animal (daí a pecha em tom jocoso de “trabalho dos tigres” ou “trabalhadores tigrados”). Para maiores informações, acessar a matéria disposta em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-50526902>. Acesso em: 26 out. 2025.

Conforme um estudo apresentado por uma das professoras do Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo (USP), a socióloga Paula Marcelino, em um capítulo de livro intitulado *Honda: terceirização e precarização a outra face do toyotismo* (Marcelino, 2006), a dinâmica do inculcamento do método ohnista nos operários, muito grosso modo, se resume basicamente nos 5 “Ss”, sendo estes: *Seiri* (senso de organização); *Seiton* (senso de ordem); *Seisou* (senso de limpeza); *Seiketsu* (senso de higiene); e *Shitsuke* (senso da disciplina). Em linhas gerais, estes 5 preceitos seriam palavras de ordem para “entusiasmar” os trabalhadores no ambiente laboral. Este novo ideário nascido dentro da cadeia produtiva capitalista, como bem definiu de modo bem assertivo Marcelino (2006, p. n.p.):

[...] se enquadra perfeitamente nas estratégias produtivas que valorizam a flexibilidade, a quase inexistência de estoques, a otimização do tempo de deslocamentos internos e a diminuição máxima das despesas auxiliares tais como as de manutenção predial, energia elétrica, água [...].

No quadro a seguir podemos ter uma visão sintética das metodologias que estão imbricadas no modelo toyotista de produção.

Quadro 6 – Metodologias e pragmatismos presentes no modelo de planta ohnista

KANBAN	JUST-IN-TIME	KAIZEN	TAKT
É um procedimento de controle da produção que utiliza de placas, cartões, balões, senhas ou de caixas vazias para poder controlar os fluxos da produção e a reposição de peças em estoque, visto que no modelo toyotista os estoques são mínimos.	É um sistema de regulação de produção e de controle de estoque. É um sistema da produção que determina que tudo deve ser produzido na hora e na quantidade exata.	É uma palavra de origem japonesa que significa literalmente mudança contínua para melhor. É usada para transmitir a noção de melhoria contínua no processo de trabalho.	Esta palavra possui origem alemã e significa <i>Ritmo</i> . É utilizada para controlar o tempo disponível para a produção de determinado item dividido pela demanda de mercado.
ANDON	LEAN MANUFACTURING	CÍRCULOS DE CONTROLE DE QUALIDADE (CCQS)	TEAM WORK
Significa literalmente, no idioma japonês, <i>lâmpada</i> . É uma ferramenta em gestão <i>lean</i> , que se utiliza de sinais luminosos e/ou	Este termo é traduzível como: <i>manufatura enxuta</i> . É uma filosofia de gestão focada na redução do “desperdício de mão de obra” de: superprodução; de tempo de espera; de	Constitui-se grupos de trabalhadores que são “estimulados” pelos gestores a discutir o seu trabalho individual e coletivo com vistas a melhorar a produção de bens na empresa.	Literalmente, traduz-se como <i>trabalho em/de equipe/grupo</i> . Aqui os trabalhadores são divididos em “células” neste método, os trabalhadores são compelidos a competir uns

sonoros para alertar que há algum defeito ou atraso na produção. Ligada: tudo OK! Desligada ou piscando: Problema produção!	tempo de custo e de transporte; controle de excesso de processamento; inventário dos movimentos estritamente necessários a produção de determinado bem.	É uma excelente ferramenta de espoliação do <i>savoir-faire</i> intelectual e cognitivo do trabalhador.	com os outros.
---	---	---	----------------

Fonte: Autor (2025). Adaptado de Antunes (2009)³⁷.

Conforme Alves (2011) a flexibilidade do *leitmovit* do sistema ohnista não ficou restrito apenas a uma maior plasticidade do trabalhador em seu ambiente laborativo. O ohnismo veio a se tornar uma condição “orgânica” da própria organização da produção das mercadorias em geral em detrimento de sua alta capacidade adaptativa, de sua alta taxa de controle e do alto nível de disciplinamento do operariado e de sua parasitagem da classe trabalhadora.

Podemos elencar algumas das principais “virtudes” da produção flexível do sistema de produção toyotista, seriam: flexibilidade estratégica; flexibilidade social intraempresas e extraempresas; adaptação sazonal; e, por fim, adaptação de erros com previsões.

Enquanto as demais citadas acima estão mais voltadas a produção de mercadorias propriamente ditas a flexibilidade social intraempresas e extraempresas têm a propriedade específica de eivar e de fagotizar a legislação que protege a classe trabalhadora, passando, por conseguinte, a “jogar uma pá de cal” nas relações e regulamentações sindicais de cada categoria, haja vista que o apregoamento da defesa dos contratos de trabalho mais flexíveis, defendendo jornadas intermitentes de trabalho e, segundo Alves (2011), com a “captura da subjetividade”, ou seja, com a rapina do *élan vital* da classe trabalhadora e, por fim, com o corolário desse processo cáustico, do ofuscamento ou anulamento da linha limítrofe da jornada laborativa, *i. e.* o operário não distingue mais os horários e os dias que a sua jornada laborativa começa ou termina, este último funciona junto com o inculcamento do acúmulo de funções no ambiente laboral.

A intensificação da combinação entre a reestruturação produtiva nos modos de produção e as medidas econômicas neoliberais obtiveram o corolário do aprofundamento do vilipêndio fustigado contra a classe trabalhadora, tais como terceirização, superexploração do trabalho, prolongamento e intensificação do ritmo das jornadas de

³⁷ Capítulo: *O toyotismo e as novas formas de acumulação de capital*, para onde remetemos os leitores.

trabalho, assim como do agravamento nas condições laborativas, flexibilização e desregulamentação das leis trabalhistas que culminaram em um processo de nova morfologização do *labour* e de desproletarização.

Ciclo de desantropomorfização ohnista no Brasil

Em todas as empresas em o modelo de gestão enxuta fora implantado, visto que como muito bem nos alertou Alves (2011) o “capitalismo manipulatório” joga diuturnamente de forma ininterrupta uma carga ideológica monstruosa para obter os seus objetivos predatórios, buscou-se ininterruptamente aproximar ao máximo a forma de se comportar dos trabalhadores de outros países com os trabalhadores japoneses.

Assim sendo, em nosso caso em particular, o ensejo de nossos gerentes de empresas fora o de “transliterar”, *in totum*, os modelos japoneses de gerenciamento de pessoal para o Brasil de forma a ensejar-se uma simbiose das culturas brasileira e japonesa. Junto ao esteio dos 5 “S’s” encontramos modelos de gerenciamento de pessoal que vão se adequando intimamente às necessidades específicas de cada área.

Fora, a partir dessa crise gerencial do grande capital que se passou a criar, experimentar, testar e a adotar novos arranjos produtivos³⁸ visando uma flexibilidade laborativa e produtiva, pois, conforme podemos checar em Antunes (2011a, p. 73), após a crise de 1970

[...] O fordismo e o taylorismo já não são únicos e mesclam-se com outros processos produtivos (neofordismo, neotaylorismo, pós-fordismo), decorrentes das experiências da “Terceira Itália” na Suécia, no Vale do Silício nos EUA, em regiões da Alemanha, entre outras. [...] (Acréscimos e aspas do original).

Entretanto, em consonância com os autores trabalhados até aqui, a experiência de maior notoriedade até o final do século XX e início do século XXI, devido ao seu funcionamento altamente plástico e adaptativo, que chega a ser quase uma “simbiose perfeita” dos modelos dispostos até então, foi o Toyotismo, pois este sistema foi o que demonstrou maior capacidade de expressar as novas necessidades prementes do capital

³⁸ No início dos anos 1970, surgiu o crescimento das micro, pequenas e médias empresas impulsionadas pela formação de distritos industriais que, logo após o saturamento na Itália, se espalharam pelo mundo com os seus sub-empregos, *i. e.* formas deletérias de sub-contratação. Para maiores esclarecimentos ver obras: *Adeus ao trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho/* Ricardo Antunes. 15. ed. São Paulo: Cortez, 2011; *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil /* Ricardo Antunes (org.). São Paulo: Boitempo, 2006. (Coleção Mundo do Trabalho).

manipulatório em sua nova fase. Conforme Alves (2011, p. 16), a partir do advento do Toyotismo e de sua ressonância na globalidade fabril, é como se

[...] o capital tivesse descoberto o segredo (ou o mistério) de um novo padrão de produção de mercadorias. No decorrer dos anos 1980, o toyotismo tende a assumir valor universal, surgindo como “produção enxuta” – a *lean production* – uma nova racionalidade produtiva do capital em sua etapa de mundialização [...] (Itálicos e acréscimos do original).

A acumulação flexível, por sua vez, caracteriza uma gama diversa e compósita de transformações na economia política e cultural no *ethos* do capital que passou a vicejar após a crise capitalista na década de 1970. Isto posto, conforme Alves (2011), passou-se a exigir uma *desubjetivação* da classe trabalhadora, *i. e.* passou-se a exigir uma “desespecialização” laborativa e, *pari passu*, passou-se a exigir uma “especialização” de “competências genéricas” contrárias a planta fordista, entretanto, mantendo ainda alguns traços da planta taylorista fordista. Huws (2017, p. 223) expõe da seguinte maneira o que está por trás das “competências genéricas”

[...] Em geral, pode-se afirmar que está crescendo rapidamente o número de tarefas que envolvem qualificações genéricas padronizadas relacionadas à informática, seja isso medido em termos do número de pessoas que têm empregos que demandam exclusivamente essas qualificações, ou em termos da proporção de tempo que é gasto com essas tarefas por trabalhadores cujos empregos também demandam outras qualificações (ou, de fato, ambas). Isso tem consequências curiosas e contraditórias. O fato de que as qualificações são agora genéricas tem tornado mais fácil passar lateralmente de um emprego a outro, de companhia para companhia, e de setor a setor. Mas, pela mesma razão, cada trabalhador se tornou mais facilmente dispensável, mais facilmente substituível; assim, as novas oportunidades também constituem novas ameaças. A combinação dessa nova mobilidade ocupacional com uma imensa expansão do contingente potencial de trabalho também tornou muito mais difícil construir grupos identitários estáveis, baseados em qualificações compartilhadas. Tentativas de construir barreiras em torno de conjuntos de qualificações são frustradas pela velocidade das mudanças. [...] (Acréscimos do original).

Entrementes, Alves (2011, p. 15), mais uma vez, nos auxilia em nossa pesquisa quando ele assevera que:

[...] Pode-se, então, considerar a acumulação flexível, que surgiu em meados da década de 1970, não uma “ruptura” com o padrão de desenvolvimento capitalista passado, mas uma reposição de elementos essenciais da produção capitalista em novas condições de desenvolvimento capitalista e de crise do capital. [...] (Aspas do original).

Outro fator muito importante a ressaltar em nossa pesquisa é a subjugação da ciência pelo capital manipulatório, pois as ciências e técnicas desenvolvidas que estão

subsumidas ao capital criam novas tecnologias, como por exemplo a microeletrônica, que, ao serem inseridas de forma orgânica ao capitalismo manipulatório, *i. e.* arraigada a lógica produtiva reificada e reificante, torna possível o nascimento de níveis de maior elevação da flexibilidade para a produção capitalista aumentando a taxa de exploração do mais-valor relativo e do mais-valor absoluto. O próprio Marx (2010, p. 33) já mantinha a vistas claras que diante dos progressos da mecânica e da subversão da ciência, “na medida que removem cada vez mais da mão humana todas as ocupações uniformes, atuam na direção de uma paulatina supressão desse [XII] inconveniente”, entretanto, este feito observado pelo filósofo alemão sobreditó não se faz presente para a emancipação do homem do trabalho repetitivo e penosa mas sim para alijá-lo do ambiente de trabalho permanentemente e manter os bolsões do *lumpemproletariado*³⁹.

Como o capitalismo só pode existir por contradições *sine quibus non* a lei geral e absoluta da acumulação espoliativa capitalista⁴⁰, é mais que notório que esta mesma

³⁹ Este é um dos preceitos mais prementes do modo de produção capitalista. É lei suprema do capital criar tempo disponível ou mais-trabalho (trabalho acumulado), e só pode fazê-lo ao pôr em movimento o trabalho necessário em relação desigual com o trabalhador. Desse modo, o capital tem contradiatoriamente a tendência de acumular a maior quantidade possível de trabalho realizado, bem como de reduzir drasticamente o trabalho necessário a um mínimo decrescente. Tudo isso se traduz na tendência do aumento do número total da população trabalhadora e manter a maior parte da mesma como *superpopulação* (população trabalhadora adicional ou nas palavras de Marx, “supranumerária), ou seja, o modo de produção capitalista mantém uma parcela populacional que é inútil ou desprezível no momento exato da demanda que ele esteja demandando para “amedrontar” a franja da população empregada ou até que isso seja do interesse do próprio capital em valorizá-la. Logo, este *lumpemproletariado* é composto por um amálgama flutuante das camadas de vida incerta e mais baixas da sociedade que ora “vivem conforme a lei” e ora “vivem já nos limites da lei” cometendo pequenos delitos, pequenas contravenções e/ou pequenos trambiques onde podemos encontrar: proletários aptos ou não aptos para trabalhar (pessoas muito bem capacitadas e com pleno *savoir-faire* para o trabalho e que, entretanto, a muito foram alijadas do mercado de trabalho por “n motivos” e/ou pessoas com algum tipo de deficiência física ou mental – muitas vezes, estas são produto da “destruição do corpo do trabalhador” dentro do próprio ambiente laboral); órfãos e/ou filhos de indigentes (os então chamados, como diria Jorge Amado, “capitães da areia” – “marginais” ou “trombadinhas” – que ou moram em lares extremamente desestruturados e inóspitos que perambulam a maior parte do tempo por ruas e avenidas atrás de seu sustento ou que nem sequer um lar insalubre possuem para que possam voltar e que por isso sobrevivem vagando pelas ruas lutando contra uma sociedade extremamente preconceituosa e moralista e eles mesmos do jeito que conseguem – aqui nós podemos encontrar desde os “pedintes”, os “agentes de reciclagem” aos “batedores de carteira”); e por último os vagabundos e delinquentes e as prostitutas (pessoas que já foram tão brutalizadas, usadas e descartadas tantas vezes que, em alguns casos mais extremos, alcançam níveis de irreversibilidade da desumanidade a qual foram condicionados).

⁴⁰ Como bem explica Marx (2017), mais especificamente no capítulo 23 do Tomo I de *O capital (A lei geral da acumulação capitalista)*, “quanto maiores forem a riqueza social, o capital em funcionamento, o volume e o vigor de seu crescimento e, portanto, também a grandeza absoluta do proletariado e a força produtiva de seu trabalho, tanto maior será o exército industrial de reserva. A força de trabalho disponível se desenvolve pelas mesmas causas que a força expansiva do capital. A grandeza proporcional do exército industrial de reserva acompanha, pois, o aumento das potências da riqueza. Mas quanto maior for esse exército de reserva em relação ao exército ativo de trabalhadores, tanto maior será a massa da superpopulação consolidada, cuja miséria está na razão inversa do martírio de seu trabalho. Por fim, quanto maior forem as camadas lazarentas da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior será o pauperismo oficial.

sociedade que despeja toneladas de descartáveis no lixo, torna a sua coleção de mercadorias em algo completamente supérfluo, assim como torna a força de trabalho humana também em algo supérfluo e descartável. Vale frisar novamente que esta vultosa parcela que é cada vez mais crescente da população que é alijada do mercado de trabalho hoje pelos mais variados e arbitrários critérios, sequer encontram outras formas equiparadas de trabalho. Por consequência, estes “sem trabalho” passam a compor as franjas do proletariado⁴¹ mais precarizada e que vivem das formas mais abjetas e deletérias possíveis. Estes formam a classe dos “sem”, *i. e.*, passam a formar os “sem-tetos”, os “sem-terras”, os “sem-consumo”, ou seja, passam a compor a classe dos “sem-nada”.

Diante do que fora dito a pouco sobre o avanço maquinico e tecnológico, faz-se valer necessário à transcrição, embora um pouco longa, de uma citação retirada por Iamamoto (2012, p. 75) dos *Grundrisse* de Marx onde ele nos diz o seguinte sobre a corrupção da ciência.

[...] Assim como a produção fundada sobre o capital cria por um lado a *indústria universal* – isto é mais trabalho, trabalho criador de valor – por outro cria um sistema de exploração geral das propriedades naturais e humanas, um sistema de utilidade geral; como suporte desse sistema encontra-se a ciência com todas as propriedades físicas e espirituais, enquanto que fora dessa esfera da produção e da troca sociais nada se apresenta como superior em-si como justificada para-si mesmo. O capital cria assim a *sociedade burguesa e a apropriação universal tanto da natureza como da relação social mesma dos membros da sociedade. Hence the great civilising influence of capital*. [Daí a grande influência civilizadora do capital]; sua produção de um nível de sociedade, frente ao qual todas as anteriores aparecem como desenvolvimento puramente locais da humanidade e como idolatria da natureza. (...) Opera destrutivamente contra tudo isto, é permanentemente revolucionário, derruba todas as barreiras que obstaculizam o desenvolvimento das forças produtivas, a ampliação das necessidades, a diversidade da produção e da exploração e intercâmbio das forças naturais e espirituais. [...] (Acréscimos e itálicos do original).

Conforme Antunes (2020b), esse ofuscamento referente ao início e ao término da jornada e dos dias trabalhados pela classe trabalhadora acentua a já tão desigual divisão

Essa é a lei geral, absoluta, da acumulação capitalista". Para maiores esclarecimentos, ir à obra original de Marx.

⁴¹ Usamos aqui o conceito de proletário tanto a partir da mesma compreensão quanto do uso corrente de Marx em toda a sua obra do termo, haja vista que o mesmo compreendia o proletariado de uma forma bem ampla e plural onde por isso mesmo Marx nunca restringiu o uso do termo proletariado fazendo menção exclusiva ao operariado industrial, isto é, sendo proletário um termo originalmente derivado do latim *proletarius* (aquele que é definido apenas por si e sua prole, seus filhos), usamos o termo para definirmos pela ausência de posses aquela franja de pessoas que sem algum tipo de capital acumulado e/ou renda da terra para se manter, vivem única e exclusivamente da venda de sua força de trabalho em relações de trabalho, primordialmente, estratificadas e assalariadas. Ou seja, compreendemos o conceito ora mencionado, com efeito, a partir do sentido de que o indivíduo só tem a venda de sua força de trabalho para se manter vivo.

sociossexual, racial e étnica do trabalho e “embaralha” de vez o tempo de trabalho e de vida da classe trabalhadora, uma vez que, mesmo fora do ambiente e da carga horária de trabalho, a pessoa continua a trabalhar.

Outra característica constitutiva da produção flexível é o desemprego estrutural, o que por sua vez corrobora, como moeda de barganha para chantagear os sindicatos, emasculando-os ao opor os sindicatos a classe trabalhadora, pois ao colocar a classe trabalhadora em uma direção clara de inanição, devido ao desemprego e as agruras que essa situação ignóbil traz com sigo, os sindicatos acabam perdendo parte do seu poder de luta contra a máquina estatal, máquina esta que trabalha diuturnamente em prol do capital. Marx (2010, p. 27) já tinha chamado à luz dos fatos o papel do desemprego em nossa sociedade capitalista quando nos asseverou que

[...] Mesmo na situação de sociedade que é mais favorável ao trabalhador, a consequência necessária para ele é, portanto, sobretrabalho e morte prematura, descer à [condição de] máquina, de servo do capital que se acumula perigosamente diante dele, nova concorrência, morte por fome ou mendicidade de uma parte dos trabalhadores. [...] (Acréscimos do original).

Ou seja, a condição de desemprego permanente incute o medo mais profundo na classe trabalhadora, capiturando a sua subjetividade e, *pari passu*, servindo de estímulo a todo tipo de trabalho alienante e acintoso que venha a ser imposto aos proletários, talvez possamos ver esta forma de disciplinamento do capital, dentre todas as outras formas de disciplinamento, como a mais eficaz, pois, nas palavras de Alves (2011, p. 19) “a flexibilidade do trabalho, compreendida como sendo a plena capacidade do capital tornar domável, complacente e submissa a força de trabalho, caracteriza o “momento predominante” do complexo de reestruturação produtiva”.

Outro ponto que Alves (2011) nos chama a atenção na produção flexível é a sua aproximação “íntima” com o Estado, via as “reformas” neoliberais, a partir de 1979 na Europa e nos EUA, “reformas” essas que promoveram a desregulamentação de leis protetivas da classe trabalhadora, adoção de medidas anti sindicais, privatização de órgãos específicos de Estado e sancionando leis de terceirização, primeiramente das áreas de atividade meio e, por fim, com a terceirização das atividades fins. Isso, por sua vez, impulsionou novos patamares de flexibilidade a pleno pulmões para instaurar um novo jogo sobre o trabalho assalariado sob a batuta do Mercado.

Ademais, nas décadas que se seguiram às contrarreformas neoliberais (1980/1990) em nosso hemisfério Norte, ficou bastante claro para os estudiosos críticos ao capital a débil situação que o mundo do trabalho mergulhara. O resultado histórico da mundialização do grande capital e da acumulação flexível sobre o mercado de trabalho foi um novo parâmetro de desemprego estrutural, via novas formas precárias e deletérias de contratação e com um longo processo de destruição do Estado de bem-estar social⁴² nos países do hemisfério Norte que conseguiram alcançá-lo.

Vejamos à frente o “eclipse” da conveniência que se estabeleceu entre o capital e o trabalho nos países do “primeiro mundo” e algumas das principais mudanças que reestruturaram a regulação das formas de trabalho estratificado nos países que chegaram a grassar durante algum tempo no assim denominado “Estado de bem-estar social”.

1. Alteração das condições de demissão sem justa causa, flexibilizando o rompimento dos contratos de trabalho, mesmo sem motivo de rompimento ou de “má conduta” dos trabalhadores (o conjunto de regras e de imposições que regem os contratos de trabalho são totalmente elaborados pelas próprias empresas);
2. Junto a facilitação de demissão sem justa causa, houve uma drástica redução do tempo de duração do “seguro desemprego” e das condições de acesso e manutenção a este benefício (este modelo despótico de gestão expressa uma situação de agudização da desigualdade na relação capital-trabalho e, portanto, de espoliação dos resultados auferidos pela maior eficiência do trabalho e garante a manutenção do “exército de reserva” e do “Lumpemproletariado”);
3. “Involução” dos pisos salariais via promoção dos pisos negociados e uma drástica desvalorização do poder de compra real do salário mínimo estabelecido;
4. Implementação (primeiro via negociações coletivas dentro dos ambientes laborativos e em seguida averbadas pela regulação pública) de um conjunto de flexibilidades que se retroalimentam nas seguintes áreas: regulação das formas de subcontratação; distorção da duração das jornadas de trabalho e da falsificação da linha limítrofe das mesmas; e distorção das compensações salariais (por tempo ou por peça).

⁴² A expressão “Estado de bem-estar social” (*Welfare State*) foi utilizada em sentido ampliado e contemporâneo de bem-estar, como um objeto de cuidado ou provisão organizados socialmente, em princípios do século XX. Foi posto em uso corrente pela primeira vez em 1939 como forma de distingui-lo do “Estado de Guerra social” (*Warfare State*). Conforme R. Williams (2007, p. 63) *Welfare* foi originalmente a expressão *wel fare* do inglês médio, de *well* em seu sentido conhecido [bem] e de *fare*, primeiro no sentido de viagem ou chegada e, mais tarde, provisão de comida. A palavra foi empregada comumente a partir do século 14 para indicar felicidade prosperidade: “o bem-estar de seus vizinhos” (1303); “o bem-estar de todo o reino” (1559).

Contudo, conforme podemos depurar em nossa pesquisa, a década de 2000 nos trouxe junto a ditadura já vigente da “pele de onagro” uma espécie de *marca de Cain* nova para toda a classe trabalhadora, *i. e.*, fomos todos marcados não para sermos mortos mas sim para sermos jogados nas piores formas de derrelição, para vagar errantemente e sermos humilhados, achincalhados e violentados por quem nos encontrar, pois, consoante ao que Alves (2011, p. 21) nos diz, “um espectro passou a rondar o capitalismo mundial, o espectro das novas formas de exclusão social, e surgiram novas clivagens de desigualdades (uma “nova pobreza”) no interior do centro capitalista”. Nas palavras de Forrester (1997, p. 16), a nova revolução produtiva do capitalismo trouxe à classe trabalhadora o “medo de perder conquistas tão raras, tão preciosas e precárias, e ter que se juntar ao bando poroso dos miseráveis”.

Para entendermos melhor este temor mencionado a pouco pela filósofa francesa da classe trabalhadora de cair na condição de degradação humana e de miserabilidade basta cotejarmos o que Marx (2007, p. 32-33) nos diz sobre tal fato. Vejamos:

[...] o primeiro pressuposto de toda a existência humana e também, portanto, de toda a história, a saber, o pressuposto de que os homens têm de estar em condições de viver para poder “fazer história”. Mas, para viver, precisa-se, antes de tudo, de comida, bebida, moradia, vestimenta e algumas coisas mais. O primeiro ato histórico é, pois, a produção dos meios para a satisfação dessas necessidades, a produção da própria vida material, e este é, sem dúvida, um ato histórico, uma condição fundamental de toda a história, que ainda hoje, assim como há milénios, tem de ser cumprida diariamente, a cada hora, simplesmente para manter os homens vivos. [...] (Aspas do original).

Logo, a expansão vertical e horizontal das inseguranças no mercado de trabalho passaram a fagocitar o tecido social do trabalho trazendo, por seu turno, insegurança no mercado de trabalho, retirando a estabilidade no ambiente laboral, perda do poder real de compra, ou seja, levando os salários a valores que não podem mais manter a integridade dos operários e de sua prole, na perda de representação sindical e insegurança nos novos modelos de contrato que pouco asseguram o corpo proletário e resguarda a burguesia ao máximo.

CAPÍTULO 2

A TRANSFORMAÇÃO MACROECONÔMICA PROPOSTA PELO NEOLIBERALISMO E O ADVENTO DO “EU NEOLIBERAL/SA” NO BRASIL

“Se Deus não existe, tudo é permitido.”

(Fiódor Dostoiévski)

O poema em epígrafe condensa, de modo para lá de inteligente, uma leitura catártica e, talvez, a maior decepção histórica de um dos nossos maiores romancistas e pensadores da humanidade no século XIX. Em sua obra *Os irmãos Karamázov*, escrito na Rússia czarista, em 1879, Fiódor Dostoiévski (1821-1881) lançou mão neste recurso poético para se referir á anarquia que pode resultar de um *laissez-faire* na sociedade, ou seja, de uma sociabilidade permissiva e sem limites éticos e morais que visem a manutenção da generidade humana. Sociedade esta tão apregoada pelos aiatolás mais virulentos do capitalismo contemporâneo. Logo, partindo de uma licença poética e, assim, descontextualizando o mesmo, lançamos mão neste excerto da obra do autor por compreendermos que, com o advento do neoliberalismo, a humanidade está caminhando para uma tal anarquia social se não igual pior do que a que foi prevista por F. Dostoiévski. Ou seja, compreendemos que a humanidade está caminhando para uma condição permanente de disputa entre todos contra todos, onde os interesses da burguesia prevalecerão frente à fome, à miséria e outras tantas formas perniciosas de derrelição humana.

A economia política foi idealizada originalmente como uma ciência para gerir os recursos considerados como escassos para, assim, poder satisfazer os interesses e necessidades humanas viventes em sociedades desenvolvidas. Devido a tamanha importância de compreendermos os impactos que o neoliberalismo⁴³ vem causando em

⁴³ Em conformidade com o que foi defendido pelo prof. Jacob Gorender (1996) e pela profa. Virginia Fontes (2018) em palestras em que tratavam do modo de produção capitalista, dentre outras coisas, particularmente consideramos esta expressão, “neoliberalismo”, muito mal elaborada e pouco condizente com a verdade concreta, haja vista que ela possui algo oculto em sua forma de se apresentar de tal modo que ela chega a ser mistificadora. Talvez um melhor termo para a designar seria “ur-capitalismo”, “capitalismo predatório”, “capitalismo neo-imperialista” ou mesmo “capitalismo beligerante”, pois esta expressão está muito mais voltada para a *quintessência* do capitalismo do qual para algo exógeno a este. Neoliberalismo se apresenta

nossa sociedade desde seu nefasto vicejar, haja vista que o mesmo se trata não apenas de um modelo socioeconômico, mas, sim, de um sofisticadíssimo ideal gestor⁴⁴ da disciplina auto regulativa do sofrimento humano, onde constantemente são utilizadas categorias morais e psicológicas como pressupostos silenciosos de uma ação econômica que é ao mesmo tempo em seu processo auto imanente de expansão despótica e autofágica, traremos um breve resgate do pensamento econômico-filosófico clássico e neoliberal para facilitar a compreensão dos leitores.

Partindo da discussão desenvolvida previamente pelo professor Giovanni Alves (2011) podemos asseverar que uma das condições prementes no processo de fetichização social do neoliberalismo é a mistificação apologética da realidade. Como podemos apreender durante o nosso processo de revisão de literatura, o *ethos* neoliberal fundiu-se ao “Mundo do Trabalho” com o apregoamento de contrapartidas compensatórias e quantitativas, como por exemplo ao apregoar bonificações salariais ou gratificações com o intento de macaquear a defasagem do salário⁴⁵, ou seja, nas palavras de Harvey (1994), para “gentrificar” a defasagem do salário nominal e não o salário real, entre tantas outras coisas.

com o prefixo “neo” para se dizer como algo novo. Porém, não há muito de novidade nele, mas, sim, o “bom” e velho capitalismo operando por intermédio de seus tentáculos mais frios e violentos nas águas gélidas do cálculo. E ela chega a ser mistificadora pelo fato que acaba ocultando o real problema a ser criticado e combatido com toda a nossa verve, que deve ser o modo de produção capitalista. Este termo rouba a cena, e por conseguinte, a crítica que deveria estar sendo feita ao pai (capitalismo) e não ao filho (neoliberalismo), sendo que este filho, assim como o da teologia cristã, é o próprio pai sendo filho de si. O capital ganha uma certa aura de inocência frente ao neoliberalismo, pois fica como se o neoliberalismo não fosse o próprio capitalismo e, assim, o capital fosse inocente da selvageria criada pelo neoliberalismo, como se um não fosse o outro e vice e versa. Contudo, devido trabalharmos com diversos autores que trabalham com esta terminologia e ela já estar consagrada na literatura clássica a manteremos em nossa escrita, porém, com esta devida ressalva. As palestras dos dois professores mencionados podem ser acessadas, respectivamente, em: https://www.youtube.com/watch?v=X_SuemA50M; e em: <https://www.youtube.com/watch?v=U0K-ZRXPk3k>. Acesso em: 23 ago. 2021.

⁴⁴ Conforme Safatle *et al.* (2021, p. 10) [...] a noção de “gestor” do sofrimento psíquico na expansão do neoliberalismo ganha importância em dois sentidos, a saber, como aquele que gera e aquele que gerencia. Pois o sofrimento psíquico é não apenas produzido, mas também gerido pelo neoliberalismo. Por isso, cabe compreender o neoliberalismo como uma forma de vida nos campos do trabalho, da linguagem e do desejo. [...] a forma de vida neoliberal descobriu que se pode extrair mais produção e mais gozo do próprio sofrimento. Encontrar o melhor aproveitamento do sofrimento no trabalho, extraíndo o máximo de cansaço com o mínimo de risco jurídico, o máximo de engajamento no projeto com o mínimo de fidelização da empresa, torna-se regra espontânea de uma vida na qual cada relação deve apresentar um balanço e uma métrica. [...]

⁴⁵ O trabalho assalariado é o que dá sentido ao capitalismo, é o que o faz continuar avançando, pois esta forma de exploração gera uma subjetividade inautêntica, *i. e.*, esta forma de mistificação apologética do trabalho é uma forma estranhada no ato do trabalho que aliena e reifica a classe trabalhadora de sua subjetividade de classe visto que, como bem acentua Iamamoto (2012), o dinheiro permite o estabelecimento das relações de equivalência de valor entre todas as mais distintas mercadorias graças a sua capacidade ímpar de espelhar o valor nelas contido.

Uma das condições prementes no processo de fetichização social do neoliberalismo é a mistificação da realidade com a manutenção de propagandas e pelo inculcamento ideológico ininterruptamente de contrapartidas compensatórias, como bonificações salariais ou gratificações, como alternativas à corrosão da qualidade de vida até então vigente, em alguns casos, para mais, enquanto em outros, para menos, dos direitos sociais e do emprego padrão, ou seja, da conformação do fenecimento das formas de emprego vitalício.

Assim sendo, como Harvey (1994) muito bem nos propõe, este recurso de falseamento e de “hiper-mistificação” da realidade serve como alternativa a “perfumar o cadáver nauseabundo” e a escamotear a corrosão da tessitura da qualidade de vida minimamente conquistada ao longo dos anos de luta dos sindicatos e da classe trabalhadora, até então vigente, para mais ou para menos, a depender do caso, em razão da heterogeneidade que compõe a classe trabalhadora, isto é, passa-se a dissolução dos direitos sociais e do “emprego padrão” e da “cidadania salarial”.

Dito isso, faremos agora uma breve apresentação da elaboração, complexificação e desenvolvimento corrosivo da tessitura social do neoliberalismo a partir de sua ideação histórico-filosófica, aplicação inicial e expansiva e, por último, como ele operou ao chegar no Brasil.

Uma pequena arqueologia da teoria neoliberal: a criação do novo *religare universal*

Podemos dizer que o termo, assim denominado pelo alemão Alexandre Rüstow (1885-1963), neoliberalismo recebeu “um sopro de vida em suas narinas”, i. e., teve o seu primeiro “espasmo de vida”, um ano antes da eclosão da Segunda Guerra (1939-1945) na cidade de Paris, em 1938, na França, graças aos esforços de uma camarilha de ideólogos que era formada basicamente por vendilhões e por notórios ideólogos da burguesia decadente⁴⁶ daquela época. Este encontro mencionado por último entrou para os livros de

⁴⁶ Embora gostassem muito em se apresentarem como respeitáveis senhores atuantes nas mais várias áreas da política e das ciências, na verdade eram mestres em toda forma traiçoeira de pequenas artimanhas políticas. Eram uma espécie de gnomos que ainda hoje, após quase um século depois da criação de sua teoria mistificadora, encantam a burguesia como sendo a sua expressão intelectual mais acabada de sua própria corrupção de classe. Virtuosos na arte do perjúrio e do embuste e extremamente habilidosos artífices em todo tipo de estratégias tacanhas e que jamais demonstraram o menor escrúpulo em suas maquinções políticas mesquinhias e em sua divulgação do seu ódio e preconceito de classe, este último, claro, vinha à lume imantado na mais sofisticada falsificação ideológica do real. Estes, com efeito, mesmo sem nunca assumirem publicamente o fato, só eram plenamente coesos e coerentes em sua avidez

história com o cognome de *Colóquio Walter Lippmann*. Fora formado principalmente por um grupo seletivo de cientistas políticos, economistas, jornalistas, sociólogos e filósofos que se reuniram para discutir sobre o que, entre as décadas de 1920 a 1930, se demonstrava como uma “possível” falência do liberalismo clássico e do “Estado Providência” e, assim, poderem criar uma engenharia social ideológico-performática alternativa ao coletivismo apregoados pelo socialismo científico da tradição marxiana e marxista ou o assistencialismo keynesiano da tradição liberal clássica.

Como bem nos alerta o filósofo Vladmir Safatle, em capítulo de livro, de 2021, e intitulado *Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico* (2021), para os ideólogos e defensores do ideário performático e tecnológico neoliberal, toda forma de gestão social que busque, mesmo que minimamente, mitigar os males criados pelo próprio modo de produção capitalista devem ser eliminados. Conforme Safatle (2021, p. 24) neste caso em específico, “para os neoliberais, mesmo a regulação de moldes keynesianos era tão insuportável quanto qualquer forma de Estado socialista”.

O nome de *Colóquio Walter Lippmann* foi escolhido por um de seus principais idealizadores o filósofo francês Louis Rougier (1889-1982), por conta da forte “inspiração disciplinadora” que fora causada em seus asseclas pelo livro, à época recém publicado por um influente jornalista estadunidense, *A boa sociedade*, de Walter Lippmann (1889-1974)⁴⁷. Ao todo, o evento contou com a presença de vinte e seis intelectuais de áreas distintas do pensamento científico e político, aqui já mencionadas⁴⁸.

Ao analisar de forma ampliada o surgimento do *ethos* neoliberal como forma performática alternativa e disciplinadora do sofrimento psíquico humano causado pelo modelo despótico e beligerante capitalista, Safatle (2021, p. 24) nos afirma que os idealizadores do neoliberalismo possuíam a plena clareza de que seria necessária uma

partilhada por riqueza e no seu ódio fraternalmente compartilhado aos homens que realmente produzem a riqueza, *i. e.*, a classe trabalhadora.

⁴⁷ O mesmo era um dos idealizadores e organizadores do *Colóquio Walter Lippmann*.

⁴⁸ Além dos autores já mencionados, o evento contou com a presença de nomes muito influentes no cenário político daquela época como era o caso do alemão Wilhelm Röpke (1899-1966), os austríacos Friedrich Hayek (1899-1992) e Ludwig von Mises (1881-1973), dos franceses Raymond Aron (1905-1983), Robert Marjolin (1911-1986) e Jacques Rueff (1896-1978). O alemão Walter Eucken (1891-1950), que também criou uma narrativa alternativa ao socialismo e ao capitalismo assistencial denominada por ele como ordoliberalismo, foi convidado para o evento, entretanto o mesmo não recebeu permissão pelo governo nazista alemão para deixar o país. Ao que parece o “homúnculo” criado por estes é filho apenas de homens sem mulheres e que assim como Sidarta Gautama (Buda) o neoliberalismo “auto partejou-se” no mundo, isto é, veio ao mundo sem parteira.

mudança radical na formação dos indivíduos para que pudessem obter êxito. Em suas palavras,

[...] a liberdade liberal teria de ser reproduzida e defendida. Como dirá décadas depois Margareth Thatcher: “Economia é o método. O objetivo é mudar o coração e a alma”. E essa mudança dos corações e mentes teria de ser feita através de doses maciças de intervenção e de reeducação. Isso até o momento em que os indivíduos começassem a ver a si mesmos como “empreendedores de si”, isso até o momento em que eles internalizassem a racionalidade econômica como a única forma de racionalidade possível. [...] (Aspas do original).

Esse inculcamento desse embuste ideológico “falso-puritano” que foi criado pelos *muscadins* de nosso tempo como missão foi extremamente necessário para que se pudesse construir uma forma de engenharia social e uma estética performática capazes de criar um tipo de individualização humana baseada no modelo da empresa, isto é, formar uma consciência que deve funcionar de forma pragmática a apreender, dirigir e avaliar o que lhe é aprazível como se faz em uma empresa. Esta forma de disciplinamento violenta, por sua vez, acabou por formar o indivíduo ideal ao neoliberalismo, que seria um indivíduo totalmente desamparado e ignorante, que ao invés de buscar se apropriar de conhecimentos científicos e filosóficos que pudessem lhe munir com “a arma da crítica e a crítica da arma” que ele viesse a combater o seu verdadeiro alvoz apenas passou a somatizar o seu sofrimento auto despótico em forma de submissão dócil ou de doenças.

Safatle (2021, p. 27-28), por exemplo, descreveu de forma certeira e completa essa base neoliberal beligerante, falaciosa e auto destrutiva que ao mesmo tempo em que defende o livre mercado advoga formas totalitárias de governo da seguinte maneira:

[...] a liberdade do mercado só poderia ser implementada calando os que não acreditam nela, todos os que contestam seus resultados e sua lógica. Para isso, seria necessário um Estado forte e sem limites a sua sanha para silenciar a sociedade de forma violenta. O que nos explica por que o neoliberalismo é, na verdade, o triunfo do Estado, e não a sua redução ao mínimo. [...] submeter-se à pretensa racionalidade das leis da economia exige uma despolitização radical da sociedade, uma recusa violenta de seus questionamentos a respeito da autonomia do próprio discurso econômico em relação aos interesses políticos. Ou seja, tal submissão exige assumir a economia como a figura mesma de um poder soberano, provido de uma violência propriamente soberana. Nesse ponto, podemos encontrar a expressão da natureza política autoritária da economia neoliberal, e aqui se desenha o mesmo modelo de gestão social que podemos encontrar em teóricos do nazismo, como Carl Schmitt. [...] vem de Schmitt a noção de que a democracia parlamentar, com seus sistemas de negociações, tendia a criar um “Estado Total”. Tendo de dar conta de múltiplas demandas vindas de vários setores sociais organizados, a democracia parlamentar acabaria por permitir ao Estado intervir em todos os espaços da vida, regulando todas as dimensões do conflito social, transformando-se em mera emulação dos antagonismos presentes na vida social. Contra isso não seria necessário menos Estado, mas pensar outra forma de Estado Total: um Estado total “qualitativo”, como dirá Schmitt. Nesse caso, um Estado

capaz de despoliticizar a sociedade, tendo forças suficientes para intervir politicamente na luta de classes, eliminar as forças de sedição a fim de permitir a liberação da economia de seus pretensos entraves sociais. Schmitt não quer um Estado planificador, mas um Estado capaz de garantir uma intervenção autoritária no campo político a fim de liberar a economia em sua atividade autônoma. Essa noção era extremamente presente no debate alemão do final dos anos 1920 e início dos anos 1930 e vem daí a perspectiva política de Hayek. [...] (Aspas do original).

Perdoem-nos a longa citação. Só reproduzimos uma citação tão extensa por compreendermos que somente de forma integral ela iria traduzir adequadamente o embuste neoliberal na visão do autor que compartilhamos a compreensão do “ser propriamente assim” do neoliberalismo.

Dito isso, exatamente nove anos à frente do evento supramencionado, e agora, como nos informou Safatle (2021), bem alinhados com a ideologia dominante do Estado totalitário sobredito e em outras experiências fascistas, em 1947, os mesmos “espadachins da liberdade neoliberal” e os novos “vendilhões do templo” se reuniram novamente para discutir acerca de como poderiam implementar o seu programa ideológico, porém, na cidade de Mont Pèlerin, na Suíça, e agora sob a batuta do austríaco Friedrich Hayek (1899-1992), do britânico Karl Popper (1902-1994) e do estadunidense Milton Friedman (1912-2006). Não dispomos dos documentos e atas de reunião elaborados durante o evento mencionado por último durante a nossa pesquisa, mas a filósofa e professora Marilena Chauí, em definição direta a tríade sobredita, no seu livro, de 2018, *Em defesa da educação pública, gratuita e democrática* (2018), não nos deixa nenhuma dúvida a respeito da verve pertinaz seguida da malquerença dos mesmos. Chauí (2018, p. 201-202), assim os define:

[...] Esse grupo opunha-se encarniçadamente ao surgimento do Estado de Bem-estar de estilo keynesiano e social-democrata e à política norte-americana do New Deal, e elaborou um detalhado projeto econômico no qual atacava o chamado Estado Providência, com seus encargos sociais e com a função de regulador das atividades do mercado, afirmando que esse tipo de Estado destruía a liberdade dos cidadãos e a competição, sem as quais não há prosperidade. [...].

A homília idealizada por este grupo de arrivistas supracitado permaneceu em letargia e desacreditada até a explosão da crise capitalista de 1970. Graças ao forte impacto desta crise a camarilha liderada pelos 03 grandes “reverendos do neoliberalismo” F. Hayek, K. Popper, M. Friedman e por toda sua corja de seguidores passou a grassar com mais imponência e respeito pela seara política, haja vista que este tipo de ideólogo hegemônico do capital, já a muito denominados por Marx (2007) de “merceeiros de ideias”, ofereciam uma panaceia “retirada da cartola” para a atual, segundo eles acidental e

superável, crise econômica e cumulativa do capitalismo despótico e beligerante⁴⁹. Em seu *pogrom*, eles elegeram como bode expiatório para a crise econômica capitalista de 1970 os sindicatos de classe e os movimentos de operários que pressionavam a burguesia por aumentos salariais e por aumento de encargos sociais do Estado para a categoria⁵⁰.

Conforme os mesmos sobreditos, os sindicatos teriam impossibilitado a realização do ciclo da mercadoria e do mais-valor (elevação dos níveis de “lucro” e de acumulação de capital) desejados pelos empresários e que por este motivo teriam desencadeado os incontroláveis processos inflacionários de então. Feito o diagnóstico de forma rápida e assertiva os ideólogos do neoliberalismo, quem sabe, talvez munidos por revelação do espírito personificado da verdade Alétheia ou pela sanha de seu bom deus da cobiça e da ganância Plutão, propuseram o tão esperado elixir milagroso para a manutenção do capitalismo decadente. Assim sendo, apresentaremos agora os principais preceitos da cabala neoliberal:

1. Criação de um Estado forte para quebrar a espinha dorsal dos sindicatos e o poder dos movimentos operários;
2. Controlar fortemente o dinheiro público assim como também cortar drasticamente os encargos sociais e os investimentos estatais na economia;
3. A criação de um Estado que a meta seja a estabilidade econômica e monetária ao preço da contenção dos gastos sociais;
4. Reestruturação da taxa de desemprego necessário para a manutenção do exército de reserva e do lumpemproletariado a fim de quebrar a capacidade de confrontamento dos sindicatos;

⁴⁹ Conforme Mészáros a crise de 1970 foi uma crise totalmente diferente das muitas crises cíclicas do capital que lhe precederam, pois conforme o autor húngaro esta passou a estruturar o capitalismo de forma permanente e degenerativa. Mais à frente iremos nos deter de forma mais detalhada na tese defendida por Mészáros.

⁵⁰ Como não iremos nos aprofundar exegeticamente na questão da luta dos ideólogos neoliberais contra os sindicatos na década de 1970 em nosso trabalho ou em expor a origem e a luta dos sindicatos ao longo da história moderna, sugerimos aos nossos leitores o cotejo da obra de Bernard Edelman intitulada como *A legalização da classe operária* (EDELMAN, Bernard. A legalização da classe operária. Tradução de Marcus Orione. São Paulo: Boitempo, 2016) para ter uma panorâmica do multifacetado e delicado processo de cooptação de lideranças sindicais, do processo de (des)regulamentação de leis trabalhistas durante o interregno da década de 1960-1970, e de reestruturação das formas de organização dos sindicatos, etc. no âmbito francês/europeu. Ademais, para uma apreensão mais acertada do processo de construção, destruição/cooptação e de resistência dos sindicatos em nosso país, sugerimos, respectivamente, a leitura das seguintes obras: SEGATTO, José Antonio. A formação da classe operária no Brasil. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1987.; ANTUNES, Ricardo L. C. O que é sindicalismo. 14^a. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.; e a magistral pesquisa de pós-doutorado do professor Ruy Braga, intitulada, *A política do precariado* (BRAGA, Ruy. A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista. São Paulo: Boitempo: USP, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 2012. - Coleção Mundo do Trabalho).

5. A formação de um Estado capaz de realizar uma reforma fiscal para alavancar os investimentos privados;
6. Redução da cobrança de impostos sobre as grandes fortunas e capitais acumulados seguida pelo aumento da cobrança tributária sobre a renda individual;
7. A criação de um Estado capaz de afastar a regulação econômica, deixando assim para o próprio “Mercado” o poder de autorregulação.

Todos os mandamentos elaborados para a cabala neoliberal nos foram apresentados para a honra e glória do nosso bom “Senhor Capital” após o hercúleo esforço dos mais santos, sacros e justos dentre os homens (pobres e santos sacerdotes secundados por alguns celibatários) que a vários anos jejuavam fielmente para santificação de seus corpos. Homens de caráter inquestionável que após um longo e profundo estudo nos evangelhos e na escolástica do Liberalismo e da filosofia revelada pelos seus profetas onde claramente que não poderia faltar, de uma longa peregrinação à Meca rumando à terra santa, encontraram finalmente para a nossa sorte o santo templo da Escola de Chicago⁵¹ e os homens mais iluminados desde o milagre da criação: os *Chicago boys*⁵², onde pelo cumprimento da glória do bom “Deus Mercado” receberam a revelação trazida pelos arcangels mensageiros do nosso bom Deus *Mamon*⁵³ e fundaram sobre uma pedra bem firme a “Igreja Neopentecostal Quadrangular do Reino do Neoliberalismo”.

Estes santos mártires sobreditos ao “descerem do monte”, alguns montados em ídolos ouro enquanto outros vieram flanando nas asas dos arcangels e dos querubins, os santos profetas do neoliberalismo nos revelaram as sagradas escrituras contidas nas santas tábua que foram esculpidas na rocha após serem psicografadas por tão nobres

⁵¹ Esse nome é dado a um grupo de professores e pesquisadores da Universidade de Chicago, que surgiu nos Estados Unidos da América (EUA) nos anos de 1920. A Universidade de Chicago foi inaugurada em 1892 e fora criada na cidade de maior índice de crescimento da época, a partir de doações de liberais, liderados por John Rockefeller.

⁵² Este termo foi usado de forma jocosa pelos chilenos que passaram a viver sob o tacanho regime ditatorial de Augusto Pinochet (1973-1990) para apelidar um grupo de cerca de 25 economistas (dentre estes, os nomes mais conhecidos são os de: Milton Friedman, Frank Knight, Ludwig Von Mises e Friedrich August von Hayek). Todos estes jovens fizeram mestrado e/ou doutorado na Universidade de Chicago, que à época era considerada o grande centro de estudo do liberalismo econômico. Todos eles se voltaram para o Chile e, convidados pelo ditador Augusto Pinochet, aplicaram na prática o seu projeto econômico piloto, que na época era considerado como o novo modelo de condução da economia mundial, e que de lá se espalhou para a Inglaterra e para os EUA.

⁵³ *Mamom* (מָמוֹן), é uma transliteração da palavra hebraica " que significa literalmente "dinheiro". *Mamon* é um termo, derivado na Bíblia cristã e é usado para descrever a riqueza material ou cobiça, na maioria das vezes, mas nem sempre, personificado como uma divindade. A entidade, *Mamon* representa o terceiro pecado, a Ganância ou Avareza, e também o anticristo, devorador de almas, e um dos sete príncipes do Inferno dentro da filosofia cristã.

homens para só assim nos apresentarem finalmente o seu “imperativo categórico” absoluto e “aprova de falhas”, o mandamento supremo do neoliberalismo, eles trouxeram à baila o seu “mantra” mais sagrado que fora idealizado pela santíssima trindade composta por “nada mais ou nada menos” que a fórmula trinitária do Deus onipotente Capital, da divindade onipresente *Mamon* e pela santíssima deidade onisciente do Mercado, que seria: *There is no alternative! [Não há outra alternativa!]⁵⁴*.

Para tal empreitada, a cantilena do ideário neoliberal, visando a abolição, com efeito, de todo e qualquer investimento estatal que vise a defesa do social e/ou dos serviços públicos, passou a corroer a tessitura de toda e qualquer assistência social promovida pelo Estado. Como bem explica Harvey (2016, p. 33):

[...] Na década de 1970, começou a surgir (ou a se impor) um “consenso neoliberal de que o Estado deveria eximir-se da obrigação de provisão pública em áreas tão diversas como habitação, saúde, educação, transporte e abastecimento (água, energia e até mesmo infraestrutura). O objetivo era abrir essas áreas à acumulação de capital privado e à primazia do valor de troca. [...] (Acréscimos e aspas do original).

Entretanto, vale frisarmos que o neoliberalismo não renunciou a investimentos públicos voltados para os aparelhos violentos e repressivos estatais para a sua própria proteção. Não é à toa que os ideólogos neoliberais costumem descrever o papel do Estado comparando-o com um “guarda noturno”. Em linhas gerais, o neoliberalismo enseja a abolição do controle estatal sobre o fluxo contínuo financeiro dos grandes capitalistas, uma forte legislação antigreve e um programa de privatização das estatais seguido pela transformação de direitos sociais, antes garantidos pelo Estado, a condição de serviços vendidos e, por esta razão, serem não mais um direito, mas, sim, uma mercadoria consumível a ser oferecida pelo Mercado.

⁵⁴ Este lema é tão forte para a patrística neoliberal que até hoje costuma ser repetido inúmeras vezes nas falas ou nos escritos dos ideólogos que advogam o modelo sociometabólico capitalista e o livre mercado. Por muitos anos este foi o mantra único e supremo na cartilha neoliberal até que Barack H. Obama, em sua corrida a presidência dos EUA nos idos do séc. XXI, trouxe um outro lema tão auspicioso quanto o seu antecessor em seu lema de campanha, porém não para substituir o primeiro, mas, sim, para unir forças aquele. Na nova era de realização da sociedade de controle e da disciplinada, no que o filósofo e ensaísta sul-coreano Byung-Chul Han chama em sua obra *Sociedade do cansaço* (Editora Vozes, 2017) de “religião imanente do cansaço”, da prática de auto exploração, do esgotamento físico e, de seu ponto catártico, do seu momento de gozo e fruição, do adoecimento psíquico e, assim, da manifestação da *Síndrome de Burnout* de forma generalizada na população, surgiu o mantra do “Yes, we can” [Sim, nós podemos]. Após a vitória de B. Obama e de sua permanência na *Casa Branca* por 02 mandatos consecutivos (2009-2017) os dois lemas passaram a complementar um ao outro organicamente e a serem entoados nos espaços laborativos, políticos, entre tantos outros.

Da ideação para a prática: o neoliberalismo começa a ditar a macroeconomia

Conforme podemos aferir em Chauí (2018), o modelo piloto de gestão econômica neoliberal, graças ao nosso “primeiro onze de setembro” (Chomsky, 2017), foi aplicado pela primeira vez no Chile durante o regime ditatorial (1973-1990) de Augusto Pinochet (1915-2006), haja vista que, assim como o liberalismo clássico pensado por John Locke (1632-1704), Adam Smith (1723-1790), David Ricardo (1772-1823) e Thomas Malthus (1766-1834), entre tantos outros diletantes do liberalismo, conseguia coexistir muito bem com as formas de opressão escravistas durante a assim denominada por Marx (2017) de “acumulação primitiva do capital”.

Assim sendo, compreendemos que é impossível pensarmos o neoliberalismo sem termos que pensar de forma conjunta sobre as mais variadas e diversificadas formas de violência que foram/são adotadas pelo *modus operandi* do neoliberalismo. Frente a esta última afirmação, a proposição do filósofo marxista húngaro István Mészáros (1930-2017), em seu livro *Para além do capital: rumo a uma teoria de transição* (Mészáros, 2011a), é sumariamente assertiva, pois para o mesmo o funcionamento da “máquina capitalista” gera necessariamente violência, miséria, destruição, entre tantas outras coisas nefastas e deletérias à humanidade. Conforme Mészáros (2011a), a política macroeconômica neoliberal convive muito bem com regimes violentos, totalitários e de cariz fascista ou ditoriais que convulsionam de tempos em tempos para garantir a manutenção do capital espoliativo e selvagem pelos seus trustes⁵⁵.

55 Diante do que fora afirmado vale a sugestão a obra de Harvey (2016, p. 62) pois conforme o mesmo “a transformação do trabalho, da terra e do dinheiro em mercadorias baseou-se em violência, traição, roubo, fraude e coisas do tipo. Terras comuns foram cercadas, divididas e postas à venda como propriedade privada. O ouro e a prata que constituíram as primeiras mercadorias-dinheiro foram roubados das Américas. Os trabalhadores foram obrigados a abandonar a terra e receberam o título de trabalhadores assalariados “livres”, podendo ser explorados livremente pelo capital, quando não diretamente contratados ou escravizados. Essas formas de espoliação foram fundamentais para a criação do capital. Mas é importantíssimo notar que elas nunca desapareceram. Não só foram centrais para os aspectos mais vis do colonialismo, como até hoje as políticas de espoliação (administradas em grande parte por uma aliança terrível entre o poder corporativo e o poder estatal) do acesso à terra, à água e aos recursos naturais geram movimentos maciços de inquietação global”. Referente à espoliação permanente das Américas, sugerimos respectivamente ao leitor a leitura das seguintes obras: GALEANO, Eduardo. As veias abertas da América Latina. Tradução de Sergio Faraco. Porto Alegre, RS: L&PM, 2019; ANTUNES, Ricardo. O continente do labor. São Paulo, SP: Boitempo, 2011. (Coleção Mundo do trabalho).

Um bom exemplo que já afirmamos há pouco foi o 11 de setembro⁵⁶. Dito isso, como também pudemos aferir na obra do pensador norte-americano Noam Chomsky, em seu livro *Quem manda no mundo?* (Chomsky, 2017), o nosso “primeiro 11 de setembro”, ocorrido na América Latina em 1973, marcou “mais um bom êxito” da política neoimperialista dos EUA em seu ciclo de financiamento, treinamento e aplicação de regimes ditatoriais ao redor do globo iniciados logo após o cessar fogo da II Guerra (1939-1945) e início da Guerra Fria (1947-1991). Neste golpe em específico, seus esforços se voltaram para a derrubada do curto governo democrático (1970-1973) de Salvador Allende (1908-1973) no Chile com um golpe militar que levou a subida ao poder do terrível regime ditatorial do general A. Pinochet.

No esteio da ditadura mencionada instalou-se organicamente a violência do regime ditatorial o elixir milagroso criado pelos *meninos de Chicago* e, assim, remodelaram a economia do país. Destruiu-se a economia e a soberania nacional chilena por meio de torturas e sequestros. Como bem explica Chomsky (2017, p. 30), o real objetivo por trás do golpe impetrado no Chile,

[...] nas palavras da administração Nixon, era matar o “vírus” que poderia encorajar todos esses “estrangeiros [que] estão a fim de foder com a gente” – foder com a gente era tentar assumir o controle de seus próprios recursos e, em termos mais gerais, aplicar uma política de desenvolvimento independente, numa diretriz que causava repulsa em Washington. Em segundo plano, apoiando a decisão do golpe, estava a conclusão do Conselho de Segurança Nacional (*National Security Council* – NSC, na sigla em inglês) de Nixon de que, se os EUA não eram capazes de controlar a América Latina, não se podia esperar que conseguissem “realizar a sua ordem auspíciosa em qualquer outro lugar no mundo”. [...] (Aspas, itálicos e acréscimos do original).

Após o “bom êxito da escolástica neoliberal”, no Chile, o neoliberalismo expandiu os seus tentáculos ávidos por lucro e riquezas para os Estados Unidos da América (EUA) no novo mandato presidencial (1981-1984) de Ronald Reagan (1911-2004) que ali tomava

⁵⁶ O nosso “segundo 11 de setembro” ocorreu, em 2001, nas terras do “Tio Sam” (EUA). No dia 11 de setembro de 2001 aconteceu o maior ataque contra os EUA ocorrido em solo americano. Os ataques terroristas de 11 de setembro foi uma série de ataques suicidas contra os EUA coordenados pela Al-Qaeda (uma organização fundamentalista islâmica que fora treinada pelo próprio EUA na época da Guerra Fria). Na manhã daquele dia, dezenove terroristas sequestraram quatro aviões comerciais e iniciaram um ataque combinado contra símbolos de poder estadunidenses. Os terroristas colidiram dois dos aviões contra as Torres Gêmeas do complexo empresarial do World Trade Center, na cidade de Nova Iorque, matando, assim, inúmeras pessoas. O terceiro avião colidiu contra a sede do Departamento de Defesa dos Estados Unidos (Pentágono). O quarto avião não conseguiu lograr bom êxito em sua missão e foi derrubado em um campo aberto pelos seus tripulantes depois de alguns de seus passageiros terem retomado o controle da aeronave dos sequestradores. Após este feito os EUA iniciaram a Guerra ao Terror e passaram a invadir e a ocupar pontos estratégicos ao redor do globo e a gestar legislações de segurança que, anos depois, desgataram em escândalos de espionagem.

força graças a crise de 1970 onde, por sua vez, o governo Reagan conseguiu se estender por dois mandatos seguidos (1981-1989). Assim como pelo mesmo motivo que se espalhou nos EUA, também, a sanha neoliberal se espalhou para o novo mandato de primeira-ministra (1979-1983) inglesa de Margaret Thatcher (1925-2013), mandato este que incrivelmente se estendeu por três mandatos consecutivos (1979-1990) na Inglaterra⁵⁷.

A partir destas três experiências “bem-sucedidas” de implementação da lógica normativa de conjuntura neoliberal (a ditadura de Pinochet no Chile; o reaganismo nos EUA; e o thatcherismo na Inglaterra), o mundo nunca mais foi o mesmo. A citação que se segue, ainda que longa, sintetiza, de maneira lapidária, a identidade do neoliberalismo após ter sido implementada com sucesso em duas grandes potências nacionais, haja vista que nela Chauí (2018, p. 2020-203) oferece uma descrição analítica assertiva ao nos propor que

[...] Esse modelo político tornou-se responsável pela mudança da forma da acumulação do capital, hoje conhecida como “acumulação flexível”, isto é, o incentivo à especulação financeira em vez dos investimentos na produção; o monetarismo superou a indústria. [...] Em resumo, o neoliberalismo é a decisão de investir o fundo público no capital e privatizar os direitos sociais, de maneira que podemos defini-lo como alargamento do espaço privado dos interesses de mercado e encolhimento do espaço público dos direitos, cujo pressuposto ideológico básico é a afirmação de que todos os problemas e malefícios econômicos, sociais e políticos do país decorrem da presença do Estado não só no setor de produção para o mercado, mas também nos programas sociais, donde se conclui que todas as soluções e todos os benefícios econômicos, sociais e políticos procedem da presença das empresas privadas no setor de produção e nos serviços sociais. Em outras palavras, o mercado é portador de racionalidade sociopolítica e agente principal do bem-estar da república. Isso transparece claramente na substituição do conceito de *direitos* pelo de *serviços*, que leva a colocar *direitos sociais* (como a saúde, a educação e a cultura) no setor de *serviços privados*. [...] (Aspas e acréscimos do original).

Ou seja, a homília neoliberal imposta pelos seus “mulás” mais aguerridos passou a tomar como ser da realidade a fragmentação econômica e social e a compressão espacial, temporal e geográfica gerada pelas novas formas de tecnologia e de gerenciamento do trabalho fomentado pelo capital financeiro. Esse ideário, falsificado pela ideologia de “meritocracia” e de “empreendedorismo”⁵⁸ corresponde a um *ethos* de vida que

⁵⁷ Em seu último mandato, devido ao forte apelo social que secundou a destruição da seguridade social do país, entre outras coisas, ela teve de renunciar ao cargo após a forte pressão da oposição política e, assim, não chegou ao final de seu terceiro mandato.

⁵⁸ De acordo com Harvey (2016, p. 34), “a história que ouvimos por toda parte, das salas de aula a praticamente todos os meios de comunicação, é que a maneira mais barata, eficiente e adequada de obter valores de uso é libertando o espírito animal do empreendedor, faminto de lucro, que o incita a participar do sistema de mercado. Por isso, muitos valores de uso que antes eram distribuídos gratuitamente pelo Estado foram privatizados e mercantilizados: moradia, educação, saúde e serviços públicos seguiram nessa direção

determinado pelas mais variadas formas de violência e de insegurança social geradas e institucionalizadas pelo Mercado. Esse novo e “promissor” *ethos* possui, grosso modo, alguns traços constitutivos que podemos sumarizar em cinco pontos distintos que se retroalimentam ininterruptamente. Vejamos estes então:

1. Insegurança institucionalizada, o que por sua vez leva a aplicação de recursos privados no mercado de futuros e de seguros;
2. A dispersão total da identidade de classe e um forte inculcamento da ideologia do despotismo concorrencial;
3. Um grande sentimento de insegurança reacionário e fundamentalista que ressalta a importância do reavivamento das antigas instituições mistificadoras e autoritárias ou fundamentalistas religiosas;
4. A destruição da memória e da razão com a promoção do pós-modernismo e da pós-verdade, do irracionalismo e do subjetivismo como critério de veracidade;
5. Relega à condição de mitos totalitários, *i. e.*, defende ideias de racionalidade positivista, contraste entre necessidade e contingência etc.

Embelezado com essa “manipulação do nonsense” (cinismo tolerado, racismo furtivo, chauvinismo, obscurantismo científico, antropofagia maquinal, etc.), o resultado foi verdadeiramente surpreendente: os lugares comuns da sociedade mais banais foram “reformados” e reformulados; os preconceitos mais absurdos, falseados e legitimados; e, graças ao seu poder mistificador, *voilà*, todos os gatos se tornaram magicamente em lebres. Ou seja, a ideologia neoliberal, conforme Chauí (2018, p. 204), realiza como seu imperativo categórico insaciavelmente voraz três grandes inversões: “substitui a lógica da produção pela da circulação; substitui a lógica do trabalho pela da informação; e substitui a lógica da luta de classes pela da satisfação-insatisfação dos indivíduos no consumo”.

Após a agudização da crise estrutural do modelo sociometabólico capitalista iniciada entre 1968-1973, de anos de muita “canibalização social”, e por conta de diversas contradições políticas e administrativas que não abordaremos aqui, em 1989, o mantra supremo da homilia neoliberal, tão entoado por M. Thatcher, Yoshihiro F. Fukuyama, entre

em muitos países. O Banco Mundial insiste que essa deve ser a regra geral. Mas tal sistema funciona para os empreendedores, que costumam obter grandes lucros, e para os ricos, mas penaliza praticamente todo o resto da população, a ponto de gerar entre 4 e 6 milhões de execuções hipotecárias nos Estados Unidos (e muitas outras na Espanha e em outros países). A escolha política é entre um sistema mercantilizado, que serve muito bem aos ricos, e um sistema voltado para a produção e a provisão democrática de valores de uso para todos, sem qualquer mediação do mercado”.

tantos outros ideólogos do fim do mundo e pelo *mass media*, o “*There is no alternative*”, finalmente, chegou a sair até da boca de Gorbachev⁵⁹ e a *Coca Cola* passou a ser produzida na “China maoísta”⁶⁰.

Assim sendo, para o deleite dos capitais e de seus trustes transnacionais, finalmente, nós pudemos, então, com o “fim” das “experiências comunistas” soviética e chinesa, com a subordinação da linha de produção chinesa ao Mercado e, finalmente, com a tão aclamada instituição da hegemonia do modelo sociometabólico capitalista entrar na tão sonhada *mundialização econômica*, período também chamado por alguns de globalização. A partir da globalização, sempre se utilizando de uma estratégia combinada que vai de ciclos de “contrarrevoluções preventivas” (Antunes, 2011b) com ciclos de violência abertas e declaradas, que a sanha do Mercado, salvo raríssimas exceções que nos chegam graças ao trabalho de alguns humanitaristas “muito bem intencionados” e “um tanto desavisados” que alegremente nos apresentam comunidades remotas que ainda vivem de modo tribal no Xingu, na Nova Guiné ou em um outro lugar esmo qualquer e, assim, acabam conseguindo confirmar apenas a regra geral que é a da expansão desigual e combinada do Mercado por toda parte, passou a estender os seus tentáculos por todo o globo.

⁵⁹ Mikhail Sergeevitch Gorbachov foi um influente estadista na hoje extinta União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). M. S. Gorbachov foi o Secretário-Geral do Partido Comunista (PC) da URSS que esteve à frente da União Soviética de 1985 até 1991. Ele foi o oitavo e último líder da materialização do imperativo vital da classe trabalhadora que foi implementado na antiga Rússia czarista e que veio a se tornar na experiência de tomada de poder da classe trabalhadora mais longeva de toda a história. A implosão do grande sonho da classe foi comemorada com muita satisfação “pelo mercado”. A derrocada da URSS foi brindada pela burguesia em festa com a “*catastroïka soviética*”, o maior processo de dilapidação social e de privatização de estatais públicas até hoje de toda a história do neoliberalismo. Sobre o processo de implementação da “*catastroïka soviética*” ver o documentário *Catastroïka: privatization goes public* (Catastroïka: privatização torna-se publica). O documentário, lançado originalmente na Grécia em 2012 e que foi produzido e dirigido por Aris Chatzistefanou e Katerina Kitidi, é uma excelente chave de interpretação a nos ajudar em um melhor entendimento do que realmente está por trás dos ciclos de privatização ao redor do globo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=xZLOUkvtgEM>. Acesso em: 03 jun. 2021.

⁶⁰ O maoísmo, também chamado de “Pensamento de Mao Tse-Tung” é uma ramificação do comunismo científico que, grosso modo, está baseada principalmente nos ensinamentos do líder revolucionário comunista, Mao Tsé-Tung (1893-1976). Esta teoria revolucionária fora implementada após o término da Guerra Civil chinesa (1945-1952) na República Popular da China. Com devidas ressalvas – o prof. Ricardo Antunes, em várias de suas palestras que estão disponíveis no You Tube, nos chama a atenção para o fato de que na China comunista, principalmente de hoje, é muito mais fácil emitir uma crítica mordaz aos limites ou as contradições do comunismo chinês do que fazer qualquer crítica um pouco mais elaborada ao neoliberalismo ou a forma que a produção chinesa vem adotando desde o final da década de 1990 e início dos anos 2000 dentro do Partido Comunista (PC) –, o maoísmo é a doutrina política oficial do Partido Comunista da China até hoje.

Uma pequena biografia não autorizada: a invenção do Brasil e o desenvolvimento do nosso capitalismo tardio

Visando uma melhor compreensão do *modus operandi* capitalista atual vale a pena um breve resgate de nossa gênese histórica para nos auxiliar na apreensão e compreensão do comprometimento de nossa formação sócio-político-cultural para que possamos nos situar na querela que nos propomos neste texto em tela, já que a compreensão do fundamento da sociedade capitalista é questionado por autores que negam a centralidade do trabalho e, portanto, negam o processo de fagocitose e de autofagia onde o Estado de bem-estar social está sendo carcomido de dentro para fora.

Por uma questão de rigorosidade intelectual iremos apontar agora alguns dos fatores que nos pareceram mais significativos em nosso processo de pesquisa e de revisão bibliográfica no esforço de compreensão do desenvolvimento brasileiro, seus padrões de permanência e de ruptura e, principalmente, de suas assincronias e suas perspectivas ao longo de 05 séculos. Para tanto iremos abordar a acumulação opulenta colonial e capitalista, processo este que a acumulação de capital e de riquezas se deu seguido diametralmente pela miséria e inanição no Brasil.

Sem nos debruçarmos detidamente no mérito da querela desenvolvida entre autores do quilate de Gilberto Freyre (1900-1987), em sua obra, de 1933, *Casa-Grande & Senzala*; José Lins do Rego (1901-1957), em sua obra, de 1943, *Fogo morto*; Caio Prado Jr. (1907-1990), em seu livro, de 1945, *História econômica do Brasil*; ou Jacob Gorender (1923-2013), em seu estudo, de 1985, intitulado *Escravismo colonial*, entre tantos outros historiadores, sociólogos e/ou antropólogos, e principalmente no mérito de que se após o violento confronto entre os portugueses, chegados no século XVI ao território de “Pindorama” (Brazil)⁶¹, e os gentios que habitavam este mesmo território desde tempos

⁶¹ Terra esta que pela influência da Igreja católica chegou a ser chamado pelos colonizadores por um certo tempo de “Terra de Santa Cruz” mas que posteriormente, por conta do mercado do pau-brasil (*Paubrasilia echinata*) – chamada pelos nativos de *Ibirapitanga* esta é uma árvore que contém corantes fortes em sua seiva, em tom de vermelho brasa – recebeu o nome de “Brazil”. Entre os anos de 1500 e 1530, após o seu “grande descobrimento”, a nova colônia portuguesa, embora algumas poucas incursões de reconhecimento e registro cartográfico e para estabelecer laços com os gentios, ficou em uma espécie de *standby*. Talvez a mais significativa destas incursões na “Nova Terra” tenha sido a de Diogo Álvares Correia (1475-1557), conhecido pelos tupinambás como “Caramuru”, pois este ao chegar na colônia, em 1510, e embora tenha se “casado oficialmente” com a índia da tribo Tupinambá Paraguacu, desfrutou-se da poligamia aqui corrente e desenvolveu o “cunhadismo” com os ameríndios para facilitar o escambo entre mercadorias e especiarias. Caramuru se tornou uma espécie de reproduutor de “brasilíndios” e acabou fundando em nossas paragens uma espécie de “Vila Euro-Tupinambá”. Foi somente em 1531, temendo a cobiça de comerciantes mais ávidos, piratas e uma possível “invasão dentro da invasão” das coroas holandesa e francesa que Portugal se

imemoráveis⁶², se no Brasil teve um etapismo bem definido e linear ou se foi um processo caudaloso entre colonialismo, feudalismo, “escravismo bucólico e afável” ou “escravismo colonial” e extremamente violento e a ideia de “homem cordial”, descrita por Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982) em sua obra, de 1936, *Raízes do Brasil* – ideia esta que junto aos nossos demônios nos persegue até hoje – ou se já se desenvolveu dentro do modelo de produção capitalista, ou pelo menos nos arquétipos mais elementares deste último.

Em linhas bem gerais, sobre este “moinho de gastar gente”, mais conhecido como “Brasil colônia” (1531-1822), a primeira coisa que nós poderíamos dizer, sem titubear, sobre a história do Brasil, pois isto se trata de “um fato irrefutável” e não de algo totalmente diferente que seria “a interpretação de um fato”, é que ao contrário do que se costuma ler e ouvir dos ideólogos decadentes da burguesia é que a nossa história é bem inglória e fortemente marcada por um passado de sangue, de violência e de morte. O segundo anacronismo a ser corrigido, a contrapelo do que geralmente se apresenta nos livros técnicos ou didáticos escolares, é o fato de que muito antes de os portugueses atracarem

efetivou enquanto Metrópole frente a sua colônia fundando, finalmente, a Vila de Piratininga e a Vila São Vicente, algo que deu por cabo no “cunhadismo” e passou a instituir oficialmente o regime escravista de indígenas e de negros na colônia. Um bom exemplo desse ciclo de “invasões” é a francesa em 1612 e 1615 na capitania do Maranhão (atual estado do Maranhão - MA), esta secundada pela holandesa, em 1641 e 1644, a “invasão” holandesa da “Vila de São Vicente”, em 1615 (atual estado de São Paulo - SP), na província Salvador da Bahia (a época capital da colônia), em 1624 (atual município de Salvador Bahia - BA) e na capitania de Pernambuco, em 1630 (atual estado de Pernambuco - PE). O Rei de Portugal a época, Dom João III (1502-1557), dividiu a região do Maranhão em duas “Capitanias Hereditárias”. O monarca entregou-as a duas personalidades poderosas e influentes da época no ano de 1535. Na fundação do Brasil dois projetos de dominação se fizeram presentes desde então, o primeiro, colonial, aliciou cruelmente os gentios da terra como força de trabalho estratificado, já o segundo, o religioso instituiu nos indígenas uma consciência servil e alienada ao dispor dos colonizadores. O genocídio e o etnocídio provocados pela escravização e pela catequese tornaram inevitável a hecatombe da cultura dos povos originários. Foi a partir deste marco que Portugal passou a se embrenhar no território virgem, a explorar e a defender a sua colônia. Neste ínterim que antecedeu a chegada dos portugueses (nobres e degradados da terra) para constituir residência permanente aqui, a nova colônia portuguesa foi chamada por seus colonizadores por vários nomes: “Ilha de Vera Cruz”, “Terra Nova”, “Terra dos Papagaios”, “América Portuguesa”, “Terra de Vera Cruz”, “Terra de Santa Cruz”, “Terra Santa Cruz do Brazil”, “Terra do Brazil”, “Brazil”, “Obrasil” e finalmente “Brasil”. Entre as muitas histórias e credices envoltas na escolha do nome oficial da colônia, Brasil, a mais aceita – ou pelo menos a mais contada – é a de que foi escolhido o nome Brasil por conta da abundância de uma árvore, Pau Brasil, em seu solo. Contudo, também se relata que o nome Brasil teve haver com o tom de pele avermelhado dos gentios tupiniquins ou por conta da cor da armadura dos soldados de Portugal que vieram nas naus portuguesas e que atendiam pelo nome de soldados brasis em decorrência do tom de brasa de seus uniformes.

62 Conforme as duas historiadoras e antropólogas Lilia M. Schwarcz e Heloisa M. Starling, em seu livro publicado conjuntamente em 2015: *Brasil: uma biografia* (São Paulo, Companhia das Letras, 2018), os autóctones viviam em nossas paragens a pelo menos 35 mil anos antes de os portugueses chegarem aqui em 1500 para dizimá-los. Antes de os portugueses aportarem de suas naus na costa do “Novo Mundo” a população ameríndia era da casa dos milhões e se distribuía desde o litoral até os rincões mais distantes e embrenhados na mata. Hoje, restam cerca de 800 mil em todo o território brasileiro.

as suas naus em “Pindorama” os ameríndios que aqui habitavam já haviam descoberto a felicidade nas terras tupiniquins. Logo, o descobrimento que consta nos livros não foi bem de fato um descobrimento, haja vista que estas terras não estavam vazias – nem muito menos desabitadas –, pois muitos povos aqui viviam em regime tribal e/ou comunal e, em sua maioria, em completa harmonia entre eles e, principalmente, com a natureza. Então, eis aí o nosso primeiro esboço do Éden do paraíso ou das brasas do inferno chamado “Brazil”.

Em conformidade com o que o bom e velho mestre Darcy Ribeiro (1922-1997) nos disse durante vários anos em seus diversos livros⁶³ e em inúmeras palestras e entrevistas⁶⁴, compreendemos que embora o alto custo das “Grandes Navegações”, *i. e.*, do custeio da expansão ultramarina que saiu do continente europeu desbravando o “Mar Tenebroso” em busca do “Novo Mundo”, de certa forma, embora o alto custo das navegações do “além mar” a época, podemos dizer que o nosso país se desenvolveu a um “baixo custo” para os colonizadores, pois vide escambo de quinquilharias de pígio ou nulo valor (espelhos, miçangas, tecidos já puídos, etc.) por mercadorias de altíssimo valor (especiarias, ouro, gemas preciosas, açúcar, etc.), do assassinato e do extermínio em massa dos gentios que aqui habitavam desde muito antes da invasão portuguesa, onde além de terem sido violentados de forma direta nos confrontos bélicos contraíram doenças como varíola, sarampo, tifo e mesmo a gripe trazidas pelos colonizadores ou morreram por esgotamento físico por não se “habitarem” ao trabalho extensivo.

Grosso modo, o Brasil possui um tempero bem peculiar em seu “ser propriamente assim”, *i. e.*, em sua “brasilidade”. Diríamos que um tanto agridoce, graças a junção do doce da cana de açúcar com o amargor do escravismo colonial, haja vista que, como bem nos reporta Ribeiro (2000), o escravizado era visto pelos colonos como um saco de carvão, pois quando um “se acabava” – algo que levava em média de 25 a 35 anos – era só comprar outro e pôr no seu lugar, até que este também se extinguisse. Aqui os portugueses conseguiram realizar um grande feito de alquimia. Quase uma arte de feitiçaria merecedora da atenção até de Nostradamus (1503-1566). Os nossos

⁶³ Essa afirmação do prof. Darcy Ribeiro que se seguirá também pode ser encontrada na sua obra *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*, de 1995, (São Paulo, Global, 2015).

⁶⁴ A exemplo, ver a entrevista que foi concedida por Darcy Ribeiro ao programa televisivo “Roda Viva”, em 1995. A entrevista está disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=AAFzOemlAbg&t=2811s>. Ademais, ver igualmente o documentário *O povo brasileiro* que está disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=zEztOsq6yA>. Acesso em: 17 ago. 2025.

colonizadores conseguiram promover um dos maiores sonhos do homem. Os portugueses conseguiram transformar nos trópicos de sua colônia o chumbo atirado pelos mosquetes, o ferro frio das baionetas e o sangue quente humano (indígena, negro e imigrante) em ouro (mineral e vegetal).

No Brasil se mesclou as fés cristãs (católica e protestante), sefarditas (criptojudeus e cristãos-novos), e pagãs (autóctones e afrodiáspóricas), exploração de riquezas comerciais (extrativismo) e comércio (mercantilismo). Junto ao morticínio da população ameríndia que aqui vivia e ao escravismo colonial de diversas etnias ameríndias e, principalmente, nos idos do século XV para o século XVI⁶⁵, de povos africanos que foram seviciados e para cá foram sequestrados aos montes que oscilavam, a depender da embarcação, entre 350 a 900, dentro dos “Tumbeiros” – nome dado aos navios negreiros pelos cativos de África – o desenvolvimento brasileiro foi secundado por aproximadamente 300 anos de um longo processo de desconstrução da condição humana do homem negro em nossas paragens, algo que milagrosamente foi esquecido e, em certa medida, negado de tal modo que virou um dos maiores tabus em nossa sociedade, pois a depender de certos espaços ou de determinadas leituras revisionistas, pós-estruturalistas, pós-modernas ou eufêmicas de nossa história é como não tivesse havido o escravismo colonial no Brasil, haja vista que é um assunto ligado umbilicalmente ao nosso racismo estrutural, assunto este também extremamente velado.

Um fato bem curioso dos quase 300 anos de escravização humana no Brasil é que logo após a abolição da escravidão mercantil em nosso país, em 1888, mais especificamente dois anos a sua frente, é que na confecção do nosso hino da Proclamação da República, em 1890, se diz que “nós nem cremos que escravos outrora /

⁶⁵ Conforme estudo realizado pelas professoras Lilia M. Schwarcz e Heloisa M. Starling o tráfico de corpos negros foi uma coisa vertiginosamente assustadora no Brasil, dada a sua grandeza em números de seres humanos traficados e em sua extensão temporal. Com a intensificação da produção na Colônia, em 1575, vide a colonização de Angola pelos portugueses e a fundação de Luanda, os números do tráfico negreiro praticamente dobraram na Colônia. Por volta do ano de 1600, estima-se um montante de 50 mil africanos desembarcados principalmente nos portos das capitâncias de Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro. Na década de 1620, holandeses referiam-se à entrada de 4 mil escravizados por ano que desembarcavam somente em Pernambuco, o que em um século nos daria 400.000 corpos negros seviciados. Nos findos do séc. XVI, chegaram ao Brasil entre 10 mil e 15 mil escravos da Guiné, do Congo e de Angola. Uma estimativa do século XVII menciona 6 mil escravos anuais vindos só da Costa da Mina, o que nos daria mais 600.000 corpos agrilhoados em 100 anos. Ao mesmo tempo, Luanda (de onde foram deportados aproximadamente 2.826.000 de africanos somente para o Brasil), Bengala, Cabinda ou até Quidá (de onde partiram cerca de 1.004.000 de seres escravizados, entre 1501 e 1867 igualmente para o Brasil) apresentaram-se como os principais portos de embarque no continente africano do tráfico negreiro do século XVI, na mesma proporção em que o negócio português ia se transferindo para aquele local. A associação entre Brasil e Angola era tão evidente que um jesuíta chegou a escrever: “Quem diz açúcar, diz Brasil, e quem diz Brasil, diz Angola”. Para mais informações, ir ao próprio texto em *Brasil: uma biografia* (São Paulo, Companhia das Letras, 2018).

tenha havido em tão nobre país / hoje o rubro lampejo da aurora / acha irmãos, não tiranos hostis". Ao que parece, uma amnésia bem cômoda e apaziguadora, haja vista que no Brasil o escravizado foi um objeto de posse tão comum que além de fazendeiros, nobres e políticos, até mesmo pequenos comerciantes, padres e alguns ex-escravos possuíram pessoas seviciadas sob o seu tacão ou a um custo de locação⁶⁶ por muitos quase 03 séculos e o hino tanto apaga o passado de violência quanto a sua permanência.

Logo, podemos dizer que o Brasil se desenvolveu na esteira da antípoda da condição humana, pois para que pudesse desenvolver-se alinhado aos interesses coloniais tanto eliminou como negou a humanidade que aqui jazia ou que para cá foi arrastada a contragosto e, em concomitância a tudo isso, promoveu as formas mais perversas e abjetas de trabalho estratificado e de mutilação de corpos humanos. Fruto principalmente da movimentação afrodispóricas a escravização colonial brasileira foi um regime tão perverso e vil que obviamente precisava de uma sociedade que introjetasse este regime perverso nos campos mais profundos do inconsciente dos indivíduos. As pessoas respiravam esta consciência desde a mais tenra idade até os seus túmulos. Durante quase 300 anos foi naturalizado em nosso país a posse de um ser humano por outro sem causar o menor estranhamento na maioria da população. Decerto, os 300 anos de escravização, de bestialização e do mais alto nível de reificação humana dos povos que foram sequestrados, desumanizados, estuprados, mutilados, entre outras coisas macabras somente para colorir as roupas, enfeitar os dedos, as orelhas e os pescoços com gemas preciosas e joias e “adoçar a boca dos europeus” (Ribeiro, 1995; 2015), alicerçam a acumulação primitiva capitalista brasileira.

Graças ao poder de fogo dos mosquetes, da prontidão das baionetas e, principalmente, da tenacidade dos padres jesuítas o escravismo colonial foi plenamente exitoso em sua voracidade em Pindorama. Poderíamos até dizer que este foi um completo sucesso, haja vista que as senzalas e os pelourinhos se espalharam por todo o Brasil feito um miasma que além de corroer os corpos dos escravizados maculava o próprio espírito humano de seus captores. Em toda a colônia, o escravismo colonial foi um regime

⁶⁶ Como tivemos no Brasil colonial pessoas escravizadas para todos os gostos e tipos de serviços, tivemos um tipo que ficou eternizado nos livros de história e nos cadernos de registros comerciais como “escravos de ganho”. Estes eram seres humanos escravizados que eram obrigados pelos “seus senhores” a realizarem os tipos de trabalho mais variados “nas ruas”, pequenos estabelecimentos, pequenas lavouras, etc. onde teriam de levar para casa do “seu senhor” ao fim do dia, semana ou mês uma soma de dinheiro previamente estipulada. Também era comum o aluguel destes “escravos de ganho” pelos seus senhores a outras pessoas por algum determinado valor e tempo a ser acordado entre os “nobres cavalheiros”.

extremamente predatório de tamanha a violência que a expectativa de vida de um escravizado no Brasil – tirando parte dos escravos domésticos e algumas poucas e raras exceções que só servem para confirmar a regra – não ultrapassava em muito os 30 anos de idade, pois no eito da lavoura da cana-de-açúcar, do algodão ou do café ou nas covas e nos leitos de rios dos garimpos, cedo morriam acometidos por esgotamento físico, violência, doenças, etc.

Em uma época em que os metais preciosos e as especiarias eram a forma por excelência para acumulação de riqueza, onde o “passado era presentificado” (Oliveira, 2013) e, desse modo, o novo era chupinhado para dar longevidade ao arcaico e, assim, fazer o velho confundir-se como novo, fazendo-se, assim, “combinações esdrúxulas” (Oliveira, 2013) entre os modelos de extração da força de trabalho, aqui se podia quase tudo com o escravizado. No Brasil se podia arrancar todos os dentes de um “mulato” ou costurar-lhe a boca como forma de repreendê-lo, marcar-lhe a pele a ferro em brasa ou decepar uma parte do corpo de um “crioulo” ou mesmo esfolar “um preto” até a alma no pelourinho e, após ajoelhar-se perante o crucifixo fixado a cabeceira da cama, dormir calmamente assegurado pelo crivo das leis do Império – e posteriormente da República –, e, para a honra e glória do Senhor, com as bençãos da santa madre Igreja.

O Brasil chegou a receber 40% dos cativos de África que foram sequestrados para “às Américas” e que aqui adentraram de forma compulsória para desenvolver o nosso escravismo colonial⁶⁷. Em um espaço de tempo de 400 anos foram arrancados da África para o desenvolvimento da cultura europeia e estadunidense aproximadamente 100 milhões de africanos. Destes o “moinho de gastar gente” (Ribeiro, 1995; 2015) consumiu cerca de 12 milhões só aqui no Brasil. O jugo do homem pelo homem se deu dentro de todo o território nacional brasileiro. A escravização foi largamente utilizada no Brasil, embora possuindo flutuações que oscilaram para mais ou para menos, em cada macrorregião, a depender da cultura produtiva ali explorada (cana-de-açúcar, mineração, algodão, gado, látex, etc.) ou do recorte temporal que tenha sido durante a confecção das mais várias pesquisas, nas mais diversas áreas de pesquisa (História, Antropologia, Sociologia, entre outras), nos 522 anos das “Terras Brazis”.

⁶⁷ Por uma questão de foco e do pouco espaço não iremos adentrar em nossa escrita na exploração humana e no processo de escravismo colonial que esteve presente nos outros países que compõem as “Américas” (América Latina e América do Norte). Isto acabaria nos levando a outra pesquisa de folego. Aos que se interessarem, sugerimos a leitura das obras: *As veias abertas da América Latina* (Porto Alegre, RS: L&PM, 2019).

Além do extermínio em massa dos povos originários do Brasil e da desefetivação da humanidade dos povos trazidos de África já mencionados, o nosso passado sub-desenvolvimentista, de natureza de “capitalismo agrário exportador e dependente” (Antunes, 2011b) também foi fortemente marcado pela força de trabalho imigrante, primeiro vindos da Europa empobrecida, em 1870, vindos da Itália mas com forte participação de imigrantes da Espanha e de Portugal e um pouco mais à frente, em 1908, vindo da Ásia, em sua maioria vindos do Japão mas com presença de coreanos e chineses – a China já havia enviado força de trabalho para a colônia de Portugal em 1812, a pedido de D. João VI para auxiliar no cultivo de especiarias para chás⁶⁸.

A dependência proletária em relação à burguesia, à propriedade privada e o controle dos meios de produção tiveram de ser criados por meios artificiais (Leis e Tratados “internacionais”) – que inicialmente eram controlados pelas respectivas Coroas de cada potência e pela Igreja católica e, posteriormente, pelo Estado burguês com o seu conjunto de Leis – para a consolidação do nosso capitalismo tardio e dependente. A acumulação primitiva da burguesia brasileira realizou-se em sua forma superior de maneira direta com a transformação da economia escravagista (modelo de produção colonial) em economia assalariada (modelo de produção capitalista) por intermédio do afluxo imigrante, algo que já vinha se amalgamando ao trabalho escravo⁶⁹ de forma significativa a pelo menos 05 anos antes do “fim da escravidão” como modo de produção oficial no Brasil. Foi via a apropriação de terras, primeiro pela coroa portuguesa e em sequência pelo Estado

⁶⁸ Estas são as quatro culturas fundamentais que, ao longo de pouco mais de 500 anos de história, povoaram o Brasil do Oiapoque ao Chuí, do litoral aos grotões mais entranhados no continente. Contudo, essa mescla entre ameríndio (Guarani, Kaingang, Tupinambás, Pataxó, entre outros), europeu (português, francês, italiano, holandês, polonês, germânico, entre outros), africano (nagôs, ashantis, fantis, iorubás, ewes, fons, bantos, mandingas, uolofés, fulanis, entre outros) e asiático (chinês, japonês, coreano, entre outros) não se encerram entre si, i. e., elas se interracializaram e criaram novos tons de peles, novos formatos de olhos, novos cabelos, novos dialetos, novos costumes, etc. Principalmente com a miscigenação entre a mescla brasileira com a mescla dos outros países fronteiriços com o Brasil que tiveram a sua mescla entre os gentios e a cultura hispânica. Elas iniciaram “novas raças” – em que algumas receberam algumas pejorativas para marcá-las socialmente como inferiores –, a saber: mamelucos, mulatos, cafuzos, carijós, curibocas, crioulos, caboclos, caipiras, gringos, galegos, nikkeis, nisseis, sanseis, yonseis, entre tantas outras nomenclaturas regionais ou locais.

⁶⁹ Conforme pudemos aferir em *Esboço de uma análise da situação econômica e social do Brasil*, texto de Mário Pedrosa e Lívio Xavier, que foi publicado originalmente, em 1931, na revista *La Lutte de Classes*, em 1884, somente no estado de São Paulo já contávamos com 4.879 de imigrantes, trabalhando principalmente na lavoura de café e em menor parte em pequenos serviços como a construção civil. Este número veio aumentando exponencialmente entre os anos de 1885, 1886, 1887 e 1888, respectivamente: 6.500; 9.356; 32.112; 92.086 de tal modo que quando a abolição do regime escravagista brasileiro foi assinada, em 13 de maio de 1888, São Paulo já contava com um número considerado bem grande, se considerarmos o quantitativo populacional brasileiro da época, de imigrantes trabalhando nas atividades mais diversas. Para mais informações, ver o conjunto de textos organizados pelo professor Luis Bernardo Pericás em *Caminhos da revolução brasileira* (São Paulo, Boitempo, 2019).

burguês e, primeiramente, graças a “bagatela” da escravização autóctone no trabalho extrativista e extensivo e, por conseguinte, com a introdução do trabalho escravo dos povos vindos de África e, posteriormente, do trabalho imigrante vindos da Europa e da Ásia no trabalho intensivo que o Brasil desenvolveu-se.

O Brasil se desenvolveu passando por um longo processo evolutivo em que podemos facilmente identificar tanto permanências quanto rupturas e que vem se capilarizando desde o extrativismo colonial (vegetal e mineral), passando pela produção agrointensiva, pelos engenhos, pelas usinas e, por último, pelas fábricas e montadoras. Contudo, as etapas que apresentamos – diga-se de passagem, de forma bem resumida – não devem ser consideradas como mônadas apartadas da realidade concreta, como se fossem compartimentos da história estanques, separadas uma da outra por uma muralha intransponível e sem nada que as ligue de forma intrínseca e dependente.

É igualmente evidente que às etapas sobreditas não devem ser associadas a ideia de tempo de forma irrefletida, acrítica ou mecanicamente, pois, mesmo estando ligadas umas às outras, dentro de um universo de determinações regionais, econômicos, produtivo, político etc. Cada uma das etapas (extração do pau-brasil e especiarias, cana-de-açúcar, ouro, café, borracha, fabril) pode ter levado para realizar-se “separadamente” um prazo maior ou menor do que o outro, decerto muito oscilantes, conforme tenha sido determinado a sua realidade concreta, as causas objetivas e as forças políticas operantes a época. Vale lembrarmos aos leitores que a produção da mercadoria se dá de forma desigual e combinada. Então, decerto, para compreendermos este processo em sua grandeza é necessário analisá-lo com vistas na categoria analítica da totalidade e, principalmente, no método onto-histórico marxiano.

Logo, dentro de nossas possibilidades, resta-nos a tarefa de tanto analisar o movimento uno quanto a movimentação omnilateral entre estas “placas tectônicas” em busca de uma chave de interpretação que englobe o maior número de complexos possíveis. Conforme o estudo de um militante da causa proletária Luciano Martins, de 1936, *Aspectos políticos da revolução brasileira* nós podemos sintetizar o processo constitutivo brasileiro em cinco momentos elementares. No quadro à frente poderemos obter uma ideia um pouco mais assertiva do nodo presente em cada um destes 05 momentos constitutivos.

Quadro 9 – Cinco momentos que sustentam o processo retroalimentativo do capitalismo dependente brasileiro

Momento	Elementos constitutivos
01	Certas contingências da formação econômica brasileira permitiram que o processo de industrialização se fizesse sem o rompimento da estrutura agrária, e até mesmo à sombra de seus interesses, de que resultou a coexistência no poder dos setores dominantes da burguesia rural, dos setores comerciais e financeiros a ela aliados e do setor industrial.
02	Os impulsos favoráveis à industrialização nasceram muito mais das circunstâncias históricas externas (a Guerra de 1914-1918, a Crise de 1929 e a Guerra de 1939-1945) do que de uma luta coordenada e consciente da burguesia industrial como classe, embora, comparada com a de outros países da América Latina, ela se tivesse revelado mais capaz de explorar esses estímulos.
03	O fortalecimento quantitativo dessa camada industrial – que é, de resto, sociologicamente diferenciável da camada tradicional, mas ainda não social e politicamente dela diferenciada – coincidiu com uma conjuntura mundial, a do pós-guerra, que limitou sua ação contra interesses internos e externos inibidores de seu desenvolvimento.
04	As tensões decorrentes da incorporação ao sistema do proletariado emergente e das classes médias urbanas tenderam sempre a ser amortecidas por mecanismos artificiais de controle (técnicas populistas, inflação etc.), resultando daí o “adiamento” da tomada de consciência dos impasses existentes na sociedade e da dimensão exata deles.
05	O equilíbrio entre as forças sociais diferentes (e de interesses antagônicos a longo prazo) no processo brasileiro, sem que nenhuma delas, pelos seus desenvolvimentos particulares, tenha tido condições para empolgar sozinha o poder – ou dele fazer uso preponderante por muito tempo – tem mantido paralelas estruturas arcaicas e estruturas novas, estabelecido arritmias no plano das intuições políticas, feito o Estado tender a se colocar acima delas, numa situação bonapartista, e emprestado à revolução brasileira até aqui muitos dos aspectos <i>híbridos</i> que a caracterizam.

Fonte: Autor (2025). Adaptado de Martins (2021).

E é em função da relação dialética entre estes elementos dispostos no quadro acima que compreendemos que devemos “ler o Brasil”. Ou seja, compreendemos que devemos “ler o Brasil” de forma holística, levando em conta as suas contradições, rupturas e permanências. Devido ao fato de seu desenvolvimento produtivo econômico atrasado, da forte dependência da exportação de *commodities* em seu “eterno” ciclo agrário e, conforme a proposição do sociólogo do trabalho Ricardo Antunes em seu livro, de 2011, *O continente do labor*, pelo fato de o Brasil “ter sido” um fiel comprador de tecnologia débil ou já obsoleta dos países imperialistas, em certa medida, e obviamente fazendo as devidas ressalvas, podemos muito bem afirmar que o desenvolvimento econômico e produtivo brasileiro já nasceu natimorto.

Para compreender a formação econômica brasileira, além de termos que nos apropriar dos muitos complexos e matizes presentes em seu desenvolvimento, precisamos nos apropriar do como se deu a penetração do capital financeiro internacional. Algo que pôs a economia brasileira, herdada da colônia, em uma situação de dependência superior. Logo, para nos auxiliar neste olhar holístico lançaremos mão agora em uma análise

apresentada por Caio Prado Junior (1907-1990), em seu estudo, de 1947, *Os fundamentos econômicos da revolução brasileira*. Conforme Prado Júnior (2019, p. 130-131) a penetração do capital financeiro em nosso país

[...] foi em grande parte condicionada pelas próprias circunstâncias da nossa economia colonial, já por natureza em ligação íntima e dependência estreita do comércio internacional em que funcionava, como vimos, na qualidade de simples subordinado fornecedor de gêneros alimentícios e matérias-primas. Tornava-se assim a economia brasileira altamente vulnerável à penetração imperialista quando o capitalismo das grandes potências do mundo moderno chega a essa fase de desenvolvimento. O Brasil se fará então, imediata e como que automaticamente, sem resistência alguma, fácil campo para suas operações.

O imperialismo agravará de forma considerável os lados negativos do colonialismo brasileiro, criando novos laços que tendem a perpetuar as condições de subordinação e dependência da nossa economia.

Para não termos de entrar nos pormenores que iriam sobrecarregar aqui o assunto e exigiriam uma discussão histórica bem mais ampla, iremos apenas enfatizar que o desenvolvimento econômico brasileiro, desde uma simples colônia a produção industrial capitalista, foi essencialmente voltada à produção para o mercado externo. Desde a sua gênese que o Brasil se preocupa, quase que exclusivamente, em atender aos interesses exógenos da nação, voltando, assim, a sua atenção para a produção de mercadorias para suprir as necessidades do mercado externo.

Em linhas gerais podemos resumir o que dissemos até aqui em dois momentos constitutivos do modelo econômico e produtivo brasileiro. O primeiro é o fato de que desde o início de sua formação o Brasil se destina a abastecer com os seus produtos primários e sua força de trabalho barata o comércio internacional. Sempre se furtando da responsabilidade de suprir as necessidades internas, como por exemplo garantir a segurança alimentar de seu povo. O segundo fato a ser considerado é a sua economia primitiva e débil, solicitada pela ordem imperialista do mundo moderno. Verifica-se, então, a exiguidade da base econômica em que se arvora a vida brasileira. É esse o caráter inicial e geral do Brasil e que se perpetua, a depender do nicho com mais ou com menos variações, até o tempo presente.

Sobre esta questão do etapismo da formação brasileira, o professor Luiz Bernardo Pericás, em sua obra *Caminhos da revolução brasileira*, de 2019, chama a nossa atenção para o fato de a leitura deste período formativo do Brasil ser bem dissonante entre alguns historiadores, sociólogos, geógrafos e antropólogos, entre outras áreas de pesquisa, e, em certos momentos, até mesmo ruidosas ou conflitantes. Sobre isso, Pericás (2019, p. 9-10),

sintetizando os principais elementos desta querela em sua obra, nos diz o seguinte sobre a revolução formativa brasileira:

[...] dependendo da abordagem e da interpretação de cada autor, pode ser vista, *em linhas gerais*, como: um processo histórico de longa duração (e, dentro dele, a construção gradual de um arcabouço político e ideológico), caracterizado pelas mudanças ocorridas na lenta transição de um país essencialmente rural para urbano; um “projeto de modernização” das estruturas econômicas internas liderado por setores da burguesia, principalmente através de industrialização; a superação do passado colonial e a edificação e consolidação da “nação”; ou uma possível ruptura radical e estrutural com o imperialismo, com as relações de classe assimétricas e com a submissão, subordinação e dependência do país no campo internacional. Ou seja, por um lado, há a constatação da marcha paulatina (com impulsos ocasionais) do capitalismo no plano interno (e o vislumbre de saltos qualitativos dentro desse sistema), a partir do desenvolvimento das forças produtivas e diversificação econômica (dando maior autonomia decisória e margem de manobra ao Estado nacional na esfera externa); por outro, um empreendimento radical que romperia com o sistema implantado e consolidado em nosso território, desembocando, em última instância, no socialismo, ao alterar profundamente as propriedades sociais por meio da incorporação dos setores populares como protagonistas da nova etapa e da elevação, nesse ínterim, do nível material e cultural das massas.

Nesse sentido, algumas interpretações indicam como início do decurso da “revolução brasileira” o interregno entre o ano de 1808 (com a chegada da família real portuguesa e da corte ao Rio de Janeiro) e a independência formal em 1822; outros, por sua vez, sugerem como marco temporal 1850 (neste caso, a partir do fim do tráfico de escravos); há aqueles que veem na década de 1920 seu começo, com as revoltas tenentistas como elemento-chave que esboçaria as grandes mudanças que ocorreram em seguida; e ainda os que apontam como data simbólica deste fenômeno 1930, com o ascenso de Getúlio Vargas ao poder (Itálicos, acréscimos e aspas do original).

Não pretendemos abusar de citações longas. Só transcrevemos esta pelo fato de ela apresentar de forma bem sucinta e objetiva alguns dos problemas envoltos em nossa escolha de uma linha interpretativa para fundamentar a nossa escrita. Esta dissonância está presente até mesmo na tradição marxista. Embora a interpretação pré-industrial brasileira seja mais dissonante entre os autores que a analisam a partir do método marxiano, como pudemos observar no excerto do prof. Pericás, o desenvolvimento industrial brasileiro já é um pouco menos ruidoso.

Detendo-nos agora nos meandros do século XX, autores como o militante e teórico comunista brasileiro Octávio Brandão (1896-1980), em seu texto, de 1924, *Agrarismo e industrialismo* e o cientista social Ruy Mauro Marini, (1932-1997), em seu texto, de 1969, *O caráter da revolução brasileira*, entre tantos outros, nos asseveram, de forma inconteste, que o nascedouro do capitalismo industrial brasileiro teve o seu vicejar na década de 1930, sob a batuta de uma das nossas maiores “esfinges históricas”, haja vista que ora ele

assumia uma postura de político estadista, preocupado com o desenvolvimento e com a democracia do país, e ora adotava a postura fascista de ditador autoritário e golpista, Getúlio Vargas (1882-1954).

Conforme os autores referidos, foi deste marco histórico que o Brasil pode dar o seu primeiro salto industrializante realmente substantivo, onde, diga-se de passagem, possuía um prisma nacionalista e estatal bem expressivo, já que a nossa experiência anterior de indústria estava arvorada no processo de produção *plantation*, ou seja, uma produção que visava uma produtividade agrícola e de agro exportação, onde a indústria atuava como “mero” apêndice e com pouca representatividade. Contudo, embora a produção agrícola e latifundiária tenha ficado, em certa medida, em segundo plano, no nosso plano econômico principal, desde 1930, a estrutura arcaica do sistema agrário se tornou uma espécie de herança maldita para os brasileiros. Herança esta que perdura até os tempos atuais atendendo pelo nome de agronegócio ou *agrobusiness* (Antunes, 2011b).

O segundo salto na indústria brasileira, que Antunes (2011b) nos apresenta, se deu sob a regência de Juscelino Kubitschek (1902-1976), na década de 1950, com o chamado crescimento “50 anos em 5” – crescimento este que nos legou uma dívida que poderia levar o mesmo cognome devido as suas consequências – e, por conseguinte, o terceiro salto foi trazido à lume na década de 1964, a partir do golpe bonapartista empresarial-militar, onde intensificou-se vorazmente o processo de industrialização e a internacionalização da indústria brasileira. Nas palavras de Antunes (2005, p. 91):

[...] O padrão de acumulação que se vem desenvolvendo em nosso país, especialmente desde o pós-1964, além de se fundamentar no arrocho salarial, na produção de bens e mercadorias para as classes médias altas e para as classes proprietárias, vem dependendo cada vez mais da recorrência aos capitais financeiros externos, que são chamados a financiar e a se beneficiar desse modelo. Desse mecanismo vem resultando um monumental endividamento externo que hoje sufoca e constrange o país. [...].

Sobre o fato da herança maldita do constrangimento do endividamento externo, ainda na mesma página, Antunes (2005, p. 91) conclui o seu raciocínio afirmando que

[...] Atrelamo-nos de tal modo ao sistema financeiro internacional que, hoje, quase tudo o que se produz, quando não fica nas mãos da grande burguesia aqui presente, acaba sendo drenado para o pagamento da dívida externa, isto é, para a remuneração e para o enriquecimento dos grandes capitais financeiros internacionais. Nesse círculo vicioso, quanto mais o país recorre aos empréstimos externos, mais e mais ele se atola no endividamento. Quase tudo o que aqui é acumulado é canalizado para pagar a dívida externa. E tragicamente, completando o círculo, quanto mais ele paga, mais ela se avoluma e se intensifica. [...].

Conforme Antunes (2011b), o processo de industrialização no Brasil estruturou-se da seguinte forma, pautado em uma produção “bifronte”, onde, de um lado, primava-se pela produção de bens de consumo duráveis para um público seletivo e bem restrito, assim como, diametralmente, a produção de *commodities* voltadas para exportações. Essa estrutura, como bem demonstra Ruy Mauro Marini, em seu artigo, de 1973, *Dialética da dependência*, estava galgada em uma dinâmica interna de superexploração da força de trabalho⁷⁰ que se articulava entre a intensificação da extração do *mais valor relativo* e do *mais valor absoluto*. Dito isto de outro modo, da intensificação do trabalho morto puxado pelo avanço tecnológico e maquinico, assim como, pela extenuação das jornadas de trabalho e, concomitantemente, de baixíssimos salários, tendo várias oscilações entre acumulação, arrocho e expansão até a década de 1980.

Conforme o filósofo marxista húngaro István Mészáros (1930-2017), antes de chegar ao Brasil, o neoliberalismo já se espraiava feito um miasma nos países capitalistas centrais em detrimento da crise estrutural que teve seu nascedouro entre 1968-1973. Dito isso, e ainda anuentes com Mészáros (2011), vale acrescentarmos ao nosso texto o fato de que para o este o capitalismo é uma das formas possíveis do capital, e, assim, embora não controlável, passível de superação.

No final do regime bonapartista empresarial-militar e o início do processo de redemocratização, ou seja, na passagem do interregno de 1970 para 1980, no Brasil, o padrão acumulativo de capital, galgado do capital nacional, capital internacional e capital estatal começou a entrar em um processo de fagocitose. Ainda na década de 1980, conforme o psicanalista e filósofo Cristian Dunker, em seu texto, de 2021, *Para uma arqueologia da psicologia neoliberal brasileira*, o Brasil começou a dar os seus primeiros passos rumo ao cidadafalso do neoliberalismo. Contudo, conforme Antunes (2005; 2011), foi somente na década de 1990, inicialmente com o governo que se deu entre os anos de 1990-1992, de Fernando Collor de Melo, mas com muito mais afínco nos dois mandatos

⁷⁰ Trazendo essa discussão para os nossos dias atuais para ficar mais palatável a nossa apreensão, segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), o salário mínimo a ser pago para que pudéssemos viver com dignidade e manutenção da vida nos ditames da Constituição Federal de 1988 no mês de set. de 2021 deveria ser de R\$: 5.657,66, mas no caso só é pago a grande maioria das pessoas que vivem da venda da sua força de trabalho de carteira assinada R\$: 1.100,00. Logo, ao confrontarmos estes dados podemos concluir que: se ganhássemos o salário defendido pelo DIEESE estaríamos “apenas sendo explorados”, mas como o caso não é este e o que a maior parte da população ganha não garante o essencial a manutenção da sua vida e de sua prole configura-se então uma situação de “superexploração” da classe trabalhadora. Tabela do DIEESE disponível em: <https://www.dieese.org.br/analiseestabasica/salarioMinimo.html>. Acesso em: 22 out. 2021.

consecutivos que se estenderam entre os anos de 1995-1999 e de 2000-2003, de Fernando Henrique Cardoso (FHC), que o Brasil passou a caminhar hipnotizado pelo “canto da sereia” da política de gestão macro econômica neoliberal que, por sua vez, após o “bom êxito” do projeto neoliberal piloto no Chile de Augusto Pinochet (1915-2006), já se aventava a plenos pulmões na Inglaterra, com Margaret Thatcher (1925-2013) e nos Estados Unidos da América (EUA), com Ronald Reagan (1911-2004), destruindo o Estado de bem-estar social.

Após o bom logro deste primeiro ciclo de ondas de devastação e de corrosão neoliberal no Brasil, que primeiro teve o promissor “caçador de elefantes”, Fernando Collor a sua frente, mas que teve de fato como executor mestre deste programa nefasto em nosso país, Fernando Henrique Cardoso, o “príncipe da privatária”, o neoliberalismo “foi ao shopping” e deu uma “repaginada no seu visual”, ganhou uma nova roupagem, uma nova cara e um novo nome, mas claro que esta transformação não foi além da camada mais fina da epiderme do neoliberalismo mantendo, assim, o escopo do programa original em seu “ser propriamente assim”.

Nos dois mandatos presidenciais consecutivos que se estenderam de 2003-2006 e de 2007-2011, de Luiz Inácio da Silva (Lula), como bem demonstra Antunes (2005), ao mesmo tempo que fagocitava as conquistas da classe trabalhadora, gerando uma miríade de subempregos, o neoliberalismo passou a grassar sob os cognomes de neodesenvolvimentismo ou de social-liberalismo, fazendo-se perceber como humanizado e humanizante para o proletariado. Após os 02 mandatos de Lula, este programa se manteve intocável, nos idos de 2012-2016, sob a batuta de Dilma Rousseff. Tendo como marco o fim do “pacto de conciliação de classe”, o ano de 2016, vide um golpe jurídico-parlamentar, consagrou a retomada da virulência que é própria ao neoliberalismo no Brasil.

A partir do governo interino de Michel Temer, que durou precisamente de 2016-2018, o neoliberalismo começou a retirar a sua “máscara de bom moço” e, assim, rompendo de vez com o pacto conciliativo, a avançar sobre a classe trabalhadora com toda a sua tacanheza. Por último, desde o mandato presidencial que se iniciou em 2019, adotando uma estratégia de “autoritarismo furtivo” e de flertes com a estrutura nazifascista de gestão do Estado, o neoliberalismo pode, enfim, mostrar a sua feição verdadeira, ou seja, pode demonstrar o seu espírito antidemocrático no governo de Jair Bolsonaro.

Encerramos a nossa exposição sintética desta “biografia não autorizada do Brasil”, neste ponto em específico, cientes que ainda restam muitas lacunas a serem preenchidas em nossa apresentação, haja vista que o recorte de tempo encarado e a complexidade do objeto cotejado são demasiadamente extensos para serem devidamente expostos em um tópico tão curto. Contudo, concluímos que “ler o Brasil” não é uma tarefa nada fácil, haja vista que, como pudemos depurar em nossa revisão de literatura e que buscamos trazer sinteticamente em nossa exposição, o Brasil já foi lido, relido, interpretado e reinterpretado por diversos prismas. O que, por sua vez, nos faz lembrar da tônica contida na 11ª tese elaborada pelos filósofos alemães Karl Marx e Friedrich Engels a Ludwig Feuerbach (1804-1872). Conforme Marx e Engels (2007, p. 535), “os filósofos apenas *interpretaram* o mundo de diferentes maneiras; o que importa é *transformá-lo*”.

Logo, durante a nossa escrita tivemos de fazer certas escolhas. O Brasil, em termos econômicos, já foi interpretado como uma colônia, um país tipicamente subdesenvolvido, periférico ou dependente, e no âmbito político, como colonial, semicolonial, semifeudal (estrutura na qual coexistiam com certa harmonia diferentes modos de produção, como escravismo, servidão e assalariamento), escravagista e por último mantenedor do regime assalariado do proletariado moderno, com alto nível das forças produtivas.

O Brasil também se caracteriza pela ausência, ou pela debilidade, de franjas intermediárias entre as duas classes fundamentais (burgueses e proletários), algo que teria sido de suma importância em um melhor distributismo de renda e uma sociedade mais democrática como seria o caso de uma sociedade comunista. Algo que pela sua nulidade ou debilidade acarretou um regime de castas opulento que se mantém entronado, desde o Brasil colônia, até os nossos tempos atuais.

Talvez tenha sido por isso que, ao “ler o Brasil”, Mario de Andrade (1893-1945), tentando capturar a essência de nossa “brasilidade”, ao escrever a sua obra *Macunaíma*, em 1928, descreveu o nosso grande herói brasileiro, diga-se de passagem, sem o menor caráter e fruto de uma mescla que ao mesmo tempo em que se mescla é auto excludente, como sendo um índio que nasceu negro e que se transformou em homem branco em sua migração do campo para a grande cidade e do trabalho comunal e extrativista para o agrícola extensivo e por último para o fabril. Essa, sem dúvida nenhuma, caros leitores, é a nossa contradição constitutiva mais elementar.

Neoliberalismo à brasileira: o caminho trilhado pelo Brasil S/A

A guisa de introdução, começamos este tópico nos fazendo a seguinte pergunta: se para o neoliberalismo se instalar nos “países satélites” ele consumiu boa parte do “estado providência” que lá havia para alimentar o funcionamento do “moinho satânico” neoliberal, com o que nós alimentamos a sanha do neoliberalismo no Brasil, visto não termos alcançado o Estado de bem-estar social? Pergunta esta que ao fim desta seção esperamos ter encontrado uma resposta para ela. Com o intuito de buscar pistas ou fragmentos de respostas para essa nossa inquietação, iniciamos o nosso processo de imersão com a leitura de obras renomadas na seara marxista para fundamentar o nosso estudo, pois esta composição vem à lume em uma época em que todas as instituições democráticas – até mesmo as burguesas – se veem seriamente ameaçadas, haja vista que o acirramento da luta de classes ter se agudizado ainda mais e a burguesia ter se cansado do ciclo de concessões.

Dito isso, e agora anuentes com o que foi defendido pelo professor Christian Dunker, em capítulo de livro intitulado *Para uma arqueologia da psicologia neoliberal brasileira* (Dunker, 2021), podemos dizer que embora já viesse sondando terreno, colonizando consciências e se capilarizando lentamente em nossa tessitura social desde a última metade do período da nossa Ditadura empresarial-militar (1964-1985), a política macroeconômica neoliberal chegou de fato em nosso país com a reabertura democrática que se deu no final da década de 1980.

A política macroeconômica neoliberal chegou com força em nosso país em um cenário ideal a sua implementação, haja vista que mesmo com a memória do tacão do regime militar ainda tão viva que ainda se podia ouvir o pranto “das viúvas da ditadura” e dentro da retomada da democracia burguesa no cenário político, a nossa burguesia não podia deixar de demonstrar a sua típica malquerença. O neoliberalismo conseguiu vazão em nosso país graças a vitória de um dos candidatos à presidência da república do Brasil que era bastante afeito a esta forma de gestão financeira, ou pelo menos mais do que o outro que concorreu ao 2º turno com este, como irá se demonstrar 12 anos mais tarde. A nossa primeira eleição direta após os 21 anos de perseguições, sequestros, torturas, assassinatos e execuções promovidas pela Ditadura empresarial-militar foi o momento histórico onde a nossa burguesia viralatesca preferiu mais uma vez se alinhar a iniciativa

ciclópica, míope e unilateral do capitalismo a ter que se sentir de algum modo constrangida em ter que negociar com as organizações de esquerda e a classe trabalhadora.

O neoliberalismo aportou de sua “nau vinda dos infernos” em “Pindorama” em um momento de efervescência e ebulação social onde, contrastando com a nossa forma mais “moderna” e atroz de desenvolvimento dependente e tardio, via-se um mar de pedintes que sobreviviam de mendicância e de crianças vendendo frutas ou limpando para-brisas nos semáforos das grandes cidades, a nossa classe dominante “moderna”, que já não conseguia pôr a cabeça em seu travesseiro e dormir sossegada pelo fato de que vivia aterrorizada com a possibilidade de um ex-operário ocupar a cadeira presidencial brasileira, preferiu um mandato destrutivo como solução para o seu problema a ter que negociar os seus privilégios. Preferência esta que anos depois, como poderemos ver à frente, se repetiu e levou o Brasil à ameaça do fascismo.

Por uma questão didática, iremos a partir de agora dividir o “desbravamento neoliberal” no Brasil em 04 momentos constitutivos, mais especificamente, iremos dividi-lo baseados na forma em que o programa neoliberal agiu nos últimos 07 mandatos presidenciais, onde, respectivamente, 01 se estendeu por 02 anos, pois foi *impeachmado*, 02 se estenderam por 08 anos, visto que em nosso país um candidato só pode permanecer na função por dois mandatos consecutivos, 01 permaneceu por 06 anos, pois também fora *impeachmada* em seu segundo mandato e outros 02, também se estenderam por 02 anos, porém cumprindo uma função de “governos de transição” por terem assumido interinamente a presidência. Então, visto que as particularidades de cada um dos 07 governos são marcadas por continuidades e rupturas, iremos agora discorrer em separado sobre cada um deles.

O princípio da sociologia: o mestre da privatária tucana

Fernando Collor de Mello fora eleito para o cargo da presidência do Brasil em 1989 pelo, hoje extinto, Partido da Reconstrução Nacional (PRN) e empossado em 1990⁷¹. A eleição de Fernando Collor de Mello (1989) foi a primeira eleição direta pós ditadura

⁷¹ O Partido da Reconstrução Nacional (PRN), assim como muitos partidos políticos da época, após uma transformação de “mais no mesmo”, isto é, de novas alianças, de “renovações reacionárias” e de novos acordos promíscuos atende hoje pela insígnia de Partido Trabalhista Cristão (PTC). Para maiores informações, acesse o link: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-da-reconstrucao-nacional-prn>. Acesso em: 15 fev. 2025.

empresarial-militar brasileira, período este onde não pudemos sufragar para presidência por 21 anos e, *pari passu*, um período marcado por manietações nefastas e necrofílicas de nossa história.

Com a posse de Fernando Collor à presidência a implantação do neoliberalismo, que já vinha sendo fomentada por organismos a serviço do imperialismo capitalista, teve seu vicejar no Brasil sem muitas dificuldades. Vale lembrar que este fora acometido por um *impeachment* em 1992⁷², entretanto, a sua política gerencial foi mantida até o final do mandato interino em 1994 pelo seu substituto Itamar Franco (1930-2011).

Conforme Antunes (2005), o Governo de Itamar Franco subiu ao poder tendo herdado o legado de Collor, um governo marcado por um bonapartismo político, políticas neoliberais subordinadas à corrupção compulsiva, algo que, como a muito nos alertara Marx (2010a), é tão próprio ao capitalismo. Herdou também um acentuado processo de desindustrialização, uma recessão econômica e um programa de dilapidação espoliativa privatista da máquina estatal. Junto a tudo isso, Itamar conseguiu herdar de seu antecessor uma crise econômica, social, política e ética sem precedentes – naquela época – em nossa história republicana golpista pós ditadura.

Contudo, foi com a posse de Fernando Henrique Cardoso (FHC), em 1994, e que se estendeu ao longo de 2 mandatos consecutivos (1995-2003), que a política econômica neoliberal teve seu momento mais alvissareiro e auspicioso no processo de reestruturação produtiva.

Após a lenta implementação do regime neoliberal nos dois últimos governos, a nossa classe plutocrática conseguiu pôr no cargo de presidente do Brasil uma pessoa bem mais alinhada com os interesses da classe dominante e que prometia acelerar a aplicação da homilia do neoliberalismo. Fernando Henrique Cardoso, também chamado de “FHC” ou de “Príncipe da Sociologia”, fora eleito pela primeira vez para o cargo da presidência do Brasil, em 1994, pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), onde ao término deste foi reeleito, ainda pelo mesmo partido, para o seu segundo mandato em 1998, ou seja, FHC esteve à frente da presidência do Brasil por 08 anos consecutivos (1994-2002).

⁷² Conforme Antunes (2005), o mandato de F. Collor de Mello teve curta duração (1990-1992), uma vez que, dado o enorme grau de corrupção que caracterizou seu governo – mesmo a corrupção sendo uma condição *sine qua non* do Estado capitalista – ele acabou sendo deposto por um vasto movimento social e político de massas, desencadeado ao longo do ano de 1992, iniciado pelo movimento estudantil e que, pouco a pouco, ampliou-se sobremaneira, levando ao *impeachment* de Collor. O semibonaparte aventureiro fora tragado e deposto pelo mesmo sorvedouro burguês que o criou.

Fernando Henrique com a mais alta maestria política entreguista e “viralatesca” e secundado com o mais elevado sentimento de mesquinha e de tacanhez conseguiu realizar em nosso país o que os seus 02 antecessores não conseguiram em igual espaço de tempo. FHC logrou em apenas os 04 anos, mais especificamente em seu primeiro mandato (1995-1999), o que a Dama de ferro⁷³ precisou de 12 anos para alcançar a Inglaterra. FHC, sendo um verdadeiro esgrimista da política, lançou mão em uma política privatizante e anti-social cunhada pelos economistas neoliberais com todos os regalos que pode acessar, entretanto, e aqui vale frisar bem, não mais de forma sutil e aventureira, como na gestão de seus antecessores Fernando Collor e Itamar Franco, mas dotado de clara malquerença burguesa. Nas palavras de Antunes (2005, p. 37):

[...] FHC iniciou, em 1994, simultaneamente ao processo de estabilização monetária, um receituário programático que teve como consequência mais nefasta o início da desmontagem do parque produtivo no país. O Programa Collor, eliminado seu traço aventureiro e bonapartista, foi reimplementado pelo outro Fernando, com a racionalidade burguesa de um país cuja burguesia foi sempre destituída de qualquer sentido progressista. O resultado foi um monumental processo de privatização, desindustrialização, “integração” servil e subordinada à ordem mundializada, convertendo-nos em país do cassino financeiro internacional. [...] (Aspas do original).

Destarte, fora nesse período que a planta de produção brasileira sofreu uma intensificação no processo de fagocitose a que já vinha sofrendo pelas “políticas austericidas” (Braga, 2017)⁷⁴ predatórias e dilapidadoras de maneira excessiva pelo processo político de privatização das empresas estatais, tais como as empresas de telecomunicações, siderurgia, energia elétrica e bancos. O ponto nodal da política governamental de FHC, sendo esta totalmente subordinada a camarilha composta pelo “Consenso [neoliberal] de Washington” (Chomsky, 2002)⁷⁵.

⁷³ Este fora o pseudônimo dado a Margaret Thatcher pelo parlamento inglês dado ao seu sectarismo político e sua inflexibilidade ideológica.

⁷⁴ O professor Ruy Braga, a partir da fusão das palavras *austeridade* + *insetcida*, utiliza este termo para aludir o poder deletério das medidas neoliberais para a população como um todo. Para maiores esclarecimentos do termo, ver Ruy Braga, cap. 4 de *A rebeldia do precariado: trabalho e neoliberalismo no Sul global*.

⁷⁵ Embora costume aparecer com maior frequência, tanto em livros como em manuais de estudos, a grafia “Consenso de Washington”, anuentes agora com o livro de Noam Chomsky *O lucro ou as pessoas?: neoliberalismo e ordem global* (BERTRAND BRASIL, 2002), optamos pela grafia “Consenso [neoliberal] de Washington”, pois julgamos esta última mais completa e bem mais condizente com o fato ocorrido. O “Consenso [neoliberal] de Washington” foi uma conjugação de grandes medidas, compostas por 10 regras (disciplina fiscal; redução dos gastos públicos; reformas tributárias; juros de mercado; abertura comercial; privatização das estatais; investimento estrangeiro sem restrições; desregulamentação das leis trabalhistas; câmbio de mercado; direito à propriedade intelectual), formuladas em 1989 por economistas de matriz neoliberal a fomento de organismos internacionais, tais como Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional dentre outros que se tornou a política oficial do FMI em 1990, quando passou a ser “receitado”

O governo de FHC intensificou sobremaneira a subalternidade do Brasil aos interesses financeiros internacionais do Banco Mundial (BM), Fundo Monetário Internacional (FMI) e de seus demais congêneres⁷⁶, em uma nova fase de expansão imperialista do capitalismo, o que, por conseguinte, desestruturou o padrão produtivo do final da era “fordista-tayloritsa” e da “cidadania salarial” brasileira. O país legado a classe trabalhadora brasileira pelo “Príncipe da Sociologia” e igualmente “Príncipe da Privatária Tucana” foi um país socialmente devastado, desindustrializado e completamente submisso ao “pacto trustista” ligado ao sistema financeiro internacional.

A nova morfologia no mundo do trabalho e no seu modo de produção⁷⁷ que acometeu-se no capitalismo recente em nosso país, principalmente a partir da década de 1990, a aclamada por Antunes (2005) década de nossa “desertificação neoliberal”, pois,

para promover o ajustamento macroeconômico nos países periféricos e subdesenvolvidos. Conforme Chomsky (2002, p. 9), “O Consenso [neoliberal] de Washington é um conjunto de princípios orientados para o mercado, traçados pelo governo dos Estados Unidos e pelas instituições financeiras internacionais que ele controla e por eles mesmos implementados de formas diversas – geralmente, nas sociedades mais vulneráveis, como rígidos programas de ajuste estrutural. Resumidamente, as suas regras básicas são: liberalização do mercado e do sistema financeiro, fixação dos preços pelo mercado (“ajuste de preços”), fim da inflação (“estabilidade macroeconômica”) e privatização. Os governos devem “ficar fora do caminho” – portanto, também a população, se o governo for democrático –, embora essa conclusão permaneça implícita. As decisões daqueles que impõem o “consenso” têm, é claro, um grande impacto sobre a ordem global. Alguns analistas assumem uma posição ainda mais incisiva. A imprensa de negócios internacionais se referiu a essas instituições como o núcleo de um “governo mundial de fato” de uma “nova era imperial”.

⁷⁶ Devido à complexidade de cada um dos órgãos que constituem a tessitura do BM nos furtaremos de discorrer exegeticamente sobre cada um deles, haja vista que é vasto o número de pesquisas acadêmicas críticas que estudaram os mesmos. Reservamo-nos apenas a trazer os seus nomes à baila, pois, discorrer sobre cada um deles iria tangenciar em demasia o nodo de nossa pesquisa ou iria desaguar em uma outra pesquisa. Seriam estes: Fundo Monetário Internacional (FMI); Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO); Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF); Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD); Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID); Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD); Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO); Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e Organização Internacional do Trabalho (OIT). Sem a pretensão de parecermos exaustivos, qualquer introdução ao tema de forma crítica pode tomar como referência os estudos contidos nas seguintes obras: *A pedagogia da exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação*, em Pablo Gentili (org.); *Marxismo, educação e luta de classes: pressupostos ontológicos e desdobramentos ídeo-políticos*, em Suzana Jimenez, Jackline Rabelo, Maria das Dores Mendes Segundo (orgs.); *Educação pública, formação profissional e crise do capitalismo contemporâneo*, em Deribaldo Santos, Suzana Jimenes, Cleide Maria Quevedo Quixadá Viana, Jackline Rabelo (orgs.); *Trabalho, educação e luta de classes: a pesquisa em defesa da história*, em Suzana Jimenes e Jackline Rabelo (orgs.); *Educação e precarização profissionalizante: crítica à integração da escola com o mercado*, em Deribaldo Santos (2017).

⁷⁷ O modo de produção capitalista compõe-se basicamente em duas frentes distintas. 1) Pelas forças produtivas, que, por sua vez, englobam as fábricas, equipamentos, ferramentas, o conjunto de habilidades e de conhecimentos adquiridos pela força de trabalho, os recursos naturais e pelo nível tecnológico disposto, ou seja, pela detenção dos meios e dos recursos físicos e materiais para as respectivas atividades fins. 2) Pelas relações de produção, que, por seu turno, são compostas pelos meios subjetivos que constituem as relações humanas e sociais mantidas entre si, em particular a relação de propriedade privada ou de não propriedade que cada classe estabelece com os meios de produção que implica determinada forma de repartição dos frutos da atividade laborativa.

fora quando o advento dos decálogos pragmáticos criados para aendar a “integração desintegradora” idealizados pelo “Consenso [neoliberal] de Washington” (Chomsky, 2017), espalharam-se em uma onda enorme de fagotização, de rapina, de saque e de desmanche nas mais distintas esferas no rol do universo do trabalho imantadas pelo credo mistificador do “não há outra alternativa” em nosso país.

A afirmação ciclópica, de que “não há outra alternativa” ao neoliberalismo – ressaltando que o “manto” do neoliberalismo esconde o capitalismo – fez com que Antunes (2005, p. 92), poucos anos à frente, ao tratar do neoliberalismo já fagocitando o Brasil em ritmo acelerado, afirmar que

[...] O mito e a mistificação que têm sido vinculados pelas classes dominantes são evidentes: o Brasil não pode, diz a cantilena neoliberal, deixar de integrar-se às “economias globais”. Sem esses recursos, dizem ainda os mistificadores, o país entraria em paralisia e em isolamento. Mas “esquecem” de dizer que o país já não dispõe de soberania; que seria possível e mesmo imprescindível buscar outra alternativa política que não seja a *integração desintegradora e socialmente destruidora*, que preserva e intensifica nossas mazelas e iniquidades econômicas, sociais e políticas. Desprovido de soberania, o país torna-se parte integrante e necessária de uma lógica de acumulação que intensifica a precarização social, aumenta o desemprego estrutural, a violência, a criminalidade etc. [...] (Aspas e itálicos do original)

Com a implementação integral do programa neoliberal no Brasil e frente à corrosão do “Mundo do Trabalho” na década de 1990, haja vista que o economista Claudio Dedecca, em capítulo de livro intitulado *Flexibilidade e regulação de um mercado de trabalho precário: a experiência brasileira* (Dedecca, 2009) a muito já afirmara que a capilarização do “catecismo” neoliberal pelo Brasil foi um completo desastre em todas as áreas sociais. A hecatombe foi tão abissal no âmbito do trabalho regulado e minimamente assistido pela legislação trabalhista da época que, nas palavras de Dedecca (2009, p. 136), “somente um de cada dois empregos resistiu à avalanche liberal dos anos 1990” em nosso país. Graças a esta, o Brasil teve sua taxa de desemprego triplicada na década de 1990 e, assim, os contratos informais de contratação ou de prestação de serviços passaram a grassar de forma dominante no mercado de trabalho brasileiro trazendo em seu corolário uma desvalorização salarial, ou seja, a desregulação do trabalho transitou de um regime de natureza servil aos interesses da burguesia, e já bastante despótico, para um outro de caráter despótico-hegemônico.

Ou seja, graças a nova forma despótica de regulação do trabalho que se tornou possível a intensificação da rotatividade exacerbada da força de trabalho e, *pari passu*,

servindo como instrumento eficiente no disciplinamento eficiente na contenção dos salários.

Graças a nova fase de flexibilização da regulação das formas de trabalho regulados pelo Ministério do Trabalho brasileiro (MT/Brasil) sobre os contratos de trabalho que passou a grassar pelo mundo do trabalho a emergência do contrato de serviços de natureza de pessoa jurídica nas formas de subcontratação da força de trabalho, os assim “perfumados” pelos ideólogos hegemônicos contratos de Micro Empreendedores Individuais (MEI’s), tomaram a frente nas relações de subcontratação. Como bem acentua Claudio S. Dedecca as relações de subordinação e de estratificação das formas de trabalho ao capital passaram a ser regidas por formas de contratos de prestação de serviços, nos quais os trabalhadores se constituíam como pessoas jurídicas. Nas palavras do próprio Dedecca (2009, p. 138):

[...] Com efeito, os governos recentes foram além da flexibilização da regulação pública do contrato de trabalho, ao criarem a figura do trabalhador como pessoa jurídica, equiparando-o à empresa e, portanto, retirando toda proteção social ao seu trabalho. Estabelecia-se, assim, nova forma de contrato de trabalho sem proteção social específica, mas totalmente enquadrada nas determinações legais. Enfim, estava criada uma nova modalidade de contratação formal do trabalho, desprovida dos direitos estabelecidos pela norma pública. [...].

Fernando Henrique Cardoso (FHC), nos legou um paraíso produtivo para as empresas transnacionais que vieram gradativamente predando e dilapidando os capitais estatais, recursos públicos estatais e direitos previdenciários e de segurança dos trabalhadores. A “herança maldita” de Fernando Henrique para o povo brasileiro foi um país onde os índices de criminalidade e de violência social alcançavam números dispostos apenas em países em situação de guerra ou que foram acometidos por grandes calamidades climáticas ou por pandemias. Este legado de FHC para os brasileiros veio amalgamado em um montante de desempregados e uma miríade de escroques e de finórios religiosos em seus templos e em suas Igrejas para mistificar o universo destroçado que a “máquina de moer gente” (Ribeiro, 1995; 2015) deixou para trás.

O ornitorrinco e o enigma da esfinge: Lula é neoliberal, neodesenvolvimentista ou uma forma de social-liberalismo?

Se o neoliberalismo de FHC foi marcado pelo forte sentimento viralatesco, o de Lula, seguramente, foi marcado pela traição. Como está demonstrado em Antunes (2005;

2018), o PT chegou ao poder em uma fase de enorme rebeldia e de profundas potencialidades em toda a América Latina. Após anos de efervescência social, militância de partidos e movimentos sociais de esquerda, da luta dos movimentos sindicais⁷⁸ e, certamente, depois de uma frustração generalizada advinda dos 12 anos da administração privatista do “caçador de elefantes”, dos “jihadistas Mdebistas” e dos “talibãs do Tucanistão” (1990-2002) no Brasil que se criou o cenário ideal para a vitória do que à época parecia ser a vitória de um representante dos interesses da classe trabalhadora.

Lula da Silva foi um líder do movimento sindical em São Paulo entre as décadas de 1970-1980 e que por conta de sua trajetória política foi bastante criticado por diversos intelectuais, e ao contrário do que se costuma dizer, principalmente pelos de esquerda. Dito isso, podemos citar aqui o nome do saudoso sociólogo Chico de Oliveira (1933-2019), haja vista que este último fazia críticas mordazes aquele por conta de ele ter sido um fiel escudeiro de um burocrata e pelego sindical⁷⁹ e por ele ter feito a sua militância ativa nos “sindicatos pelegos” e nos “sindicatos apolíticos”. Entretanto, mesmo fazendo ressalvas como fez o professor Chico de Oliveira e, assim, criticando o caráter de Lula, tanto Chico quanto nenhum outro intelectual sério negam a importância de Lula no movimento sindical.

Foi na corrida à cadeira da presidência de nosso país de 2002, após 03 tentativas frustradas, que um importante líder do movimento operário, de origem humilde, que trabalhou no chão de fábrica como metalúrgico e que atuou na luta sindical do ABC Paulista durante muitos anos, sagrou-se vitorioso sob a égide de um “partido popular” graças ao maciço apoio das esquerdas⁸⁰ brasileiras, de intelectuais e de artistas. Estamos

⁷⁸ Conforme Antunes (2018, p. 192), “a criação do PT, em 1980, da CUT, em 1983, do MST, em 1984, a luta pelas diretas, em 1985, a eclosão de quatro greves gerais ao longo da década, a campanha pela Constituinte, a promulgação da nova Constituição, em 1988, e, finalmente, a efetivação das eleições diretas, em 1989, são exemplos vivos da força das lutas daquela época”.

⁷⁹ Paulo Vidal Neto foi um escroque brasileiro que no início da década de 1960 viajou para os EUA para receber treinamento na própria *Central Intelligence Agency-CIA* (Agência Central de Inteligência) nos moldes do sindicalismo “apolítico e técnico” para que pudesse atuar no Brasil e, assim, desorganizar o movimento sindical e fazer a luta retroceder ou mesmo fener. Paulo Vidal lançou-se na política sindical no recrudescimento do regime militar, em 1969, e, após ter “auxiliado” o Departamento de Ordem Política e Social de São Paulo (Dops-SP) prender e torturar os integrantes das duas chapas que lhe faziam oposição, assumiu a cadeira da presidência da entidade. O grande mentor de Lula e certamente o principal responsável pela entronização de Lula na cadeira da presidência do sindicato de São Bernardo, em 1975, era um conhecido pelego sindical que foi alçado à condição de presidente do sindicato de São Bernardo durante a intervenção dos militares no Ministério do Trabalho logo após o golpe empresarial-militar, em 1964. Para maiores informações sobre Paulo Vidal e a sua relação com Lula, ver o 3º capítulo de Braga (2012, p. 141-179) intitulado de *O sorriso dos explorados*.

⁸⁰ É digno de nota que, embora isso até fosse ideal, não existe “uma” esquerda operando de forma una e indivisível em prol de um único bem comum. Geralmente os movimentos de caráter de esquerda podem até atuar juntos, mas através de alianças estratégicas e políticas que a depender da organização de esquerda e da conjuntura do cenário político em que se encontram podem ser mais permanentes ou temporárias. Para

falando aqui do “mestre das conciliações e dos pactos”, Luiz Inácio Lula da Silva (Lula). Então, foi assim, embora tenha perdido a chance de chegar ao poder na condição de “partido de esquerda” dentro do cenário de recém reabertura democrática brasileira de 1989, que um “partido populista” e as esquerdas tiveram uma chance significativa de alçar ao poder que não fosse pela via de uma revolução, ou seja, tentaram chegar ao poder por via da democracia burguesa.

Como o capitalismo periférico não pode prescindir de altíssimos níveis de informalidade e de precarização em seus postos de trabalho que assegurem a subremuneração da força de trabalho e o trabalho precarizado, e o Estado brasileiro se encontrava com uma massa de pessoas insatisfeitas com a “gestão de direita”, o Estado percebeu que para se livrar do risco de uma possível “insurreição plebeia” e, assim, dar continuidade no processo de “contrarrevolução preventiva” que se iniciou na década de 1970, em nível global, a melhor saída seria encontrar uma “esquerda que pudesse chamar de sua” e, assim como a Inglaterra pode encontrar em Tony Blair “uma esquerda para chamar de minha”, conforme o que propôs o sociólogo do trabalho Ruy Braga, em seu livro *A rebeldia do precariado: trabalho e neoliberalismo no Sul global* (Braga, 2017), o PT de Lula se mostrou a esquerda dos sonhos da nossa classe triliardária, pois com o seu “reformismo fraco” se tornou mais uma “esquerda do capital”. E a nossa versão tupiniquim de Tony Blair foi tão servil e útil à burguesia imperialista quanto a versão cordial britânica.

Grosso modo, talvez possamos dizer que a importante vitória eleitoral do PT, em 2002, deveu-se bem menos às propostas políticas de Lula e ao desgaste do PSDB do que parece ao início, pois o PT eleito, 20 anos após a sua fundação, já não era tão prejudicial aos interesses da burguesia. Quando eleito, os representantes do capital rentista já faziam parte estrutural do PT e, assim, já haviam realizado importantes mudanças no interior do partido. Deixando um pouco de lado as alianças que lhe originaram e dando mais atenção

compreendermos melhor o que dissemos por último, basta olharmos com atenção as alianças dos mais diversos movimentos político-sociais que levaram a criação do Partido dos Trabalhadores (PT), em 1980, quanto aos processos de ruptura e de continuidade no mesmo que depois levou a criação do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU), em 1994-1995, e posteriormente do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), em 2002-2005. Grosso modo, a esquerda brasileira é composta por 03 seguimentos maiores que se compõem de partidos políticos (Partido Comunista Brasileiro – PCB, Partido dos Trabalhadores – PT, entre outros), de movimentos sociais (Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto – MTST, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST), por centrais sindicais (Central Única dos Trabalhadores – CUT, Central Sindical e Popular Conlutas – CSP, entre outros), que se apresentam como “esquerda moderada” ou como “esquerda radical”. Para uma melhor compreensão sobre este assunto indicamos, dentre tantas outras obras, os estudos sistematizados por Sabrina Fernandes *Sintomas mórbidos: a encruzilhada da esquerda brasileira* (São Paulo: Autonomia Literária, 2019) e por Braga (2012).

a novas alianças com importantes estratos da burguesia, a modernização passou a operar no seio do partido, motivo pelo qual o PT foi abandonando o seu passado de promessas revolucionárias e a se converter em uma espécie de Social Democracia tupiniquim.

Quando o nosso “Tony Blair pernambucano” iniciou o processo de reforma no interior do partido o resultado exigido no pacto de conciliação que ele fez com a burguesia era não só um distanciamento progressivo da defesa das bandeiras da classe trabalhadora que um dia ele defendeu, mas também limitar ao máximo o poder dos sindicatos e dos movimentos sociais e, de brinde, eliminar qualquer vestígio que pudesse lembrar algum vislumbre do socialismo científico. Ou seja, a classe dominante sabia muito bem que, dentro de um cenário minimamente democrático, era necessário buscar, no interior da esquerda as condições para dar continuidade à sanha neoliberal e que para isso teria que acenar, mesmo que levemente, para mudanças superficiais para que o essencial do pragmatismo neoliberal fosse preservado.

Para o seu bom logro, o pacto da candidatura operária deveria receber o aval do *status quo* financista, pois ao invés de ruptura, o Mercado exigia continuidade e plena condescendência com o seu programa privatista neoliberal que vinha em curso e, como bem afirma o cientista político André Singer⁸¹, Lula utilizou como moeda de troca a garantia que se eleito nem iria politizar nem mobilizar os movimentos populares que se aglutinaram ao lulismo. Como a política macroeconômica não aceitava nenhum risco e, assim, exigia segurança para os seus interesses como barganha de seu apoio, então, rapidamente, o PT publicou um documento onde se dispunha a dar a garantia ao capital rentista que lhe garantiu o ingresso à presidência.

Embora o documento sobredito tenha sido endereçado ao Mercado ele ficou bem mais conhecido como “Carta aos brasileiros”. Em linhas gerais, neste documento, o PT sinalizou estar em completa anuênciia com os principais elementos orientados pelo FMI. Ou seja, para ganhar, Lula pôs uma ponta de corda, dando um laço, no pescoço da classe trabalhadora e deu a outra ponta para os poderosos. O compromisso de Lula com a buguesia não comportava nem dúvidas, nem riscos. Para isso, além de preservar os

⁸¹ Fala proferida pelo professor André Singer [et al.], em 2017, no lançamento do livro do prof. Ruy Braga *A rebeldia do precariado*. A pretexto de análise da conjuntura do Brasil no pós golpe de 2016 que marcou o fim da “era das conciliações” e do lançamento do livro já mencionado, houve um debate que pode contar com a presença de Tatiana Berringer, André Singer, Guilherme Boulos e Ruy Braga. O debate foi intitulado de *O pós-impeachment: qual o futuro para as alternativas radicais*. Para maiores informações, acessar o link: <https://www.youtube.com/watch?v=JBBHmlFK5W0>. Acesso em: 12 fev. 2025.

benefícios aos capitais financeiros, garantir o superávit primário, manter a estrutura fundiária concentrada, determinar a cobrança de impostos aos trabalhadores aposentados e manter as privatizações, sob a forma das parcerias público-privadas, o governo Lula deu passos largos em direção aos interesses da burguesia com uma fidelidade canina. Entre tantas coisas, o governo Lula passou a incentivar fortemente a participação dos fundos privados de pensão, tanto na previdência privada quanto nas privatizações em curso (Antunes, 2018).

Ou seja, gradativamente a tendência confrontacionista do PT foi sendo substituída por uma postura predominantemente subserviente ao Mercado onde o confronto, a luta pela redução da jornada e do tempo de trabalho (sem perda de estabilidade e sem redução salarial), entre outras deram lugar para as parcerias público-privadas, negociações que beneficiavam a burguesia e a incentivos de pactos que saiam cada vez mais caros a classe trabalhadora. A título de exemplificação das “muitas facadas nas costas” que Lula deu aos trabalhadores basta nos lembarmos da contra-reforma da imprevidência aprovada pelo governo PT logo no seu primeiro ano de mandato, algo que FHC não conseguiu fazer, diga-se de passagem.

O partido que emergiu vitorioso do processo eleitoral de 2002, despojado do alinhamento revolucionário, converteu-se em uma espécie de “PSDB popular”, um grande defensor da economia de mercado, da flexibilização do trabalho, das desregulamentações, da economia globalizada e moderna e, por último, por todo o discurso estrutural da filosofia neoliberal. Dito isso, como a trajetória da ascensão política de Lula à presidência é incompreensível sem que observemos a trajetória inversa do Partido dos Trabalhadores (PT) faremos uma rápida exposição do processo de fusão Lula-PT.

Em linhas gerais, o PT seguramente foi o maior partido derivado de luta popular direta no Brasil, mesmo em relação ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) que também resultou de lutas populares. O PT possui uma escala incomparavelmente maior do que o PCB desde o seu nascimento. Podemos dizer que o surgimento do PT é o coroamento orgânico de diversas lutas populares⁸² e foi justamente por ele ser orgânico as lutas

⁸² Como não podemos nos aprofundar muito neste ponto e fazer uma exposição de cada um dos movimentos que estiveram presentes, diremos apenas que na criação do PT estiveram presentes as mais diversas lideranças dos muitos movimentos de esquerda que existiam à época. Movimentos estes que, pelo fato de oscilarem entre matizes da “esquerda moderada” e da “esquerda radical”, faz valer a reprodução de uma expressão do professor José Claudinei Lombardi utilizada em uma aula de *História Geral da Educação e da Pedagogia*, em 2010, quando o mesmo diz que “ao reunirmos de Mao Tsé-Tung a Jesus Cristo, de Paulo Freire a Marx em torno de uma causa esperando que este amalgama resulte em problemas estruturais é

populares que ele pode se converter numa espécie de moeda de troca para a grande burguesia brasileira, algo que o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), por isso o uso do Social Democracia em sua égide, também pretendia, entretanto, mesmo sendo pensado pelos intelectuais de cima, não conseguiu lograr bom êxito.

Ou seja, enquanto o PT nasceu do bojo das lutas populares, o PSDB nasceu da cabeça dos grupos dominantes que tentavam se conectar de cima e, assim, poder cooptar essas lutas sociais para as suas próprias causas, algo, que por sua vez, Lula conseguiu fazer com maestria. Embora o PT tenha sido forjado no ínterim de 1970-1980 dentro dos ciclos de lutas sociais que defendiam a luta pela reforma agrária, luta por moradia, luta anticapitalista, entre outras na década de 1990 ele sofreu um forte arrefecimento, sobretudo após a queda da União Soviética (URSS). Com a queda da URSS as alas pelegas e reformistas dos partidos de esquerda se tornaram hegemônicas onde, por seu turno, o PT, sob o pretexto de não haver alternativas ao capitalismo e nem muito menos chance de revolução, veio se convertendo cada vez mais em um partido que “oferece” a sua trajetória para o desenvolvimento do capitalismo.

Conforme pudemos colher da fala da professora Virginia Fontes, em uma entrevista concedida em 2018⁸³, com o “lulismo”, também chamado de “lula-petismo”, o PT foi bem mais além do que mesmo Fernando Collor, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso (FHC) conseguiram juntos e, assim, alcançou algo que poderíamos dizer que foi muito além da cooptação clássica que nós estávamos acostumados, pois a cooptação clássica sugere que a burguesia teria que buscar e comprar a alto custo algo de seu interesse nas franjas do partido e o que aconteceu de fato foi totalmente o contrário. Ou seja, parte da alta cúpula do partido nem precisou ser cooptada, pois estava com tanta pressa que "auto cooptou-se" e, assim, ofereceu a um custo bem menor o que era do interesse burguês.

A partir da década de 1990, o PT passou a promover, ciclicamente, modificações estruturais em sua composição, isto é, o partido passou a se distanciar dos movimentos de sua base, das lutas sociais e, em contrapartida, a se encastelar com os burocratas de cima, a cooptar importantes lideranças de movimentos de esquerda e, para mitigar os impactos causados em sua imagem por conta de seu peleguismo, a investir pesadamente em marketing e na intensificação dos programas assistencialistas iniciados com FHC.

pura ingenuidade”. Para acessar a aula na íntegra, e o contexto em que a metáfora é utilizada, clicar no link: <https://www.youtube.com/watch?v=lvhJD4tEhQI&t=13s>. Acesso: 28 jan. de 2025.

⁸³ Esta entrevista está disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=SQCQiZETKIs>. Acesso em: 10 jan. 2025.

Conforme os muitos sociólogos que se debruçaram sobre a estratégia lulista, as duas maiores moedas de barganha usada por Lula ao longo de seus dois mandatos para ganhar altos índices de aprovação da população (ao término de seu segundo mandato Lula contava com 80% de aprovação) foi a criação do programa Bolsa Família que visava mitigar os impactos da miserabilidade e de precarização em que o lumpesinato se encontrava e, a preferida de todos, a falácia da “nova classe média”⁸⁴, algo que por sua vez alienou a classe trabalhadora até o seu esgarçamento total.

Sobre a estratégia lulista, Antunes (2018) nos diz que além do programa referido por último, Lula conseguiu proporcionar um aumento significativo ao salário mínimo em comparação aos aumentos concedidos pelos seus predecessores, visto que estes últimos mencionados só consentiram o reajuste inflacionário da época (algo em torno de 6% a 8%) e Lula chegou a promover um aumento real, que embora tímido, ia além do mero reajuste da inflação (algo em torno de 12%). Como demonstra Braga (2017), outro fator importante de ser mencionado junto ao aumento salarial real foi o fato de que no governo petista, mesmo que em subempregos, a classe trabalhadora acessou uma certa estabilidade salarial e de poder de crédito (algo muito confundido com poder de compra) e, assim, um endividamento que a medida em que os trabalhadores iam se endividando os bancos ficavam mais e mais felizes.

O abandono da militância, a formação de alianças avessas aos interesses dos trabalhadores, a adoção de pautas pró-capitalistas e a cooptação das lideranças de grandes organizações de esquerda, como por exemplo a que ocorreu na Central Única dos Trabalhadores (CUT), levou a uma separação crescente entre as direções sindicais e as bases sindicais⁸⁵.

⁸⁴ Este tema da criação de uma “nova classe média” foi extremamente discutida e amplamente rebatida por diversos especialistas das mais diversas matizes políticas, até mesmo pelos que compunham a base do governo como foi o caso da filósofa Marilena Chauí que teceu críticas mordazes ao tema. Para melhor compreensão sobre os problemas presentes nesta categoria de análise falha, além dos autores apresentados até aqui, sugerimos respectivamente as obras do professor Marcio Pochmann intituladas de *O mito da grande classe média: capitalismo e estrutura social* e *Nova classe média?: o trabalho na base da pirâmide social brasileira*.

⁸⁵ Neste caso em específico, as muitas divergências de interesses internas do PT relacionadas à subordinação dos líderes sindicalistas ligados à CUT ao governo e, assim, aos interesses do grande capital, foram se avolumando e se agravando de forma cada vez mais exponencial e, assim, evoluindo para inevitáveis rupturas, como, por exemplo, acabou ocorrendo em março de 2004 e que acabou redundando na criação da Central Sindical e Popular Conlutas.

Nem recatada nem é do lar: o fim da aventura conciliadora

Uma coisa que podemos afirmar com prontidão sobre o Governo de Dilma Rousseff é o fato de que, graças ao apoio de uma certa parcela da burguesia a Lula, ele contou com expressivo apoio das classes dominantes burguesas (das frações industrial, financeira, do agronegócio) por boa parte de seu mandato, principalmente em boa parte de seu primeiro mandato. Contudo, com a intensificação da crise econômica, em especial ao final de seu primeiro governo, a amizade com a burguesia foi acabando e, assim, o pacto conciliador de classes iniciado por Lula começou a esboroar. Nas eleições de outubro de 2014, era notório uma divisão ascendente entre as franjas burguesas, “uma vez que o novo quadro recessivo antecipava a necessidade, exigida pelos grandes capitais, de mudanças profundas em sua política econômica, de forma a ajustá-la ao novo cenário” (Antunes, 2018, p. 238).

Dilma Rousseff foi a herdeira da cadeira de Lula e, junta a toda herança de misoginia do nosso país, a primeira mulher eleita a exercer a função da presidência do Brasil, em 2011. Em seu primeiro mandato, Dilma, mesmo sem o “jogo de cintura” de Lula, conseguiu dirigir o país com certa maestria, mas ao final de seu mandato um cenário antipetista já estava bem desenhado em nosso país e a corrida a reeleição acabou se mostrando bem difícil. Mesmo com muita dificuldade, Dilma venceu o pleito de 2014. Logo após a sua vitória eleitoral, para honrar as exigências da burguesia, Dilma nomeou Joaquim Levy para ministro da Fazenda, um dos maiores capatazes dos bancos privados do Brasil. A pedido da burguesia, coube a Joaquim Levy implementar um ajuste fiscal extremamente recessivo, que começou com apoio de boa parte das franjas do capital, porém, *pari passu* a intensificação da recessão econômica e o aumento dos juros de maneira extorsiva no decorrer de 2015 em nosso país, começou a despertar um crescente descontentamento dos setores industriais tão bem representados pelo olhar atento da Federação das Indústrias de São Paulo (FIESP) e da Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN), por exemplo. Nas palavras de Antunes (2018, p. 239)

A dissensão aumentou na medida em que os empresários viram seus lucros se reduzirem significativamente frente a um PIB que encolhia. Ao mesmo tempo, viram suas dívidas alavancadas pelo crescimento expressivo dos juros. **Em dezembro de 2015, já era possível constatar que o descontentamento empresarial havia se convertido em clara oposição política ao governo** (Negritos nossos).

Esse contexto adverso sobreditado, por sua vez, agudizou ainda mais a crise econômica, e em todas as suas dimensões. O desgaste do seu governo, e a aprovação de pautas bombas, fez com que Dilma, na luta pela sua sobrevivência política, pendulasse para lá e para cá sistematicamente em busca de auxílio, feito um barco a deriva, cujo objetivo central era tentar a manutenção do PT no poder. Entre uma semana e outra apresentou, ao longo de 2015, propostas que nem sequer foram implementadas, haja vista o fato de que o compromisso de vários deputados a época estava voltado para a aprovação de projetos negativos ao governo Dilma, como por exemplo o das “pedaladas fiscais”, projeto este que, por sua vez, acabou por servir de bode expiatório para destituí-la do poder mais à frente. Esse conflito político acabou exacerbando ainda mais os descontentamentos sociais e o ódio de classe burguês, e em todas as franjas sociais – embora frequentemente por motivos opostos. Assim, Dilma Rousseff acabou tendo de assistir a sua base social, política e parlamentar esbороar a cada nova medida até o final de 2015 e seguindo o caminho do abate de seu governo.

Conforme Antunes (2018, p. 239):

O início de 2016, nesse sentido, preservou o mesmo cenário de indefinições, com a curvatura do governo Dilma face às imposições do capital se ampliando. Não por acaso, a primeira proposta apresentada pelo então recém-empossado ministro da Fazenda, o “neodesenvolvimentista” Nelson Barbosa, foi a de implementar com “urgência” as “reformas” da previdência e da legislação trabalhista. Nem uma palavra sobre tributação das fortunas e dos grandes capitais, nem uma palavra contrária à proposta de terceirização total (presente no PL 4.330, posteriormente denominado PLC 30), nada sobre a ampliação da legislação social protetora do trabalho. Consequentemente, esgarça-se ainda mais o apoio militante dos movimentos sociais, sindicais e políticos que atuam sob a órbita do PT. Por outro lado, é perceptível que está sendo urdido um golpe parlamentar de direita, o que os faz agir com relativa cautela (Aspas e acréscimos do original).

Os setores dominantes, por sua vez, foram agindo cuidadosamente para destituir Dilma sem alarde, pois sabiam que a deposição de Dilma de forma abrupta poderia desencadear em uma intensificação da crise social, política e institucional em nosso país. Assim, uma vez que a burguesia já possuía uma carta coringa na manga: o direito constitucional que possibilita a deflagração do *impeachment*. Contudo, sabia que para pôr em curso um processo de *impeachment* era preciso ter uma causa substantiva. Se o *impeachment* fosse deflagrado, sem causalidade essencial, o grande capital sabia que tenderia a crescer ainda mais o estudo latente de revolta social, o que, por seu turno, dificultaria a retomada dos lucros das grandes empresas e poderia gerar ainda

desdobramentos políticos que até que poderia ser imaginado como seria o seu começo, mas que cujas consequências seriam imprevisíveis e incontroláveis.

No tocante ao processo negacionista causado pelo obscurantismo beligerante do governo atual podemos afirmar que ele vem grassando desde pelo menos o Golpe “jurídico-midiático-parlamentar” impetrado contra uma presidenta reeleita ao exercício de seu 2º mandato presidencial por sufrágio democrático no ano de 2016 e que fora intensificado ferozmente em 2018 com a eleição do nosso atual “desgoverno”. Dilma Rousseff, filiada ao Partido dos Trabalhadores (PT) recebeu 54.501.118 dos votos válidos, exatos 51,64% do total de votos do pleito de 2014. Por conta disso, em nosso entendimento, o nosso país caminha rumo ao cidadão falso celeremente.

A era da extrema direita: a nossa aventura fascista

A título de exemplificação do quão incerto, nefasto e obscuro é o nosso futuro basta convidarmos aos nossos leitores para que reflitam um pouco sobre os impactos do congelamento dos gastos públicos nas áreas da Saúde a da Educação por 20 anos impetrados pelo suposto Pacto de Estabilidade e Crescimento (EC 95), pacto este apelidado pelos seus críticos de “Emenda do fim do mundo”, em 2016, pelo então governo golpista de Michel Temer (PMDB)⁸⁶ e, respectivamente, pelo duplo pacote de contrarreformas “austericidas” (Braga, 2017) que se abateram sobre a classe trabalhadora com as pseudoreformas trabalhistas e previdenciárias (2019), ou seja, o governo brasileiro, via a Lei 13.467/17, pôs em curso a “reforma trabalhista”, esta realizada com muita festa pelo “governo terceirizado” de M. Temer, e por intermédio da Emenda Constitucional 103/19 pôs nos trilhos a “reforma da previdência”, esta, por sua vez, também realizada com muito louvor pela camarilha da burguesia que atua na política oficial sob a batuta do governo fascista bolsonarista de Jair M. Bolsonaro (PSL).

Certamente, podemos começar afirmando que a gestão de Jair Messias Bolsonaro é, sem sombra de dúvidas, a mais desastrosa em toda a história brasileira. Embora não

⁸⁶ Até a execução do Golpe jurídico-midiático-parlamentar de 2016, o então Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) mantinha, desde o processo de redemocratização brasileiro (1984), o “P” de “Partido” à frente de seu cognome. Entretanto, após o Golpe de 2016, a organização do agora “não mais partido” – provavelmente com saudades do tempo em que formando um dueto “bailou pelo salão” por 21 anos com o partido oficial da Ditadura empresarial-militar (1964-1984) Aliança Renovadora Nacional (ARENA) – resolveu por unanimidade por voltar a seu antigo cognome de Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

fosse o favorito “dos de cima” para ocupar a cadeira da presidência, por conta de seus diletos não terem emplacado na escalada presidencial, no último momento do processo de eleição, a burguesia deu todo o apoio que Bolsonaro precisava para sair vitorioso do pleito. Embora tenha sido subestimado no início pela classe de intelectuais e pelos seus opositores, Bolsonaro veio a demonstrar ser um grande estrategista e a melhor opção da burguesia para dar cabo na era dos pactos com o seu destempero fascista⁸⁷.

Jair Bolsonaro, com o apoio da classe dominante onde ora era poupado e ora era “moderado” pelo *mass media* e, principalmente, dentro de um contexto regado a muito desvario regado pelo “antipetismo”, onde em muitos momentos beiraram a loucura, que teve até direito de uma prisão como nunca vista em nosso país, pois fora midiatizada por todos os canais de rádio e televisão abertos e fechados de nosso país do candidato que, à época, era considerado como o favorito a ganhar a eleição em 2018 (Lula-PT) e, em um contexto bem circense, a uma “facada” que além de lhe dar um ar de “Messias renascido” livrou-lhe dos constrangimentos dos debates com os demais concorrentes. Então, foi assim que ele emplacou na sua corrida presidencial.

Quando eleito, em 2019, Jair M. Bolsonaro pertencia ao Partido Social Liberal (PSL), partido este que, grosso modo, deu guarita para muitas das “viúvas da ditadura”. Entretanto, após inúmeras disputas de interesses internos do partido com Bolsonaro – disputas estas que se chocaram de frente com a personalidade infantil e narcísica de Bolsonaro – o mesmo saiu do PSL. Ele permaneceu sem ligação com nenhum partido político oficial até a sua candidatura à reeleição de presidente da república, em 2022, quando se filiou ao Partido Liberal (PL) para poder concorrer ao pleito.

Em sua corrida presidencial, Jair Bolsonaro apostou suas fichas, embora já atuasse na política partidária oficial há quase 30 anos, no estratagema de se passar por um

⁸⁷ Como não poderemos nos aprofundar devidamente na discussão sobre as múltiplas facetas e as muitas nuances do fascismo clássico diremos apenas o seguinte: Em sua própria neurose, um fascista não possui opositores, mas sim, inimigos pessoais a quem ele deve combater e eliminar a todo custo. Quando um possível opositor toma a palavra o fascista costuma reagir com bastante insolência interrompendo-o de forma mordaz e, particularmente, sínica. A um fascista, em sua falsa postura de paladino da boa moral e dos bons costumes, a razão é algo realmente inacessível, pois ele só a enxerga exclusivamente de duas maneiras: a 1^a é na capitulação do “outro” a sua vontade narcísica e a 2^a é na eliminação de seu contraditório. Para maiores informações, indicamos aos argutos leitores que cotejam, dentre tantas outras obras, os estudos sistematizados por Theodor W. Adorno em sua obra *Estudos sobre a personalidade autoritária* (São Paulo, Editora Unesp, 2019), o livro de Wilhelm Reich intitulado de *Psicologia de massas do fascismo* (São Paulo, Martins Fontes, 1988) ou a reflexão sobre o cotidiano autoritário brasileiro de Márcia Tiburi em seu livro *Como conversar com um fascista* (Rio de Janeiro, Record, 2017).

verdadeiro *outsider*⁸⁸ da política, bem no estilo de *cowboy solitário*. Postura onde costumava aparecer com armas de fogo e propagando discursos de ódio e que ele posou durante toda a sua candidatura, motivo que levou os seus acólitos a criação da performance da “arminha”⁸⁹. Sua grande promessa de campanha foi de que iria trazer a moral cristã de volta e expurgar a ameaça comunista do Brasil

A performance de Bolsonaro e o seu lema “Vamos fuzilar a petralhada!” levava os seus apoiadores ao delírio e mesmo a sua base de apoio sendo em sua maioria fundada em matizes religiosas auto intituladas de cristãs ou neopentecostais, em seu mandato, ele passou a adotar uma estética “memificada” e bem mais paranoica do que a que usava desde sua campanha o que por sua vez levou o seu séquito ao êxtase. Por exemplo, dentre as muitas imagens toscas que foram de “um leão perseguido por hienas” a de “um homem que era capaz de cavalgar em velociraptors” destacaremos apenas a de “Rambo”⁹⁰, pois nesta estética ele sempre aparecia com inúmeras armas de fogo capazes de abater até helicópteros e tanques de guerra, pois esta estética levava aos seus apoiadores a loucura total.

J. Bolsonaro chegou à cadeira da presidência da república do Brasil como uma expressão da consolidação do Golpe jurídico-parlamentar impetrado anos antes para “dar cabo” na era das conciliações petistas. Seu “desgoverno” esteve marcado por inúmeros escândalos de corrupção, associação do próprio Bolsonaro quanto de seus filhos a facções criminosas e a esquadrões da morte, a posturas obscurantistas e negacionistas em sua política educacional, se é que se podemos de fato chamá-la de política educacional, haja vista que este tipo de política exigiria racionalidade pragmática e a que nós tivemos que lidar com a política educacional bolsonarista era algo constituído por um forte pragmatismo irracional e que cerceava o ingresso dos filhos do proletariado aos domínios da cultura letrada.

⁸⁸ Haja vista não podermos nos debruçar devidamente nas nuances desta categoria analítica da Sociologia Política neste momento, pois isso iria nos tangenciar do que por ora nos propomos, para um melhor aprofundamento, recomendamos a leitura da Tese de Doutorado do Prof. Dr. Andreyson Silva Mariano *A luta pelo reconhecimento de um grupo outsider do marxismo: a convergência socialista da repressão militar à expulsão do PT (1978-1992)*. A mesma foi defendida em 2019, na Universidade Federal do Ceará (UFC), junto ao Centro de Humanidades, Programa de Pós-graduação em Sociologia.

⁸⁹ Símbolo feito com as mãos simbolizando uma arma de fogo.

⁹⁰ O título Rambo é referente a uma franquia de 05 filmes protagonizados por Sylvester Stallone e que foram lançados respectivamente em 1989, 1985, 1988, 2008 e 2019 e em uma série de desenho animado que fez grande sucesso com o público em 1986. A trama das 06 películas foram baseadas no romance “*First Blood*”, escrito por David Morrell, em 1972. A série tinha como personagem principal um soldado estadunidense que era um boina verde e ex-combatente da Guerra do Vietnã (1955-1975), um soldado que mesmo sozinho era capaz de derrotar exércitos inteiros em qualquer território em que se encontrasse.

Somando-se aos muitos escândalos de corrupção e de perseguição às instituições democráticas e de imprensa, em seu governo, o Brasil foi acometido por uma crise sanitária que, conforme vários estudiosos e cientistas políticos se pronunciaram à época, fora a pior crise biológica do último século. Embora a crise ocasionada pela Sars-Cov-2⁹¹ tenha pego todos de surpresa, onde, por ter sido uma nova patologia e por isso não havia tratamento apropriado a ela no início da pandemia, todos os países tiveram dificuldades para conter as primeiras ondas virais e os milhares de óbito, o Brasil foi um dos países que mais se destacaram no mundo durante a crise sanitária ao ensinar o como não agir graças ao movimento negacionista, anticientífico e irracionalista bolsonarista.

Bolsonaro, ignorando o fato de que nenhum outro país estava adotando este tipo de tratamento e a contrapelo dos alertas emitidos em âmbito internacional pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e em âmbito nacional pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), seguiu penhorando a vida dos brasileiros em um tratamento que além de ser ineficaz para o tratamento de Covid-19 era extremamente prejudicial a saúde, pois poderia levar as pessoas que o tomassem a morte, via o que ficou conhecido como “Kit Covid”⁹².

A guisa de conclusão, fechamos esta seção lembrando aos leitores que fora neste contexto, onde o mundo parece caminhar a passos largos para a barbárie total e onde a classe trabalhadora parece ter entrado em uma tempestade similar à que o nobre Vassílio

⁹¹ SARS-CoV-2, também chamado popularmente de Covid-19, é uma abreviação do nome de um dos vírus da família dos vírus Coronas, *Corona Virus Disease*. Enfermidade esta que desde o final de 2019 se espalhou de forma pandêmica e que já ceifou inúmeras vidas em todos os países ao redor do globo.

⁹² O “Kit Covid” foi distribuído pelo Governo Federal brasileiro em sua Rede de hospitais e postos de saúde públicos a partir de abr./maio de 2020 com um custo total aos cofres públicos de R\$ 75.00 por cada kit e seu uso foi largamente incentivado pelos lobistas dos laboratórios que produzem estes medicamentos e pelo Governo Federal nas Redes de hospitais privados e cadeias de farmácias sob o manto do lema de “Tratamento Precoce”. Conforme matéria divulgada em set. de 2020 no jornal Estadão, na tabela de preços definida pelo Governo Federal, a caixa com dez comprimidos de difosfato de hidroxicloroquina (400 mg) custava R\$ 25.00 cada. Já dez comprimidos do antibiótico azitromicina (500 mg) custavam R\$ 35.00. Enquanto caixas com dois comprimidos da ivermectina (6 mg) custavam R\$ 15.00. O “Kit Covid” era composto basicamente por estes 03 medicamentos. Porém, estes medicamentos, tanto separados como combinados não “possuíam” eficácia alguma comprovada no tratamento da nova comorbidade. Mesmo o “Tratamento Precoce” sendo extremamente rechaçado por especialistas das mais diversas áreas e por diversos profissionais de saúde o Governo Bolsonaro insistiu em produzir nos laboratórios do exército, comprar hidroxicloroquina dos países que estavam descartando este medicamento, estocar e distribuir o “Kit Covid” em todo o território nacional. Ademais, ele insistiu a se negar a adotar e a adquirir as vacinas que já possuíam eficácia certificada por diversos órgãos científicos de checagem e que estavam sendo adotadas para imunizar as populações locais nos mais diversos países, tratamento este que ao contrário do “Kit Covid” possuía comprovação científica e que dentro do leque de possibilidades de escolha entre 03 vacinas liberadas pela Anvisa (Oxford/AstraZeneca R\$ 17 a R\$ 28,30; CoronaVac: R\$ 54,00; e Pfizer: R\$ 60,60) possuía um custo total no final de 2020 e início de 2021 entre R\$ 17,00 a R\$ 60,60, ou seja, mais barato aos cofres públicos do que o “Tratamento Precoce”.

Andrèitch Brekhunov e o mujique Nikita entraram na ficção *Senhores e servos* de Leon Tolstói (1828-1910) ou na jornada errante rumo a “Terra de Nod” em que Cain entrou na trama ficcional de José Saramago.

É neste contexto tempestivo e sombrio em que o Brasil, agora já claramente “sem máscara alguma” flana de forma bem despreocupada com os seus acólitos, diga-se de passagem, também fascistas, pois agora o mesmo já não sente mais a necessidade de escamotear a sua sede golpista por morte e miséria de seus inimigos, insiste em intensificar a desinformação obscurantista anticientífica e a “falsificação da ira popular” iniciados em 2013.

Dito isso, temos a clareza que a defesa da promoção da educação e do acesso à cultura letrada pelos filhos da classe trabalhadora deve ser defendido com todo o nosso compromisso político e toda forma de expressão reacionária e contrária a isto deve ser obstada e combatida com todo o arrobo científico que dispomos.

Em nossa compreensão, precisamos tomar muito cuidado com a pouca “luz” que está sendo produzida por estes movimentos negacionistas e fanáticos religiosos que se espraiam feito miasmas cancerígenos em nosso país sendo alimentados constantemente com o mais refinado, despótico e autofágico ódio de classe que, por sua vez, vem secundado por um sem número de tipos de neuroses paranoicas e delirantes de desinformação.

Estes movimentos que estão sendo manipulados por exímios arrivistas da retórica que se aproveitam da fragilidade e da religiosidade da fé popular para mistificar a realidade para as massas inculcam nestas muitas mentes e corações que sobrevivem tão desesperados com o desamparo social uma alienação tão profunda, mesquinha, odiosa e perigosa que estes acólitos do fascismo, assim como os famosos *kamikazes* japoneses fizeram no final da Segunda Guerra (1939-1945), embarcam em uma missão paranoica sem volta em uma espécie de “guerra santa” onde, com efeito, acabam por ignorar as lições históricas mais importantes que os movimentos fascistas e totalitários nos deixaram de suas aplicações práticas na tessitura social.

Assim sendo, a melhor lição que podemos tirar das experiências fascistas e totalitárias para servir de alerta para aqueles que estão completamente alinhados à necropolítica é o fato de que na Alemanha de Adolf Hitler (1889 -1945), na Itália de Benito Mussolini (1883 -1945), em Portugal de António Salazar (1889 -1970), na Espanha de

Francisco Franco (1892 -1975), no Chile de Augusto Pinochet (1915 - 2006)⁹³ ou mesmo durante os regimes autoritários e antidemocráticos das nossas próprias experiências ocorridas durante a Ditadura do Estado Novo (1937-1945) ou da nossa Ditadura empresarial-militar brasileira (1964-1985)⁹⁴, que seria a de que ao final de tudo, quando os poderosos alcançam o seu real objetivo egoísta, assim como fez o deus Saturno na mitologia grega, o ódio costuma devorar os seus próprios filhos.

Por fim, voltando a nossa pergunta que iniciou esta seção e tentar apresentar uma resposta a ela, compreendemos do que foi exposto que, embora ele tenha encontrado resistência sindical e social para tal, pois tanto as sociedades desenvolvidas possuam ferramentas de lutas historicamente construídas pela classes trabalhadora, eram bem assistidas e informadas como os seus sindicatos eram fortes e bem organizados, para o bom êxito da implementação do neoliberalismo nos países de primeiro ele primeiro “queimou a gordura que havia para queimar” para só mais à frente lastimar a própria carne do corpo social algo que no caso brasileiro, um país subdesenvolvido⁹⁵, onde a classe é mal assistida e mal formada, onde os sindicatos começaram a ser desarticulados muito antes de se tornarem um problema para os de cima e por no máximo termos alcançado um espantalho do Estado de bem estar social em um curto período de tempo, certamente não podemos dizer o mesmo, pois em Pindorama, historicamente, por não haver “gordura para queimar”, as classes dominantes começaram a comer logo pela carne e em alguns casos não sobraram se quer os ossos dada a voracidade burguesa.

⁹³ Todos estes regimes totalitários ocorreram, respectivamente, durante os seguintes interregnos: 1933-1945; 1925-1943; 1933-1974; 1939-1975; 1973-1990.

⁹⁴ O Brasil também possuiu um movimento de cariz fascista, a Ação Integralista Brasileira (AIT), que inspirados nas experiências fascistas da Europa e sob o brado de uma palavra de origem tupi, *Anauê* (você é meu irmão), tentaram emplacar o fascismo no Brasil no início da década de 1930 sem bom êxito, pois em 1937 eles foram combatidos e neutralizados por Getúlio Vargas (1882-1945), este que por sua vez, também inspirado nos regimes totalitários europeus, pouco tempo depois, instaurou um regime de Estado ditatorial nos moldes totalitários em nosso país.

⁹⁵ Embora “subdesenvolvido” tenha se tornado um termo um tanto démodé e fora de uso, em alguns casos erradicado da literatura e até proibido de ser mencionado, optamos por mantê-lo em nosso texto por julgarmos que este conceito ainda mantém profunda validade com a leitura do real. Como bem explica o professor Chico de Oliveira em seu texto intitulado de *O ornitorrinco*, o termo “subdesenvolvido” nos é bastante útil pelo fato de ele nos revelar, com o seu prefixo “sub”, que dentro das hierarquias das grandes potências que controlam a divisão internacional do trabalho que a formação periférica se dá de forma desigual e subordinada às grandes potências. Dentro da divisão internacional do trabalho o “subdesenvolvimento” veio a ser, portanto, a “forma de exceção permanente” no sistema capitalista na periferia dos países desenvolvidos e no Sul global, pois o caráter internacional do “subdesenvolvimento”, em sua exceção, reafirma o capitalismo com a coerção do Estado, e é utilizada não apenas nos países de capitalismo tardio, mas de forma reiterada e estruturante desde o pós-depressão de 1930 e com bem mais afinco dentro das crises de acumulação capitalistas que ocorreram dentro dos ciclos de crises cíclicas dentro do contexto maior da crise estrutural.

A emergência da crise estrutural do capital

Em detrimento da crise estrutural do grande capital, que teve seu pleno vicejar nos países do centro capitalista, no terceiro quaternário do século passado, mais especificamente entre 1968 e 1973, impulsionou-se nas décadas seguintes, e que se estendem até os nossos dias atuais, uma série de reconfigurações na morfologia sócio-histórica e sociopolítica em todas as nuances do espectro do ser social na sociedade capitalista.

Esta crise supramencionada, de acordo com o filósofo István Mészáros (2011a), veio em resposta/consequência à crise de sobre-acumulação do que o professor Giovanni Alves denomina de “capital manipulatório”, corroendo de forma autofágica, desde então, e até o presente momento, os poucos coágulos de qualidade mínima de vida que o capital pôde garantir por um certo tempo, pelo menos em alguns locais do globo e para classes sociais muito específicas.

Conforme podemos ver até aqui, sob o *lócus* da teoria marxista, a crise do sistema capitalista, a nível estrutural, é de uma gravidade severa onde, segundo Mészáros (2011a), sem antecedentes em toda a história do capitalismo. Devido à natureza destrutiva, esta põe em risco constante a existência do gênero humano como um todo. Ela arrasta para o seu centro toda a vida social, política e econômica dos países capitalistas, seja este plenamente desenvolvido, subdesenvolvido ou atrasado, para uma espécie de redemoinho de tumultos onde os conflitos das reconfigurações locais e internacionais – incalculáveis e incontroláveis – se fazem presentes, no qual a classe trabalhadora segue sendo jogada de um lado para o outro como pequenos escaleres dentro de um mar revolto.

Assim, ainda consoante ao filósofo húngaro sobredito, o grande diferencial da crise estrutural das demais que lhe precederam, as crises, já denominadas por Marx (2017) de crises cíclicas, é que ela passou a constituir, de forma *sine qua non*, a tessitura do capital, compondo, assim, os próprios elementos constituintes do grande capital ao corroer direitos sociais e trabalhistas da classe-que-vive-do-trabalho (Antunes, 2018) para manter a opulência fáustica da camarilha burguesa.

Seguindo a mesma linha de raciocínio as educadoras Maria Freitas, Maria Mendes Segundo e Ruth Gonçalves e o professor José Santos, em artigo intitulado *O curso de*

pedagogia no brasil sob o escopo do programa de educação para todos (2019), a crise estrutural capitalista se capilarizou em todos os âmbitos da sociedade. Iniciando, assim, um processo de fagocitose e autofágico.

Conforme Freitas [et al.] (2019), a primeira propriedade da crise estrutural é o seu caráter universal, seu espraiamento global, pois ela não se restringe a um campo específico da economia, mas, sim, a todos os segmentos da sociedade; a segunda característica é que a sua escala é de abrangência global. Assim sendo, não é restrita a uma única nação ou continente do globo; sua terceira idiossincrasia é a sua permanência perene, pois desde seu nascedouro, esta passou a compor o *modus operandi* do capital já que mesmo com a passagem das crises cíclicas ela continua fagotizando o tecido social, e, por fim, a sua evolução é silenciosa e sorrateira.

Em sua obra intitulada como *Para além do capital: rumo a uma teoria de transição*, Mészáros (2011a, p. 105) delineia com muita clareza a crise estrutural da seguinte forma

[...] nas últimas três décadas, o capital teve de pôr de lado as “concessões” do Estado de bem-estar social, anteriormente concedidas aos trabalhadores. [...] as alegadas “concessões” faziam parte das dinâmicas da expansão do capital despreocupada e altamente lucrativa do pós-guerra. O insensível espírito do neoliberalismo redefiniu a orientação estratégica da ordem instituída, colocando em prática políticas cada vez mais exploradoras e repressivas, ditadas pela grosseira rotação autoritária do capital e por sua cínica justificação ideológica. [...] (Aspas do original).

Conforme o filósofo húngaro sobredito, a crise que passou a compor o capital a partir da década de 1970 é fundamentalmente uma crise estrutural que surgiu na falência do capitalismo de conseguir superar as suas próprias crises cíclicas. Entretanto, apesar de o capitalismo ter claramente esgotado as suas possibilidades de superação de suas crises epistêmicas, ele não esgotou as suas possibilidades de reinventar-se e assim manter-se ativo. A novidade histórica da crise estrutural torna-se manifesta em quatro aspectos principais:

1. Seu caráter é universal. Em lugar de restrito a uma esfera particular (por exemplo, financeira ou comercial, ou afetando este ou aquele ramo particular de produção, aplicando-se a este ou àquele tipo de trabalho);
2. Seu alcance é verdadeiramente global (no sentido mais literal e ameaçador do termo), em lugar de limitado a um conjunto particular de países;
3. Sua escala de tempo é extensa, contínua, permanente, em lugar de limitada e cíclica, como foram todas as crises anteriores a década de 1970 do capital;

4. Em contraste às erupções e os colapsos mais espetaculares e dramáticos do passado, seu modo de se desdobrar poderia ser chamado de rastejante.

A tese defendida pelo filósofo húngaro supramencionado e igualmente na obra colaborativa do já apresentado Ricardo Antunes com o sociólogo Geraldo Pinto, intitulado de *A fábrica da educação: da especialização taylorista à flexibilização toyotista* (2017), passou, segundo a tríade mencionada por último, a “lioofilizar” (Antunes e Pinto, 2017)⁹⁶ o *Estado de bem-estar social*. Então, podemos depurar do *ethos*, da defesa dos filósofos e dos sociólogos sobreditos, que a nossa singularidade passou a ser eivada pelos traços universais do sistema sociometabólico do capitalismo. Todavia, sobre este acontecimento supramencionado, vale a pena transcrevermos um trecho da obra já referida no início de nossa escrita do professor Ricardo Antunes em que o mesmo coaduna com a tese do professor István Mészáros, que, dada a importância da sua sequência de argumentos, se faz auspíciosa pelo fato de este historicizar a permuta na lógica histórica da economia brasileira acometida na última década do século XX. Sentenciou Antunes (2011b, p. 139)

[...] na viragem dos anos 1980 para 1990, começaram a despontar as tendências econômicas, políticas e ideológicas responsáveis pela [...] onda regressiva e de recuo na luta de classes, o que foi resultado tanto da reestruturação produtiva do capital em curso em escala global, que foi introduzida de modo intenso no Brasil na década de 1990, quando da emergência da pragmática neoliberal que, com a eleição de Fernando Collor de Mello (1990-1992), passou a exigir do Brasil mudanças significativas, segundo o receituário propugnado pelo Consenso de Washington. Esse processo de reestruturação produtiva do capital exigiu do país uma redefinição em relação à divisão internacional do trabalho, bem como sua reinserção junto ao sistema produtivo global, em uma fase em que o capital financeiro expandia-se, afetando fortemente tanto o conjunto dos países capitalistas centrais como aqueles subordinados e dependentes do imperialismo. Foi por isso que, durante a década de 1980, o capitalismo brasileiro começou a vivenciar as primeiras mudanças, como consequência da reestruturação produtiva e de seu corolário, a pragmática neoliberal que deslanchava com força no país. [...] se até então o Brasil permanecera relativamente distante do processo de reestruturação produtiva do capital e do projeto neoliberal em curso acentuado nos países capitalistas centrais, quando essa processualidade chegou ao Brasil, no início dos anos 1990, o fez de forma avassaladora. [...] (Acréscimos do original).

⁹⁶ Como a liofilização não é um termo usual nas Ciências Sociais e Humanas, cabe aqui uma explicação rápida: na química, liofilizar significa, em um processo de temperatura baixa, secar as substâncias vivas. O leite em pó é um leite liofilizado. Referimo-nos, portanto, aqui, a secagem da substância viva, que na empresa é o trabalho vivo, que produz coisas úteis, riqueza material e valor e que contrariamente se reduz no capitalismo na lógica capitalista de gerir o *modus operandi* do Estado que corrói o ato catártico do/no trabalho. Para maiores informações ver Ricardo Antunes e Geraldo Pinto in: *A fábrica da educação: da especialização taylorista à flexibilização toyotista*.

O que por conseguinte nos levou a uma intensificação dos ataques a “classe-que-vive-do-trabalho” (Antunes, 2018), pois, ainda em consonância com o autor supramencionado, podemos concluir o seu raciocínio sobre posto ao ver que

[...] Se nos anos 1980 era relativamente pequeno o número de empresas de terceirização, locadoras de força de trabalho de perfil temporário, na década seguinte esse número aumentou significativamente para atender à grande demanda por trabalhadores temporários, sem vínculo empregatício ou registro formalizado. Essas mutações, por tanto, inseridas na lógica da racionalidade instrumental do mundo empresarial, estão intimamente relacionadas ao processo de reestruturação produtiva do capital, no qual as grandes empresas, por meio da flexibilização dos regimes de trabalho, da subcontratação e da terceirização, procuram aumentar sua competitividade fraturando e fragmentando ainda mais a classe-que-vive-do-trabalho. [...] (Acréscimos do original).

Dito isto de outro modo, enquanto foi possível e lucrativo para os semelhados do grande capital fora mantido o *Welfare State*, claro que apenas em pontos e regiões bem específicas do globo, pois, logo que o Estado de bem-estar social se tornou não lucrativo ou problemático ao *modus operandi* do Mercado, o capital passou a incorrer em uma luta constante e hercúlea pela eliminação dos direitos conquistados pela classe trabalhadora.

A crise estrutural, em razão de sua natureza, traz consequências para todos os complexos sociais, que podem variar desde medidas brandas até as mais nefastas. Portanto, para lançar um olhar assertivo e crítico ao complexo educativo é imperioso um movimento dialético e dialógico entre as esferas econômicas e educativas.

Ademais, o filósofo István Mészáros, em seu livro intitulado *O desafio e o fardo do tempo histórico: o socialismo no século XXI* (Mészáros, 2007) nos diz que a “falsa consciência” presente no sonho ilusório da social democracia de um “sistema híbrido” deve ser rechaçado a fina força visto que esta panaceia liberal “tirada de alguma cartola” não passa de uma sofisticada e cínica sofisma que apregoa um tipo de “falso sistema” onde seja possível “reconciliar o irreconciliável”, ou seja, a promessa de uma harmonia entre o capitalismo com o bem-estar social, a nível mundial, deve ser descartada pelo seu caráter desonesto e enganador.

Haja vista que o capitalismo é incapaz de sanar de forma efetiva os problemas internos de seu próprio metabolismo autofágico, *i. e.*, o capitalismo é incapaz de resolver os problemas de seu próprio sistema, ou seja, ele “se contenta” em apenas “remendar o tecido esgarçado de suas vestes” para manter a queda livre no “cadafalso econômico”. Conforme o filósofo húngaro, a social-democracia apregoa estas “soluções mágicas” por

todo o globo em forma de violência econômica no âmbito social (neoliberalismo) ou de capitalismo grosseiro (regimes totalitários fascistas e/ou ditoriais).

Esta decapitação da subjetividade da classe trabalhadora opera em todos os planos do sistema capitalista. Os ideólogos que acreditam que vivem na era da pós-modernidade e da pós-verdade apontam desesperadamente para o fim da história e de qualquer alternativa ao capitalismo com o mantra de “não há alternativa”, *i. e.* os simpáticos e finórios ideólogos da burguesia identificam o capitalismo como o supra sumo do fechamento da história considerando-o, assim, como trans-histórico. Este fechamento ilusório da história é deliberadamente proposital e tem como escopo a racionalização da “inescapabilidade” da mutilação dos direitos sociais conquistados e a banalização dos indivíduos.

Sob a égide do capitalismo, o controle do tempo humano disponível é minimizado sob o jugo do tempo do sistema capitalista, que tem como escopo reduzir a vida da classe trabalhadora a um conjunto de infinitas decisões instantâneas e solúveis voltadas para a ampliação da extração do “mais-valor”⁹⁷ (mais valor-relativo ou mais valor-absoluto), *i. e.* seu propósito é totalmente voltado para o trabalho alienado, bestificado, estratificado e espoliativo que fomenta única e exclusivamente o lucro e o benefício da rede de interesses imperialistas estabelecidos pelo “pacto trustista” e seus congêneres.

Assim, a classe trabalhadora fica completamente subordinada à “deidade do Mercado” que, por sua vez, visa simplesmente à promoção do valor abstrato. Ademais, o sistema capitalista percebe as terríveis perdas de vidas humanas, a destruição ecológica e a corrosão do social que são próprios da sua compulsão míope da velocidade e da quantidade de extração de mais-valor como meros e acidentais efeitos colaterais. A redução dos direitos conquistados pela classe trabalhadora possui em si o potencial de tornar todo e qualquer trabalho humano em uma mercadoria comum, isto é, o *ethos* capitalista transforma o trabalho humano em algo não qualificado, em algo desqualificado e reificado em desconsideração ao ser humano que o exerce.

⁹⁷ Temos ciência de que a terminologia mais consagrada nas traduções das obras marxianas é “mais-valia” ao invés de “mais-valor”, entretanto, devido uma explicação que nos forneceu a tradutora do termo em uma palestra realizada em 2011 (mais especificamente no lançamento da edição brasileira pela editora Boitempo dos manuscritos de 1857-1858, que foram consagrados sob o título de *Grundrisse*) dada pela professora Virgínia Fontes decidimos adotar o termo “mais-valor” por tê-lo considerado mais fidedigno ao termo adotado por Marx em sua obra. Logo, sempre que fizermos menção a este termo marxiano em nosso estudo de forma genérica adotaremos a grafia “mais-valor”, entretanto, manteremos “mais-valia” se utilizarmos alguma citação direta de algum autor específico que a adote. A palestra de lançamento da obra sobredita pode ser encontrada facilmente em: <https://www.youtube.com/watch?v=Xhds6tHvb08&t=80s>. Acesso em: 28 jan. 2025.

O trabalho ao ser eivado pela lógica capitalista torna-se um não valor pois perde-se a sua candura para criar mais-valor, ou seja, o trabalho converte-se em ato penoso, transforma-se em *labour* para, por intermédio do trabalho abstrato, reificado e alienante, manter o “ciclo do moinho destrutivo” do capital. Por conta disso, a transformação que se processa no “Mundo do Trabalho” – e ao mesmo tempo na economia – exige para completar-se e, assim, chegar a bom termo, reformas abissais que hoje se fazem inadiáveis frente a crise estrutural que dentro de sua lógica autofágica ameaça a vitalidade do trabalho e, com mais rigor, a manutenção da vida.

A natureza dessa reforma é indicada pelas próprias contradições fundamentais do capitalismo despótico que assinalamos anteriormente e que constituem elementos basilares do processo histórico em curso. Trata-se de completar a transição do trabalho penoso e aviltante – a exemplo o trabalho escravo, extinto juridicamente há mais de um século, mas mantido ainda em uma miríade de fazendas, usinas e fábricas clandestinas – para um regime de trabalho efetivo e completamente livre onde a lógica imperativa seja aquela a muito sugerida por Marx e Engels (2010a, p. 59) de que “o livre desenvolvimento de cada um é a condição para o livre desenvolvimento de todos”.

A transformação do modo de produção não diz respeito aos setores da burguesia e dos capitalistas rentistas, mas, sim, à classe trabalhadora, em função de cujas necessidades que dever-se-á reaparelhar o modo societal. E aqui se propõe, finalmente, como conclusão, a forma de realizar este imperativo categórico do proletariado. Será por via do fomento burguês, como defendem alguns bons samaritanos? Será por intermédio de uma revolução democrática-burguesa que abra mão do controle hegemônico global? Evidentemente que não! As reformas necessárias – em primeiro momento são de natureza socialista – são de natureza comunista.

Não é dessa nova fase de destruição do trabalho em que a crise estrutural capitalista nos trouxe que irá se repetir a epopeia do capitalismo em seus anos mais áureos em parte da Europa e nos EUA com que tantas e tantas vezes são apregoadas por forças reacionárias ensejando de nos enganar com o doce sedutor “canto da sereia” burguês. Esse mundo que o liberalismo proporcionou no século XX em alguns poucos países está em vias de desaparecer por completo. As molas propulsoras do capitalismo não funcionam mais para catapultar o capitalismo para “fora do buraco”. Contudo, não

queremos afirmar que já tenha soado o badalo da última hora da burguesia. O capitalismo ainda tem muito a realizar antes de ruir de vez.

Em suma, trata-se de a classe trabalhadora se apropriar do que o capitalismo ainda oferecer de positivo – o desenvolvimento maquínico-informacional e científico – e contê-lo, quando não o suprimir, naquilo que for possível e, por último, ir preparando a cova do capitalismo e os elementos necessários para a futura construção do socialismo.

Neoliberalismo e neoimperialismo: o mito da economia mundializada (globalização)

Como bem afirma Antunes (2005), o pragmatismo neoliberal se espraiou no *terceiro mundo* de “forma dócil”⁹⁸ aos capitais externos, aproveitando-se sempre da concorrência *intramonomopólica*, vislumbrando à modernização capitalista ao preço do sucateamento do capital estatal, destruindo os pequenos e médios capitais e, principalmente, implodindo a tecnologia nacional, permutando-a, assim, por uma tecnologia forânea e abrindo, por fim, o nosso parque produtivo para os trustes que detém o monopólio comercial e das patentes que possibilitam o avanço tecnológico. *Pari passu* a tudo isso, a pragmática neoliberal torna a existência do já enorme e sem nenhum precedente em nossa história contingente de “sub-assalariados” em algo ainda mais miserável e bestializado. Por esta razão, Antunes (2005, p. 17) escrevera que:

[...] Não é demais lembrar que a modernização neoliberal para o Terceiro Mundo penaliza de maneira muito mais brutal e nefasta o mundo do trabalho. Despossuído, dilapidado, desqualificado, o ser social não consegue nem mesmo viver do seu trabalho. Converte-se, em largas faixas, numa classe sem trabalho, que vive da miséria da economia informal. Aqueles que permanecem no mercado de trabalho formal vivenciam níveis de subtração salarial, de superexploração do trabalho que tornam sua cotidianidade marcada pela escassez e pela redução crescente da satisfação de suas necessidades. [...] (Negritos nossos).

Diante do acima citado, também vale lembrar que nesta administração por *management by stress*⁹⁹ laboral, os trabalhadores que demonstraram algum tipo de insubordinação, como forma de disciplinamento, foram lembrados a todo momento do risco

⁹⁸ Embora tenhamos utilizado a palavra “dócil”, é digno de recordação que aconteceram uma miríade de convulsões sociais tentando obstar o avanço do neoliberalismo sobre o social em diversos países. Entretanto, devido a disparidade de poder político objetivo, o arquipélago formado por revoltas em muitos dos países foram vencidas sob o tacão da violência burguesa.

⁹⁹ Administração em ritmo extenuante e altamente intensificado, individual, desigual e combinado dos tempos e ritmos de trabalho, do desenvolvimento técnico, das responsabilidades e dos envolvimentos despóticos das “células de produção”.

do desemprego que como muito bem nos alertou Marx (2010a), o medo da mendicância, das formas mais abjetas e aviltantes de sobrevivência e da morte por inanição submete os trabalhadores a um regime de disciplina eficiente que os obriga a sujeitarem-se a todas as exigências dos capitalistas.

O filósofo István Mészáros, em várias de suas obras, nos assevera que o sistema sociometabólico do capitalismo de nosso tempo tornara-se ainda mais violento e incontrolável do que em qualquer outra época de nossa história em razão do fracasso em substituir a “mão invisível” da antiga ordem reprodutiva pelo autoritarismo voluntarista e despótico das novas personificações do “neo-imperialismo” capitalista. Conforme Mészáros (2007, p. 85) “a cada nova fase de protelação forçada, as contradições do sistema do capital só se podem agravar, trazendo consigo um perigo ainda maior para a própria sobrevivência da humanidade”. Mészáros (2007, p. 86) tinha uma concepção tão acertada sobre essa questão que assim ele definiu a sanha “neo-imperialista”

[...] Dada a atual situação do desenvolvimento, com seus grandes problemas intrínsecos que reclamam uma solução duradoura, somente uma resposta universalmente válida pode funcionar. Mas, não obstante sua globalização imposta, o sistema irreversivelmente perverso do capital é estruturalmente incompatível com a universalidade, em cada sentido do termo. [...].

Ademais, dialogando com o seu parceiro de pesquisa e amigo sobredito, Antunes (2011b, p. 123-124), por exemplo, descreveu de forma certeira o que serviu de base para o efeito do neoimperialismo em sua obra *O continente do labor* da seguinte maneira:

[...] **A globalização neoliberal rompeu com o curso do emprego e da proteção social ampliada, instalada em várias nações do mundo.** Mesmo na periferia do capitalismo, que jamais registrou um patamar de conquista dos trabalhadores equivalente ao das economias avançadas, houve melhorias importantes em relação ao começo do século XX. Atualmente, contudo, a situação se inverteu, com a piora nas condições e relações de trabalho, inclusive no centro do capitalismo. Na periferia, a destruição dos direitos do trabalho tornou-se uma ação quase contínua, especialmente nos governos dóceis à globalização neoliberal. [...] (Negritos nossos).

Dito isso, e dialogando agora com a filósofa e socióloga do trabalho Helena Hirata, em capítulo de livro org. *Globalização e divisão sexual do trabalho numa perspectiva comparada* (2009), podemos afirmar que a “hipermobilidade do capitalismo auto imanente” desaguou no fenômeno denominado pela ciência política de globalização, onde o mesmo, por sua vez, pode ser encarado de forma crítica como um fenômeno polissêmico e multifacetado. O conceito de globalização cumpre uma função mistificadora e de

gentrificação do tecido já bastante puído do “Mercado” em nossa contemporaneidade, onde tanto substitui as noções de desenvolvimento econômico e social quanto mistifica o malogro da divisão internacional do trabalho. Nas palavras de Hirata (2009, p. 146), o conceito de globalização é definido pelos economistas críticos, “a partir da interdependência crescente de todos os mercados nacionais em direção à constituição de um mercado mundial unificado – o que ilustra a tendência histórica à internacionalização do capital”.

Pari passu ao que fora dito acima, houve uma reelaboração na planta produtiva e nos desenhos da divisão internacional do trabalho. Uma sequência de alterações no modo de organizar a produção sociotécnica, onde permutou-se, em alguns lugares de forma parcial enquanto em outros de forma total, os *layouts* na grande maioria das empresas. O professor Ricardo Antunes é enfático ao abordar esta questão no seu livro *Adeus ao trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho* (Antunes, 2010a). Antunes (2011a, p. 23) nos explica de forma categórica logo à frente que,

[...] Em uma década de grande salto tecnológico, a automação, a robótica e a microeletrônica invadiram o universo fabril, inserindo-se e desenvolvendo-se nas relações de trabalho e de produção do capital. [...] O fordismo e o taylorismo já não são únicos e mesclam-se com outros processos produtivos (neofordismo, neotaylorismo, pós-fordismo) decorrentes das experiências da “Terceira Itália” [...] como a experiência japonesa a partir do Toyotismo [...] (Acréscimos do original).

Outrossim, devemos ressaltar o processo que fora fomentado de territorialização, de desterritorialização e de reterritorialização¹⁰⁰ da produção dentre o leque de consequências de continuidade e de descontinuidade em relação ao passado recente que se sucederam ao longo de toda década de 1980 na divisão internacional do trabalho. O renomado geógrafo Bernardo Mançano, ao tratar da questão agrária brasileira em capítulo de livro org. *Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial* (2013), nos desvela que esta conflitualidade entre territorialização, desterritorialização e reterritorialização são inerentes ao processo constitutivo do capitalismo em detrimento do paradoxo gerado por sua contradição estrutural. Conforme Mançano, (2013, p. 179), o desenvolvimento desta conflitualidade acontece simultaneamente à sanha capitalista e consequentemente promove a transformação dos territórios,

¹⁰⁰ Conforme Mançano (2013, p. 204), “O território é um espaço político por excelência. A criação do território está associada às relações de poder, de domínio e controle político. Os territórios não são apenas espaços físicos; são também espaços sociais e culturais em que se manifestam as relações e as ideias, transformando em território até mesmo palavras. As ideias são produtoras de territórios com suas diferentes e contraditórias interpretações das relações sociais”.

[...] modificando paisagens, criando comunidades, empresas, municípios, mudando sistemas agrários e bacias técnicas, complementando mercados, refazendo costumes e culturas, reinventando modos de vida, reeditando permanentemente o mapa da geografia agrária, reelaborado por diferentes modelos de desenvolvimento [...].

Dito isso, vale ressaltar que estas transformações sócio/espacial e políticas do território não é uma exclusividade do Sul global, embora esta informação seja até bem auto evidente aos estudiosos do mundo do trabalho que abaixo da linha do equador as relações de “subtrabalho” sejam assustadoras até mesmo para os defensores do neoliberalismo e a muito já ameaça o sonho de consumo e de vida dos defensores do liberalismo, *i. e.*, desde que o Estado providêncialismo começou a ser dilapidado que “os Campus Elíseos” europeus passaram a conviver com as formas de contratação já bem conhecidas pelas suas “antigas colônias” do Sul global¹⁰¹. Hirata (2009, p. 150) inicia uma reflexão sobre o *apartheid* social europeu dizendo-nos que

[...] a clivagem Norte/Sul que observamos no plano mundial se manifesta, também, na Europa. Dessa forma, por um lado, podemos reconhecer a clivagem entre a o que se tem chamado “Europa dos quinze” e a “Europa dos 25”: nível de empobrecimento e a exacerbão das desigualdades não têm a mesma magnitude nos dois grupos de países: as taxas de desemprego são também desproporcionais em países como a Bulgária, onde podem se aproximar de 35% a 40% para certas categorias e regiões [...] (Aspas do original).

Um pouco mais à frente, Hirata (2009, p. 150) finaliza o seu raciocínio asseverando-nos que

[...] A clivagem mencionada anteriormente entre a “Europa dos quinze” e a “dos 25” é particularmente forte no que concerne à taxa global de *desemprego*, que era, em 2002, de 7,6% para os primeiros e de 14,8% para os últimos. Tal clivagem diferencia também a Europa do Norte, onde as taxas de desemprego são mais baixas, e a Europa do Sul, onde elas são mais elevadas. [...] (Aspas e itálicos do original).

¹⁰¹ Na Alemanha, por exemplo, este tipo de subcontratação e de sub-proletarização que se tornou tão corriqueiro em qualquer parte do mundo, recebeu a pecha de “trabalho indigno” e de “emprego fora do padrão” graças as suas características deletérias e socialmente humilhantes. De acordo com Mattos (2019), o milagre alemão do emprego que se apresenta nos últimos anos oculta a transição da sociedade do pleno emprego para a sociedade da subcontratação. Estas que, por sua vez, ampliam cada vez mais a insegurança nas relações de trabalho, de emprego e de vida. Ademais, para ter acesso a uma análise mais detalhada dos casos: Brasil, Portugal e África do Sul indicamos também a leitura de Braga (2017) e para acessar um conjunto de análises dos casos brasileiro, francês e japonês o livro GUIMARÃES, Nadya Araujo. Trabalho flexível, empregos precários?: uma comparação Brasil, França, Japão / Nadya Araujo Guimarães, Helena Hirata e Kurumi Sugita org. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009. Por fim, para que se tenha uma leitura do caso da Inglaterra indicamos a leitura da obra ANTUNES, Ricardo. Uberização, trabalho digital e Indústria 4.0 / Arnaldo Mazzei Nogueira [et al.]. Ricardo Antunes org. Tradução de Murillo van der Laan e Marco Gonsales. São Paulo: Boitempo, 2020.

Ricardo Antunes, já no primeiro Tomo organizado por ele da coleção de livros *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*¹⁰², no capítulo intitulado *A era da informatização e a época da informalização: riqueza e miséria do trabalho no Brasil* (2006) nos desvela que com as implementações neoliberais na década de 1990 houve uma verdadeira “diáspora”¹⁰³ das grandes empresas tradicionais e de grande porte mundiais sob a alegação da concorrência internacional causando uma dispersão geográfica, buscando níveis mais rebaixados de remuneração da força de trabalho, legislações trabalhistas onde não precisassem se preocupar com os acientes de *labour* e, por fim, de incentivos fiscais ofertados pelo Estado.

¹⁰² Ao todo, a coleção *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*, possui 04 Tomos. Todos editados pelo Editorial da Boitempo ao longo de aproximadamente duas décadas. O Tomo I foi lançado em 2006, o Tomo II em 2013, o Tomo III em 2014 e o último, o Tomo IV, em 2019.

¹⁰³ Além do professor R. Antunes já mencionado, Harvey (2016, p. 79), no tocante a “diáspora estrutural” dos investimentos econômicos e desenvolvimentistas e do movimento dialético e contraditório permanente presentes na trípode da “industrialização”, “desindustrialização” e “reindustrialização” do capital, nos alerta para o fato de que “a longa e dolorosa história da desindustrialização deixou cidades inteiras sem atividade (como Detroit), que por isso viraram um poço de valor perdido; por outro lado, cidades como Shenzhen ou Daca tornaram-se centros de atividade que, para prosperar, exigem investimentos maciços em capital fixo, além de extração de aluguel e *booms* no mercado habitacional. A história do capital está cheia de casos de *booms* e *crashes* em que há forte implicação da contradição entre capital fixo e capital circulante, entre fixidez e movimento. Esse é o mundo em que o capital como força de destruição criativa é mais visível na paisagem física que habitamos. Nem sempre é fácil discernir o equilíbrio entre criatividade e a destruição, mas os custos que populações inteiras são obrigadas a pagar em consequência de desindustrializações, oscilações de valor de imóveis e renda de terra, desinvestimentos e construção especulativa emanam todos da perpétua tensão subjacente entre fixidez e movimento – tensão que, periodicamente e em localizações geográficas específicas, eleva-se a contradição absoluta e, por isso, gera uma séria crise”.

CAPÍTULO 3

PATRÕES DE SI MESMOS OU DÉSPOTAS DE SI PRÓPRIOS?": O MUNDO DO TRABALHO PÓS ASCENÇÃO DO TRABALHO PLATAFORMIZADO

"Só os roçados da morte compensam aqui cultivar, e cultivá-los é fácil: simples questão de plantar; não se precisa de limpa, de adubar nem de regar; as estiagens e as pragas fazem-nos mais prosperar; e dão lucro imediato; nem é preciso esperar pela colheita: recebe-se na hora mesma de semear".

(João Cabral de Melo Neto)

A ode em epígrafe condensa, de modo assertivo e inteligente, uma chave de leitura sobre o *modus operandi* da categoria do trabalho precarizado de um dos nossos mais famosos e traduzidos romancistas e pensadores brasileiros do século XX. Em sua obra *Morte e vida severina*, escrito em Pernambuco, em 1954, João Cabral de Melo Neto (1920-1999) lançou mão neste recurso poético para fazer seu leitor refletir acerca do trabalho explorado e deletério e as condições de precariedade laborativa e social a que a classe trabalhadora é submetida em nosso país. Anuentes com este, lançamos mãos nas palavras deste célebre escritor pernambucano para refletirmos acerca do fato de que a forma deletéria e reificada do fenômeno da relação que se dá entre o homem, enquanto gênero e não enquanto ser biológico individual, e às máquinas na produção capitalista plataformizado, por intermédio da divisão do trabalho estratificado e controlado pelos algoritmos, o ser humano torna-se um apêndice da máquina a qual deveria ele governar e, assim, a força de seu pensamento é absorvida pela memória muscular e incorporada à máquina sua soberana.

Quem é a classe trabalhadora?

Diante da tarefa de apresentarmos uma definição¹⁰⁴ minimamente honesta e ao mesmo tempo minimamente aceitável da então chamada pela tradição marxiana e marxista “classe trabalhadora, devido a compósita e heterogênea identidade que lhe constitui desde o seu auto fazer-se, cabem algumas explicações aos leitores para evitarmos tergiversações e/ou más interpretações de nosso uso desta categoria de análise do proletariado, haja vista que, como o historiador paquistanês Asad Haider deixa bem claro em seu livro *A armadilha da identidade: raça e classe nos dias de hoje* (Haider, 2019), houve um “sequestro da identidade” da classe trabalhadora, como existem muitas definições e subdefinições secundadas por um sem número de interpretações desta, tanto no meio acadêmico quanto nos movimentos sociais.

A guisa de introdução, iremos parafrasear o que disse o comunista alemão Paul Frölich (1884-953), em seu livro, de 1939, *Rosa Luxemburgo: pensamento e ação*, e afirmarmos que distinta de seus representantes é a classe trabalhadora. Ela é incapaz de passar por cima de sua própria sombra que se projeta ao chão já percorrido por ela própria ao longo de muitos anos, pois que para compreender a sua meta a muito já compreendeu que não devemos voltar o nosso olhar para o seu futuro, mas, sim, para o seu passado.

Dito isso, iremos traçar a partir de agora um perfil bem genérico sobre a classe trabalhadora assim como iremos também resgatar a definição marxiana de proletário para melhor grassar a nossa escrita. Como primeiro exercício de erudição para o aprofundamento nesta categoria de análise tão elementar a tradição marxiana e marxista, fundamentados em Mattos (2019, p. 22), quando o mesmo, calcado no filósofo e filólogo russo Mikhail Bakhtin (1895-1975), nos diz que,

[...] “todo signo ideológico, e portanto também o signo linguístico, vê-se marcado pelo horizonte social de uma época e de um grupo social determinados”.

É nesse sentido que podemos entender como Bakhtin enfatizava que a palavra reflete as alterações da vida social, mas não apenas reflete, pois que “o ser,

¹⁰⁴ Vale frisarmos que as categorias marxianas e marxistas clássicas não trabalham com definições estanques no tempo e no espaço, mas, sim, com definições dialéticas, i. e., com definições aproximativas. Logo, o que aqui chamamos de definição se trata de uma chave de interpretação. Haja vista que, conforme Mattos (2019, p. 10), “a defesa da atualidade da crítica e das categorias esboçadas por Marx não significa concebê-las como um conjunto acabado e fechado. Nada é mais distante da complexidade dialética da proposta de entendimento da sociedade engendrada por Marx do que uma doutrina rígida. Prova disso é que, ao longo dos mais de 130 anos desde sua morte, o trabalho de Marx continuou sendo objeto de estudo, reinterpretação e polêmica, mesmo entre aquelas e aqueles que o reivindicam explicitamente”.

refletido no signo, não apenas nele se reflete, mas também se refrata" (Aspas do original).

Logo, para apresentarmos um rápido resgate filológico desta categoria tão cara a Marx e Engels e toda a tradição que lhes seguiu, podemos afirmar que o termo “classe trabalhadora” remonta a ideia de uma fração específica de um conjunto mais complexo e bem maior. Como bem demonstra Prado Junior (2019, p. 127):

Quando Marx e Engels elaboraram sua doutrina de interpretação histórica, encontrava-se a Europa em franca transição para o regime burguês. O capitalismo se desenvolvia aceleradamente, e as revoluções europeias, a começar pela de 1789 e culminando com a de 1848 (da qual participou ativamente o próprio Marx), implantavam nos diferentes países da Europa regimes políticos e sociais compatíveis com as novas formas econômicas do capitalismo. Mas, ao contrário dos revolucionários burgueses que viam na revolução democrática e liberal em curso o termo final da revolução histórica dos povos e países europeus, Marx interpretou-a como simples momento num processo que se prolongaria até desencadear o socialismo. Do capitalismo e do seu desenvolvimento tinha surgido uma nova ordem de contradições, ignoradas pelos teóricos burgueses e que, em substituição à anterior oposição entre nobreza e burguesia, senhores e servos, gerara a de capitalistas e assalariados. Era agora a vez de o proletariado, a nova classe formada nas entradas do capitalismo, assumir a vanguarda da evolução histórica e realizar o passo seguinte na marcha dos acontecimentos: a revolução socialista. (Acréscimos do original).

A início, os primeiros estudiosos da categoria analítica classe trabalhadora a utilizavam para fazer menção às quatro categorias elementares de trabalho, sendo estas: Agricultura, Indústria, Comércio e Serviços, haja vista que, à época, o termo possuía um sentido de categorias específicas de trabalho divergentes com a ordem burguesa que, por sua vez, designava estes por critérios mais arbitrários, isto é, os definia através de parâmetros hereditários, hierárquicos e, por último, de solidariedade.

Se partirmos das primeiras compreensões de classe social dada pelos franceses ao longo do século XIX, veremos que o termo corrente fazia menção a relações entre turmas distintas baseadas em desigualdades. O termo grassava pela seara intelectual e proletária francesa da seguinte maneira: *La classe dirigeante* (a classe dominante), *La classe bourgeoise* (a classe burguesa) ou *La classe ouvrière*¹⁰⁵ (a classe trabalhadora).

¹⁰⁵ Conforme Mattos (2019, p. 23, *apud* D. Bensaïd), o termo “*Classe ouvrière*”, dominante no vocabulário francês, tem uma conotação sociológica propícia a equívocos. Ela designa principalmente o proletariado industrial, com exceção do assalariado de serviços e de comércio, que se submete a condições de exploração análogas do ponto de vista de sua relação com a propriedade privada dos meios de produção, de seu lugar na divisão do trabalho ou da forma salarial de sua renda. Marx fala de proletários. Apesar de seu aparente desuso, o termo é ao mesmo tempo mais rigoroso e mais abrangente do que classe operária”. Conforme Mattos (2019), Marx conhecia muito bem os limites interpretativos da definição francesa e mesmo tendo a usado algumas vezes por considerá-la em alguns momentos excepcionais para definir melhor algumas expressões que considerava inadequadas e/ou inexistentes na língua alemã, Marx não optava por

Entretanto, a própria classe trabalhadora, mais especificamente o proletariado desta época, considerava esta terminologia como uma espécie de pré-nome. Ou seja, eles a viam como uma forma de adjetivo ou como um sinônimo de sua respectiva profissão. Estes a viam da seguinte maneira: “classe dos tecelões”, “classe dos mineiros”, entre outras.

Ao chegarmos também na primeira metade do século XIX, por assim dizer, na forja da classe trabalhadora moderna, na Inglaterra, a terminologia em questão já circulava de forma distinta ao uso francês, ela passa da forma de escrita singular *working class* (classe trabalhadora) para a forma de grafar plural, *i. e.*, ela toma a forma de *working classes* (classes trabalhadoras) tentando circunscrever em um único termo o conjunto de trabalhadores assalariados nas mais diversas categorias de profissão existentes à época.

Calcados agora em Marx e Engels (2010), o primeiro fato que podemos trazer à lume é o fato de que apesar de que a classe trabalhadora tenha sempre mantido uma posição inferior e de subalternidade à dos dominantes, e isso é um ponto identitário inquestionável, a “classe-que-vive-do-trabalho” (Antunes, 2018) não possui uma única pátria, *i. e.*, a classe trabalhadora não vive sob uma única bandeira, não possui uma única história nacional e nem muito menos possui uma única cultura. Entretanto, todos possuem a mesma necessidade de emancipação do tacão burguês e a missão histórica de destruir com as suas próprias mãos o modelo de sociedade dividido em classes antagônicas, *i. e.*, a classe trabalhadora possui a hercúlea tarefa de fazer fenece o Estado burguês e com ele todo o conjunto de contradições que lhe são próprios, embora, infelizmente, alguns ainda não possuam consciência disso.

Dito isso, Friedrich Engels, na sua obra *Princípios do comunismo* – escritos estes que com a colaboração de seu grande parceiro de militância política Karl Marx culminaram na redação da obra magistral intitulada de *Manifesto comunista* – nos oferece uma ótima definição aproximativa do que seria a classe trabalhadora ou, se assim preferir chamá-la, do proletariado. Conforme Engels (1987, p. 13) o proletariado é

[...] a classe da sociedade que tira sua subsistência exclusivamente da venda do seu trabalho, e não do lucro de um capital qualquer, e cujas condições de existência mesma dependem da procura de trabalho, como consequência da sucessão dos períodos de crise e de prosperidade industrial, das oscilações de uma concorrência desenfreada. O proletariado, ou a classe dos operários, é, em síntese, a classe trabalhadora dos dias de hoje. [...].

ela quando podia utilizar sua língua vernacular materna ou mesmo o inglês.

Diante desta primeira definição sintética Marx e Engels (2010, p. 40), usando um pouco mais de tinta, definiram o proletariado já em uma obra mais elaborada como sendo “a classe dos assalariados modernos que, não tendo meios próprios de produção, são obrigados a vender a sua força de trabalho para sobreviver”.

Assim sendo, para que possamos dispor uma definição mais aproximativa possível da identidade da classe trabalhadora atual, visto que existem muitas definições que ora se complementam harmoniosamente e ora se repelem de forma violenta, adotaremos a definição dada por Marx e Engels (2010) à classe trabalhadora e que se seguiu ao longo de toda sua obra, o que por sua vez nos leva a um outro esclarecimento prévio, ou como diria o professor já referido em nossa introdução e em nosso primeiro capítulo de nosso estudo, José Paulo Netto, “abramos então um parêntese”.

Talvez até pareça muito óbvio o que iremos dizer agora, mas vale lembrarmos aos nossos argutos leitores que, embora Marx e Engels fossem, como bons intelectuais que eram, exímios políglotas, o termo “classe trabalhadora” fora originalmente escrito na obra *Manifesto comunista* por Marx e Engels em alemão (*arbeiterklasse*), visto que eles escreviam maiormente – ou pelo menos na grande maioria das vezes – em alemão os seus textos e as traduções das suas obras, tanto as que foram por eles traduzidas e/ou revisadas quanto as que não foram, logo, são *post festum*¹⁰⁶. Assim sendo, esta adoção nos cobra o seu preço para que possamos trabalhar com ela de modo mais assertivo, *i. e.*, a definição adotada por nós exige uma explicação, mesmo que breve, de linguística e de tradução que envolve a definição dada pelo filósofo alemão referido a pouco.

¹⁰⁶ É digno de nota o fato que, conforme Paulo Netto (2015), embora o *Manifesto do partido Comunista* tenha sido impresso em uma pequena tipografia de um senhor chamado J. E. Burghard, gráfica esta situada na rua Liverpool, nº 40, no centro da cidade de Londres, a impressão dos primeiros 3.000 exemplares de um pequeno panfleto com não mais do que 23 páginas que não trazia a identificação dos seus autores e que logo mais iria sacudir o mundo, pois, segundo Ali (2017, p. 11), “o Manifesto é o último grande documento do Iluminismo europeu e o primeiro a registrar um sistema de pensamento completamente novo: o materialismo histórico. [...] Tal texto representou um grande ponto de inflexão na teoria prática revolucionárias dos últimos dois séculos, insistindo, com efeito, que a revolução é consequência inevitável do capitalismo em sociedades industrializadas modernas”. Logo, o *Manifesto do partido Comunista* embora impresso e divulgado primeiramente em solo inglês, fora impresso originalmente na língua materna de Marx, ou seja, a obra em questão foi impressa originalmente em língua alemã onde, por conseguinte, trouxe a designação para a classe trabalhadora de *arbeiterklasse*. Assim sendo, só depois da primeira tiragem do livro que obra foi traduzida para outros idiomas e, assim, se espalhando por todo o globo onde, por seu turno, passou a ser a segunda obra mais traduzida em todo o mundo, pois o número de suas tiragens e de traduções só perdem para o número de tiragens e de traduções da bíblia cristã.

Conforme Antunes (2019)¹⁰⁷, no léxico alemão, não existe a dualidade que nós encontramos nas línguas neolatinas para designar de forma distintiva “classe operária” de “classe trabalhadora”, não foi à toa que Engels (2017) inferiu uma nota explicativa na obra de *O capital* sobre a vantagem da língua inglesa para tal tarefa, ou seja, adotando a recomendação de Engels (2017), classe operária (*labor class*) ou classe trabalhadora (*working class*), *labor class* sendo entendida nas traduções como aquela fração da classe operária em sentido *stricto sensu*, ou seja, aquela franja que é apreendida como a que exerce atividades mais manualizadas e que geralmente trabalha em fábricas na tradição inglesa e *working class* é entendida em sentido *lato sensu*, ou seja, é entendida como a classe trabalhadora no seu sentido mais amplo e, assim, circunscrevendo vários ramos profissionais.

Ademais, para aclarar qualquer lacuna de nossa tentativa de elucidar a questão do termo originalmente utilizado por Marx e Engels ao longo de sua obra magistral, podemos, dada a relevância de sua sistematização, apresentar um pequeno excerto da obra de Mattos (2019, p. 23), onde o mesmo nos diz o seguinte,

[...] Foi justamente quando o conjunto de indivíduos submetidos a uma mesma situação social começou a se autodefinir como “classe trabalhadora”, no singular, que Engels e Marx perceberam a potencialidade transformadora da ação social dessa classe. Não o fizeram por uma clarividência teórica ou analítica, mas porque a linguagem de classe era utilizada por um movimento social – com o qual se identificaram – capaz de causar um impacto político significativo na época.

Marx e Engels trataram, portanto, da classe trabalhadora historicamente existente, que começava a manifestar a consciência de si como classe. Nesse ponto é necessário, além de historicizar o vocabulário, explicar as diferenças de tratamento dos termos referentes à classe em distintos idiomas. Falamos português. Assim como os que falam línguas hispânicas e francês, temos o hábito de usar a expressão “classe operária” – às vezes como sinônimo de classe trabalhadora e outras vezes de forma mais restrita (como trabalhadores industriais). Na língua alemã de Marx e Engels não há expressão equivalente. [...] (Aspas e acréscimos do original).

Ou seja, resumindo em miúdos, não existe o “equivalente” a classe operária no idioma alemão. Então, parafraseando novamente o professor José Paulo Netto, “fechemos então o nosso parêntese e voltemos à nossa exposição”.

Diante do que percebemos até aqui, podemos apresentar uma primeira asseveração sobre a questão da classe trabalhadora que é o fato de que a classe

¹⁰⁷ No aniversário de 201 anos do nascimento de Karl Marx, a Boitempo editorial e a Fundação Lauro Campos e Marielle Franco promoveram uma aula pública, que por sua vez ficou disponível em uma plataforma on-line gratuita, onde fora ministrada pelo professor Ricardo Antunes. O mesmo apresentou uma síntese da vida e do pensamento de Marx intitulada: *Quem foi Karl Marx?*.

trabalhadora não nascera como o sol em uma bela manhã de um grande dia¹⁰⁸. Como bem lembra E. P. Thompson no Tomo I de sua obra *A formação da classe operária inglesa* o seu “auto-fazer-se” fora um processo ativo, direto e carregado de contradições e de superações ao qual mantém dívidas tanto com a ação catártica humana como aos seus condicionamentos, ou seja, a classe trabalhadora esteve presente durante todo o processo de seu “auto-fazer-se”.

A citação que agora vem à baila, embora com pouca brevidade, consegue condensar alguns pontos identitários e constitutivos da classe trabalhadora. Conforme Mattos (2019, p. 15)

[...] se em algumas situações a categoria de análise é construída para tentar dar conta de uma realidade vivida por homens e mulheres com base em parâmetros externos aos referenciais que empregam no cotidiano, em outros momentos as abstrações que utilizamos para analisar a realidade partem de categorias já compartilhadas pelas pessoas de uma determinada época e de um determinado espaço para conferir-lhes um sentido generalizante. A categoria “classe social” e seus correlatos podem ser empregados nesses dois sentidos quando estudamos a história das sociedades humanas. A final, a maior parte das sociedades do passado não se enxergava dividida em classes, mas a dinâmica de seus conflitos sociais pode ser apreendida pelo recurso à categoria classes sociais (e divisão de classes, além, especificamente, de luta de classes). Desde o século XIX, porém, é possível dizer que parcelas expressivas de homens e mulheres que vivem do próprio trabalho passaram a se definir como pertencentes a uma mesma classe, distinta de outra(s). Classe se somou a um repertório de parâmetros de identificação coletivas compartilhadas (compatriotas, cidadãos, membros do mesmo sexo ou gênero, autoidentificações étnico-raciais etc.) para expressar uma desigualdade fundamental. O termo passou a se referir a novas identificações de que formas anteriores de designar as diferentes posições sociais – como castas, ordens, estados, estamentos – não precisam mais dar conta. [...] (Aspas e acréscimos do original).

¹⁰⁸ Vale acrescentarmos a esta informação o fato de que a classe trabalhadora não nascera em um local geográfica e historicamente em específico como se fosse um fruto de uma única nação e falante de uma só língua. Ela não veio ao mundo em uma sacra manjedoura encontrada em uma longínqua terra santa, em um lugar silenciado de voz humana onde o único som e calor encontrado era de origem animal e que nem muito menos recebia ouro, incenso, mirra ou qualquer outro presente no exato momento de ninguém. A classe trabalhadora teve o seu vicejar se apresentando ao mundo anarquicamente. Ela nasceu histórica e geograficamente em vários lugares distintos como um amálgama resultante de muitos povos e de várias nações distintas, em ambientes bem barulhentos de fala humana e cercada por muitos idiomas, costumes vindos de uma miríade de nações onde, também, recebera bastante calor tanto por calefação quanto pelo calor emanava do suor e dos corpos humanos que eram enevoados pela fumaça dos lampiões, dos cigarros de palha ou dos cachimbos, regados a café ou outras tantas bebidas fortes e quentes encontrados em tabernas e *Publics Houses* inglesas (Pub's). Logo, o proletariado não nasceu de um boneco de barro por obra da criação de uma entidade suprassensível que lhe soprou vida pelas narinas, mas, com efeito, como um homúnculo moldado e imantado de vida pela própria mão humana. Embora não possamos indicar o momento exato do “auto fazer-se” da classe trabalhadora, visto que seus autores dispuseram bastante tinta e dispêndio de energia para, com efeito, apresentar o surgimento de uma nova classe, recomendamos aos leitores, respectivamente, o cotejo das obras de K. Marx, F. Engels e de E. P. Thompson intituladas, a depender das traduções, de: *A guerra civil na França*; *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*; e *A formação da classe operária inglesa* (tomas I,II e III).

Ou seja, enquanto categoria analítica o termo classe social circunscreve as diferentes conformações e os distintos conflitos dos vários modelos de sociedades criados pela humanidade ao longo de toda a sua história com base, principalmente, no local em que estes ocupam dentro da cadeia produtiva. Logo, por classe trabalhadora entendemos o fenômeno histórico que se amalgamou a uma série caudalosa de acontecimentos ímpares, que aparentemente não possuíam nenhuma ligação, que tanto transformou o mundo material e já objetificado por todo o conjunto do gênero humano quanto a, de forma singular e genérica, consciência do gênero humano. Diante disso, a classe trabalhadora é fruto de um processo histórico que vem se dando de forma “desigual e combinada” desde o seu vicejar. Entretanto, visto que toda narrativa tem que começar de algum ponto formal, é comum que vejamos apenas as novas relações no início de nossa pesquisa, o que por seu turno nos impele a um mergulho na história do objeto cotejado.

Ademais, mantemos anuência com o entendimento dado por Marx e Engels (2010) e por Engels (2010), entendimento este que fora resgatado pelo historiador marxista E. P. Thompson (1924-1993) em sua obra *A formação da classe operária: a árvore da liberdade*, entre tantos outros autores na tradição marxista, sobre a tessitura nevrágica da classe trabalhadora. Logo, adotamos o termo *classe trabalhadora* e não *classes trabalhadoras*, visto que, no nosso entendimento, *classes trabalhadoras* é um termo descriptivo, *i. e.*, é um termo tão elucidativo quanto evasivo.

O termo *classes trabalhadoras* acaba por reunir muito vagamente um abaloado de fenômenos caudalosos que se dão tanto de forma contínua quanto de forma descontínua, visto que, dentro da heterogeneidade da classe trabalhadora, podemos encontrar uma flutuação em seus partícipes que vão desde o *lumpemproletariado* até as franjas mais bem pagas da classe média, *i. e.*, iremos encontrar na composição da classe trabalhadora desde uma franja de trabalhadores de vida incerta, desregulada, mal remunerada e desprotegida – a exemplo podemos apontar o agente de reciclagem até um trabalhador que mantém um padrão de vida confortável, estável e que recebe excelentes salários, a exemplo podemos apontar os profissionais liberais, tais como médicos e advogados interagindo de forma “desigual e combinada” –, visto que a classe trabalhadora é um construto tanto cultural como um construto econômico. Logo, nas palavras de Thompson (2019, p. 13), “não podemos entender a classe a menos que a vejamos como uma

formação social e cultural, surgindo de processos que só podem ser estudados quando eles mesmos operam durante um considerável período histórico”.

Vale observar que neste amálgama de múltiplas determinações que é a classe trabalhadora que nela, segundo Thompson (2019), matizam-se “civilidade” e “malignidade”, mesclam-se atos de gentileza pessoal humana com a malícia do ódio de classe subjetiva e arbitrária. Se cotejarmos a classe trabalhadora de forma adequada, *i. e.*, se a observarmos de forma abrangente, sem nos furtar o olhar acuído para o movimento dialético e contraditório da história poderemos, com efeito, depurar desta análise padrões de permanência, de ruptura e de superação que estão presentes nas relações sociais, em suas ideias individuais e nas instituições comunais. Grosso modo, a classe trabalhadora é condicionada pela generidade humana *pari passu* a vivência de sua própria história.

Conforme Mattos (2019, p. 7):

[...] A associação entre “classes” e letras (A, B, C, D, E) não é uma invenção dos políticos, sendo feita há muito tempo por institutos de pesquisa, publicitários e empresas em geral para estabelecer uma estratificação dos grupos sociais com base em sua capacidade de consumo. Tal utilização da categoria de análise “classe”, porém, também é compartilhada por cientistas sociais. [...] (Aspas e acréscimos do original).

Diante do supracitado, para um melhor entendimento da flutuação sobre mencionada, traremos logo à frente um quadro contendo a disposição de cada franja de nosso país dispostos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)¹⁰⁹.

Tabela 1 – Divisão socioeconômica da população brasileira com base em seus rendimentos flutuantes mensais

Classes	Valor flutuante de rendimentos mensais
A1	Recebe “+” de 20/salários mínimos por mês
A	Recebe entre 15-20/ salários mínimos por mês
B1	Recebe entre 10-15/ salários mínimos por mês
B	Recebe entre 08-10/ salários mínimos por mês
C1	Recebe entre 04-08/ salários mínimos por mês
C	Recebe entre 02-04/ salários mínimos por mês

¹⁰⁹ O Critério de Classificação Econômica no Brasil é um instrumento elaborado pelo IBGE e é usado para diferenciar a população brasileira e classificá-la em “classes” que vai de A1 a E. Sendo A1 a classe mais alta e E a classe mais baixa. A classificação completa é: A1, A2, B1, B2, C1, C2, D e E. Esse instrumento considera basicamente duas coisas: O grau de escolaridade do chefe da família e a quantidade de certos itens domiciliares, como aparelho de televisão, rádio, banheiro, automóvel, máquina de lavar, empregada mensalista e outros. Os proventos salariais de cada uma, respectivamente, seriam: Classe A, acima de 20 salários mínimos; Classe B, entre 10 e 20 salários mínimos; Classe C, de 04 a 10 salários mínimos; Classe D, de 02 a 04 salários mínimos; Classe E, no máximo 02 salários mínimos. Informações disponíveis, *in*: <https://g1.globo.com/economia/tecnologia/noticia/2019/08/28/uso-da-internet-no-brasil-cresce-e-70percent-da-populacao-esta-conectada.ghtml>. Acesso em: 23 jan. 2025.

D1	Recebe entre 02-03/ salários mínimos por mês
D	Recebe entre 01-02/ salários mínimos por mês
E1	Recebe apenas 01/ salário mínimo por mês
E	Recebe “–” 01/ salário mínimo por mês
?	Lumpemproletariado

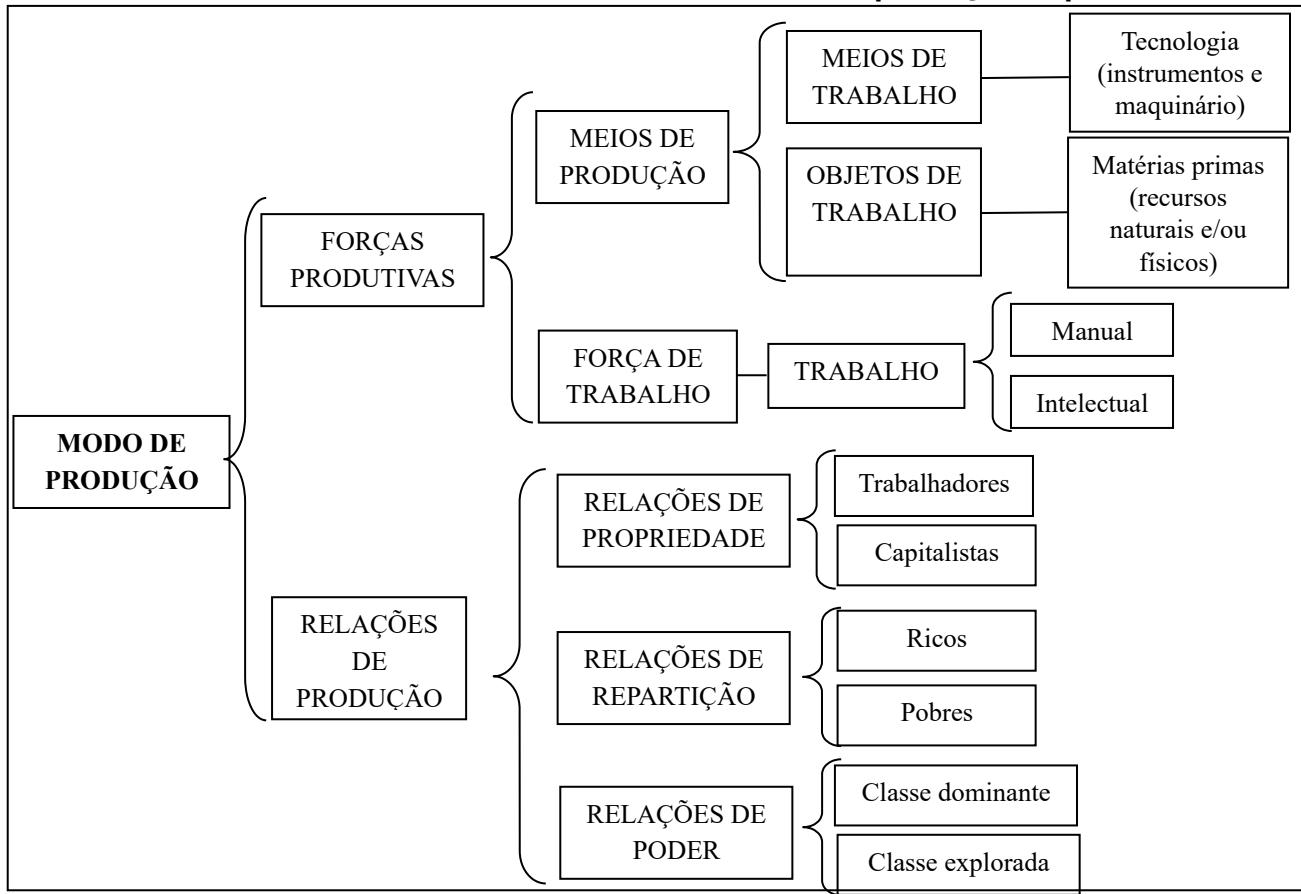
Fonte: Autor (2025). Adaptado de IBGE (2020).

Voltando à discussão inicial, não percebemos a classe trabalhadora como uma mera estrutura social, nem muito menos como uma simples categoria sociológica. Nós a percebemos como algo que se dá efetivamente nas relações do gênero humano. Este conceito que é tão caro a Marx quanto a Engels, e por conseguinte ao marxismo como um todo, traz em si uma relação histórica visto que se detivermos a história em um determinado ponto específico, não haverá uma classe trabalhadora a ser cotejada mas sim um abalado de matizes, um cabedal de indivíduos amalgamados em experiências confusas e dissonantes, ou seja, a classe trabalhadora só pode ser cotejada enquanto totalidade, pois se incorrermos em uma análise particularista cairemos em uma semiologização da realidade e, por seu turno, em um subjetivismo calcado no identitarismo.

A classe trabalhadora sempre está manifesta e encarnada em contextos concretos assim como, também, em pessoas reais. A classe se manifesta a partir das experiências comuns da generidade humana, que por sua vez podem ser relações herdadas de forma privada ou partilhadas de forma comunal, e que articulam a identidade de seus interesses de identidade entre si onde, por sua vez, podem ser contrários a outros interesses. A classe é experimentada, e em grande medida determinada, pelas relações de produção em que os homens nasceram ou que foram alijados de forma involuntária. Como bem frisa Thompson (2019, p. 10):

[...] A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais. Se a experiência aparece como determinada, o mesmo não ocorre com a consciência de classe. Podemos ver uma *lógica* nas reações de grupos profissionais semelhantes que vivem experiências parecidas, mas não podemos predicar nenhuma *lei*. A consciência de classe surge da mesma forma em tempos e lugares diferentes, mas nunca exatamente da mesma forma. [...] (Itálicos do original).

Diante do que fora proposto, sugerimos ao leitor para analisar o quadro explicativo do como se dá a divisão socioespacial no modo de produção capitalista presente logo à frente.

Quadro 10: Divisão sócio cultural do modelo de produção capitalista

Fonte: Autor(2025).

Por conseguinte, como em qualquer outra relação humana ela está circunscrita em um determinado marco histórico e geográfico, ou seja, ela é datada e situada espacialmente. A classe trabalhadora é extremamente fluida e plural e por isso mesmo ela nos escapa de uma definição estanque, restando-nos apenas, como já mencionado, trabalhar com definições aproximativas e dialéticas.

O que seria o ser-propriamente-assim do precariado afinal?

Conceitualmente falando, o precariado é basicamente uma categoria de análise sociológica que provém da Sociologia do Trabalho francesa e que foi cunhada nos idos das décadas de 1980-1990. Dos muitos envolvidos na formulação desta, podemos certamente destacar um dos nomes mais importantes que estavam envolvidos na criação desta categoria analítica – e que fez grasso uso da mesma em seus trabalhos – que foi o sociólogo francês Robert Castel (1933-2013). Além do já mencionado, certamente, aquele que mais se destacou ao utilizar o termo foi o economista britânico Guy Standing.

Inicialmente, o termo foi utilizado por aqueles que estavam tentando dar conta exatamente de um novo processo de morfologização e de crise e esgarçamento da relação da cidadania salarial que era herdeira da era fordista-taylorista e da formação de um novo setor de trabalhadores assalariados que atuavam principalmente no setor de serviços e que eram submetidos a condições de trabalho bem mais precárias e em um terreno bem mais movediço do que os seus predecessores. Esta nova franja que foi pinçada do proletariado, em sua nova morfologia, não mais submetidos a um trabalho com uma certa estabilidade e seguridade, mas, sim, submetidos a relações empregatícias submetidas a contratos temporários, terceirizações, clandestinização do trabalho, ou ao que veio se mostrar mais à frente como a varinha de condão dos ideólogos da burguesia, como a homilia mistificadora burguesa do empreendedorismo. Como bem nos lembra o professor Ricardo Antunes, em várias de suas intervenções (entrevistas, palestras, entre outras), sobre o empreendedorismo, se parafrasearmos Nelson Rodrigues (1912-1980), podemos muito bem dizer que empreendedorismo é uma palavra muito bonitinha, porém muito ordinária, pois ela se manifesta na realidade como ponto ápice do embuste burguês da realidade concreta.

Um desenho bem fidedigno da categoria do precariado, partindo das definições de Marx sobre o proletariado, fora apresentado pelo prof. Ruy Braga, em 2012, na sua obra *A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista*. Em sua análise, ele comprehende o precariado como uma franja nascida no interior da classe trabalhadora, e não um grupo apartado do proletariado ou muito menos uma nova classe, como é defendido por Standing, em seu livro intitulado como *O precariado: a nova classe perigosa*. Braga (2012) identifica o precariado como sendo composto basicamente por trabalhadores relativamente jovens, relativamente escolarizados, sub-remunerados e que estão inseridos em condições que podem ser totalmente ou parcialmente desprotegidas e precarizadas de vida e de trabalho.

Em linhas gerais, o sociólogo mencionado por último definiu o precariado como sendo uma massa de trabalhadores formada por profissionais desqualificados, semiqualificados, qualificados e ultra qualificados onde, na maioria dos casos, entram e saem muito rapidamente do mercado de trabalho cumprindo cada vez mais funções e, assim, seguem também empregando-se em novas funções que são cada vez mais precarizadas. Neste corpo compósito e heterogêneo que compõe o precariado, nós

encontramos desde jovens à procura do primeiro emprego a profissionais já maduros e bem experientes no mercado de trabalho, trabalhadores sub-remunerados e trabalhadores recém-saídos da informalidade para a formalidade ou fazendo o caminho inverso, *i. e.*, saindo da formalidade para a informalidade.

Braga (2012, p. 18) nos chama a atenção para o fato de que “aos nossos olhos, o precariado, isto é, o proletariado precarizado, é formado por aquilo que, excluídos tanto do lumpemproletariado quanto da população pauperizada, Marx chamou de “superpopulação relativa””. O professor Ruy Braga resgata esta categoria de análise marxiana para, confrontando com a posição de Robert Castel e de Guy Standing, fazer uma defesa do uso desta categoria junto a de precariado para uma compreensão mais acertada desta.

Conforme Braga (2012, p. 18), nós devemos apreender a categoria de precariado a partir da categoria de superpopulação relativa adotada por Marx por três motivos básicos e que assim ele nos apresenta:

[...] Em primeiro lugar, ela permitiu-nos localizar o precariado *no coração do próprio modo de produção capitalista* e não como um subproduto da crise do modo de desenvolvimento fordista. Em segundo lugar, ela enfatiza a dimensão histórica e relacional desse grupo como *parte integrante da classe trabalhadora*, e não como um amálgama intergeracional e policlassista que assumiria de maneira progressiva a aparência de uma nova classe. Em terceiro lugar, em vez de retirar arbitrariamente a insegurança da relação salarial, essa noção possibilita-nos tratar a precariedade como uma *dimensão intrínseca ao processo de mercantilização do trabalho*. [...] (Itálicos do original).

Ademais, complementando o que disse a pouco, Braga (2012, p. 19) nos chama a atenção para também diferenciarmos analiticamente o precariado do lumpemproletariado, haja vista que embora o proletariado precarizado e o lumpesinato possuam uma relação muito próxima, devido às condições de vida em que sobrevivem, elas possuem suas distinções particulares. O mesmo defende que o precariado é uma parcela da classe trabalhadora que vive em permanente movimento pendular que vai do polo da possibilidade de exclusão socioeconômica ao polo de aprofundamento de sua exploração laboral enquanto o lumpesinato já está fora desta flutuação¹¹⁰.

A partir do que apresentamos até aqui, podemos ver tanto a precisão quanto a atualidade do que foi afirmado por Marx e Engels em sua obra conjunta, de 1848, *Manifesto Comunista* em nosso contexto contemporâneo. A reprodução ampliada de

¹¹⁰ Mesmo fora desta flutuação do mercado de trabalho, o lumpemproletariado continua dentro da esfera do proletariado. A função do lumpesinato é essencial para o funcionamento do capitalismo, pois este serve para manter os salários a um limite cada vez mais de subsistência.

formas distintas de trabalho penoso e de “combinações esdruxulas” (Oliveira, 2013) cada vez mais complexas de trabalho precarizado conseguiu laçar desde o trabalhador mais simples da escala da produção de mais-valor até mesmo as profissões mais qualificadas. Marx e Engels (2010, p. 42) vislumbraram essa questão da precarização ampliada com muita clareza já em seu tempo e assim a descreveram:

Onde quer que tenha conquistado o poder, a burguesia destruiu as relações feudais, patriarcais e idílicas. Rasgou todos os complexos e variados laços que prendiam o homem feudal a seus “superiores naturais”, para deixar subsistir apenas, de homem para homem, o laço do frio interesse, as duras exigências do “pagamento à vista”. Afogou os fervores sagrados da exaltação religiosa, do entusiasmo cavalheiresco, do sentimentalismo pequeno-burguês nas águas geladas do cálculo egoísta. Fez da dignidade pessoal um simples valor de troca; substituiu as numerosas liberdades, conquistadas duramente, por uma única liberdade sem escrúpulos: a do comércio. Em uma palavra, em lugar de exploração dissimulada por ilusões religiosas e políticas, a burguesia colocou uma exploração aberta, direta, despudorada e brutal.

A burguesia despojou de sua auréola todas as atividades até então reputadas como dignas e encaradas com piedoso respeito. Fez do médico, do jurista, do sacerdote, do poeta, do sábio seus servidores assalariados.

A burguesia rasgou o véu do sentimentalismo que envolvia as relações de família e reduziu-as a meras relações monetárias. (Aspas do original).

Dito isso, percebemos que para a tarefa de apresentarmos aos leitores uma definição genérica de precariado mais aproximativa do concreto isso nos leva a uma outra tarefa que seria a de diferenciá-la, também, dos setores profissionais, *i. e.*, fazer uma distinção entre o ganho e condições de trabalho a que são submetidos os grupos mais qualificados, mais bem remunerados e que possuem uma estabilidade relativa ao seu oposto, ou seja, compreender o precariado como sendo, também, a parcela mais mal remunerada e estratificada do proletariado urbano ou do trabalhador agrícola que flutuam entre o pauperismo e o lumpesinato.

Ou seja, nós podemos dizer que o precariado é basicamente composto por trabalhadores das mais diversas áreas e segmentos estratificados do trabalho (médicos, advogados, professores, eletricistas, babás, entre outras) onde alguns, pelo fato de não possuírem qualificações específicas ou terem alcançado um ponto de maior dispêndio empregatício, tendem a entrar e a sair muito rapidamente do mercado de trabalho, assim como cair em seu extremo oposto.

Dito isso, vale acrescentarmos ao nosso texto a informação apresentada pelo prof. Ruy Braga e pelo procurador do trabalho Tiago Cavalcanti (2021) – após analisar alguns documentos da Organização Internacional do Trabalho (OIT) – de que em um espaço de

tempo de 06 anos, que foi de 2008 a 2014, ocorreram, em nível mundial, 642 reformas nos sistemas de regulação do trabalho e de proteção laboral em 110 países. Em praticamente todos estes casos, o que a Sociologia do Trabalho pode encontrar ao analisar este conjunto de mudanças laborais foi um chancelamento do que já se materializava na forma dos trabalhos clandestinados (agudização da piora nas condições de trabalho e, principalmente, na proteção dos trabalhadores regularmente contratados).

Via de regra, esta clandestinização ou precariamento da classe trabalhadora costumava recair sobre trabalhadores, geralmente, semiqualificados ou não qualificados, já hoje em dia esta condição atinge todos os postos de trabalho, mesmo os mais qualificados e bem remunerados, tal qual Marx e Engels (2010, p. 42) aviam denunciado. Assim sendo, no precariado, encontramos principalmente jovens que concluíram a Educação Básica ou não e que estão à procura do seu primeiro emprego – o que no caso de um país como o Brasil, no mercado formal de trabalho, é algo muito difícil de conseguir – e, assim, acabam sendo absorvidos pelo setor de serviços ou comércio ou no mito do empreendedor. E, somando a estes, encontramos um setor da classe trabalhadora já bem encalhada e que basicamente está submetido a diversas condições degradantes de trabalho e também subremuneradas.

Contudo, seguindo uma lógica inversa, os trabalhadores qualificados ou mesmo que possuem qualificações especiais não ficam de fora desta estratificação. Como bem demonstra o professor Giovanni Alves, em seu documentário lançado em 2017 e intitulado *Trabalho docente, trabalho doente*¹¹¹, mesmo entre os professores efetivos de grandes universidades públicas de nosso país é muito comum encontrarmos os mesmos trabalhando na lógica do trabalho por demanda e em péssimas condições de trabalho. Esta franja tem o seu *labour* controlado pela lógica de resultados e produtivista, algo que se manifesta com muito mais virulências nas Instituições de Ensino Superior (IES) privadas. Quem também nos apresenta algo bem semelhante é o prof. Ricardo Antunes, logo na apresentação de seu livro, publicado em 2018, *O privilégio da servidão*, nesta apresentação de seu livro, Antunes (2018) denuncia o fato de professores serem vampirizados pela lógica de produção asfixiante e taylorizada de artigos, *papers*, etc.

Ademais, tornou-se até “senso comum”, em nossa contemporaneidade, encontrarmos uma plethora de pessoas que concluíram o ensino superior ou que possuem

¹¹¹ Documentário disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3UR8eO3qaSY>. Acesso em: 07 jan. 2025.

especializações distintas trabalhando no setor de serviços ligados aos “algoritmos flutuantes” da *gig economy* (capitalismo de plataforma), como por exemplo pessoas com educação superior (Graduados, Mestres, Doutores e Pós-Doutores) exercendo atividades de organização, logística ou de entregas no *Amazon S.A* e no *Amazon Mechanical Turk* ou como motoristas e/ou entregadores na *Uber* ou na *Uber Eats*, entre outras. Esta parcela cada vez mais significativa da classe trabalhadora fez “cair por terra” a antiga cantilena que dizia que somente as pessoas sem qualificação alguma ou que não “se reciclavam” é que estavam de fora do mercado de trabalho formal.

Para além de trabalhadores “não qualificados” já mencionados, onde alguns já estão “beirando” as condições de vida do lumpemproletariado, uma fração do precariado é composta por trabalhadores extremamente qualificados onde muitos destes nunca nem conseguiram realizar as funções para que se especializaram – algo muito comum entre as pessoas recém-formadas em basicamente todas as graduações – ou até que atuavam em sua área de formação mas – o que “costuma” ocorrer junto ao surgimento dos primeiros fios de cabelos grisalhos e leves rugas no rosto/por volta dos 40 anos de idade – que já foram alijados, para lembrar a expressão de Karl Polanyi (1886-1964)¹¹², do “moinho satânico” capitalista de moer gente. Muitos destes com pós-graduação, diga-se de passagem.

Um bom exemplo do que dissemos por último é o caso do Dr. Maycol Vargas, um jovem de 33 anos que, logo após se graduar em engenharia aeronáutica e concluir o seu Mestrado e Doutorado em Engenharia e Tecnologia Espacial no Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), em 2020, se viu na infeliz condição que abraça muitos dos doutores recém-formados em nosso país que é a de desemprego da profissão. Desempregado, sem perspectiva de inserção em sua área e após se candidatar até para vagas de serviços gerais em algumas empresas de sua cidade, Maycol achou como única saída prática vender doces por *delivery* e a sobreviver sem o salário devido a sua área de formação que é de R\$ 13.000 no início da carreira com uma renda que flutua entre R\$ 400

¹¹² Polanyi foi um importantíssimo sociólogo francês do séc. XX e que influenciou toda uma geração de sociólogos. O termo *moinho satânico* foi utilizado pelo autor em sua obra intitulada de *A grande transformação: as origens de nossa época* (Rio de Janeiro: Compus, 2000). Obra disponível em PDF em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/262942/mod_resource/content/2/A_grande_transformac%CC%A7ao_as_origens_de_nossa_epoca_Polanyi.pdf. Acesso em: 07 jan. 2025.

a R\$ 500 por mês em uma cidade dos estados mais caros de nosso país que é o caso de Pindamonhangaba-SP¹¹³.

Enquanto a burguesia dança em torno do bezerro de ouro do capitalismo de plataforma condena todas as ideias que não possam ser incorporadas e, assim, convertidas em mercadoria e subordina a classe trabalhadora – em todo o seu espectro – ao absolutismo do cálculo mesquinho. Essa orgia da nova fase de acumulação capitalista, que em muito se assemelha com as formas de acumulação primitiva capitalista descritas por Marx no capítulo 24, do Tomo I, de *O capital*, é celebrada no lombo de uma classe trabalhadora que cumpre jornadas de trabalho servis que vão se medrando 07 dias da semana de 12, 14, 16 e, em casos mais absurdos, de 19 ou mesmo 20 horas diárias e não tendo proteção alguma do Estado contra a espoliação da condição humana do capitalismo de plataforma.

Então, a rigor, para definir o precariado nós levamos em conta dessa categoria os setores não qualificados e os mais qualificados, os setores profissionais da classe trabalhadora e os setores empobrecidos, submetidos ao pauperismo e, consequentemente, ao lumpesinato. Então, essa é a definição, digamos, em termos gerais do conceito de precariado.

Crônicas de uma morte anunciada: adoecimento e precarização do trabalho

Conforme viemos percebendo nas falas dos vários especialistas da Sociologia do Trabalho que embasam esta pesquisa, das muitas formas de manifestação de comorbidades as doenças advindas do sofrimento psicológico humano, em especial a depressão, são a maior causa do afastamento dos trabalhadores de seus postos de emprego no mundo. Estas doenças, causadas principalmente pelo alto nível de *stress* do ambiente laborativo, por uma elevadíssima sobrecarga de trabalho e, por último, por uma forte imposição de metas e de tarefas inalcançáveis a serem cumpridas são as principais causas do adoecimento no trabalho. Cavalcanti (2021, p. 70) realizou uma análise

¹¹³ Entre o interregno de 2019-2020, o número de trabalhadores com ensino superior subutilizados passou de 2,5 milhões para 3,5 milhões em nosso país, um aumento de 43%. Já na população em geral, considerando todos os níveis de qualificação, os subutilizados passaram de 26,1 milhões a 32 milhões neste mesmo ínterim, um crescimento de 23%. Para maiores informações acerca da subutilização da força de trabalho no Brasil neste período acesse a matéria na íntegra em: https://www.bbc.com/portuguese/brasil-57035017?fbclid=IwAR1a5drdpfJebbVRVo_cVnxsSSOa1QWCsqVGiX8UkuRdHa86a2NiWNU7v9k. Acesso em: 07 jan. 2025.

minuciosa sobre o adoecimento físico e mental em diferentes espaços laborativos e de modo bem vívido nos propôs o seguinte:

No Brasil, o adoecimento no ramo de abate de suínos e aves é assustador, causando patologias de todas as espécies, sobretudo traumatismos, distúrbios, síndromes, doenças osteomusculares e lesões por esforços repetitivos, tais como sinovites e tenossinovites (lesões inflamatórias de tendões dos membros superiores), mialgias (dores musculares), dentre outras, todas decorrentes da exposição de trabalhadores a posições uniformes, gestos repetitivos e ritmo intenso de trabalho.

De fato, é manifesto que a *repetição* dos frigoríficos, a *exaustão* do corte da cana, a *penosidade* da mineração, a *sobrecarga* da construção civil, etc. são fatores que geram danos à estrutura física dos trabalhadores. Mas o adoecimento do corpo decorre não apenas das especificidades estafantes das atividades desenvolvidas: ele varia também conforme o tipo de organização do trabalho. Até mesmo atividades que demandam a utilização de menor esforço físico e realizadas em ambientes aparentemente livres de risco causam lesões e enfermidades que variam de acordo com as formas de gestão e administração e as coerções delas decorrentes. O setor de *call center* e *telemarketing*, que tanto cresceu nas últimas décadas, pode servir de exemplo. Os teleoperadores trabalham em baias que os separam e isolam, e sofrem rígida vigilância dos supervisores, que controlam produtividade e tempo médio de atendimento, deixando-os em permanente estado de ansiedade. Baixos salários, alta rotatividade e frequentes maus-tratos são práticas que remetem ao velho regime fabril despótico, agora revigorado pelas terceirizações e pelas subcontratações. Tudo isso, aliado ao uso contínuo de fones de ouvido em ambientes ruidosos, à utilização ininterrupta da voz, geralmente em elevada entonação, e à frequente limitação no uso do sanitário, vem causando graves enfermidades profissionais, tais como perda auditiva, inflamação na laringe, rouquidão e infecção urinária. (Acréscimos e itálicos do original).

Recorremos a essa citação sabidamente longa por entendê-la de suma importância em nossa exposição, haja vista a mesma ser bem assertiva em sua apresentação do que podemos compreender como sendo uma *fusão* da precarização com o adoecimento laboral. Embora Cavalcanti tenha se dedicado a casos brasileiros, por certo, angústia, inquietação e assédio moral, hoje em dia, fazem parte do cotidiano de muitos dos trabalhadores, independentemente da profissão e parte geográfica do globo, graças a desterritorialização do “Terceiro Mundo”.

O medo de perder o seu emprego, e assim cair no cadasfalso sem fundo do desemprego, é apontado como a principal causa do estresse e dos demais transtornos psicológicos. Porém, mesmo com a vasta literatura disposta pelos sociólogos do trabalho, psicólogos e jornalistas que se debruçaram sobre esta temática apontando os reais motivos da classe trabalhadora está adoecendo, “as empresas” se negam a assumir as suas responsabilidades sobre esses processos, como por exemplo os textos que compõem os 4 tomos da coleção *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*, esta que, por sua vez, fora organizada pelo prof. Ricardo Antunes, as análises minuciosas do

adoecimento da psiquê dos trabalhadores presente em Safatle, Silva Junior e Dunker (2021), ou mesmo na obra, da jornalista Jessica Bruder, de 2017, *Nomadland: sobrevivendo na América no século XXI*. Nestas obras mencionadas é possível percebermos que o trabalho precarizado já é uma condição estruturante da legislação trabalhista nos países desenvolvidos e nas grandes potências, principalmente no estômago da besta (EUA).

Dito isso, caímos em dois dilemas elementares. Mas, afinal, como lidar com a pressão laboral e nas relações trabalhistas sem adoecer? Por que a classe trabalhadora está adoecendo? Tentando responder esta dupla inquietação manifestamos que, em nosso entendimento, para compreendermos o que está se passando dentro das relações de trabalho primeiramente precisamos levar em consideração o processo de mundialização neoliberal e, assim, o como ele se imbricou as relações de trabalho, pois este processo se espalhou feito um miasma cancerígeno pelas relações de trabalho, em nível global, desde o final da década de 1970 e início da década de 1980.

Embora as relações de trabalho já viessem evoluindo de forma venal para a classe trabalhadora desde a grande 1^a “revolução da máquina” e certamente com os ciclos de intensificação do trabalho postos em prática graças às 2^a e 3^a “revoluções maquínicas”, este, seguramente, é o marco do aumento exponencial do adoecimento do trabalho. Esse processo de globalização do sofrimento humano e esfacelamento psicológico (ansiedade, depressão, *Burnout*, entre outras), veio acompanhado com novas formas de reorganização do trabalho e que, por sua vez, estavam associadas a novos modelos de gestão do trabalho. Em linhas gerais, esses novos modelos de gestão do trabalho neoliberal estão bastante ligados a metas inalcançáveis, que por sinal mudam o tempo todo.

Então, a pressão sobre o trabalho, e sobre os trabalhadores se amplificou de uma maneira nunca vista em nossa história. Em todas as pesquisas sérias sobre o Mundo do Trabalho atual é notório que a humanidade nunca trabalhou tanto. Ou seja, nunca houve uma taxa de extração/produtividade de mais-valor e de estratificação do trabalho tão alta como a que possuímos hoje. Em nossa contemporaneidade, a classe trabalhadora vive com uma sensação permanente de esgotamento e de estafa, tanto física quanto mental, motivo pelo qual fez com que os diagnósticos de *Síndrome de Burnout* tenha se tornado um dos diagnósticos clínicos mais comuns de nosso século ao redor de todo mundo. Os níveis tétricos de pedidos por afastamentos por conta de *Síndrome de Burnout* foram tão

alarmantes nos últimos anos que, em janeiro de 2022, a Organização Mundial de Saúde (OMS) se viu obrigada a incorporar a *Síndrome de Burnout* junto às doenças ocupacionais do trabalho.

O senso comum de praticamente todas as relações de trabalho modernas é de que o trabalhador não consegue dar conta das coisas que tem para fazer, de estar sempre atrasado com tudo e, assim, de estar sempre sendo cobrado por fazer mais e mais ainda do que já se faz, pois vivem no tacão da violência passiva que diz que “você tem que dar conta, pois se você não der tem quem dê!”.

E é nessas condições em que a classe trabalhadora vem cada vez mais desenvolvendo o seu *labour*, em funções que levam cada vez mais a doenças do tipo ósseas musculares (osteoporose, reumatismo, entre outras), doenças neuromusculares (fibromialgia, esclerose lateral amiotrófica-ELA, entre outras) e a doenças nervo musculares (lesão por esforço repetitivo-LER, distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho-DORT, entre outros). Todas estas doenças mencionadas estão diretamente ligadas com a intensidade e a produtividade do trabalho.

Na maioria das vezes, as doenças laborais resultam em lesões físicas, transtornos psicossomáticos, surtos mentais, depressão, ansiedade, síndrome do pânico, entre tantas outras psicopatologias. Ou seja, tudo que se dá dentro das relações de trabalho extratíficantes são gatilhos de ativação e desencadeadores das doenças físicas e do próprio adoecimento mental. A melhor explicação para esta condição de aviltamento é o fato de nós vivermos numa sociedade em que cada vez mais as pessoas se sentem inseguras o tempo todo, pois independentemente do ramo de trabalho não há mais segurança do que vai ser a vida do trabalhador na próxima semana, quiçá daqui a seis meses ou mesmo daqui a um ano, pois a contrapelo das condições de projeção de parte da classe trabalhadora do passado, onde podia-se planejar a vida anos à frente, no momento em que vivemos, ninguém tem esta garantia e, assim, vivem o seu *carpe diem* de cada dia.

Ou seja, no contexto histórico em que nós vivemos, ninguém¹¹⁴ tem a garantia de que vai estar trabalhando daqui a dois ou três meses quanto mais daqui a 05, 10 ou mesmo os 35 anos consecutivos exigidos para a aposentadoria. Embora o Brasil não seja um caso isolado na América Latina, pois a sanha imperialista vem corroendo a segurança social em todos os países. No caso específico brasileiro, encerrando o ciclo de contrarreformas iniciadas com o governo do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e que foram aprofundadas pelo governo do Partido dos Trabalhadores (PT), desde 2019 (Reforma trabalhista) e 2020 (reforma da previdência), estamos à deriva de praticamente segurança e de perspectiva no futuro.

Graças a última versão nefasta da legislação trabalhista, a flexibilização intensificou-se ainda mais. Os contratos de trabalho, pautados na lógica da produtividade, saíram da exceção para a regra. Vale ser ressaltado que já antes da última contrarreforma nós já trabalhávamos absurdamente em jornadas extremamente extenuantes em um pós de trabalho ou muitas das vezes em segundas ou terceiras jornadas de trabalho, que faz com que o além do trabalho principal o trabalhador arranja bicos para poder dar conta das despesas do cotidiano, da família, etc.

Essa forma de precarização do trabalho se expressa basicamente de duas formas, por um lado a precarização propriamente dita das relações de trabalho, ou seja, a precarização dos contratos de trabalho e por outro lado na mistificação do trabalho explorado. Um bom exemplo disso podemos encontrar facilmente nas universidades quando vemos levas de alunos indo assinar os seus contratos de estágio. Geralmente pautados na Pedagogia da prática, as relações de estágio costumam possuir toda uma “mística hipnótica” que segue dizendo ao estagiário que adequando-se a ela “ele vai conseguir ir para o mercado de trabalho”, que assim “ele vai aprender na prática antes mesmo de se graduar”, que “ele vai aprender como é desenvolvido o seu trabalho”, etc. Contudo, os contratos de estágio possuem em seu escopo um elemento muito forte de precarização do trabalho também.

¹¹⁴ Novamente aqui podemos lembrar o fato de que nós até podemos encontrar alguns casos ou outros de trabalhadores que não vivem nesta “corda bamba”, como é o caso de alguns poucos funcionários públicos antigos. Entretanto, também lembramos que junto a onda privatista neoliberal que vem reduzindo drasticamente o número de funcionários públicos como um todo nos últimos concursos públicos o número de ingressos é cada vez mais reduzido e as condições de ingresso são cada vez mais movediças e fáceis de esborramento. Assim, estes casos excepcionais servem “apenas” para confirmar a regra e não a exceção que é a de que a maior parte da classe trabalhadora vive permanentemente em um terreno movediço e na insegurança do amanhã, tendo, assim, que penhorá-lo todos os dias.

Não é incomum encontrarmos os estudantes dizendo que vão estagiar nas empresas, mas que na verdade, acabam desenvolvendo atividades dentro dessas empresas que são compatíveis às atividades de um trabalhador que deveria ter sido devidamente contratado com todos os direitos e com o salário compatível com o da categoria. As empresas costumam contratar este serviço pelo seu baixo custo para a empresa. Então, se contrata trabalhadores qualificados, estudantes universitários, como contratados precários. Ou seja, os estagiários acabam cumprindo a função de alguém que deveria ser estável.

A corrida para o fundo do poço: vamos para “uberlând”!

O ciclo de crises auto imanentes do capitalismo, o desenvolvimento tecnológico, maquínico e informacional que se acumularam ao longo dos últimos 200 – eventos estes que foram catapultados pela agudização da crise estrutural do capitalismo que explodiu em 2008 – tornaram possível algo sem precedentes em nossa história moderna. O processo que mencionamos a pouco deu a oportunidade, para que a burguesia pudesse embarcar em uma nova fase de acumulação espoliativa e a classe trabalhadora saísse em partida em uma corrida para o fundo do poço, *i. e.*, para condições mais precarizadas, desprotegidas e abjetas de trabalho estratificado nunca vistas.

Desde pelo menos a segunda metade do século XX, após um ciclo de guerras em níveis locais, continentais e de duas em nível mundial, respectivamente, 1914-1918 e 1939-1945, o capitalismo entrou em uma nova fase de “acumulação de rapina” (ou acumulação primitiva primária), onde para manter-se operando segue rapinado os recursos naturais dos países que estão de fora do grupo dos países imperialistas e promovendo ciclos autofágicos em direitos trabalhistas e segurança social alcançados durante os anos áureos do estado de bem estar social nos países desenvolvidos. Um bom exemplo desta feita são as muitas incursões das “missões de paz” no Oriente Médio e a grande preocupação com as “ditaduras comunistas” que se deram nos últimos anos na América Latina ou no Estado operário burocratizado que fora implementado na URSS no período estalinista (1924-1953), haja vista que nestes dois exemplos apresentados encontramos países com grandes reservas de petróleo, jazidas de minerais, territórios geograficamente estratégicos, etc., que brilham feito madrepérolas aos olhos do Mercado.

Ademais, para manter-se estável, o capitalismo seguiu vampirizando os serviços públicos em todo o globo, porém com bem mais afinco nos países periféricos. No caso do Brasil, a década de 1990 foi o laboratório do ciclo de privatizações do setor público, da canibalização da capacidade produtiva brasileira e de transferência de capital nacional para os países imperialistas. Nesse processo de precarização e de mercadorização do serviço público (ou acumulação primitiva secundária), atividades que eram antes realizadas com vistas em seu valor de uso (tais como saúde, educação, etc.) foram tão padronizadas, dilapidadas e liofilizadas que passaram a ser financeirizadas, *commoditizadas* e negociadas para a obtenção de lucros e, assim, apropriadas pelo espectro “encarnado” do capitalismo: o Mercado. O coroamento de tal processo é a promoção de transferência de riqueza do Estado chupinhado em níveis colossais para os países imperialistas, algo que chega nas “Metrópoles capitalistas” na forma, mistificada, de criação de riqueza.

Assim sendo, para se manter ativo, principalmente o capitalismo rentista, transformou o valor de uso em valor de troca, ou mais precisamente, permutou-se os valores de uso não mercadorizados até então em valores de uso mercadorizados e assim dando-lhes um valor de troca no mercado. As condições dessa razoabilidade são resumidas por Huws (2017, p. 292) da seguinte maneira

[...] Associado a essa nova tendência estava um grande processo de reorganização das cadeias de valor. Facilitada por uma combinação de políticas comerciais neoliberais e a ampla introdução das tecnologias da informação e da comunicação, que torna mais fácil realocar as atividades econômicas e gerenciá-las remotamente, a década anterior presenciou uma aceleração da tendência a modulizar processos empresariais, de tal forma que eles possam ser reconfigurados em uma variedade de permutações e combinações contratuais e espaciais. No final da década de 1990, a “terceirização offshore” ainda parecia um experimento arriscado. Uma década depois, passou a ser uma parte tão normal dos negócios que os gerentes estadunidenses e europeus tiveram de justificar por que *não* abriram *call centers* na Índia, centrais de serviços na Rússia, ou estúdios de *design* no Vietnã, ao lado de suas instalações de produção na China. [...] (Aspas e itálicos do original).

Dito isso, percebemos que da década de 1990 para cá, o Brasil, então, “foi só ladeira abaixo” no que diz respeito a estabilidade e a pouca proteção da classe trabalhadora em todos¹¹⁵ os ambientes laborais. A última década marca bem precisamente

¹¹⁵ Como sabemos que trabalhar com o termo “todos” é sempre delicado, pois por definição este abrange em seu escopo a totalidade de coisas ou de situações quando usado, o seu uso e por conta disso o mesmo nunca está livre de relativização, haja vista que é possível o encontro de uma ou outra situação excepcional que deslegitime o uso do termo. Então, frisamos que pode até ser encontrado algum ramo profissional (público ou privado) que melhorou ou que ainda está melhorando, mas esta situação possível, por se tratar

a chegada em nosso país de um novo modelo de subcontratação laborativa bem mais venal do que se gestava e que, apesar de ter encontrado uma certa dificuldade jurídica e de logística de início para a sua implementação, em pouco tempo, tornou-se o principal modelo de subcontratação do segmento de trabalho da e-commerce. 2014 é o ano em que a Uber chega ao Brasil e, assim, o modelo de gerenciamento laboral que, seguindo a tendência mundial, virá a se tornar a ponta de lança do mercado de trabalho brasileiro. Essa nova divisão global do trabalho emerge em nosso país trazendo em seu corolário novos padrões de precarização nas relações contratuais e, principalmente, novas configurações corporativas e setoriais.

A partir do modelo de gerenciamento algorítmico de trabalho da Uber mais e mais atividades econômicas do setor de serviços foram sendo subsumidas por este modelo de trabalho precarizado, tornando-se, assim, atividades muito mais movediças para o proletariado e muito mais atraentes para os capitalistas que embarcaram na onda das *empresas aplicativos*. A medida em que foram surgindo novas *empresas de plataforma* ligadas a *gig economy* (economia de bicos) e da *lean platform economy* (economia de plataforma enxuta), grandes companhias entraram em um duplo processo gerencial onde, de um lado, encontramos uma agregação dos interesses orgânicos aos capitalistas e, diametralmente, encontramos um forte processo de fagotização nas relações de trabalho, embaralhando e ré-embaralhando as suas atividades em novas combinações¹¹⁶.

Essa organização da sociedade pautada na “flutuação algorítmica” que está levando a classe trabalhadora a jogar o jogo da roleta russa “viração” vem corroendo cada vez mais o caráter da sociedade e levando ao declínio do homem público graças as variadas formas de “tiranias da intimidade”¹¹⁷. A vida algorítmica vem corroendo o nosso

de uma possível excepcionalidade, só consegue confirmar a regra que é a de que a quase totalidade da classe trabalhadora realiza as suas atividades laborativas de forma precarizada e desprotegida hoje em dia em qualquer parte do globo.

¹¹⁶ Enquanto algumas companhias permaneceram a se concentrar em seus pontos fortes na cadeia produtiva de mercadorias, como no caso das empresas automobilísticas que produzem mercadorias palpáveis ou das empresas de extração de recursos naturais, outras se consolidaram na área de serviços. Empresas estas que até pouco tempo não existiam e que hoje são grandes trustes do mundo empresarial. A exemplo destas poderíamos falar aqui do *Amazon* (e *Amazon Mechanical Turk*), *Uber* (e *Uber Eats*), *Airbnb*, *Cabify*, *99*, *Lyft*, *iFood*, *Glovo*, *Loggi*, *Deliveroo*, *Rappi*, entre tantas outras. Embora tenhamos afirmado a início que algumas empresas não tenham aderido ao modelo de subcontratação disposto pelas *empresas aplicativos* vale frisar que as que não aderiram a nova forma de subcontratação permaneceram contratando a sua mão de obra via terceirização da força de trabalho. Subcontratação esta que lhes é bem mais familiar e costumeira.

¹¹⁷ Para uma melhor compreensão das categorias de análise “viração” e “tiranias da intimidade” sugerimos a leitura da Tese de doutorado defendida na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), em 2011, pela professora Ludmila Abílio com o seguinte título *O make up do trabalho: uma empresa e um milhão de*

entendimento de público e privado. Por conta disso, nós estamos convivendo com a tiranização de nossas intimidades, ou seja, com a erosão da esfera do privado. A serviço do algoritmo a nossa intimidade está invadindo todos os espaços da esfera pública/social.

Estamos todos nós, voluntariamente, todos os dias, compartilhando cada vez mais as nossas intimidades, o que por sua vez gera uma miríade de problemas. Dentre estes podemos destacar o fato de que estamos encontrando dificuldades em conseguirmos propostas reais ao capital que possam reconstruir o tecido do social, haja vista que quando todos mostram as suas intimidades ninguém mais possui intimidade, pois ao invés de viverem as suas vidas estão de fato vivendo em função da intimidade de outrem ou de modelos de consumo.

O desemprego permanente tão fomentado pela política neoliberal que se acentuou nos últimos anos contribuiu sobremaneira para o aumento exponencial da *gig economy* (economia de bicos) e do que a sociologia do trabalho está chamando de *uberização do trabalho*, em especial durante a pandemia de Covid-19. Ao que tudo indica esta condição de trabalho abjeta e precarizada se tornou a ponta de lança de um novo modelo de trabalho desprotegido, *commoditizado*, desregulado e precarizado a nível global e que urge a plenos pulmões com um *layout* performático bem específico¹¹⁸.

A *uberização* se manifesta a nível global como uma espécie de hibridismo laboral onde, como bem disse Oliveira (2013), podemos encontrar em nosso tempo corrente “combinações esdrúxulas”, *i. e.*, o que existe de mais avançado e moderno rebocando o que há de mais reacionário e arcaico. Na sociedade contemporânea podemos encontrar as formas mais sofisticadas de controle e de produção tecnológicos produzidos pela humanidade – desenvolvimento tecnológico este que ocorre hoje em dia graças a hibridização¹¹⁹ que se dá de forma interconectada pela bioengenharia, pela nanotecnologia,

revendedoras de cosméticos.

¹¹⁸ *Layout* é um meio extremamente eficiente que vai bem mais além de perpetuar as “narrativas provisórias” oficiais. Sua estrutura genérica se materializa de maneira multimodal, isto é, se realiza por meio de imagens, gráficos, mapas, diagramas e em textos verbais. Este recurso performático cria ou possibilita interpretações alternativas convenientes aos gestores do grande capital e, por conseguinte, inculca na classe trabalhadora e em seus filhos as percepções da burguesia na forma de discurso oficial por intermédio dos seus mais diversos aparelhos ideológicos do Estado. O *layout* utilizado pelos gestores do grande capital permite uma “punção” na tessitura – já muito puída, diga-se de passagem – do real e, assim, transmitir a ideologia capitalista de forma tão eficiente que – é preciso que enfatizemos – somente “se revela” através de uma análise crítica.

¹¹⁹ Um ótimo exemplo de hibridização de técnicas de gerenciamento de pessoal modernas é a *walmartização do trabalho* ocorrida nos EUA. O oligopólio de origem estadunidense comercial da *Walmart S/A*, se utiliza de elementos precípuos tanto do *taylorismo* quanto do *toyotismo* em suas filiais ao redor de todo o globo. Do *taylorismo* a *Walmart S/A* vampiriza uma maior extração de valor-trabalho dos seus

por controles algorítmicos de computação e organizados de forma sistemática na/pela *big data* e pela convergência tecnológica com o propósito de desvalorizar as objetivações do trabalho já realizadas, desvalorizar o capital constante e, por último, inserir um novo “capital provisório” que possua um menor *quantum* de valor e que já venha pré-programado para “auto-obsoletar-se” o quanto antes – ligado às piores formas de disciplinamento e de remuneração tão bem descritas por Marx (2017, p. 613-629) que são o “salário por tempo” e o “salário por peça”, haja vista que, como também foi muito bem abordado em Engels (2010, p. 173-222), estas duas formas de disciplinamento laboral – que geralmente se realizam somadas ao sistema de “multa por insubordinação” – estratificam e adoecem os trabalhadores muito mais rápido graças a sua virulência laborativa.

O que fora sobredito poderia ser resumido como sendo uma forma de relação social de subcontratação laboral cadáverosa, um processo de desamparo total que está inserido dentro de um ciclo de aprofundamento da precarização das condições de trabalho no “capitalismo virótico” que foram tão bem descritas por Safatle, Silva Junior e Dunker (2021) e Antunes (2018; 2020) onde de um lado encontramos *e-trabalhadores* em busca do seu “privilegio da servidão” na era do *capitalismo de plataforma* e da *e-commerce* e do outro lado um lumpesinato cada vez mais crescente.

Esta mudança tecnológica (maquinico-operacional e de gestão laboral) veio amalgamada em uma nova morfologia do trabalho que exasperou ainda mais a divisão sociossexual e étnico-racial do trabalho. Divisão esta que, infelizmente, veio para pior, pois por conta de sua virulência, passou a corroer o trabalho realizativo de humanidade de forma permanente. Esta degradação passou a se manifestar ao mesmo tempo em que foi proletarizando as castas médias e precarizando o proletariado nas mais diversas áreas (imantada pelo credo mistificador do empreendedorismo) e que desaguou em um novo contingente de trabalhadores voltados principalmente para a área de serviços e voltados para a realização da mercadoria.

Compreender a categoria analítica mercadoria é de suma importância para compreender o porquê da *uberização* (precarização total) do “Mundo do Trabalho”, o que por sua vez nos leva diretamente aos estudos de Marx. Grosso modo, a definição de funcionários por intermédio de tecnologias de gerenciamento laboral e sistema de metas. Do *toyotismo* ela lança mão no modelo de produção *just-in-time* para aumentar a sua taxa de lucro e reduzir os seus possíveis prejuízos. Tudo isso somado a um eficiente ciclo de rotatividade de pessoal as mais baixas remunerações da força de trabalho possível.

mercadoria poderia muito bem ser utilizada em qualquer época dos últimos 200 anos para especificar uma determinada “coisa” sem muita ambiguidade. Entretanto, aplicá-la a qualquer caso em específico hoje em dia tem se tornado inúmeras vezes mais complicado do que na época do nascimento do capitalismo, haja vista que a produção de mercadorias se diversificou inúmeras vezes e a divisão do trabalho vem se tornando cada vez mais complexa.

Para Marx (2017), a mercadoria pode ser definida como um objeto externo ao indivíduo que por intermédio de suas propriedades ímpares consegue satisfazer as mais diversas necessidades e/ou vontades humanas, ou seja, a mercadoria tanto pode prover necessidades físicas quanto necessidades do espírito sem alterar a sua natureza. Não foi à toa que Marx tenha iniciado a sua obra máxima (O capital-Tomo I) com a categoria mercadoria logo no primeiro capítulo, já que esta é a categoria mais abstrata do capitalismo e que ao lado da categoria valor é guardiã dos segredos mais íntimos do capital, *i. e.*, no ser propriamente assim do capitalismo.

Talvez a mudança mais importante que se gestou no desenvolvimento capitalista contemporâneo tenha sido o aumento da mercadorização das atividades de serviços. Como bem demonstra Huws (2017, p. 128):

[...] Nos mercados comparativamente mais simples que Marx e Engels analisaram, era factível considerar o arquétipo da mercadoria capitalista como um objeto físico, feito em uma fábrica e concebido para ser vendido para outro capitalista como um meio para produzir outros objetos físicos (por exemplo, um tear, um tonel, ou uma prensa tipográfica), ou para um atacadista ou um varejista para o uso final pelo consumidor (uma camiseta, uma barra de sabão, um jornal). Desde então, ocorreu um desenvolvimento enorme. Cada um dos tipos de atividades delineadas acima se tornou a base de um conjunto de novas mercadorias, que vão de pacotes de softwares a drogas que controlam a mente, de sistemas de segurança eletrônicos a cartões de crédito, de CD-ROMs educacionais a babás eletrônicas. [...] (Itálicos e acréscimos do original).

A massa de desempregados em nosso país hoje, segundo Antunes (2022), é de mais de 14 milhões. Se a estes somarmos os quase 6 milhões de desempregados por desalento, ultrapassamos 20 milhões de trabalhadores desamparados e jogados à própria sorte no terreno movediço do *capitalismo de plataforma*. As medidas da Reforma Trabalhista – leia-se o aprofundamento da flexibilização do trabalho, as novas modalidades de contratação precária (trabalho intermitente), a regulamentação do teletrabalho, o desmonte do sindicalismo e o bloqueio de acesso à Justiça do Trabalho – sacramentaram o precário “Mundo do Trabalho” no Brasil contemporâneo.

O *qualis* do precariado: notas sobre educação

Este tópico específico de nossa pesquisa visa abordar o nível e a qualidade de forma qualitativa da educação que é disposta a educação do precariado ao longo de sua formação, entretanto, como o seu objeto está em constante fluidez, então, torna-se plausível alertar o acúido leitor de que apesar do caráter asseverativo da nossa escrita do texto em tela deve-se ponderar que o mesmo estará sujeito a revisões e reelaborações futuras, porém, com o intento de manter o seu escopo fundante, que seria a inter-relação e interpenetração do trabalho na educação e vice-versa.

Este introito se objetiva como resultado de inquietações que acometeram-se durante a pesquisa no âmbito educativo na qual deparamo-nos com a ideologia que Antunes (2011a) nos assevera que teve seu nascedouro por volta da segunda metade do século XX¹²⁰ e que se intensificou no terceiro quaternário do século XX em razão do que Mészáros (2011a) denominou de crise estrutural do capitalismo, onde passou a ditar a forma comercial e educativa ideal e, que por conseguinte, se espraia até os dias atuais como um miasma sobre a estrutura e da superestrutura societal, tendo como mote a formação e a capacitação nas Escolas Profissionalizantes dos filhos e das filhas da “classe-que-vive-do-trabalho” (Antunes, 2018), no caso, a classe proletária.

O nosso ponto de partida fora o materialismo histórico dialético, onde lançamos mão da categoria da totalidade, categoria esta central na obra marxiana e marxista, pois possibilita-nos a explanar como a produção e a reprodução educativa, fabril, alienada e reificada só podem ser explicadas por intermédio de uma articulação dialética complexa entre o mundo do trabalho, dito de outro modo, o trabalho como mundo da objetivação material e não-material e o universo da educação compreendida como reino da subjetivação teleológica.

¹²⁰ Conforme Antunes, “a subsunção do ideário do trabalhador àquele vivenciado pelo capital, a sujeição do ser que *trabalha* ao “espírito” Toyota, à “família” Toyota, é de muito maior intensidade, é *qualitativamente* distinta daquela existente na era do fordismo. Esta era movida centralmente por uma lógica *despótica*; aquela, a do toyotismo, é mais *consensual*, mais *envolvente*, mais *participativa*, em verdade mais *manipulatória*. [...] o estranhamento próprio do toyotismo é aquele dado pelo “envolvimento cooptado”, que possibilita ao capital apropriar-se do *saber* e do *fazer* do trabalho. Este, na lógica da integração toyotista, deve *pensar* e *agir* para o capital, para a produtividade, sob a *aparência* da eliminação efetiva do fosso existente entre *elaboração* e *execução* no processo do trabalho. Aparecia porque a concepção efetiva dos produtos, a decisão do *que* e de *como* produzir não pertence aos trabalhadores. O resultado do processo de trabalho corporificado no produto permanece *alheio* e *estranho* ao produtor, preservando, sob todos os aspectos, o *feitichismo* da mercadoria. Para mais informações, cf. Ricardo Antunes, *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho* (São Paulo: Cortez, 2011).

Outrossim, vale frisar que escolheu-se para embasar este tópico intelectuais de grande monta, tais como: Saviani (2018), Duarte (2016), Mészáros (2011a), Antunes (2009; 2011) e Alves (2011) pois, estes concebem a categoria trabalho como elemento fundante da educação, não como meras sinonímias, mas sim como gêmeos coligados, como siamesescefalópagos¹²¹, como duas coisas que estão imbricadas insolavelmente uma na outra, em um processo simbótico mutualista e com conotação teleológica.

O estudo feito até aqui nos desvelou que o universo e as vicissitudes da produção e da reprodução capitalista não estão estritamente resumidos na produção material de mercadorias, mas ao modo de produção e de reprodução material e imaterial da vida, à vista disso, é nesta cisão propositiva que iremos nos debruçar, pois, assim como os filósofos sobreditos, apreendemos o determinante também, em certa medida, como determinado.

Por conseguinte, o modo de produção e de reprodução capitalista só podem ser explicados se forem vistos sob a perspectiva da totalidade, logo fora a teoria escolhida para tal investidura crítica, pois, toda a obra marxiana e de seus diletos autênticos divergem com as leituras da realidade que seccionam a objetividade e subjetividade das suas relações intra e inter dependentes. Iniciaremos a nossa discussão com a influência dos organismos internacionais na educação e formação humana para chegar no ponto nodal do documento que será sabatinado e, por fim, explanar as consequências da sanha neoliberal no mundo laborativo.

3.5.1 Os organismos internacionais e seus congêneres impactando diretamente na educação

Neste tópico específico do trabalho em tela, teremos como ponto nodal de nossa escrita ressaltar de forma crítica a influência do Banco Mundial (BM) e de seus congêneres¹²² na formação humana sob o corolário da teoria do capital humano e da

¹²¹ Gêmeos idênticos são formados a partir de um único óvulo e espermatozoide e que, alguns poucos dias após a fecundação, aleatoriamente formam dois ou mais embriões. Quando esta separação ocorre mais tarde, em meados do décimo dia, a gravidez pode ser inviável; ou, em casos muito raros, formam-se gêmeos coligados – com frequência de um para 200.000 partos. Também chamados de gêmeos siameses, unidos ou acolados; estes se encontram ligados por uma região comum do corpo, podendo compartilhar um ou mais órgãos. Quando a união se dá pela cabeça, são chamadoscefalópagos. Dependendo dos órgãos que estes gêmeos têm em comum, pode ser possível realizar a separação destes, cirurgicamente. Entretanto, este processo é bastante delicado, nem sempre garante a sobrevivência de ambos os indivíduos e pode deixar sequelas físicas.

¹²² Não é objeto deste trabalho discorrer exegeticamente sobre cada um dos tentáculos do BM, pois iríamos tangenciar o escopo da pesquisa em tela e acabaríamos redundando em outro estudo. Já que o nosso objetivo aqui é “apenas” compreender a influência dos mesmos na formação humana iremos discorrer uma lista com os principais organismos que julgamos pertinentes apresentar aqui e deixaremos para desenvolver

sanha do neoliberalismo na educação, algo que com o passar dos anos, e com o bom êxito da implementação do programa criado no “Consenso [neoliberal] de Washington” (Chomsky, 2002), acabou desaguando na construção de uma espécie de “escola caçaníquel”. Após a implementação do modelo *slot school* na escola pública, graças às pedagogias anedóticas e às metodologias mistificadoras (Pedagogia da Qualidade Total, Pedagogia dos Projetos, Pedagogia Multicultural, Pedagogia das Competências, Teoria do Professor Reflexivo, Sala de aula invertida, Gameficação e demais assemelhadas que desqualificaram a formação humana no âmbito escolar) e do sequestro da autoridade do professor a concepção de educação e de escola foi tão distorcida que a educação-escola acabou virando uma caricatura (mal feita) de si mesma¹²³.

A escola vislumbrada pela sanha neoliberal mais se assemelha a lógica dos jogos de azar do que de qualquer outra coisa, haja vista que a mesma está programada, embora não assuma, em última instância, para fazer todos perderem. Para tal exegese, lançaremos mão de alguns nomes respeitados no meio científico que pesquisam as influências causadas pelos organismos internacionais sob o baluarte da ideologia neoliberal para embasar nosso texto fazendo por sua vez um breve resgate histórico do surgimento “dessa parceria” e apontar algumas das consequências de suas ações na vida dos “trabalhadores hifenizados”¹²⁴.

Conforme Gentili (1995) a cooperação do BM junto ao Ministério da Educação em nosso país surgiu como alternativa à assistência de natureza bilateral, desenvolvida a

uma exegese sobre os mesmos de forma pormenorizada em estudo posterior em razão das vicissitudes e ressonâncias que cada um deles tem. Os principais consortes que estão arraigados ao Banco Mundial seriam: Fundo Monetário Internacional (FMI); Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO); Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF); Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD); Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID); Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD); Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO); Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e Organização Internacional do Trabalho (OIT). No Brasil, seus congêneres mais conhecidos são: Confederação Nacional da Indústria (CNI); Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP); Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN) e Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI).

¹²³ Por conta do amplo espectro de pedagogias existentes e de metodologias já criadas no âmbito educacional, sejam estas mistificadoras ou não, para uma melhor compreensão, é mister que o leitor coteje o “Glossário pedagógico” que foi organizado pelo prof. Dermeval Saviani em seu livro, de 2008, *A pedagogia no Brasil: história e teoria*, pois neste Saviani sintetizou de forma bem didática 48 verbetes que circunscrevem o que há de mais elementar em cada uma das pedagogias vigentes. Para uma melhor contextualização destas teorias aludidas, remetemos os leitores as páginas 141-177 de SAVIANI, Dermeval. *A pedagogia no Brasil: história e teoria / Dermeval Saviani. 3. ed. Campinas, SP: Editora Autores Associados, 2021 (Coleção Memória da Educação).*

¹²⁴ Este termo utilizado por Ricardo Antunes circunscreve o trabalhador que tem as suas funções ou qualidades desespecializadas, seriam os trabalhadores “semi”: semi-profissionais; semi-especializados, etc. Logo, esta categoria de trabalhadores é a mais vilipendiada pelo *capitalismo manipulatório*. Para mais informações, ver Antunes, 2011, ou Antunes 2009.

partir dos anos de 1950, no âmbito de acordos econômicos entre os governos brasileiro e o governo estadunidense. Em 1961, os fundos destinados à assistência técnica foram destinados pela Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), a referida agência para o desenvolvimento internacional que fora criada no quadro da “Aliança para o Progresso”, especialmente para promover assistência ao processo de desenvolvimento no “terceiro mundo”¹²⁵.

Conforme pudemos depurar dos escritos de Mészáros (2011a), asseveramos que em razão da crise estrutural, que se acometera ao grande capital em meados de 1970, fora imposto aos países periféricos políticas de ajuste socioeconômicas a fomento das exigências dos países que estão no topo do capitalismo de cariz imperialista no então chamado mundo globalizado. Nesse sentido, logo após o “Consenso [neoliberal] de Washington” (Chomsky, 2002), em 1989, os organismos internacionais, a fomento do BM e do Fundo Monetário Internacional (FMI), passaram a ditar as suas estratégias pedagógicas na e para a educação em nível global, passando assim, nas palavras de Braga (2017), a manietar as políticas de Estado que visavam o desenvolvimento social nos países subdesenvolvidos com suas medidas “austericidas” (Braga, 2017) de matiz neoliberal.

Antunes (2011b) nos assevera que o quadro típico de dominação externa se originou do processo de expansão das grandes empresas corporativas atuando nas esferas industriais, comerciais, de serviços e financeiras. O advento de um *imperialismo total*, sob a tutela estadunidense, mas também, com a participação de alguns países europeus e do Japão. Antunes, aferrado na práxis mezariana, nos assevera que o novo padrão de *imperialismo* é, em si mesmo, destrutivo para o desenvolvimento dos países latino americanos e demais países do sul global. Antunes (2011b, p. 41) conclui seu raciocínio com a seguinte inferência,

[...] Sob pressão dos EUA e de organismos multilaterais como o FMI e o Banco Mundial, os governos [...] não apenas assumiram como aprofundaram as ideologias monetaristas de estabilização financeira e de controle das dívidas do país, os quais, mediante severos ajustes fiscais, atraíram investimentos externos de caráter crescentemente especulativo. [...].

Assim, lançaremos mão novamente da obra de Gentili (1995, p. 230), pois o mesmo nos dá uma boa definição do *ethos* do neoliberalismo, *i. e.*, do seu caráter moral para

¹²⁵ Assim como Mészáros (2011a), utilizamos essa expressão para aludir o atraso desenvolvimentista do Sul global e não para aludir a existência de vários mundos existentes.

incorremos em nossa pesquisa. Consoante ao professor argentino sobredito podemos afirmar que

[...] o neoliberalismo expressa uma saída política, econômica, jurídica e cultural específica para a crise hegemônica que começa a atravessar a economia do mundo capitalista como produto do esgotamento do regime de acumulação fordista iniciado a partir do fim dos anos 60 e começo dos anos 70. **O(s) neoliberalismo(s) expressa(m) a necessidade de restabelecer a hegemonia burguesa no quadro desta nova configuração do capitalismo em um sentido global.** [...] (Negritos nossos).

No início da década de 1970, a política sociometabólica passou a ser direcionada pela égide do neoliberalismo, indo de contrapartida ao *Welfare State*. Com o início do processo de liofilização do Estado de bem-estar social o mundo do grande capital passou a testemunhar uma forte hecatombe na margem de acumulação financeira e como unguento para tal situação e para manter os índices de opulência do capital, começaram a adotar medidas de austeridade no Estado, contendo gastos sociais e abrindo as portas para todas as práticas extorsivas dos grandes empresários para a classe trabalhadora.

Em consonância com o autor supracitado, Freitas *et al.* (2019) afirma que, a partir da crise que passou a estruturar o grande capital – crise esta já mencionada acima, que teve seu vicejar em 1972, e que ficou mais conhecida mundialmente como Crise do Petróleo – que passou-se a se exigir novos direcionamentos nas políticas socioeconômicas nos países da América Latina e Caribe com profundas reformulações em todo o espectro societal, *i. e.*, fomentou-se transformações abissais na tessitura da Educação e no *modos operandi* do mundo do trabalho via fagotização do Estado e a implementação de programas na educação.

Pouco tempo após o “Consenso [neoliberal] de Washington” (Chomsky, 2002) ocorreram várias reuniões entre os dirigentes dos organismos internacionais formulando documentos e diretrizes para os países periféricos, o principal deles foi um documento encomendado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) a um economista francês, Jacques Delors¹²⁶, para sistematizar a

¹²⁶ Jacques Lucien Jean Delors é um economista e político francês que estudou Economia na Universidade de Sorbonne na França. Foi professor visitante na Universidade Paris-Dauphine (1974-1979) e na Escola Nacional de Administração (França). De 1992 a 1996, presidiu a Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI, da UNESCO. Neste período, foi autor do relatório *Educação, um Tesouro a descobrir*, em que se exploram os Quatro Pilares da Educação. Os quatro pilares defendidos por ele seriam: 1) aprender a conhecer; 2) aprender a fazer; 3) aprender a conviver; e 4) aprender a ser. Durante seu trabalho na UNESCO, apontou como principal consequência da sociedade do conhecimento a necessidade de uma aprendizagem ao longo de toda vida, fundamentada em quatro pilares, que são, concomitantemente, do conhecimento e da formação continuada. Os pilares e os saberes e competências a se adquirir são apresentados, aparentemente, divididos. Essas quatro vias não podem, no entanto, dissociar-se por estarem

ideologia neoliberal em um documento que passou desde então a ser arraigado, sob o cognome de *Educação: um tesouro a descobrir*, no âmbito educativo dos países periféricos.

Ainda em consonância com Freitas [et al.] (2019), com o intento de atender as exigências “austericidas” (Braga, 2017), cunhadas pelos ideólogos neoliberais, os organismos internacionais, mediados pelo BM, A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), Fundo de Emergência Internacional das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e, em âmbito local via Organização dos Estados Ibero-americanos para Educação, Ciência e Cultura (OEI), passaram a recomendar, a partir de 1990, as reformas neoliberais aos países que compõem a UNESCO sob a égide do programa intitulado Educação Para Todos (EPT) e, que por sua vez, passou a organizar e ditar a Educação em âmbito global, impondo, assim, aos países periféricos a adoção de suas recomendações em prol de sua ideologia.

Após a Conferência Mundial sobre Educação Para Todos, ocorrida em Jomtien na Tailândia, em 1990, e que por isso também ficou conhecida pelo signo de Conferência de Jomtien, que os organismos internacionais e seus consortes passaram a impor aos países do “terceiro mundo” (Mészáros, 2011a) e subdesenvolvidos uma sequência de reformas corrosivas na educação que se espalharam desde a organização escolar até na elaboração dos currículos e, principalmente, na formação discente/docente.

Conforme Freitas [et al.] (2019), enquanto o grande capital definiu as bases neoliberais na economia global mediante o “Consenso [neoliberal] de Washington” (Chomsky, 2002) foi via a Conferência de Jomtien que a entidade onipresente do “Deus Mercado” expôs as bases da educação autofágica para formar força de trabalho dócil pelos ideólogos do neoliberalismo. Nas palavras de Freitas [et al.] (2019, p. 4):

[...] essa nova forma de gerir o Estado deveria esfacelar o movimento sindical, visto que, para os neoliberais, o poder sindical e, consequentemente, o movimento operário acirravam a crise, com as reivindicações de políticas sociais e elevação de salários. Por esse conjunto de motivos, ressignifica-se a administração estatal, que passa a ser determinada de modelo de desenvolvimento econômico social neoliberal, exigindo, para a sua efetivação, privatizações de bens de serviços públicos e a consequente precarização do trabalho como forma de obter mais lucro. [...].

interligadas, constituindo interação com o fim único de uma formação holística do indivíduo.

Freitas [et al.] (2019, p. 5) afirmam que, “embora na educação esse quadro seja elevado, a crise constitui um problema global e também econômico, visto que o BM, a partir da redefinição de seus papéis no pós-guerra, vem pondo a educação no seu campo de ações”, ou seja, mercantilizando-a e fatiando-a em serviços comercializáveis.

A sanha do BM e de seus compares, como podemos apreender da realidade, *i.e.*, do mundo concreto e material, se espalhou muito além do campo econômico, conseguiu transfundir-se em toda a tessitura social, tais como as áreas do meio ambiente, saúde, educação, etc. No tocante a educação, os embustes do programa da EPT, atuando sob o jugo do BM e de sua camarilha, passou a desenvolver e aplicar de forma rigorosa e paulatina sistemas educativos nos países “terceiro mundistas” intentando reformas cíclicas e abissais com o desígnio de recompor as perdas nas margens acumulativas do capital. Ademais, Freitas et al. (2019, p. 5) nos chama a atenção para as reformas na educação, pois, segundo as autoras

[...] as reformas educacionais presenciadas nas últimas décadas do século XX e início do século XXI viram atender os pressupostos de segurança e governabilidade e adequar a educação ao chamado “mundo do trabalho” (diga-se, do desemprego), capacitando os trabalhadores sob a sua lógica, com o claro interesse de manter-se enquanto estrutura “hegemônica” pelas vias material e ideológica. [...] (Aspas e acréscimos do original).

Por sua vez, o professor Roberto Leher costuma afirmar em suas palestras e/ou aulas que ao assumir a função de “Ministério da Educação Mundial”, o BM, via programa EPT, impõe aos países periféricos reformas em âmbito educacional mediante empréstimos compulsórios para subjugar e adequar a sociedade aos seus ditames. Outrossim, passa a difundir na sociedade a ideia de meritocracia imbricada na teoria do capital humano, reduzindo, por sua vez, os direitos sociais a meros serviços que devem ser comprados, logo a escola acaba subsumindo-se a formar força de trabalho dócil com conhecimentos, conforme Huws (2017) ou Kuenzer (2011), genéricos, capengas e descartáveis.

Podemos depurar do que já fora dito até aqui em nossa pesquisa investigativa, levando em conta o espectro do mundo do trabalho e a formação para tal, já que, conforme Antunes (2018) “o *ethos* do trabalho é compósito e heterogêneo”, que a formação para o precariado, *i.e.*, para a formação laboral para as formas de trabalho mais abjetas, deletérias e precarizadas que são ofertadas de muito bom grado as classes subalternizadas, vem em socorro as novas formas de acumulação flexibilizadas do grande capital.

Devido às profundas modificações na morfologia do trabalho, entre as quais o “desemprego estrutural”, o crescente contingente de trabalhadores, em condições de precarização e de superexploração, se espalha pelo globo dada a lógica da sociedade capitalista que está voltada para a produção única, míope e exclusiva de mercadorias. Mercadorias estas em todo o espectro da palavra e para a valorização do capital.

Contudo, como podemos conferir em Antunes (2019) as transformações abissais na lógica societal está atrelada a um processo de reestruturação das formas de organização e de controle do trabalho ao longo das cadeias produtivas mediante a introdução de novas tecnologias informacionais e de práticas de gerenciamento de empresas nas escolas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A guisa de conclusão, por acreditar que este fora o seu real ensejo desde o início de pesquisa, gostaria de parafrasear o que José Saramago afirmou ao publicar, em 1980, a sua célebre obra *Levantado do chão*. Aqueles que escrevem são pessoas como as outras, pessoas que dentre tantas coisas sonham e o nosso maior sonho ao longo de anos de pesquisa foi o de poder ver finalmente materializado este estudo quando o mesmo tomasse o seu corpo final. Logo, este é o nosso “Alentejo”, pois a início tínhamos como ensejo poder escrever sobre como chegamos às condições em que nos encontramos no “Mundo do trabalho” atualmente. Do sonho, porém, acordamos e agora, presenciamos o sonho realizado e, finalmente, a concretude da forma do sonho encarnada.

Este estudo se encerra, por assim dizer, como uma espécie de romance, pois de forma direta ou indireta, nele, se falou de gente, de conflitos, de sacrifícios, de grandes fomes, de vitórias, de desastres e de morte. Este estudo é, portanto, uma pesquisa que quis aproximar-nos da vida concreta da classe trabalhadora, e essa, caro(a) leitor(a), seria a sua mais merecida explicação. Então, assim como a obra de J. Saramago pôs como título e nome para procurar e, assim, ser procurado, esperamos que os muitos “sem-voz”, que os muitos “ninguéns”, que os muitos marginalizados e as muitas famílias que herdaram a missão das gerações das inúmeras “famílias Mau-Tempos” possam finalmente se levantarem do chão, pois assim como o *Levantado do chão*, sabemos que se levantam as searas e as árvores, levantam-se os animais que correm, os campos ou as aves que voam por cima destes, assim, também, levantar-se-á a classe trabalhadora do chão para cumprir o seu papel histórico. Da mesma forma, levantam-se os homens e as suas esperanças. Também do chão, pôde-se também levantar-se esta pesquisa, como uma espiga de trigo ou uma flor brava. Enfim, cá estamos novamente aqui a sonhar, como os homens e às mulheres, a quem nos dirigimos.

Esta pesquisa é a materialização de um estudo que buscou compreender a nova morfologia do trabalho à luz do materialismo histórico dialético que fora elaborado pelos filósofos alemães Marx e Engels e atualizada por uma miríade de diletantes do método de análise marxiano. O estudo em tela procurou de forma crítica confrontar os conceitos propositivos da sociologia do trabalho com a realidade a luz do método onto-histórico, buscando sempre uma melhor intelecção dessa problemática e ensejando obter uma

chave de interpretação da realidade mais zelosa e aproximativa do concreto possível para desvendar a identidade polimórfica, policromática e polissêmica da “classe-que-vive-do-trabalho” (Antunes, 2018).

A pesquisa que se encerra se realiza junto à agudização das últimas transformações nas estruturas políticas de nosso país. Realizou-se a sua escrita em concomitância a ascensão de um governo de extrema direita à presidência da república que faz ecoar saudosismos de nossa ditadura bonapartista empresarial-militar (1964-1985) em sua voz para justamente perseguir as ideias do comunismo. Então, mais do que científico, este trabalho é subversivo, pois o mesmo além de denunciar a derrocada do capitalismo defende o modelo sociometabólico comunista como sendo a única alternativa viável à humanidade. Dito isso, comprehendo que esta nossa chave de interpretação vem à lume em um momento onde mais do que nunca se torna latente a necessidade de afirmos as armas da crítica para servir de contraponto às ideologias que estão alinhadas à perpetuação da dominação da classe e da espoliação capitalista e que busque contribuir para a resistência e a organização da classe trabalhadora. *O trabalho estilhaçado: a acumulação primitiva do trabalho plataformizado* é uma ferramenta de combate contra toda forma de exploração e de opressão e que atina fortalecer a luta pelas ideias revolucionárias e socialistas, também no Brasil.

Ensejamos que este esforço intelectual possa alcançar as franjas que compõem o universo compósito e heterogêneo da classe trabalhadora, para que as lutas de nossa época se conectem com a única alternativa de estratégia eficaz capaz de emancipar a humanidade verdadeiramente, a estratégia da revolução operária e socialista. Afirmamos também que se o nosso ensaio fornecer o começo, ou mesmo somente uma ocasião por parte da classe trabalhadora, de uma discussão realmente frutífera sobre o vilipêndio que está a recair de forma permanente, deletéria e venal sobre a classe trabalhadora que faça com que a “classe que vive do trabalho” (Antunes, 2018) se conscientize da premente e necessária superação das formas de exploração e de estratificação no mundo do trabalho orquestrados pela lógica capitalista pelos mesmos, então, o nosso escopo terá cumprido, assim, o seu “pôr teleológico” (Lukács, 2013) principal.

Chego até aqui ainda seguidos por muitas indagações. Qual o caminho que teremos de tomar para não tombar frente à luta de classes? Será o caminho do capitalismo e da propriedade privada dos meios de produção, arvorados na mistificação de que o

interesse do homem de negócios beneficia seguramente a nação um caminho final e que por isso não temos nenhuma alternativa a não ser sermos caudatários ao Mercado? Será que somente se o indivíduo tiver a liberdade para ganhar o máximo de lucro a sociedade viverá melhor? Será a produção anárquica capitalista o ponto final da história, como foi apontado por Y. F. Fukuyama após o fim da URSS? Ou será o caminho socialista com vistas à propriedade pública dos meios de produção e o planejamento centralizado, no esforço da sociedade para o benefício coletivo, na produção planificada e na segurança e na qualidade de vida com vistas na segurança econômica desde o berço até o fim da vida a nossa melhor alternativa?

A todas estas questões, traço rapidamente novas respostas que, embora muito sintéticas, expressam mais uma vez o nosso posicionamento firme frente a decadência ideológica burguesa que se manifesta em todas as formas de mistificação criadas por esta última. Nossa melhor alternativa à decadência capitalista é, sem dúvida alguma, muito difícil de ser compreendida por aqueles que não demonstram o menor senso de perspectiva histórica e, por isso, estão impossibilitados de compreender as características elementares de nosso desafio e fardo do tempo histórico. Essa característica é ser o nosso século o século da libertação dos oprimidos. É o século onde o imperialismo deve ser liquidado para que a humanidade possa sobreviver ao colapso social e ambiental que o capitalismo empurrou a humanidade e para que finalmente os países subdesenvolvidos possam se realizar. Mormente, um fato é irrefutável, até mesmo para os acólitos mais narcotizados pelo *ethos* burguês, sobre o modelo capitalista: O capitalismo falhou como estrutura sociometabólica possível para o desenvolvimento da humanidade. Tanto os povos do Sul global e de boa parte do hemisfério Norte do globo conhecem cada vez mais esta incapacidade. Tornou-se inegável, ou mesmo senso comum, que o capitalismo não pode mais desenvolver-se em nenhum lugar promovendo qualidade de vida, mesmo que para poucos, sem produzir um estado permanente de atraso e de miséria, na casa dos milhares. Ao nosso entendimento, a única resposta válida apresentada até o momento para todos estes antagonismos forjados nas contradições da sociedade de classes é o modelo sociometabólico do comunismo. Somente no comunismo a humanidade estará livre e com a capacidade de desenvolvimento pleno de suas capacidades.

Esta afirmação feita por último peca, não tanto pelo seu exagero evidente em favor da argumentação em causa, mas, sim, pela sua insuficiência em dar conta do modo como,

neste processo, se tem iludido a classe trabalhadora ao longo dos anos, tanto quanto foi possível, a distinção entre trabalho (*Work*) e trabalho alienado (*Labour*) em benefício deste último. Consideramos o trabalho estratificado e penoso como o mais vivo modo de expressão e a maneira mais apropriada para definirmos a forma vigente de exploração laboral que conduz o Mundo do Trabalho na sociedade hodierna. Esta é a única forma de atividade que brota espontaneamente da existência capitalista. Esta que, por sua vez, para se manter ativa, mantém somente aquilo que se pode beneficiar a ela própria através do tacão que corresponde à sua vivacidade. Para tal, os ideólogos da burguesia decadente afirmam a todo momento que a categoria classe trabalhadora perdeu o seu valor ontológico e, principalmente, que a atividade característica da classe trabalhadora consiste em empreender. Mas não qualquer empreendimento, mas, sim, em empreender forçando o proletariado a adotar uma atitude de passividade, obrigando-o a abandonar a sua própria iniciativa e revolta de classe e a penhorar a sua vida pelo mais baixo valor.

Estou perfeitamente ciente do limite ao qual posso ter chegado em meu estudo diante do que por hora me proponho, pois “tenho ciência do tamanho de minhas pernas”. Contudo, mesmo ciente de minha pequenez, busquei apresentar aos leitores uma pesquisa que se mantenha de pé, não por ela possuir 173 páginas, mas, sim, por possuir conteúdos substanciais em anuência com a realidade concreta e por ter sido elaborada com o máximo de rigor científico pelos seus construtores. Por esta razão, algumas das questões que possam ficar sem respostas no momento ou sem a devida exposição são temas que pretendo retomá-los em comunicações, artigos pontuais ou em estudos mais aprofundados e específicos em uma pós graduação ou em uma especialização na área da sociologia do trabalho futuramente.

O meu propósito não foi o de efetuar uma exegese completa tal qual já fora apresentada pelos autores que alicerçaram a nossa exposição crítica ou mesmo uma ampla exposição teórica de cunho histórico-sistemático sobre a temática do precariado que esgotasse a discussão. minha pretensão foi tão somente a de demarcar uma chave de interpretação, a mais zelosa, fidedigna e viável que me foi possível de elaborar, do nascimento e da vivência do precariado onde busquei circunscrever a fertilidade das possibilidades contidas nessa categoria de estudos onde podemos identificar tanto durante a nossa pesquisa bibliográfica quanto durante a nossa pesquisa empírica a sua identidade.

Impossibilitado em esgotar exegeticamente o tema pesquisado e assim com a mais devida propriedade de caso podemos colocar um ponto final no que abordamos até aqui, deixo o mesmo inacabado e em aberto para mais desenvolvimento subsequente, visto que o próprio objeto de nossa crítica, mais especificamente o precariado e o modo de produção capitalista, ambos se mantém em seu movimento perpétuo, metamorfoseando-se e transformando-se ininterruptamente e assim dando cada vez mais saltos autofágicos e desantropomórficos para manter-se vivo à espera de que seu coveiro – leia-se coveiro como proletariado – cumpra o seu propósito histórico enquanto classe revolucionária e dê cabo as todas as formas venais de exploração do homem pelo homem que são tão próprias ao capitalismo.

Diante do desafio e o fardo do nosso tempo histórico e da necessidade revolucionária optamos por não fecharmos os nossos olhos ante à hercúlea dificuldade desta tarefa, porém buscamos trabalhar com toda a nossa verve para cumpri-la, sem nos deixar abater pelas objeções ou a pouca clareza de um futuro impreciso. Somos partidários das futuras formas de movimento da classe trabalhadora, pois somos ladrilhadores do caminho e não apenas meros caudatários do movimento. Preferimos o fardo de termos que realizar a revolução proletária, algo que, diga-se de passagem, não é nada fácil, a termos que meramente repetir o que já foi maculado e condenado a humanidade pela burguesia no passado, pois, ao contrário que defende a doutrina liberal, a alvorada do capitalismo não trouxe consigo a emancipação humana vide o trabalho livre em detrimento do mesmo ter incorporado todos os antigos métodos de perversão do trabalho, tais quais a escravização e a servidão humana. Como bem demonstra Cavalcante (2021, p. 36-37):

A moderna sociedade capitalista proporcionou, assim, a ressignificação da exploração. Se a relação capital-trabalho por intermédio do assalariamento representou a transmutação da exploração da força de trabalho, fazendo surgir uma nova forma de sujeição e submissão por meio da subordinação, da dependência e da coerção econômica, a seu lado todas as formas de controle e de exploração do trabalho humano foram articuladas e perduradas em proveito do capital. Escravidão e as demais conformações de trabalho compulsório permanecem submetidas à ordem estabelecida, não como algo marginal e “por fora” do sistema, mas a ele plenamente integradas. Em outras palavras, ao contrário do que propugna a teoria liberal, o trabalho escravo não foi destruído pelo capital, não é com ele incompatível e não ocorre a margem do sistema, mas o alimenta e dá sustentação.

A escravidão, a servidão e outras formas de trabalho compulsório não são, portanto, patologias raras e inesperadas em uma sociedade sã. São engrenagens – senão arquitetadas, mas aperfeiçoadas – que a movem. (Aspas do original).

Logo, o nosso problema fundamental é o como iremos transmitir ao proletariado contemporâneo as experiências de luta da classe trabalhadora ao longo de muitos anos, como por exemplo a experiência dos insurretos da Comuna de Paris (1871), a dos bolcheviques da Revolução Russa (1917), a dos carabineiros em Cuba (1959) entre tantas outras e, assim, reavivarmos as suas principais características revolucionárias. Novamente, na esteira da luta de classes, se impõe a necessidade de uma teoria revolucionária e o marxismo se mostra ladeado com o movimento operário organizado existente. Contudo, não se trata aqui de querermos repetir a história ou em continuarmos de onde as grandes experiências revolucionárias pararam simplesmente. Trata-se de promovermos uma fusão entre elas de tal modo que se possa alcançar um nível de conhecimento muito mais enriquecido e que tenha como aproveitar o que o marxismo revolucionário construiu no passado.

Em anuência com o que Marx (2011) propôs, compreendemos que é de suma importância nos apropriarmos destas experiências revolucionárias sobreditas, entre tantas outras, para podermos superar os seus limites e as suas consequências, *i. e.*, para tanto nos apropriar de seus acertos como principalmente de seus erros para, assim, não mais repeti-los, pois trata-se de nosso passado mais aguerrido e promissor e do qual, enquanto classe trabalhadora, fazemos todos parte deste amplo movimento. Compreendemos que as consequências da crise estrutural da capital reverberam no cenário brasileiro e internacional e que por isso mesmo a sua solução não pode ser pensada separadamente, pois como bem demonstra Sachs (2019, p. 351):

A crise do movimento revolucionário mundial, que nos envolve em todos os passos de nossas atividades, é consequência direta do fato de não ter sido aproveitada a situação revolucionária do pós-guerra. “Erros” históricos desse gênero não se cometem impunemente, e o preço que pagamos é a presente desarticulação do comunismo mundial, é o fato de as vanguardas revolucionárias nos diversos países, isoladamente, ainda terem de “remar contra a corrente” (Aspas do original).

Não devemos afirmar de modo algum que a macropolítica não nos afeta e buscarmos micropolíticas ou políticas locais – como nos propõem as sereias e os ideólogos ligados ao pós-modernismo – para solucionarmos o nosso real e maior problema que é a agudização da luta de classes. Não devemos buscar soluções desse nosso problema crônico ignorando a sua reverberação mundial seguida da necessidade de revolução em escala global. A radicalização da classe trabalhadora que vem mostrando nas experiências dos “coletes amarelos”, na França, no Arrasca, em Portugal, no

Podemos, na Espanha, no “breque” e no “apagão” dos apps, em nível mundial, entre tantas outras experiências hodiernas, nos mostram que o proletariado ainda resiste ao anarquismo capitalista e se a sua combatividade ainda não se manifestou de forma organizada em ações substantivas nos países subdesenvolvidos ou desenvolvidos, isso se deve ainda mistificação ideológica e aos embustes da burguesia que inculca na classe trabalhadora o conformismo e a aquela velha liderança pelega e reformista que a mando do capital se capilarizou no movimento proletário a qual devemos descartar de nossa luta.

É essa a nossa perspectiva e que buscamos compartilhar com a classe trabalhadora. É essa a concepção marxiana e marxista da luta de classes. Devemos nos avizinhar aos movimentos já organizados ou que estão buscando novas formas de organização e, assim, construir novas conexões com todas as organizações de trabalhadores que estejam dispostas a alinhar-se a luta de classes e que estejam tomando o seu lugar nesta luta com vistas a erradicação da sociedade de classes. Assim como Marx, em 1864, buscou ao construir na Primeira Internacional¹²⁷ devemos formalizar conexões com órgãos e movimentos de cooperação proletária no âmbito local, regional, nacional e principalmente internacional, pois este é o melhor caminho possível para reativar a luta internacional dos trabalhadores, contudo mantendo sempre a ciência de que estas conexões germinativas, mesmo trazendo bons frutos em pequena escala, não são e muito menos substituem a luta mundial dos trabalhadores com vistas no fenecimento da sociedade burguesa e na emancipação do gênero humano.

Com este nosso estudo buscamos colaborar com a luta proletária e reavivar a chama da luta comunista. E compreendemos que a colaboração mais efetiva que nós podemos dar ao movimento comunista é prosseguirmos em nossa luta construindo material crítico e radical com vistas no avanço na formação da consciência de classe no

¹²⁷ Conforme matéria publicada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em comemoração aos 156 anos da Primeira Internacional, em 2020, “Fundada em 28 de setembro de 1864, a AIT foi puxada em um encontro com mais de 2 mil trabalhadores realizado na Inglaterra um ano antes, e contou com delegados de organizações operárias inglesas, francesas, italianas, alemãs, suíças e polonesas. A Primeira Internacional foi a primeira organização operária a superar fronteiras nacionais, reunindo membros de todos os países europeus e contava também com operários dos Estados Unidos. A organização abrigou em seus espaços trabalhadores das mais diversas correntes ideológicas de esquerda, desde os comunistas marxistas até os anarquistas bakuninistas e prudhonianos, além de sindicalistas, reformistas, republicanos e democratas radicais e cooperativistas. A Internacional foi fundamental para o desenvolvimento do movimento operário europeu, apoiando greves, sindicatos, grupos de resistência dos mais variados, e ter prestado apoio à Comuna de Paris, considerada o primeiro governo operário da história, iniciado em março de 1871 na capital francesa, desta muitos dos membros da Internacional participaram. Para uma melhor apreensão do termo indicamos a leitura completa da matéria. A mesma se encontra disponível em: <https://mst.org.br/2020/09/29/156-anos-da-primeira-internacional/>. Acesso em: 07 jan. 2025.

proletariado e na construção de um partido proletário revolucionário. Temos ciência de que a luta travada pela classe trabalhadora em nosso país é parte de uma luta que se desenrola ao mesmo tempo em quase todos os outros países do globo. E é com muito orgulho que manifestamos aqui que fazemos parte de uma vanguarda que continua a dar vida à obra iniciada por Marx e Engels, entre tantos outros autores, que tanto mudaram como ainda continuam a transformar e a buscar compreender a realidade concreta.

Espero ter conseguido apresentar aos(as) leitores(as) que as novas formas de trabalho estratificado que ora grassam em todos os ramos profissionais, de forma bem bonachona e sob a égide das *empresas aplicativos* e da fantasmagoria da *big data* e da *e-economia*, referem-se a um novo estágio de estratificação da forma trabalho assalariado na era da indústria 4.0 sob o manto mistificador de uma ideologia que apresenta ao proletariado as formas mais estratificantes de trabalho explorado já idealizadas pelo homem como sendo um não-trabalho sob o disfarce do que estes chamam de *startups* ou de *the gig economy*.

As formas que busquei denunciar nas páginas que aqui precedem são, em meu entendimento, um novo passo desantropomórfico que ruma ao cidadão escuro da subsunção real do trabalho ao tacão do capitalismo, que, nos tempos atuais, já se tornou indiferente às questões de idade, nacionalidade ou regionalidade, gênero, etnia, raça e, não menos importante, mantém-se apático frente a um sem número de pessoas analfabetas ou com alto nível de escolaridade compondo o seu quadro de exército de trabalhadores ativos e sobrantes, haja vista que facilmente encontramos pessoas graduadas ou com alguma pós ou especialização trabalhando de forma precária sob o tacão do teletrabalho como pessoas que sequer foram escolarizadas completamente.

O que pude perceber até o final da redação desta pesquisa é que o discurso falacioso do não-trabalho e do empreendedorismo não passam de uma mistificação vulgar dado o impacto das tecnologias digitais têm demonstrado no mundo do trabalho, pois o que conseguimos depurar de nossa pesquisa, se pudéssemos resumi-la a uma única oração seria para dizermos que o que está realmente desaparecendo nas relações de trabalho sob o tacão burguês são os vínculos que comprovam a relação empregatícia entre empregador e empregado, ou seja, o que está desaparecendo são as formas de trabalho protegidas e reguladas em razão das novas formas mortificantes de trabalho explorado. Ou seja, o que presenciamos é um processo de desassalariamento em concomitância com o

surgimento de novas formas de subordinação do trabalho a um *ethos* de auto intensificação espoliativa e de retorno a remuneração do “salário por tempo” ou do “salário por peça” descritas por Marx (2017) e Engels (2010).

No mundo onde o horror está banalizado, no mundo onde a barbárie já se instaura em todas as esferas do ser, ler um trabalho cujo centro é a defesa da generidade humana e a sua emancipação é um antídoto contra todas as decadências culturais, todas as decadências ideais burguesas que banalizam a vida e que tornam os riscos de uma barbárie cronicada, riscos muito presentes. Esperamos ter contribuído com uma ajuda ao proletariado ao possibilitar a classe trabalhadora a ver que apesar desse túnel escuro e frio que estamos atravessando nesses tempos difíceis a luz e um céu azul, a esperança e que há enfim a possibilidade de uma vida numa sociedade onde o livre desenvolvimento de cada um é a condição para o livre desenvolvimento de todos.

Assim sendo, compreendemos que todo o conjunto da classe trabalhadora deve assumir o seu papel histórico que é a importante e difícil tarefa de combater e de resistir aos imperativos ideológicos do capitalismo despótico, os quais são originários de uma concepção de pseudociência e em uma ideologia autoritária e violenta com vistas à promoção do inculcamento de uma subjetividade conformista na classe trabalhadora por meio de seus muitos aparelhos difusores de seu receituário ideológico. O que nos ocorre neste delicado interregno é que por maior e mais profundo que seja o processo de vilipêndio e de ataque que a ordem burguesa venha a lançar sobre a classe trabalhadora, esta última não pode desanimar e se deixar abater, pois não encontraremos a saída da atual condição em que nos encontramos de sofrimento e de profunda derrelição sem formas de resistência conscientes e organizadas.

Dada a nova constituição de uma nova forma de força de trabalho plenamente alinhada com a nova divisão sociotécnica em escala global do trabalho isto acaba por nos impor novas formas de resistência organizada mais adequadas aos imperativos da classe trabalhadora. Assim sendo, torna-se imperativo à classe trabalhadora o resgate do sentimento de solidariedade de classe, o que por sua vez só será possível por intermédio da conscientização do proletariado enquanto classe e de uma forte organização coletiva formada pelos próprios onde tenham o horizonte do rompimento com os processos de individualização que os alienam.

Ou seja, construir um novo modo de vida a partir de um novo modelo de trabalho que seja capaz de romper com o ciclo infernal do pêndulo capitalista que oscila entre o polo dos vilipêndios mais abjetos ao polo dos constrangimentos e, assim, impondo a sanha capitalista, para recordar mais uma vez Mészáros (2011) e Antunes (2018), é um imperativo vital para a “classe-que-vive-do-trabalho” (Antunes, 2018).

O presente estudo teve, assim, como escopo central sistematizar uma crítica radical, esclarecendo de forma teórica os limites e as contradições do “Mundo do trabalho”. Mormente, é preciso lembrar o fato de que a crítica onto-histórica da cultura burguesa se articula organicamente – e é exatamente desse movimento que decorre a sua força e combatividade – com a explicitação e uma sistematização de uma ontologia autenticamente materialista e dialética, capaz de apresentar respostas adequadas aos impasses teórico-filosóficos de nosso tempo. A obra de Karl Marx e Friedrich Engels, infelizmente, graças aos esforços da decadência ideológica burguesa, ainda não se tornou um patrimônio comum de todo o proletariado. Por isso, como já disse anteriormente, se a presente pesquisa contribuir não apenas para indicar a crise estrutural do trabalho, mas também para ressaltar a universalidade e a atualidade da obra marxiana e marxista, terá então cumprido a tarefa que se propôs.

Agora, com a tarefa de apresentarmos a nossa conclusão derradeira, percebemos que chegada a hora todas as frases nos escapam e, assim, o texto acaba, por assim dizer, ficando inacabado diante da dúvida de como é melhor encará-lo, pois, assim como no tempo de Marx, o nosso objeto de estudo (a precarização do trabalho) está em movimento perpétuo. Logo, dentro de uma licença poética, finalizamos o nosso estudo nos esmerando no ensinamento dado pelos muitos subversivos e também pelos tantos revolucionários que nos séculos mais reacionários e violentos de nossa história ao serem encaminhados para o escuro fundo do cidadafalso da força, para as frias e gélidas lâminas das guilhotinas ou para o suplício em praça pública disseram em suas últimas palavras que podemos até tombar hoje diante da violência truculenta e da mesquinhez dos poderosos e de sua malquerença, mas, com certeza, amanhã regressaremos todos nós munidos pelo sentimento de justiça que é próprio da classe revolucionária do proletariado e quando regressarmos seremos milhões.

Contudo, citamos mais uma vez Marx e Engels (2010, p. 59) para lembrar aos argutos leitores que não pode existir saída individual das relações extratificantes do

capitalismo, pois, nas palavras dos autores, “o livre desenvolvimento de cada um é a condição para o livre desenvolvimento de todos”. Por fim, concluímos o que fora trazido até aqui parafraseando Marx e Engels (2010), bradando a classe trabalhadora:

PRECARIADO DE TODOS OS PAÍSES, UNI-VOS!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALI, Tariq. Introdução. In: MARX, Karl, ENGELS, Friedrich, LÊNIN, Vladímir Ilitch. **Manifesto comunista; Teses de abril**. São Paulo: Boitempo, 2017.

ALVES, Giovanni. **Trabalho e subjetividade**: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório. São Paulo: Boitempo, 2011.

ANTUNES, Ricardo. **A desertificação neoliberal no Brasil (Collor, FHC e Lula)**. 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

ANTUNES, Ricardo. A era da informatização e a época da informalização: riqueza e miséria do trabalho no Brasil. In: ANTUNES, Ricardo. **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006. p. 15-25.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?**: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 15. ed. São Paulo: Cortez, 2011a.

ANTUNES, Ricardo. **O continente do labor**. São Paulo: Boitempo, 2011b.

ANTUNES, Ricardo; PINTO, Geraldo Augusto. **A fábrica da educação**: da especialização taylorista à flexibilização toyotista. São Paulo: Cortez, 2017.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: afirmações e negações sobre o mundo do trabalho. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

ANTUNES, Ricardo. **Quem foi Karl Marx?**: Aula aberta com Ricardo Antunes. Aula pública proferida no aniversário de 201 anos do nascimento de Karl Marx. A aula está disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=yd8QFxmV2U>. Acesso em: 21 out. 2020a.

ANTUNES, Ricardo. Trabalho intermitente e uberização do trabalho no limiar da Indústria 4.0. in: NOGUEIRA, Arnaldo Mazzei. **Uberização, trabalho digital e Indústria 4.0**. Tradução de Murillo van der Laan e Marco Gonsales. São Paulo: Boitempo, 2020b. p. 11-22.

ANTUNES, Ricardo. **Capitalismo pandêmico**. São Paulo: Boitempo, 2020c.

ASAD, Haider. **A armadilha da identidade**: raça e classe nos dias de hoje. Tradução de Leo Vinicius Liberato. São Paulo: Vendeta, 2019. (Coleção Baderna)

BAKHTIN, Mikhail. **Os gêneros do discurso**. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 34, 2016.

BOURDIEU, Pierre. A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. *In: BOURDIEU, Pierre. Escritos de educação*. 16. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015. p. 43-72.

BRAGA, Ruy. **A política do precariado**: do populismo à hegemonia lulista. São Paulo: Boitempo: USP, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 2012.

BRAGA, Ruy. **A rebeldia do precariado**: trabalho e neoliberalismo no Sul global. São Paulo: Boitempo, 2017.

BRANDÃO, Octávio. Agrarismo e industrialismo. *In: PERICÁS, Luis Bernardo (org.). Caminhos da revolução brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2019. p. 93-114.

CAVALCANTI, Tiago Muniz. **Sub-humanos**: o capitalismo e a metamorfose da escravidão. São Paulo: Boitempo, 2021.

CHAUÍ, Marilena. Contra a universidade operacional. *In: CHAUÍ, Marilena. Em defesa da educação pública, gratuita e democrática*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018. p. 200-220.

CHOMSKY, Noam. **O lucro ou as pessoas?**: neoliberalismo e ordem global. Tradução de Pedro Jorgensen Jr. BERTRAND BRASIL, 2002. Livro em PDF disponível em: <https://www.anarquista.net/wp-content/uploads/2013/04/O-Lucro-ou-as-pessoas-Noam-Chomsky.pdf>. Acesso em: 07 jan. 2025.

CHOMSKY, Noam. **Quem manda no mundo?**. Tradução de Renato Marques. São Paulo: Planeta, 2017. Livro em PDF disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4918315/mod_resource/content/1/Quem%20Manda%20no%20Mundo_%20-%20Noam%20Chomsky.pdf. Acesso em: 07 jan. 2025.

DEDECA, Claudio Salvadori. Flexibilidade e regulação de um mercado de trabalho precário: a experiência brasileira. *in: GUIMARÃES, Nadya Araújo; HIRATA, Helena; SUGITA, Kurumi, (orgs.). Trabalho flexível, empregos precários?: uma comparação Brasil, França, Japão*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009. p. 123-142.

DUARTE, Newton. **Os conteúdos escolares e a ressurreição dos mortos**: contribuição à teoria histórico-crítica do currículo. Campinas, SP: Autores Associados, 2016.

DUNKER, Cristian [et al.]. Para uma arqueologia da psicologia neoliberal brasileira / Cristian Dunker [et al.]. *in: SAFATLE, Vladimir; JUNIOR, Nelson da Silva; DUNKER, Cristian (orgs.). Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2021. p. 215-254

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. Tradução de B. A. Schumann. [Edição revista]. São Paulo: Boitempo, 2010. (Coleção Mundo do Trabalho; Coleção Marx-Engels)

ENGELS, Friedrich. **Princípios do comunismo**. Rio de Janeiro, RJ: Livraria Editora Cátedra, 1987.

ENGELS, Friedrich. Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem. In: MARX, Karl. **História, natureza, trabalho e educação**. Gaudêncio Frigoto, Maria Ciavatta e Roseli Salete Caldart (orgs). São Paulo: Expressão Popular, 2020 p. 421-435.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: STEDILE, João Pedro (org.). **A questão agrária do Brasil**: o debate na década de 2000. São Paulo: Expressão Popular, 2013. p. 173-237.

FORRESTER, Viviane. **O horror econômico**. Tradução de Álvaro Lorencini. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista (UNESP), 1997.

FREITAS, Maria Cleidiane Cavalcante; MENDES SEGUNDO, Maria das Dores; GONÇALVES, Ruth Maria de Paula; SANTOS, José Deribaldo Gomes dos. O curso de pedagogia no Brasil sob o escopo do programa de educação para todos. in: **Revista HISTEDBR on-line**. Campinas, SP. v. 19. p. 1-20, 2019. Disponível em: <https://periodicos.sub.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8653369/20851>. Acesso em: 11 nov. 2020.

FRÖLICH, Paul. **Rosa Luxemburgo**: pensamento e ação. Tradução de Nélia Schneider e Erica Ziegler. São Paulo: Boitempo; Iskra, 2019.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Tradução de Sérgio Faraco. Porto Alegre, RS: L&PM, 2019.

GENTILI, Pablo. Adeus à escola pública: a desordem neoliberal, a violência do mercado e o destino da educação das maiorias. In: APPLE, Michael W. **Pedagogia da exclusão**: o neoliberalismo e a crise da escola publica. Pablo Gentili (org.). Petrópolis, RJ: Vozes, 1995. p. 228-252. (Coleção estudos culturais em educação)

GONSALES, Marco. Indústria 4.0: empresas plataformas, consentimento e resistência, in: NOGUEIRA, Arnaldo Mazzei. **Uberização, trabalho digital e Indústria 4.0**. Ricardo Antunes (org.). Tradução de Murillo van der Laan e Marco Gonsales. São Paulo: Boitempo, 2020. p. 11-22.

HARARI, Yuval Noah. **Sapiens - Uma breve história da humanidade**. Tradução de Janaína Marcoantonio. 51. ed. Porto Alegre, RS: P&PM, 2020.

HARVEY, David. **17 contradições e o fim do capitalismo**. Tradução de Rogério Bettoni. São Paulo: Boitempo, 2016.

HIRATA, Helena. Globalização e divisão sexual do trabalho numa perspectiva comparada. In: GUIMARÃES, Nadya Araújo; HIRATA, Helena; SUGITA, Kurumi (orgs). **Trabalho flexível, empregos precários?**: uma comparação Brasil, França, Japão. São Paulo: Editora da Unioversidade de São Paulo, 2009. p. 145-167.

HUNT, E. K.; SHERMAN, H. J. **História do pensamento econômico**. Tradução de Jaime Larry Benchimol. 5. ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1986.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Trabalho e indivíduo social**: um estudo sobre a condição operária na agroindústria canavieira paulista. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

JUNIOR, Caio Prado. Os fundamentos econômicos da revolução brasileira. In: PERICÁS, Luis Bernardo (org.). **Caminhos da revolução brasileira**. São Paulo: Boitempo, 2019. p.127-135

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Tradução de Célia Neves e Aderico Toríbio. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

KUENZER, Acácia Zeneida. **Pedagogia da fábrica**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

LESSA, Sérgio; TONET, Ivo. **Introdução à filosofia de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

LESSA, Sérgio. **Mundo dos homens**: trabalho e ser social. 3. ed. rev. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

LIMA, Eurenice. Toyota: a inspiração japonesa e os caminhos do consentimento. In: ANTUNES, Ricardo (org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006. p. 115-145.

MAGALHÃES, Antônio Marcos. **Manual operacional**: modelo gestão – Tecnologia Empresarial Socioeducacional (TESE): uma nova escola para a juventude brasileira: escolas de Ensino Médio em tempo integral. 2004. Documento disponível em: http://www.ccv.ufc.br/newpage/conc/seduc2010/seduc_prof/download/Manual_ModeloGestao.pdf. Acesso em: 07 jan. 2021.

MARCELINO, Paula Regina Pereira. Honda: terceirização e precarização – a outra face do toyotismo. In: ANTUNES, Ricardo (org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006. p. 93-114. (Coleção Mundo do Trabalho)

MARINI, Ruy Mauro. O caráter da revolução brasileira. In: PERICÁS, Luis Bernardo (org.). **Caminhos da revolução brasileira**. São Paulo: Boitempo, 2019. p. 127-135

MARTINS, Luciano. Aspectos políticos da revolução brasileira. In: PERICÁS, Luis Bernardo (org.). **Caminhos da revolução brasileira**. São Paulo: Boitempo, 2019. p. 205-224.

MARX, Karl. **A ideologia alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846). Tradução de Rubens Enderle, Nélio Schneider, Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl. **Manuscritos econômicos-filosóficos**. Tradução de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2010a.

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **Manifesto comunista**. Tradução de Álvaro Pina e Ivana Jinkings. 1. ed. rev. São Paulo: Boitempo, 2010b.

MARX, Karl. **A guerra civil na França**. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital. Tradução de Rubens Enderle. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política: Livro II: o processo de circulação do capital. Tradução de Rubens Enderle. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2014.

MARX, Karl. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. Tradução de Mario Duayner, Nélio Schneider (colaboração de Alice Helga Werner e Rudiger Hoffman). São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed UFRJ, 2011.

MATTOS, Marcelo Badaró. **A classe trabalhadora**: de Marx ao nosso tempo. São Paulo: Boitempo, 2019.

MÉSZÁROS, István. **A teoria da alienação em Marx**. Tradução de Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2016.

MÉSZÁROS, István. **Crise estrutural do capital**. Tradução de Francisco Raul Cornejo... [et al.]. 2. ed. rev. e ampliada. São Paulo: Boitempo, 2011b.

MÉSZÁROS, István. Desemprego e precarização: um grande desafio para a esquerda. In: ANTUNES, Ricardo (org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. Tradução de Claudete Pagotto e revisão de Orlanda Pinassi. São Paulo: Boitempo, 2006. p. 28-44.

MÉSZÁROS, István. **O desafio e o fardo do tempo histórico**: o socialismo no século XXI. Tradução de Ana Cotrim e Vera Cotrim. São Paulo: Boitempo, 2007.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**: rumo a uma teoria de transição. Tradução de Paulo Cezar Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2011a.

PAULO NETTO, José. **Capitalismo, desenvolvimento e barbárie**. Palestra proferida durante a Oficina Regional Centro-Oeste da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). Local: Universidade de Brasília (UnB). Data: 12 de set. de 2012. A palestra está disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Fe4W1D0Qk8g>. Acesso em: 09 de nov. de 2020.

PAULO NETTO, José. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

PAULO NETTO, José; BRAZ, Marcelo. **Economia política**: uma introdução crítica. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2008. (Coleção biblioteca básica de serviço social)

PAULO NETTO, José. **Karl Marx**: uma biografia. São Paulo: Boitempo, 2020.

PAULO NETTO, José. O Manifesto Comunista: limites e grandeza teórico-política. In: **Curso livre Marx-Engels: a criação destruidora / organização José Paulo Netto**. São Paulo: Boitempo, 2015. p. 55-72.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica a razão dualista**: o ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2013.

SAFATLE, Vladimir. A economia é a continuação da psicologia por outros meios: sofrimento psíquico e o neoliberalismo como economia moral. In: SAFATLE, Vladimir; JUNIOR, Nelson da Silva; DUNKER, Cristian (org.). **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

SARUCHS, Érico. Caminho e caráter da revolução brasileira. In: PERICÁS, Luis Bernardo (org.). **Caminhos da revolução brasileira**. São Paulo: Boitempo, 2019. p. 293-358

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. 43. ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2018. (Coleção Educação Contemporânea)

SAVIANI, Dermeval. Marxismo, educação e pedagogia. In: SAVIANI, Dermeval, DUARTE Newton (orgs.). **Pedagogia histórico-crítica e luta de classes na educação escolar**. Campinas, SP: Autores Associados, 2012. (Coleção polêmicas do nosso tempo)

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa, vol. 1: a árvore da liberdade**. Tradução de Denise Bottmann. 10. ed. Rio de Janeiro / São Paulo: Paz e Terra, 2019.

SOBRE O AUTOR

FRANCISCO GLAUBER DE OLIVEIRA PAULINO - Professor da área de Currículo e Estudos Aplicados ao Ensino e Aprendizagem no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), campus Crateús; Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Ceará (PPGE-UECE); Licenciado em Pedagogia pelo Centro de Educação da Universidade Estadual do Ceará (CED-UECE). E-mail: glauber.oliveira@ifce.edu.br.



ISBN 978-655376463-7

